

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

MARCELA CAROLINE PEREIRA

**A CONSTRUÇÃO DE UM *HABITUS* DE LUTA NO FUTEBOL DE MULHERES:
ESTUDO DE CASO DE UMA EQUIPE SITUADA NO ESTADO DO PARANÁ**

**PONTA GROSSA
2022**

MARCELA CAROLINE PEREIRA

**A CONSTRUÇÃO DE UM *HABITUS* DE LUTA NO FUTEBOL DE MULHERES:
ESTUDO DE CASO DE UMA EQUIPE SITUADA NO ESTADO DO PARANÁ**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Orientadora: Prof. Dra. Edina Schimanski.

**PONTA GROSSA
2022**

P436 Pereira, Marcela Caroline
 A construção de um *habitus* de luta no futebol de mulheres: estudo de caso de uma equipe situada no Estado do Paraná / Marcela Caroline Pereira. Ponta Grossa, 2022.
 224 f.

 Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

 Orientadora: Profa. Dra. Édina Schimanski.

 1. Profissionalização. 2. Trajetória futebolística. 3. Gênero. I. Schimanski, Édina. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. III.T.

CDD: 305.48

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCELA CAROLINE PEREIRA

“A construção de um *Habitus* de luta no futebol mulheres: estudo de caso de uma equipe situada no estado do Paraná”.

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor(a) no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Assinatura pelos Membros da Banca:



Prof^ª. Dra. Édina Schimanski – UEPG-PR – Presidente



Prof^ª. Dra. Silvana Vilodre Goellner - UFRGS-RS - Membro Externo



Prof^ª. Dra. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz - UNICENTRO-PR - Membro Externo



Prof. Dr. Miguel Archanjo de Freitas Junior - UEPG-PR - Membro Interno

Silvana Souza Netto Mandalozzo

Profª. Dra. Silvana Souza Netto Mandalozzo - UEPG-PR - Membro Interno

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – UTFPR-PR - Suplente Externo

Prof. Dr. Gonçalo Cassins Moreira do Carmo - UEPG-PR - Suplente Interno

Ponta Grossa, 29 de julho de 2022.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me sustentou em toda minha trajetória, dando forças para seguir em frente.

À minha família, em especial aos meus pais, Angela da Silva e Marcio Pereira, que me deram suporte desde criança e me conduziram para o melhor caminho.

À minha companheira, Natali Adriane de Jesus, pelo apoio, amor, compreensão e parceria em todos os momentos, especialmente naqueles mais difíceis.

À Professora Doutora Edina Schimanski, pelo suporte teórico em toda a construção da tese, fornecendo uma excelente orientação.

A todos os integrantes da banca de tese: Professor Doutor Miguel Archanjo de Freitas Junior, Professora Doutora Silvana Souza Netto Mandalozzo, Professora Doutora Silvana Vilodre Goellner, Professora Doutora Luciana Rosar Fornazari Klanovicz. Obrigada pelas contribuições, essenciais no processo de construção deste trabalho.

Aos professores, Dr. Antonio Carlos Frasson e Dr. Gonçalo Cassins Moreira do Carmo, pelas leituras atentas na fase de qualificação, trazendo significativas considerações para à pesquisa.

A todos os agentes entrevistados nesta pesquisa, especialmente às jogadoras.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa, estendendo a todas as instituições públicas que possibilitaram meu processo formativo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, pelas possibilidades de conhecimento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa concedida.

À todas aquelas pessoas que me auxiliaram de algum modo em todo o processo do doutorado.

A inserção feminina do futebol pode ser vista como uma atitude transgressora porque as mulheres fizeram valer suas aspirações, desejos e necessidades, enfrentando um universo caracterizado como próprio do homem”
(GOELLNER, 2006).

RESUMO

A atuação da mulher jogadora no campo profissional futebolístico ainda é incipiente, instável e pouco consolidada. Tendo em vista o avanço na atuação profissional da mulher neste campo, se faz necessário que as entidades futebolísticas (confederações, federações e clubes) desenvolvam ações para garantir uma maior sustentabilidade do futebol de mulheres. Em 2016, em seu Regulamento de Licença aos Clubes, a CONMEBOL exigiu que os times que disputavam o Campeonato Brasileiro - série A, masculino, investissem em um departamento feminino. Neste sentido, as entidades estabeleceram o ano de 2019 como prazo final para a adequação da nova medida, em que o clube requerente deveria contar com uma equipe principal ou fazer acordo de parceria com algum time de mulheres já estruturado. Com base neste cenário, o objetivo deste estudo foi analisar a posição das mulheres jogadoras da equipe “Clube A – Clube B” no campo futebolístico profissional, após a referida medida estabelecida pela CONMEBOL, em 2016. Para atingir os resultados da pesquisa, foi realizado um Estudo de Caso com a equipe supracitada, que disputou a série A1 do Campeonato Brasileiro de futebol feminino em 2019. O estudo de caso foi realizado por meio de um diário de campo e entrevistas semiestruturadas aplicadas para dezesseis jogadoras e ao técnico/dirigente do time. As narrativas desses agentes entrevistados foram analisadas com base nos pressupostos metodológicos da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1979). Percebeu-se que a posição da jogadora no campo futebolístico se constitui a partir de sua trajetória social, a qual perpassa por algumas fases: inserção, permanência e profissionalização. Embora essas fases correspondam a momentos distintos, observou-se que um *habitus* de luta (combativo) foi interiorizado e subsidiou a trajetória dessas mulheres, na medida que elas precisaram contestar, constantemente, o preconceito cultural de gênero para subverter o simbólico social, bem como tencionar a lógica e as relações de poder existentes dentro de seu percurso futebolístico. Os projetos das jogadoras evidenciam as aspirações de profissionalização e de reconhecimento da atuação profissional, porém, enfatizam as limitações para tal feito, especialmente no que se refere às condições fornecidas pelo clube e a inexistência de formalização dos contratos entre clube e jogadora. Diante disso, as ações fomentadas pelas entidades futebolísticas, mais especificamente a medida da CONMEBOL, impactaram positivamente ao trazer oportunidades para um número maior de mulheres no futebol, mas não garantiu melhorias nas condições de atuação das jogadoras, bem como não remeteu a profissionalização no futebol de mulheres, especialmente para equipes com baixo capital simbólico, como o Clube A/Clube B, situado fora dos grandes centros futebolísticos.

Palavras-chave: Profissionalização. Trajetória futebolística. Gênero.

ABSTRACT

The role of women players in the professional soccer field is still incipient, unstable, and unconsolidated. In view of the progress in the professional performance of women in this field, it is necessary that soccer entities (confederations, federations, and clubs) develop actions to ensure greater sustainability of women's soccer. In 2016, in its Club License Regulations, CONMEBOL demanded that teams competing in the men's Brazilian Championship - series A, invest in a women's department. In this sense, the entities established the year 2019 as the deadline for adaptation to the new measure, in which the requesting club should have a main team or make a partnership agreement with some women's team already structured. Based on this scenario, the objective of this study was to analyze the position of women players of the "Club A - Club B" team in the professional soccer field after the aforementioned measure established by CONMEBOL in 2016. To achieve the research results, a Case Study was conducted with the aforementioned team, which competed in the A1 series of the Brazilian Women's Soccer Championship in 2019. The case study was conducted through a field diary and semistructured interviews applied to sixteen female players and the team's coach/manager. The narratives of these interviewed agents were analyzed based on the methodological assumptions of Content Analysis, proposed by Bardin (1979). We noticed that the position of the female player in the soccer field is constituted from her social trajectory, which goes through some phases: insertion, permanence and professionalization. Although these phases correspond to distinct moments, it was observed that a habitus of struggle (combative) was internalized and subsidized the trajectory of these women, to the extent that they needed to constantly contest the cultural gender prejudice in order to subvert the social symbolic, as well as to tense the logic and the existing power relations within their soccer career. The players' projects show the aspirations of professionalization and recognition of professional performance, however, they emphasize the limitations for this, especially with regard to the conditions provided by the club and the lack of formalization of contracts between club and player. Therefore, the actions promoted by soccer entities, more specifically the CONMEBOL measure, had a positive impact by bringing opportunities for a larger number of women in soccer, but did not guarantee improvements in the conditions of players' performance, as well as did not remit the professionalization of women's soccer, especially for teams with low symbolic capital, such as Club A/Club B, located outside the major soccer centers.

Keywords: Professionalization. Soccer trajectory. Gender.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Agentes envolvidos na seletiva da equipe Clube A (2013).....	118
Fotografia 2 - Crachá de identificação da pesquisadora (2019).....	120
Fotografia 3 - Equipe de trabalho do Clube A/Clube B (2019).....	121
Fotografia 4 - Treino coletivo entre equipe principal e equipe sub-18 do Clube A/Clube B na Itaipu (2019)	123
Fotografia 5 - Torcida Organizada do Corinthians no Estádio da cidade destino (2019)	138
Fotografia 6 - Alojamento do Clube A em 09 de julho de 2019	145
Fotografia 7 - Espaço em que as jogadoras faziam refeições – 12 de julho de 2019	146
Fotografia 8 - Espaço externo da Casa da Atleta – 12 de julho de 2019.....	146
Fotografia 9 - Regulamento Clube A 09 de julho de 2020.....	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Registro de datas das observações descritas no Diário de Campo.....	29
Quadro 2 - Temas centrais das entrevistas: Categorias e Unidade de Registros.....	36
Quadro 3 - Equipes femininas criadas pelos clubes do campeonato brasileiro - série A masculino.....	73
Quadro 4 - Registro de estudos encontrados nas bases de dados: BDTD, Scielo e Portal de Periódicos Capes (2019).....	90
Quadro 5 - Categorias informativas sobre os estudos selecionados nas bases de dados: BDTD, Scielo e Portal de Periódicos Capes (2019).....	90
Quadro 6 - Dados elaborados pelas autoras supracitadas acerca do Reconhecimento no futebol praticado por mulheres no Brasil.....	98
Quadro 7 - Tema: Perfil das jogadoras do Clube A/Clube B (2019).....	140
Quadro 8 - Inserção de mulheres na prática futebolística (2019).....	151
Quadro 9 - A luta contra o preconceito no campo futebolístico (2019).....	154
Quadro 10 - Clubes que as jogadoras do Clube A perpassaram (2019).....	163
Quadro 11 - Percurso futebolístico de mulheres jogadoras da equipe Clube A (2019).....	166
Quadro 12 - Projetos das jogadoras do Clube A no campo futebolístico (2019).....	183

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	23
CAPÍTULO 2 - AS LEIS DE FUNCIONAMENTO E A ESTRUTURA DO CAMPO FUTEBOLÍSTICO	38
2.1 CARACTERIZAÇÃO NORMATIVA DA PROFISSÃO DO ATLETA FUTEBOLISTA	39
2.2 A RELAÇÃO DO CAMPO FUTEBOLÍSTICO PROFISSIONAL COM A POSIÇÃO DOS AGENTES (FIFA, CBF E JOGADORES)	51
2.3 AS AÇÕES DOS AGENTES ACERCA DA PROFISSIONALIZAÇÃO NO FUTEBOL DE MULHERES	65
CAPÍTULO 3 - A MULHER BRASILEIRA E O CAMPO FUTEBOLÍSTICO SOB A PERSPECTIVA DO CONCEITO DE <i>HABITUS</i> E DE GÊNERO	77
3.1 UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO NO FUTEBOL DE MULHERES	89
CAPÍTULO 4 - TRAJETÓRIA E CONSTRUÇÃO DA EQUIPE DE FUTEBOL DE MULHERES DO CLUBE A: DESVELANDO OS EFEITOS DA MEDIDA OBRIGATÓRIA	113
CAPÍTULO 5 - TRAJETÓRIA DE JOGADORAS DE FUTEBOL: DA LUTA PELA INSERÇÃO E PERMANÊNCIA NO CAMPO FUTEBOLÍSTICO À ESTRATÉGIAS DE PROFISSIONALIZAÇÃO	139
5.1 DO FUTEBOL NA RUA COM OS MENINOS AO CAMPEONATO BRASILEIRO – SÉRIE A1: TRAJETÓRIA DE MULHERES JOGADORAS DE UM CLUBE DE FUTEBOL PARANAENSE	140
5.1.1 A inserção de mulheres no campo futebolístico e a luta contra o preconceito.....	150
5.1.2 Percurso futebolístico das jogadoras do Clube A/Clube B.....	162
5.2 ESTRATÉGIAS NO CAMPO FUTEBOLÍSTICO: BUSCANDO CONDIÇÕES FAVORÁVEIS PARA ATUAR COMO PROFISISONALMENTE	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS	200
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA AS JOGADORAS DE FUTEBOL	212
APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA O TÉCNICO	214
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS GESTORES	216
APÊNDICE D - ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO	218
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	220

APÊNDICE F - TERMO DE ASSENTIMENTO.....222

INTRODUÇÃO

Nos pedem para ser profissionais, mas não nos dão CAMPOS decentes para treinar ou jogar. Nos pedem para ser profissionais, mas nos colocam em alojamentos que sempre falta algo, uma geladeira, uma máquina de lavar, um micro-ondas e guardarroupa e nossas roupas ficam em malas o ano todo. Quem não passou por isso, teve privilégio. Nos pedem para ser profissionais, mas colocam meninas de 15 a 18 anos para fazer 6 jogos em 10 dias, 1 jogo a cada 48 horas. São meninas ou são máquinas? Nos pedem para ser profissionais, mas nos fazem roteiros de viagens em que precisamos dormir por horas em aeroportos e quando chegamos em nossos destinos, ficamos 1 ou 2 horas distantes do local do jogo. Isso quando tem hotel, porque a organização do campeonato coloca o voo em uma data e o hotel apenas às 12 horas do dia seguinte. Nos pedem para ser profissionais, mas não podemos treinar em dias de chuva, porque o campo estraga, porque o clube não libera o campo. Entre outros motivos. Nos pedem para ser profissionais, mas colocam nossos jogos 11 horas da manhã, 13 horas da tarde, em dias de calor absurdo, [...]. Nos pedem para ser profissionais, vocês que nos pedem isso, nós pedimos 3 coisas, RESPEITO, VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO. Porque se nós dependêssemos de vocês para ser profissionais, me pergunto onde estaríamos, porque vocês não dão suporte algum. PRAZER, FUTEBOL FEMININO (SOCHOR, grifo do autor, 2019).

O depoimento postado nas redes sociais (*Instagram*) da jogadora Patricia da Silva Sochor revela a indignação que emergiu diante do ocorrido com o time do Santos, em agosto de 2019. Durante o Campeonato Brasileiro, em uma viagem para Manaus, as atletas tiveram que ficar por um tempo dormindo na recepção de um hotel, porque não havia quartos reservados para elas. Com isso, muitas atletas do time santista e a técnica Emily Lima¹ desabafaram sobre as condições oferecidas às mulheres que jogam futebol no Brasil, enfatizando as (im)possibilidades de profissionalização (MENDONÇA, 2019).

Ao iniciar este estudo, com o trecho do depoimento "Nos pedem para ser profissionais", escrito pela jogadora Sochor (2019), intentou-se ilustrar as condições vivenciadas pelas mulheres que buscam viver da prática futebolística no país, apresentando o ponto de partida que norteou a escolha por esta temática.

Segundo Haag (2018), no Brasil, as condições oferecidas para as mulheres no campo futebolístico giram em torno da informalidade e precarização dos contratos de trabalho, gerando desafios acerca dos direitos trabalhistas delas (HAAG, 2018). Balardin *et al.* (2018) trouxe outro elemento sobre as condições oferecidas às jogadoras de futebol, como a falta de recursos físicos e de auxílios, tanto financeiro como médico, para a atuação das mulheres nos treinos e jogos que exigem alto rendimento. Para Salvini e Marchi Junior (2016), as condições para a atuação das mulheres envolvem uma estrutura amadora, que resulta no baixo rendimento do

¹ Para saber mais sobre o acontecido com o time do Santos no campeonato brasileiro de 2019 e dos desabafos da técnica Emily Lima, ver ESPN (2019).

condicionamento físico e a falta de patrocínios, fatores que levam o futebol de mulheres² às margens do campo profissional.

Essas condições, citadas pelos autores e pela jogadora Sochor, são empecilhos para a mulher consolidar a atuação profissional e acarretam dificuldades para se inserir e/ou permanecer no campo futebolístico. Alguns estudos mencionam que no futebol de mulheres existe a “ausência de profissionalização” (HAAG, 2018), outros tratam como “semiprofissionais” (PISANI, 2012). Ainda, Souza Junior (2013) ressaltou que as equipes de futebol de mulheres, analisadas por ele, se encontravam distantes de um modelo profissional, mas que as atletas se consideravam relativamente profissionais, visto que possuem uma rotina de trabalho e dedicação exclusiva ao futebol.

Atuar em um modelo profissional no futebol de mulheres, para Almeida e Pisani (2015), se trata de um reconhecimento almejado pelas jogadoras, resultando em uma linha progressiva, que possibilita uma vida financeira estável, calendário anual de campeonatos, torcedores, sucesso público e apoio familiar. Entretanto, é importante lembrar que o futebol profissional deve ser compreendido com bastante ponderação, pois, segundo Damo (2007), mesmo no masculino, alguns homens podem chegar a atuar em clubes³ de primeira linha e/ou ascender socialmente, mas outros serão excluídos antes de obter a chance de jogar profissionalmente. No entanto, no futebol de mulheres a questão está nas condições oferecidas para as mulheres crescer em um modelo futebolístico profissional, pois dificilmente encontram equipes para jogar e muito menos um espaço profissionalizado (KESSLER, 2015; SOUZA JUNIOR, 2013).⁴

A maioria dos estudos apontou as entidades futebolísticas e os dirigentes dos clubes como os principais responsáveis para um avanço favorável nas condições das jogadoras para

² Utiliza-se o termo “futebol de mulheres” com base nos apontamentos de Kessler (2015). Da mesma forma que esta autora, compreende-se que o futebol de mulheres é um campo de lutas, no qual a mulher é a protagonista, e que está em constantes transformações no que se refere às relações de gênero, expressões e contestações. Este futebol é um campo, “[...] no qual as mulheres não são intrusas, mas são participantes ativas. As implicações do uso deste conceito vão além da mera alteração terminológica. Ampliando o entendimento sobre a proeminência e o protagonismo de mulheres” (KESSLER, 2015, p. 33).

³ Damo (2007) entende que clube é uma instituição político-administrativa que cuida da organização de um time e uma representação, pois é o mediador entre uma equipe de jogadores e um torcedor. Diante das duas dimensões, político-administrativa e simbólica, apresentadas pelo autor, vale uma ressalva quando se trata do futebol feminino, pois, muitas vezes, só carrega o nome de um clube de forma emprestada para participar de competições oficiais, mas é administrado por outras organizações fora desse clube, como, por exemplo, uma prefeitura (SOUZA JUNIOR, 2013). Dessa forma, o termo “clube”, neste estudo, refere-se simplesmente a uma instituição que disputa competições oficiais de futebol feminino.

⁴ Vale destacar que é amplo o debate sobre a profissionalização dos diferentes esportes existentes. Dentre as modalidades no Brasil, o futebol é o que possui maior volume de capital simbólico (GABRIEL, 2015). Considerando isso, acredita-se que a modalidade possui sua especificidade histórica e cultural, sendo necessário delimitar o objeto de estudo, ao que se optou por discutir a profissionalização do futebol, e, mais especificamente, de mulheres.

atuação profissional no futebol, agentes com maior volume de capital simbólico neste campo (PISANI, 2012; SOUZA JUNIOR, 2013; SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016; COSTA, 2016).

Algumas ações estão sendo desenvolvidas pelos agentes dominantes no campo futebolístico, que afetam - de alguma maneira - a atuação das mulheres jogadoras. Dentre as ações desenvolvidas pelas entidades, a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) lançou a Estratégia Global de Desenvolvimento do Futebol Feminino, apresentando seus principais objetivos até 2026. Um desses objetivos é o aumento da participação feminina na modalidade, intentando fomentar a profissionalização em todos os países.

Neste mesmo sentido, em 2016, a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) aprovou o novo Regulamento de Licença de Clubes, estabelecendo critérios desportivos aplicados às equipes que buscam disputar competições nacionais e continentais. Dentre esses critérios, a tabela I do regulamento apresenta o seguinte critério desportivo: o Clube requerente deverá contar com uma equipe principal feminina ou fazer acordo de parceria com um clube que já tenha um time estruturado no prazo de dois anos. Além disso, o solicitante deverá providenciar toda a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das equipes femininas com condições adequadas (CONMEBOL, 2016). Como resultado dessa medida, no ano de 2017, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) exigiu que todos os clubes que disputam o Campeonato Brasileiro - série A, deveriam ter um time feminino participando de alguma competição, em nível nacional ou estadual até o ano de 2019.

No contexto atual, a emergência de medidas e ações desenvolvidas pelas entidades responsáveis pelo campo profissional futebolístico emergem da necessidade de sanar as demandas surgidas no futebol de mulheres, respondendo, em certa medida, às cobranças feitas pelas próprias jogadoras e pelos agentes envolvidos nesta modalidade. Entretanto, de acordo com Machado, existe “[...] uma série de ações ativas e afirmativas que demonstram um grande avanço nesse cenário [...], contudo, concomitantemente, há um espaço reativo que busca conservar e defender uma suposta identidade masculina que se diz proprietária do futebol” (MACHADO, 2019, p. 1).

Segundo Souza Junior (2013), o avanço das jogadoras como profissionais poderia ser obtido por meio de uma engrenagem, sustentada por calendários, clubes tradicionais, patrocinadores, cobertura midiática e público, a qual ele denominou de “círculo vicioso”. Este círculo deveria ter como gestora potencial a entidade máxima, a FIFA, promovendo além do avanço conceitual sobre a política de desenvolvimento do futebol de mulheres, a garantia da execução dessas políticas por parte das entidades afiliadas (SOUZA JUNIOR, 2013).

Segundo Pereira e Garboggin (2020), as ações desenvolvidas pela CONMEBOL, as quais objetivaram um avanço ao futebol feminino, foram realizadas na tentativa de se engajar com as tendências contemporâneas, centradas nas ideias de inclusão e igualdade. O estatuto da FIFA incluiu artigos que falam sobre a igualdade de gênero (ALMEIDA, 2019). Como mencionado, a FIFA tentava estabelecer objetivos para desenvolver o futebol feminino nos diversos países do mundo, e, em 2016, estabeleceu metas para criar competições para a modalidade, programas de *marketing* e aumentar a participação de mulheres no futebol e nas entidades.

Diante de um cenário com demandas mundiais, a CONMEBOL exigiu que os clubes que disputavam competições masculinas investissem no departamento feminino, para o que precisariam criar uma equipe ou se associarem à uma já existente, bem como promover subsídios financeiros, técnicos e infraestrutura para o treinamento das jogadoras, e, conseqüentemente, possibilidades de participação das futebolistas em competições nacionais e regionais da CBF e das Federações.

Entretanto, tal ação obrigatória não foi bem recebida por alguns clubes, como se observa:

Em dezembro de 2018, Gabriel Camargo, presidente do Tolima, equipe da Colômbia, declarou que ‘o futebol feminino é um tremendo terreno fértil para o lesbianismo’. Camargo se referiu ao Atlético Huila, que venceu a Libertadores de 2018 em confronto contra o Santos, realizado em Manaus (PEREIRA; GARBOGGIN, 2020, p. 7).

Além disso, poucos times se adequaram à medida obrigatória no tempo estabelecido pelas entidades, demonstrando certo ato de resistência. Segundo Pereira e Garboggian (2020, p. 7), no ano de 2019, estipulado para cumprimento da medida, apenas sete clubes participantes do campeonato nacional tinham iniciado suas equipes femininas, o “Ceará, Corinthians, Flamengo, Grêmio, Internacional, Santos e Vasco”.

Observa-se que poucos times criaram suas equipes femininas no período estipulado, exceto aqueles que já tinham seus times, deixando para construir uma equipe feminina ou se associarem à uma na última hora. Barlem (2018) publicou um texto no blog “Donas do campinho”, no qual ressalta que as entidades não voltariam atrás em relação à medida dos clubes obterem uma equipe feminina e que muitos ainda não tinham se adequado: “A entidade sul-americana reforçou que a regra será mesmo cumprida a partir do próximo ano” (BARLEM, 2018).

Com a medida estipulada e mantida pelas entidades, muitos clubes começaram a se adequar à obrigatoriedade de ter uma equipe feminina. Isso demonstra que para desenvolver o futebol de mulheres não depende só das entidades, mas de outros agentes pertencentes ao campo de futebol profissionalizado.

Pereira e Gaborggian (2020) ressaltam que as entidades tiveram que impor uma medida punitiva para que ocorresse o investimento em equipes femininas por parte de alguns clubes. Após a medida, as autoras supracitadas mencionam que na América do Sul começou a ocorrer um movimento maior no futebol de mulheres, citando o exemplo da Argentina, em que a Federação Argentina de Futebol (AFA) anunciou a profissionalização da modalidade, pois os clubes foram obrigados a ter pelo menos oito jogadoras profissionais em seu grupo⁵. Entretanto, no Brasil, o movimento para mudanças no futebol feminino caminha mais lento, na medida que os agentes pertencentes ao campo futebolístico profissional apresentaram resistência à medida estabelecida pelas entidades CONMEBOL e CBF.

De acordo com um levantamento realizado nos sites dos clubes, intentando entender a formação dos times na região Sul do Brasil, após a medida obrigatória, verificou-se que, no final de 2018, o clube B fechou parceria com a equipe feminina do clube A⁶, existente desde 2010, situado no estado do Paraná. A equipe apresentava um bom rendimento na série A1 do brasileiro e demais campeonatos, porém, um texto publicado no site do Globo Esporte esclareceu que o clube B só assumiu a parceria com o clube A para cumprir a medida das entidades:

O clube B⁷ oficializou nesta segunda-feira a parceria com o time feminino do clube A, equipe de futebol feminino do oeste paranaense, para cumprir uma exigência da Conmebol. A partir de 2019, as equipes classificadas às disputas masculinas de Libertadores e Sul-Americana precisarão ter, obrigatoriamente, um time de futebol feminino (GLOBOESPORTE.COM, 2018).

Além desse time, observou-se que, na região Sul, outro time que assumiu parceria foi o Avaí Futebol Clube com o Kindermann de Santa Catarina, em fevereiro de 2019. Outros

⁵ Segundo a Lei Pelé 9.615/98, o atleta que joga de modo profissional, caracteriza-se pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre jogador e entidade desportiva, mas vale destacar que esses termos serão discutidos com mais afinco no capítulo seguinte, sobre a legislação desportiva (BRASIL, 1998).

⁶ Foi necessário modificar os nomes para clube A e Clube B devido ao sigilo fomentado pelo Termo de consentimento (ver mais em capítulo 1).

⁷ Nas citações também foram modificados os nomes para clube A e Clube B devido ao sigilo fomentado pelo Termo de consentimento.

clubes desta região, como o Grêmio e Internacional, criaram seus times com gestão independente.⁸

Diante desse contexto, que relaciona as condições da mulher jogadora a atuar profissionalmente com as ações das entidades futebolística, especialmente a medida estabelecida pela CONMEBOL/CBF em 2016, emerge a pergunta central deste estudo: Qual a posição das mulheres jogadoras da equipe Clube A/Clube B no campo profissional de futebol, após a referida medida estabelecida pela CONMEBOL em 2016?

Para responder ao problema de pesquisa supracitado optou-se por selecionar jogadoras de uma equipe de futebol de alto rendimento, entendendo que esta equipe era a única do estado do Paraná que estava participando, em 2019, da Série A1 do Campeonato Brasileiro, competição do mais alto nível da esfera estadual e nacional, uma das principais competições futebolísticas do país para as mulheres.⁹ Dessa forma, o objetivo geral deste estudo configura-se em: Analisar a posição das mulheres jogadoras da equipe Clube A/Clube B no campo futebolístico profissional, após a referida medida estabelecida pela CONMEBOL em 2016.

Segundo Bourdieu (1997), cada agente (indivíduos e instituições) está determinado pela posição que ocupa dentro de um campo, visto que seu poder de ação, percepção e apropriação poderão ser definidos com base em sua posição. Todo campo - no caso desta pesquisa o esportivo/futebolístico - é um campo de forças e de lutas entre os agentes, em que uns tomam a posição de luta pela conservação e outros tomam a posição para transformação nesse campo de forças. Nesse sentido,

Ou, mais precisamente, é a posição que eles [agentes] ocupam nessa estrutura que determina ou orienta suas tomadas de posição [estratégias]. Isso significa que só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente, se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo (BOURDIEU, 2004).

Bourdieu (2004) destaca uma importante relação existente entre os conceitos de posição, *habitus* e capital, dado que um influencia o outro. Ou seja, os agentes que ocupam posições em um campo e que lutam pela conservação ou mudança das formas de poder, estão subsidiados por disposições (*habitus*) interiorizados e pela acumulação dos capitais no agente (BOURDIEU, 1996).

⁸ Outras informações sobre a criação de equipes femininas pelos clubes estão detalhadas no capítulo dois sobre as ações das entidades futebolísticas (seção 2.3).

⁹ A justificativa com relação a escolha desta equipe de forma aprofundada está apresentada no capítulo 1, no qual se descreve o percurso metodológico da pesquisa.

Diante disso, apresenta-se o argumento principal da tese: A posição da mulher jogadora de futebol da equipe Clube A/Clube B no campo futebolístico profissional, após a medida obrigatória da CONMEBOL em 2017, foi constituída com base em um *habitus* de luta e no acúmulo de um capital simbólico futebolístico.

Vale destacar que a mulher jogadora tomou posições, principalmente de luta, se tornando agente protagonista no processo de construção do campo profissional de futebol e não mera expectadora dos acontecimentos, diferentemente da teorização associada ao conceito da “suposta feminilidade”, em que a mulher é sempre agente passivo no percurso.

As disposições de luta são interiorizadas nas jogadoras durante um processo que ocorre desde a infância, momento em que elas precisam contestar a construção simbólica de gênero para conseguir se inserir na prática futebolística. “Superada esta fase”, quando as jogadoras estão atuando em uma equipe de futebol, as disposições de luta continuam sendo interiorizadas, pois elas buscam constantemente as condições necessárias para permanecer neste campo, mais do que isso, condições para ascender em um modelo profissional.

Nesse processo, tais disposições supracitadas orientam as jogadoras na luta pelo acúmulo de capital simbólico futebolístico, pois, de forma consciente ou inconsciente, criam estratégias e tomadas de posição para aumentar o volume deste capital. Isso porque é o capital que poderá possibilitar as melhores condições para que elas consigam acesso, permanência e talvez cheguem à atuação profissional.

As baixas condições das mulheres para a atuação futebolística, especialmente no contexto profissional, se referem aos baixos salários, à precarização dos direitos trabalhistas, pouca estrutura para a realização dos treinos e campeonatos, entre outros aspectos que colocam a mulher em condições mínimas para a atuação profissional no futebol.

Diante disso, as ações positivas que estão sendo criadas para alavancar o futebol profissional de mulheres, advindas das entidades futebolísticas, como a medida obrigatória citada, de fato, inseriu um número maior de mulheres no futebol brasileiro, sobretudo, na série A2 do Campeonato Brasileiro Feminino, que aumentou de 16 times participantes em 2018 para 36 em 2019. No entanto, questiona-se em que medida esta ação pode trazer melhoras na condição de atuação dessas jogadoras no campo futebolístico ou avanços no processo de profissionalização do futebol feminino brasileiro.

Mesmo diante dessas ações positivas, ainda existe certa resistência por parte de outros agentes que pertencem ao campo futebolístico e as ações tomadas pelas entidades foram com o intuito de obrigar o investimento nas equipes femininas, justamente pela falta de iniciativa de outros agentes, como, por exemplo, os clubes mais tradicionais. Nesse sentido, compreende-se

que as ações que objetivam alavancar o futebol de mulheres e consolidar o campo profissional para as jogadoras, devem ser tomadas e colocadas em prática de forma coletiva. O objetivo de melhorar o futebol de mulheres de forma isolada por alguns agentes somente (exemplo: as entidades), não possibilitará reais avanços nas condições dessas jogadoras, ou seja, se o objetivo de profissionalizar o futebol de mulheres no Brasil não for tratado com seriedade pelo conjunto de agentes que pertencem ao campo (entidades, clubes, gestores e jogadoras). As ações e medidas, obrigatórias ou não, serão apenas regulamentos e formalidades sem efetividade e, portanto, um mero cumprimento de protocolo. Como resultado disso, o futebol de mulheres se tornará mais deficitário no que se refere às condições de atuação para a prática profissional da modalidade.

Estudar a condição da mulher no futebol se justifica com base na compreensão que esta modalidade é um dos principais fenômenos socioculturais do século XXI. Tem uma significativa capacidade influenciadora, tanto de forma positiva como negativa, nos diferentes segmentos da sociedade: econômico, cultural, político e social. Diante disso, parte-se do entendimento que “[...] o futebol tem capacidade de expressar determinada cultura predominante em diversas sociedades ou grupos sociais” (COSTA, 2016, p. 380).

Além disso, estudar o campo futebolístico é refletir sobre um espaço de dominação masculina (SALVINI; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2012; GABRIEL, 2015; PEREIRA, 2018). Nesse espaço, se constituiu uma posição estabelecida para a mulher, a qual foi designada e quase sempre naturalizada para as mulheres. Tal construção social atribui papéis determinantes aos sexos, que confirmam a posição restrita e secundária da mulher em alguns espaços e interferem diretamente em suas escolhas profissionais em alguns campos. Entende-se também que esta lógica é subsidiada em narrativas generalistas pertencentes ao sistema patriarcal que estrutura uma sociedade. Nesse sentido, é importante observar em qual estrutura se ancora o esporte, e, mais especificamente, o futebol profissional, para compreender as ações estruturadas dentro deste campo e o quanto elas condizem com o padrão patriarcal que os estrutura.

Nesse sentido, ainda que diante de uma lógica excludente, que coloca as mulheres sempre na contramão do campo futebolístico, elas seguiram lutando para adentrar e permanecer nesse espaço. Observa-se que o futebol foi por anos (especificamente 40 anos) uma modalidade proibida no Brasil para as mulheres: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza” (BRASIL, 1941). O artigo 54 do Decreto-lei 3.199, em 1941, período em Getúlio Vargas governava o país, trouxe uma medida que proibia as mulheres de praticarem algumas modalidades. Anos após a permissão e queda da medida (40

anos), as mulheres continuam lutando por um espaço consolidado de atuação profissional na modalidade.

Além disso, Tiesler destaca que “Tal como acontece com os jovens do sexo masculino em todo o mundo, um número maior de jovens mulheres sonham igualmente em se tornar futebolistas profissionais e em perseguir seus sonhos, investindo intensamente em suas habilidades ao longo dos anos” (TIESLER 2016, p. 202, tradução nossa). Entretanto, jogar profissionalmente só é possível em 22 dos 147 países listados na FIFA, dentre eles, os principais são: Alemanha, Espanha, Estados Unidos da América (EUA), Inglaterra, Rússia e Suécia. Dessa forma, em mais de 85% dos países, jogadoras talentosas precisam sair de casa para jogar profissionalmente (TIESLER, 2016). Nesse sentido, Almeida e Pisani (2015) ressaltam que

O Brasil ainda se apresenta apenas como ‘talent exporter’ (Tiesler, 2011), sendo um dos países que mais envia futebolistas para clubes estrangeiros. Das atletas que compuseram o quadro da Seleção Brasileira na última Copa do Mundo (entre junho e julho de 2015 no Canadá), cerca de 60% atuavam (também) no exterior. Por outro lado, a recepção de atletas de outras nacionalidades ainda é bastante raro - mesmo de sulamericanas. A estrutura oferecida pelos clubes e campeonatos, bem como os baixos salários, não são ainda suficientes para incentivar esse tipo de mobilidade (ALMEIDA; PISANI, 2015, p. 23).

As atletas migram para o exterior em busca de empregabilidade e profissionalização (BALARDIN *et al.*, 2018). Segundo Piraudeau (2017), a profissionalização do futebol feminino originou um aumento significativo de migrações de jogadoras mulheres, atraídas pelas condições de remuneração ofertadas pelos clubes norte-americanos e principais clubes europeus. Entretanto, o autor demonstrou que nem sempre as condições para atuação futebolística fora do Brasil são realmente boas, pois algumas atletas que migram também vivem diversos problemas e dificuldades, como a integração em uma cultura diferente, estar longe de suas famílias, e mesmo problemas socioeconômicos.

Com base no cenário que a modalidade está perpassando, o observatório do futebol pertencente ao Centro Internacional de Estudos do Esporte (CIES)¹⁰ compreende que, mais do que nunca, é necessário refletir sobre o futuro do futebol profissional feminino.

Diante disso, foram definidos os objetivos específicos para aprofundar o conhecimento sobre o objeto de pesquisa:

- a) conhecer o campo futebolístico em seus aspectos normativos/legislativos, bem como, as relações de poder existentes entre os agentes que pertencem a ele;

¹⁰ O centro está localizado em Neuchâtel, na Suíça, e seu observatório de Futebol é especializado na análise estatística do futebol, que publica, desde 2005, um relatório anual sobre a modalidade (POLI; RAVENEL; BESSON, 2017).

- b) refletir sobre a posição da mulher jogadora brasileira e o campo futebolístico com base nas perspectivas teóricas de *habitus* e gênero;
- c) compreender o processo de profissionalização no futebol de mulheres;
- d) analisar a trajetória e o percurso das mulheres jogadoras, observando as disposições que orientaram e subsidiaram sua posição no campo futebolístico;
- e) inferir as estratégias e as tomadas de posição das jogadoras para permanecer atuando no futebol, sobretudo, para obter as condições necessárias (possibilidades) para atuar profissionalmente.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, a tese foi organizada em capítulos, os quais estão descritos na sequência.

No primeiro capítulo apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa, em que se descreve desde o período de inserção na pesquisa de campo até o momento da Análise de Conteúdo. Neste capítulo, aponta-se o desenvolvimento da pesquisa, levando em consideração o contexto e as possibilidades da coleta e análise dos dados.

No segundo capítulo, reflete-se, primeiramente, sobre a posição da mulher futebolista, com base nos aspectos normativos/legislativos referentes ao futebol brasileiro. Na sequência, intenta-se perceber as tomadas de posição dos agentes, especialmente os dominantes (entidades futebolísticas) que compõem o campo futebolístico profissional. Por fim, busca-se compreender as ações desses agentes acerca da profissionalização no futebol de mulheres. As duas últimas seções estão fundamentadas pela teoria bourdieusiana (conceitos de campo, *habitus* e capital), compreendendo as relações sociais, culturais e econômicas deste universo.

No terceiro capítulo, inicialmente, analisa-se a relação entre a mulher brasileira e o campo futebolístico, a partir de duas perspectivas teóricas, como o *habitus* e o gênero. Com isso, busca-se compreender o processo de profissionalização do futebol de mulheres, por meio de estudos existentes sobre esta temática.

No quarto capítulo, aborda-se a realidade empírica do futebol de mulheres no Estado do Paraná, situando, especificamente, o objeto deste estudo: a equipe feminina do clube A, em sua trajetória e construção histórica.

No quinto capítulo, as seções estão divididas em três, distintas, porém interdependentes. Inicialmente, caracterizam-se as dezesseis jogadoras entrevistadas que atuam na equipe Clube A/Clube B, traçando o perfil de cada uma, buscando compreender a trajetória dessas jogadoras no campo futebolístico e perceber as disposições que embasaram a inserção delas na modalidade. Posteriormente, foi sistematiza-se o percurso das jogadoras nas diferentes

equipes (nacionais e internacionais) em que elas atuaram, observando as disposições que embasaram a permanência dessas mulheres no campo futebolístico.

Com base nesse percurso, por fim, intenta-se compreender o projeto futebolístico das atletas para inferir as estratégias e as tomadas de posição que elas constroem, não somente para permanecer atuando no futebol, mas, sobretudo, para obter as condições necessárias (possibilidades) para atuar profissionalmente.

CAPÍTULO 1 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa, considerando sua particularidade social, optou-se pelo delineamento metodológico do Estudo de Caso (E.C.) que permite um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, revelando pontos difíceis de compreensão, bem como possibilita uma visão abrangente dos acontecimentos da vida real e o destaque de uma investigação empírica de fenômenos contemporâneos (YIN, 2001). Para compreender melhor as características do Estudo de Caso, optou-se por trabalhar com Yin (2001), que propõe uma reflexão sobre o estudo de caso como método rigoroso de investigação por meio de uma abordagem sistêmica e sociológica. Segundo Yin (2001), o estudo de caso não objetiva realizar generalizações, mas traça características sobre o objeto para construir um conhecimento que pode ser utilizado para compreensões sobre o fenômeno estudado em diferentes contextos.

Diante disso, Yin (2001) enfatiza a importância de o caso estudado ser representativo, construindo um conhecimento que possa subsidiar estudos correlatos. Dessa forma, entende-se que este estudo pode sanar lacunas existentes sobre a temática, corroborando para compreensões acerca do futebol praticado por mulheres, bem como pode aproximar e dialogar com outros estudos, cujo objeto é a profissionalização das mulheres que buscam viver da prática futebolística.

Considerando tais aspectos, a delimitação do time feminino a ser estudado ocorreu com base na dimensão da prática esportiva de alto rendimento, tendo em vista que o enfoque está em analisar o futebol enquanto profissão. Portanto, selecionou-se um time que estava participando da Série A1 do Campeonato Brasileiro, competição do mais alto nível da esfera estadual e nacional, principal competição futebolística do país.

Após a delimitação inicial, mirou-se em um time situado no estado do Paraná. Investigar equipes dessa região do Brasil se justifica por dois fatores: 1) devido ao objetivo do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, que visa fomentar a pesquisa, especialmente sobre questões relacionadas à região; 2) embasada na compreensão de Freitas Jr. de que “[...] grande parte dos estudos produzidos tem se limitado a realizar exaustivas abordagens dos grandes centros futebolísticos, fundamentalmente do eixo Rio – São Paulo” (FREITAS JUNIOR, 2000, p. 3); nesse sentido, o autor ressalta que emerge o falso entendimento de que a história do futebol brasileiro pode ser sintetizada nos fatos que ocorrem nesses centros urbanos. Portanto, isso pode constituir uma lacuna na temática, devido à ausência de estudos que retratem outras realidades brasileiras.

Embora em sua pesquisa Freitas Jr. (2000) trate do futebol praticado por homens, nota-se que esse contexto se estende ao feminino, pois Kessler (2015), ao estudar duas equipes do Rio Grande do Sul (Grêmio e Internacional), se referiu à invisibilidade desses times no cenário nacional do futebol de mulheres, em comparação aos centros de profissionalização da região Sudeste. A autora ressalta que essa região, mais especificamente São Paulo, foi considerada pelas jogadoras riograndense o estado com maior volume de capital¹¹.

Vale destacar que, em 2019 – ano em que foram realizadas as entrevistas com as atletas – a região Sul tinha três times participando da série A1 do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino. Dentre eles, somente um pertence ao estado do Paraná, sendo o escolhido para a realização da pesquisa. No site oficial do clube B foi publicado um texto em dezembro de 2018, relatando sobre a parceria realizada com o clube A, time fundado em 2010, que tem se destacado como uma das melhores equipes do futebol de mulheres (CLUBE B, 2018). As características e a estrutura do time são detalhadas no decorrer dos resultados, a partir dos relatos das jogadoras e da gestão do clube.

Para compreender as condições de atuação profissional das jogadoras do time selecionado, optou-se por investigar três significativos agentes que compõem o cenário de um clube: as atletas, os técnicos e os gestores (presidentes). Esses dois últimos são relevantes por serem detentores de saber em relação à infraestrutura e organização dos times. Para realizar a interlocução com os agentes optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas¹², que, para Yin (2001), constituem a principal fonte de evidências no método Estudo de Caso. Para o autor, pode-se realizar a entrevista com o intuito de extrair fatos, opiniões e *insights*, por isso, será realizada neste estudo.

Vale destacar que esta pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da UEPG na Plataforma Brasil, sendo necessário a elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice E) assinado pelos agentes entrevistados e do Termo de Assentimento (Apêndice F) assinado pelo clube em questão. Diante disso, os trechos transcritos das entrevistas são apresentados no texto a partir das iniciais dos agentes, como: Técnico Dirigente (TD), e as jogadoras pelo “J” e o número de identificação correspondente (J1, J2, J3). Além disso, a principal equipe estudada foi denominada durante todo o texto como

¹¹ Kessler (2015) utiliza o conceito de Capital proposto por Bourdieu, evidenciando algumas diferenças existentes entre as regiões Sudeste e Sul no futebol de mulheres. Para verificar com mais profundidade essas questões abordadas pela autora, ver a tese nas referências: Kessler (2015).

¹² O roteiro das entrevistas semiestruturadas aplicadas aos agentes (jogadoras, técnico e gestor) estão disponibilizadas nos Apêndices A, B e C. No primeiro se encontra o roteiro das perguntas realizadas para as jogadoras, no segundo para o técnico e no terceiro para o gestor.

clube A, agente (instituição) que já possuía o time feminino antes da medida obrigatória. A segunda equipe, que fez a parceria por conta da medida estabelecida pela CONMEBOL, foi denominada de Clube B. Esses direcionamentos foram necessários para manter o sigilo dos clubes estudados conforme está disposto nos Termos de Consentimento e Assentimento.

Além das entrevistas, optou-se pela realização de observações¹³ por meio de um diário de campo, no qual foi registrado todo o processo da pesquisa. Foi anotado desde os primeiros contatos com os agentes até a pesquisa de campo propriamente dita, que compreende a visita no alojamento que as jogadoras moravam (denominado por Casa da Atleta) e a convivência da pesquisadora com os agentes do estudo em momentos de treinos e jogos.

A partir disso, optou-se por descrever como foi estabelecido os primeiros contatos com o clube selecionado até o momento que se chegou, efetivamente, à cidade destino¹⁴, para a pesquisa de campo. Os apontamentos foram inseridos no capítulo referente à metodologia, pois entende-se que fazem parte do processo metodológico necessário para obter o acesso ao local de pesquisa. Destaca-se que essas descrições foram construídas como base no diário de campo elaborado pela pesquisadora. Os trechos transcritos do diário de campo são explicitados com suas iniciais (DC).

Em outubro de 2017, período em que ocorria o delineamento deste projeto de pesquisa, foi realizado o primeiro contato com o time clube A. Na sequência, iniciou-se a busca por informações sobre o clube A, tentando encontrar um contato para acesso ao time. Nessa época, o time tinha um assessor, que será denominado com as iniciais (CR) e seu e-mail estava disponível no site oficial do time¹⁵.

Entrando em contato com o assessor, após uma breve apresentação, ressaltou-se os interesses da pesquisa com as jogadoras de futebol do clube A. No prazo de dois dias obteve-se uma resposta positiva do assessor, que se disponibilizou prontamente a colaborar com o estudo. Ele mencionou que se formou em jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e passou tanto o seu contato telefônico como do presidente do clube estudado.

Nesse momento, com o apoio demonstrado por CR, percebeu-se que o projeto que estava sendo delineado poderia ter continuidade, tornando real a ideia de efetivação da pesquisa. É importante destacar este fato inicial, pois, para a pesquisadora foi uma conquista, dado que se entende que seria difícil conseguir contato, e, sobretudo, acesso a uma equipe de futebol que

¹³ O roteiro de observação está disponibilizado no Apêndice D.

¹⁴ A cidade, onde realizamos a pesquisa será denominada: Cidade destino.

¹⁵ O site oficial que foi acessado em 2017 foi desativado pela administração do time em 2019. Por conta disso, não será fornecido o link dele, mas destaca-se o link da página do *facebook*, onde se encontra as informações e o acesso ao time atualmente. Ver nas referências: Clube A Futebol Feminino (2022).

estava disputando o campeonato brasileiro série A1. Observou-se que para os agentes que pertenciam ao time (técnico, dirigente do clube e jogadoras) era muito importante que se realizasse o estudo sobre o futebol de mulheres. Isso ficou evidente na fala do presidente do clube quando aceitou a proposta de pesquisa e demonstrou enorme interesse em colaborar, possibilitando o acompanhamento de sua equipe pelo tempo que fosse necessário.

O primeiro contato com o TD ocorreu em junho de 2018, após ser efetivamente aprovado o projeto de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e ter realizado algumas modificações de acordo com as considerações da Professora orientadora e das disciplinas do primeiro semestre do Programa. Refletiu-se sobre a melhor forma de obter este primeiro contato com o presidente e técnico clube A; visto que possuía dupla função na equipe, poderia determinar, efetivamente, a entrada no campo de pesquisa, o clube.

Para Angrosino (2009), escolher o local onde será desenvolvido o estudo nem sempre é fácil, pois é essencial estabelecer e manter o vínculo para condução da pesquisa em um campo que não apresente tantos obstáculos de acesso. Diante disso, o estabelecimento do acesso ao clube A foi realizado com bastante cautela para que pudesse obter o contato inicial, mas, para além disso, manter o contato com o clube.

Para estabelecer e manter a realização da pesquisa, optou-se por conversar com o presidente e técnico da equipe por meio de uma ligação, explicando claramente os objetivos e procedimentos do estudo que seria desenvolvido com o time. Entretanto, seguindo a lógica da cautela, considerou-se o horário que seria realizada a ligação, pois inferiu-se que sua dupla função na equipe resulta em inúmeras atividades e tarefas. Com isso, foi enviada uma mensagem via *WhatsApp*, com uma breve apresentação da pesquisadora e dos interesses do contato, bem como ressaltou-se o contato prévio que havia sido realizado com CR, que não se encontrava como assessor de imprensa do clube neste período, mas reiterou a indicação do TD e passou o telefone para que fosse possível acessá-lo.

Conforme previamente inferido, o presidente e técnico do clube estava atarefado com as atividades do time, visto que, em resposta a esta primeira mensagem, contou que havia chegado recentemente de um jogo contra a Ponte Preta, que aconteceu em Campinas (SP) e já estavam se preparando para o próximo, contra o Rio Preto, que ocorreria no dia seguinte. Entretanto, mesmo diante da grande movimentação decorrente do Campeonato Brasileiro de 2018, na época, de forma muito atenciosa ele aceitou conversar e pediu para que a ligação fosse realizada após as 21 horas, momento sem risco de interrupções.

Diante da primeira conversa com o TD, apresentou-se brevemente a trajetória da pesquisadora, relatando quais foram seus estudos sobre o futebol de mulheres até chegar

naquele projeto de doutorado, cujo objetivo era analisar a profissionalização no futebol de mulheres dentro do Brasil. Para tanto, foi necessário delimitar o sujeito da pesquisa, mirando para o clube A, um time situado no Paraná, região sul do Brasil, que se destacou por alguns feitos no futebol brasileiro. Em outras palavras, era o único time paranaense que estava na série A1 do Campeonato Brasileiro, que conquistou diferentes títulos e constituiu uma longa história no futebol de mulheres no país.¹⁶

Ao estabelecer este contato, nota-se que a resposta do dirigente/técnico demonstrou interesse em colaborar com todas as etapas da pesquisa, enfatizando sua alegria de identificar o clube A e reconhecer a importância do time no Estado do Paraná. Assim, como o TD destacou:

Para nós do clube A será um prazer ter você aqui para que você leve nossa entidade com uma base para seu estudo. É muito importante isso para o futebol feminino e também para o clube A, pois ainda são muito poucas as pesquisas que envolvem a realidade de times de futebol feminino no Brasil e isso é extremamente necessário para que as pessoas e os órgãos competentes tenham noção do quão importante é o futebol feminino para o país. O clube A, ele se sente honrado com a sua presença aqui e pelo desenvolvimento do seu trabalho aqui, no acompanhamento e na oportunidade que você terá de nos acompanhar [...] eu acredito que pode dar bastante subsídios para que você possa conduzir sua pesquisa de uma forma satisfatória. E o clube A estará sempre a sua disposição e a disposição de qualquer pessoa que tenha interesse em pesquisar o futebol feminino para que ele possa cada vez mais estar crescendo (TD).

Ademais, destacou a relevância de estudos acerca do futebol feminino, pois poucas pessoas se interessam e buscam conhecer de perto a realidade de equipes que disputam campeonatos de altos níveis no Brasil. Por fim, o TD mencionou que seria importante a pesquisadora se programar para realizar o estudo em períodos de campeonatos (Brasileiro ou Paranaense), momento em que todas as jogadoras estariam alojadas na Casa da Atleta na cidade destino e, portanto, teria a possibilidade de realizar a pesquisa, pois muitas voltam para suas cidades quando encerra a temporada de jogos.

O apoio do presidente e técnico da equipe do clube A em relação à pesquisa foi fundamental para dar continuidade no delineamento do projeto e iniciar a etapa de estruturação do roteiro de observações e de entrevistas que foram aplicadas para os agentes (ver roteiros nos apêndices).

Com base nisso, foi iniciada a programação da viagem, em que se buscou estabelecer a data em que a pesquisadora iria fazer sua inserção em campo. Para tanto, em maio de 2019, mês que começaria os jogos do Campeonato Brasileiro, contatou-se novamente o TD, para

¹⁶ A história do Clube A e as titulações conquistadas foram explanadas no capítulo 4 deste estudo.

comunicar sobre a viagem que poderia ser realizada naquele momento e verificar a melhor data de chegada na cidade destino.

Na resposta dele durante a ligação, evidenciou-se novamente seu entusiasmo com a pesquisa, pois ofereceu a Casa da Atleta para a hospedagem, para poder vivenciar mais de perto a rotina das jogadoras. Além disso, convidou a pesquisadora para viajar com a equipe do clube A, acompanhando alguns jogos do Campeonato Brasileiro, com o objetivo de obter maior compreensão sobre a realidade das atletas. Entretanto, era preciso definir com cautela a data, pois entre os meses de maio e junho as jogadoras entrariam em recesso, voltando após 10 dias para o retorno do Campeonato Brasileiro de 2019.

Com base nisso, foi definido que a pesquisadora chegaria na cidade destino no início de julho de 2019, para acompanhar os treinos e a rotina das jogadoras durante uma semana. Posteriormente, na outra semana, acompanharia três jogos da equipe, na cidade destino (PR), no Estádio da casa; outro em Guaratinguetá (SP), no Estádio Dário Leite; e outro no Rio de Janeiro, no Estádio da Gávea.

A observação e as entrevistas foram realizadas no processo de inserção da pesquisadora no campo estudado. A Casa da Atleta, residência das jogadoras entrevistadas, foi espaço de observação e local em que ocorreram algumas das entrevistas. Os momentos de treinos e jogos do clube A também foram observados pela pesquisadora. Nesse sentido, sintetizou-se a estrutura do diário de campo, tentando demonstrar o processo de aproximação com as principais agentes desta pesquisa, as jogadoras.

O diário de campo está subdividido em dois momentos: primeiro, as descrições dos primeiros contatos com o referido clube; em um segundo momento, a pesquisa de campo propriamente dita, que foi distribuída em 12 dias, nos quais foram realizadas 17 entrevistas, bem como as observações e o acompanhamento da rotina da equipe em todos os períodos (manhã, tarde e noite), de três treinos e três partidas (rodada 10, 11, 12) da primeira fase do Campeonato Brasileiro feminino de 2019, realizado pela CBF¹⁷. Além disso, foram inseridos no diário de campo os contatos posteriores com os agentes da pesquisa, pois após retornar da pesquisa de campo e dar início à descrição dos resultados, algumas questões surgiram e, portanto, foi necessário realizar outras perguntas aos entrevistados (Quadro 1).

¹⁷ Para obter informações sobre as rodadas e placar dos jogos de todas as fases do referido campeonato acesse o site da CBF. Ver nas referências: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (2019).

Quadro 1 - Registro de datas das observações descritas no Diário de Campo

Diário de Campo	Data	Temas centrais
Descrição 1	18/11/2017	Primeiro contato com o assessor de imprensa do clube
Descrição 2	20/11/2017	Resposta do assessor de imprensa do clube
Descrição 3	03/06/2018	Primeiro contato com o presidente do clube por e-mail
Descrição 4	04/06/2018	Primeiro contato com o presidente do clube por telefone
Descrição 5	16/05/2019	Segundo contato com o presidente para marcar a data da visita
Descrição 6	08/07/2019	Viagem para cidade destino e início da pesquisa de campo
Descrição 7	09/07/2019	Treinamento (equipe principal e sub18) e tentativa de aproximação
Descrição 8	10/07/2019	Jogo – clube A 0 x 1 Corinthians e primeira aproximação
Descrição 9	11/07/2019	Treinamento (sub 18) e duas entrevistas com jogadoras
Descrição 10	12/07/2019	Treinamento na academia (equipe principal) e uma entrevista
Descrição 11	13/07/2019	Duas entrevistas com jogadoras e viagem para São Paulo
Descrição 12	14/07/2019	Duas entrevistas com jogadoras
Descrição 13	15/07/2019	Jogo – clube A 1 x 1 São José e duas entrevistas com jogadoras
Descrição 14	16/07/2019	Quatro entrevistas com jogadoras
Descrição 15	17/07/2019	Uma entrevista com jogadora e uma com o técnico/presidente
Descrição 16	18/07/2019	Jogo – clube A 0 x 5 Flamengo e duas entrevistas com jogadoras
Descrição 17	19/07/2019	Retorno para Ponta Grossa
Descrição 18	27/03/2020	Posterior contato com o presidente do clube via <i>Whatsapp</i>
Descrição 19	02/04/2020	Posterior contato com o presidente do clube via <i>Whatsapp</i>
Descrição 20	07/04/2020	Posterior contato com o presidente do clube via <i>Whatsapp</i>
Descrição 21	12/03/2022	Posterior contato com a jogadora 14 via <i>Whatsapp</i>
Descrição 22	10/03/2022	Posterior contato com a jogadora 7 via <i>Whatsapp</i>
Descrição 23	10/03/2022	Posterior contato com a jogadora 5 via <i>Whatsapp</i>
Descrição 24	31/03/2022	Posterior contato com a jogadora 1 via <i>Whatsapp</i>
Descrição 25	01/04/2022	Posterior contato com a jogadora 10 via <i>Whatsapp</i>

Fonte: A autora

Após chegar até o local da pesquisa de campo, na cidade destino, deu-se início ao processo de observação e entrevistas, realizadas na medida que foi sendo estabelecido os contatos e as aproximações com os agentes do estudo. O processo de aproximação entre a pesquisadora e as jogadoras do clube A, descrito no diário de campo, foi relatado neste capítulo, visto que foi um passo significativo dentro da pesquisa, trazendo a superação de uma barreira encontrada no percurso. Durante algumas tentativas de aproximação da pesquisadora com as jogadoras ao circular pela Casa da Atleta, entre os treinos e os jogos e até nos horários das refeições, encontrou-se certa resistência das atletas. Percebeu-se que as jogadoras não faziam questão de notar a presença da pesquisadora e não proporcionavam a abertura necessária para iniciar uma conversa, o que dificultou o primeiro contato.

Geertz (2008) descreve essa sensação ao visitar uma aldeia balinesa, pois foi tratado como se não estivesse lá, levando-o a se sentir como uma criatura invisível:

Enquanto caminhávamos sem destino, incertos, ansiosos, dispostos a agradar, as pessoas pareciam olhar através de nós, focalizando o olhar a alguma distância, sobre uma pedra ou uma árvore, mais reais do que nós. Praticamente ninguém nos cumprimentava, mas também ninguém nos ameaçava ou dizia algo desagradável [...]

Quando nos arriscávamos a abordar alguém (e numa atmosfera como essa a pessoa sente-se terrivelmente inibida para isso), essa pessoa se afastava, [...] Os aldeões vigiavam cada movimento que fazíamos e dispunham de uma quantidade enorme de informações bastante corretas sobre quem éramos e o que pretendíamos fazer. Mas eles agiam como se nós simplesmente não existíssemos e esse comportamento era para nos informar que de fato nós não existíamos, ou ainda não existíamos (GEERTZ, 2008, p. 185).

De fato, estava diante de algo parecido com o relato de Geertz (2008) sobre a cultura dos balineses, pois dificilmente alguém me cumprimentava ou dava abertura para a realização de uma aproximação ou da própria entrevista. O autor denominou este período da pesquisa etnográfica como o estágio do sopro de vento, que se refere a um momento frustrante e enervante. Ainda que esta pesquisa não seja considerada etnográfica, visto que seria necessário maior tempo de contato com as jogadoras para realizá-la, as considerações de Geertz (2008) auxiliou na reflexão sobre as observações realizadas sobre um grupo em interface aos aspectos sociais e culturais, especialmente na fase de aproximação com este grupo de jogadoras.

O período mencionado foi frustrante, pois o tempo de permanência no campo de pesquisa era limitado e, portanto, o prazo para fazer todas as entrevistas e observações também. Somente no terceiro dia de convivência a pesquisadora conseguiu romper com esta barreira e de fato estabelecer contato com algumas jogadoras.

Entretanto, de acordo com Yin, o pesquisador no estudo de caso “[...] deve ser capaz de ser adaptável e flexível, de forma que as situações recentemente encontradas possam ser vistas como oportunidades, não ameaças” (YIN, 2001, p. 81). Como o presidente do clube não proporcionou um momento para a apresentação da pesquisadora e dos objetivos dos estudos da pesquisa para a equipe do clube A, foi necessário encontrar caminhos para uma apresentação individual entre pesquisadora e jogadoras para relatar os aspectos da pesquisa, ação que poderia fornecer informações importantes para as atletas e deixá-las menos retraídas.

Geertz (2008) demonstra que a aceitação é algo bastante particular, que ocorre de forma específica, conforme aconteceu em sua pesquisa sobre as brigas de galos praticada por javaneses em segredo nos cantos das aldeias:

No meio da terceira rinha, com centenas de pessoas em volta, inclusive eu e minha mulher, ainda transparentes, um superorganismo, no sentido literal da palavra, um caminhão cheio de policiais armados de metralhadoras, surgiu como bloco único em torno da rinha [...] As pessoas corriam pela estrada, pulavam muros, escondiam-se sob plataformas, enroscavam-se por trás de biombos de vime, subiam nos coqueiros [...] Minha mulher e eu decidimos alguns minutos mais tarde que os demais, que o que tínhamos a fazer era correr também. Corremos pela rua principal da aldeia, em direção ao Norte, afastando-nos de onde morávamos, pois estávamos naquele lado da rinha. Na metade do caminho, mais ou menos, outro fugitivo entrou subitamente num galpão - seu próprio soubemos depois - e nós, nada vendo à nossa frente, a não ser campos

de arroz, um campo aberto e um vulcão muito alto, seguimo-lo. Quando nós três chegamos ao pátio interno, sua mulher, que provavelmente já estava a par desses acontecimentos, apareceu com uma mesinha, uma toalha de mesa, três cadeiras e três chávenas de chá, e todos nós, sem qualquer comunicação explícita, nos sentamos, começamos a beber o chá e procuramos recompor-nos. Alguns momentos mais tarde, um dos policiais entrou no pátio, com ares importantes, procurando o chefe da aldeia [...] Vendo minha mulher e eu, 'brancos', lá no pátio, o policial executou a clássica aproximação dúbia. Quando recobrou a voz, ele perguntou, em tradução aproximada, que diabo estávamos fazendo ali. Nosso hospedeiro de cinco minutos saltou instantaneamente em nossa defesa, fazendo uma descrição tão apaixonada de quem e do que nós éramos, com tantos detalhes e tão correta que eu, que mal me havia comunicado com um ser humano vivo, a não ser meu senhorio e o chefe da aldeia, durante mais de uma semana, cheguei a ficar assombrado. [...] Na manhã seguinte, a aldeia era um mundo completamente diferente para nós. Não só deixáramos de ser invisíveis, mas éramos agora o centro de todas as atenções, o objeto de um grande extravasamento de calor, interesse e, principalmente, de diversão (GEERTZ, 2008, p. 186-187).

A aceitação da pesquisadora também foi se dando paulatinamente, não de forma integral ou imediata, pois precisou de uma ação, semelhantemente ao que ocorreu com Geertz – certamente, não perigosa como a experiência dele – que deu início às primeiras aproximações, trazendo uma maior confiança das atletas. Esse primeiro passo ocorreu no terceiro dia em campo, na observação do primeiro jogo entre o clube A/clube B e o Corinthians, que ocorreu na cidade destino.

Ao finalizar o jogo com o placar de 1 a 0 para a equipe corinthiana, todos demoraram a retornar para o ônibus, pois haviam realizado uma reunião após o jogo, a qual a pesquisadora não conseguiu participar devido ao clima tenso que existia por conta da derrota. Durante o retorno, pairava um silêncio absoluto dentro do ônibus, diferentemente da ida para o jogo às quatorze horas da tarde, com uma música tocando na caixa de som de uma das atletas, em que todas cantavam e dançavam de forma muito animada.

Vale destacar que em todos os jogos que as atletas disputavam, tanto a música como a dança e a cantoria estavam presentes, algo que se parece como um ritual de pré-jogo, onde todas se conectam pela música tocada dentro do ônibus, no vestiário, até o momento em que TD começa a fala de concentração coletiva.

Conforme destacado, no retorno este clima de animação não era o mesmo, fato que trouxe a sensação de que a pesquisadora passaria mais um dia sem conseguir a aproximação com as atletas, mas ao mesmo tempo entendia-se que aquelas dificuldades faziam parte da pesquisa. Esta fase da pesquisa foi destacada no diário de campo, enfatizando a oportunidade de aproximação com as jogadoras:

Naquele dia do jogo, após chegar na Casa da Atleta, todas subiram para seus quartos no mesmo clima que vieram no ônibus e eu acreditando que não iria conseguir mais

acesso a elas, decidi ir jantar em um restaurante que ficava próximo ao alojamento. O local estava bastante cheio de pessoas e resolvi sentar próximo ao balcão. Passado algum tempo, escutei uma voz me chamando 'o Doutora'. Para minha enorme surpresa era uma das jogadoras do clube A que residia na Casa da Atleta. Naquele momento, eu fiquei muito animada, pois vi ali a oportunidade esperada desde que cheguei: a aproximação (DC).

A jogadora que chamou a pesquisadora estava sentada em uma mesa com outras cinco jogadoras; neste momento, foi iniciada a fase da aproximação necessária para realizar os outros passos da pesquisa. No outro dia, algumas jogadoras (especialmente aquelas que estavam no restaurante), já passaram a cumprimentar a pesquisadora, dando espaço para uma conversa no momento do café da manhã, almoço etc. No quarto dia de presença no campo de pesquisa, com essa aproximação, outras jogadoras passaram a dar aberturas significativas para dar início as entrevistas.

Para a análise das entrevistas realizadas com os agentes deste estudo adotou-se a metodologia denominada Análise de Conteúdo (A.C.), que direciona o pesquisador no que está aparente e latente nos mais diversos tipos de discursos. Bardin (1979) demonstra que a A.C. está dividida em torno de três pontos: 1) a pré-análise, momento da organização da pesquisa; 2) a exploração do material, administração sistemática das tomadas de decisões ocorridas na etapa anterior; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, que se refere à análise final e as interpretações das informações coletadas. Para Bardin (1979), este conjunto de técnicas para analisar a comunicação mais especificamente, busca trabalhar com procedimentos sistemáticos e objetivos na descrição do conteúdo das mensagens coletadas, obtendo indicadores tanto quantitativos como qualitativos, os quais permitem a emersão de inferências relacionadas às mensagens.

Foram obtidas dezessete entrevistas individuais: dezesseis com as jogadoras e uma com o técnico/presidente do clube, com questões direcionadas às duas funções dele. O tempo total das entrevistas foram de 5 horas, 57 minutos e 17 segundos de gravações em áudio, que consistiram em 74 páginas de transcrições.

Vale destacar que o diário de campo foi construído durante as observações, as quais foram registradas em um grupo de conversa do aplicativo denominado "*WhatsApp*". Este aplicativo foi escolhido como ferramenta, pois facilita a inserção de observações por meio de áudios, fotos e anotações de forma mais rápida, tentando não perder pontos importantes durante a pesquisa de campo. Além disso, entende-se que utilizar este aplicativo como ferramenta tornou menos evidente para os agentes da pesquisa que estavam sendo realizadas anotações, fugindo de algo que poderia se tornar um incômodo para todos. A conversa com

escritos, áudios e fotos do diário de campo foi exportada para o e-mail da pesquisadora em forma de documento, de forma a facilitar o acesso para a análise.

As entrevistas foram tratadas com os apontamentos metodológicos da A.C. Para dar início à etapa da pré-análise, foi realizada, primeiramente, a transcrição do material e organizados em forma de textos. Antes de dar início à leitura flutuante, será a etapa de se deixar invadir por “impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas” (FRANCO, 2008, p. 52). Para isso, foi realizada essa transcrição, que gerou as seguintes informações: a) identificação das entrevistadas, mantidas de forma anônima e substituídas pela denominação “jogadora nº X”; b) data da entrevista; c) duração da entrevista; e d) texto na íntegra.

Ao realizar a leitura, emergiram as hipóteses, as quais podem ser estabelecidas como afirmações provisórias, isto é, significa construir suposições emergidas da intuição da pesquisadora até o momento da submissão dos dados que foram colocados à prova. Com base nas intuições emergidas, somada à revisão de literatura (Capítulo 3, Seção 3.1) acerca da profissionalização da mulher no futebol e subsidiados pelo objetivo deste estudo, foram formuladas quatro hipóteses:

- 1) a mulher futebolista se encontra em um processo de profissionalização no campo futebolístico pouco consolidado, pois ao mesmo tempo em que elas se reconhecem como profissionais, também questionam tal conceito, visto que não possuem as condições necessárias para atuar como atleta profissional de futebol;
- 2) as ações das entidades futebolísticas, especialmente a medida obrigatória estabelecida pela CONMEBOL/CBF, são positivas no que se refere a possibilidades para um número maior de mulheres, mas não trazem avanços significativos no que se refere às condições para a mulher ascender em um modelo futebolístico profissional;
- 3) o *habitus* de luta e o capital simbólico futebolístico subsidiam a busca da mulher futebolista, tanto na inserção/permanência no campo futebolístico, como nas estratégias que elas criam para conseguir atuar de forma profissional.

Na sequência, iniciou-se a fase denominada “Exploração do Material”, a qual pode ser classificada como administração sistemática das escolhas inerentes à fase anterior. De acordo com Bardin (1979), esta fase é constituída pelo processo de codificação – que se refere à transformação por meio de aplicação de regras aos dados encontrados, permitindo, por meio de um recorte, agregação e enumeração, encontrar representações, expressões e significados no conteúdo dos textos analisados. Bardin (1979) explica que a sistematização da codificação

consiste em três escolhas: delimitar as Unidades de Registro (UR), as Unidades de Contexto (UC) e determinar as regras de contagem (Enumeração).

A UR é uma unidade significativa, codificada e quantificada em diferentes dimensões, podendo ser recortes em nível semântico, como a temática central de cada texto, ou nível linguístico, como a frase ou palavras dos textos. As unidades de registro frequentemente utilizadas são: palavra, tema, objeto, personagem, acontecimento e documento (BARDIN, 1979).

A UC é uma parte do conteúdo do texto, maior do que a unidade de registro e importante para a compreensão e codificação da UR. Sobre esta, Franco ressalta:

A unidade de contexto é a parte mais ampla do conteúdo a ser analisado, porém é indispensável para a necessária análise e interpretação dos textos a serem decodificados (tanto do ponto de vista do emissor, quanto do receptor) e, principalmente, para que se possa estabelecer a necessária diferenciação resultante dos conceitos de ‘significado’ e de ‘sentido’, os quais devem ser consistentemente respeitados, quando da análise e interpretação das mensagens disponíveis (FRANCO, 2008, p. 47).

Os dados foram transformados sistematicamente em unidades para orientar a descrição das características textuais, a inferência e interpretação/análise final. Estabelece-se como UC o texto como um todo e as unidades de registro foram estabelecidas com base na semântica dos textos. Estabelecidas as UR e UC, parte-se para o processo de categorização na Análise de Conteúdo, que consiste em classificar elementos que compõem um conjunto, primeiro reunidas com base em suas diferenças e posteriormente agrupadas com base em critérios estabelecidos, possuindo características em comum e com um título geral (genérico):

O critério de categorização pode ser semântico (categorias temáticas: por exemplo, todos os temas que significam a ansiedade ficam agrupados na categoria <<ansiedade>>, enquanto que os que significam a descontração ficam agrupados sob o título conceptual <<descontração>>), sintático (os verbos, os adjectivos), lexical (classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento dos sinónimos e dos sentidos próximos) e expressivo (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem) (BARDIN, 1979, p. 111).

O processo de construir categorias envolve um momento de isolar elementos (inventário) e de dividir elementos, buscando organizar as mensagens de maneira a realizar uma classificação. Destaca-se que não existe uma maneira pronta e acabada de construção das categorias. Segundo Franco, em geral, “[...] o pesquisador segue seu próprio caminho baseado em seus conhecimentos e guiado por sua competência, sensibilidade e intuição” (FRANCO, 2008, p. 60).

Bardin (1979) possibilita a formulação de categorias *a priori*, que significa definir previamente tanto as categorias quanto os indicadores, desde que estejam fundamentados no objetivo do estudo. Vale destacar a necessidade de ponderar a criação de um número muito grande de categorias, podendo fragmentar o conteúdo e prejudicar a análise naquilo que pode ser convergente (FRANCO, 2008). Nesse sentido, para não prejudicar a análise, é importante encontrar princípios de organização, elegendo as categorias maiores que podem abranger as menores.

No capítulo 5, no qual apresenta-se a análise final e a inferência dos resultados, foram elencadas três categorias, de acordo com a temática emergida nas entrevistas: Categoria 1 - Trajetória de mulheres no futebol; Categoria 2 – Preconceito e Categoria 3 – A profissionalização de mulheres no futebol. Essas categorias foram definidas *a priori*, no momento da elaboração e aplicação do roteiro de entrevistas às jogadoras, técnico e dirigente, as quais buscam responder o problema deste estudo. Entretanto, depois de realizar as primeiras etapas da A. C., emergiram outras categorias, as quais trouxeram algumas modificações na análise final, sendo possível devido à flexibilidade que esta metodologia fornece à pesquisadora.

Para construir categorias de qualidade, foram estabelecidos alguns critérios de Bardin (1979): a) o critério da exclusão mútua dependente da homogeneidade, em que um único princípio classificatório orienta a organização das categorias; b) o critério da pertinência, que corresponde o material selecionado e o quadro teórico que orienta a análise. c) a objetividade e a fidelidade, consideradas fragmentos do mesmo material em que se aplica determinada matriz de categorias, os quais mesmo analisados diferentemente, devem ser codificados igualmente; d) critério da produtividade, conjunto de categorias que produzem, por meio dos indicadores de inferências, as hipóteses novas e dados mais exatos. (BARDIN, 1979; FRANCO, 2008).

O processo de categorização *a priori*, bem como da codificação das unidades de contexto e unidades de registro foram melhor apresentados no Quadro 2 a seguir. Na primeira coluna foram colocadas as Categorias; na segunda, as Unidades de Registro, que são os temas centrais emergentes das Unidades de Contexto, que são os textos como um todo.

Quadro 2 - Temas centrais das entrevistas: Categorias e Unidade de Registros

Categorias	Unidades de Registro	Unidades de Contexto
A inserção de mulheres na prática futebolística	<ol style="list-style-type: none"> 1) Inserção na modalidade futebolística ocorre no bairro, rua ou campinho; 2) Inserção na modalidade futebolística ocorre em escolinha de futebol, instituição ou projeto; 3) Inserção em algum time/clube; 	Textos completos das entrevistas das jogadoras
Preconceito no campo futebolístico	<ol style="list-style-type: none"> 1) Familiar; 2) Espaços externos (escola, rua/campinho, jogos, arquibancada, entre outros); 3) Meios de comunicação; 4) Falta de apoio e invisibilidade do futebol feminino; 5) Não passou por situações de preconceito; 	Textos completos das entrevistas das jogadoras
Percurso futebolístico de mulheres jogadoras	<ol style="list-style-type: none"> 1) Processo inicial; 2) Processo de atuação nas equipes de futebol de mulheres; 3) Condições necessárias para atuar de forma profissional; 	Textos completos das entrevistas das jogadoras
Estratégias das jogadoras do clube A/clube B no campo futebolístico	<ol style="list-style-type: none"> 1) Jogar futebol fora do Brasil; 2) Jogar na seleção brasileira de futebol; 3) Atuar na formação de jogadoras (projetos, escolinhas de futebol, clubes futebolísticos); 4) Reconhecimento individual e coletivo no futebol de mulheres. 	Textos completos das entrevistas das jogadoras

Fonte: A autora.

Posteriormente ao procedimento de categorização, são reunidos todos os elementos que compõem a unidade de registro codificadas para a preparação da última etapa da A. C., que se refere ao tratamento dos resultados, as inferências e interpretações do material analisado.

A produção de inferências é a maior finalidade da A. C., trazendo os elementos básicos da comunicação, sendo o emissor e receptor da mensagem, bem como o processo codificador. Dessa forma, é necessário compreender alguns vestígios, fazendo inferências de pontos que

transcendem o conteúdo dos textos e que revela outras situações. Isso significa que a inferência permite que da descrição desses elementos que compõem o texto se avance para uma interpretação final.

Diante disso, intenta-se construir o perfil e a trajetória das jogadoras no intuito de considerar no conteúdo: quem fala, por que fala, e associar ao que fala. Segundo os pressupostos metodológicos de Bardin (1979), neste momento da análise, o olhar esteve voltado para o processo de codificação, ou seja, para o produtor da mensagem, enquanto o olhar de decodificação da mensagem, esteve voltado para o efeito de determinado discurso.

O conjunto de procedimentos trouxe o levantamento de inferências sobre as características dos textos das entrevistas, aumentando a relevância da análise e enriquecendo os resultados para que se possa dar credibilidade. Segundo Bardin:

[...] a análise de conteúdo constitui um bom instrumento de indução para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto), embora o inverso - predizer os efeitos a partir de factores conhecidos - ainda esteja ao alcance das nossas capacidades (BARDIN, 1979, p. 130).

A inferência, última fase da A.C. no estudo, produz uma relevância teórica, na medida que se comparam os resultados obtidos na pesquisa aos capítulos teóricos, os quais subsidiam a interpretação final. Por tal relevância, no próximo capítulo apresenta-se uma fundamentação teórica para aprofundar os conhecimentos sobre o objeto deste estudo, evidenciando as relações entre a posição da mulher jogadora e o campo futebolístico profissional.

CAPÍTULO 2

AS LEIS DE FUNCIONAMENTO E A ESTRUTURA DO CAMPO FUTEBOLÍSTICO

Um dos conceitos mais significativos para esta pesquisa é o de campo, o qual Bourdieu (2004) traz como possibilidade para construir de forma científica os objetos de análise. Compreender e utilizar deste conceito (campo) permite escapar de uma armadilha denominada pelo autor “erro de curto-circuito”, que seria estabelecer uma relação direta entre texto (objeto) e contexto (contexto social).

Existe uma distância entre esses dois polos, na qual reside um universo denominado por Bourdieu (2004) como “campo” e que se leva em consideração neste estudo. Por considerá-lo de grande valia, neste capítulo busca-se perceber suas regras de funcionamento, bem como as tomadas de posição/ações e as relações existentes entre os agentes que compõem o campo futebolístico.

Intenta-se perceber as posições e as relações dos agentes nesta estrutura, pois este olhar poderá trazer propriedades que não são visíveis naturalmente. Dessa forma, entende-se que ao pensar o objeto deste estudo com o auxílio desta ferramenta, opta-se por considerar o universo que se situa o campo futebolístico, com instituições, regras de funcionamento, estruturas visíveis/invisíveis e agentes selecionados de acordo com a sua autonomia.

O campo esportivo, e, mais especificamente, o futebolístico, está formalizado em leis que tratam de aspectos gerais do esporte profissional e não profissional, explicitando os direitos e deveres do jogador de futebol como atleta e como trabalhador. A lei também pode influenciar os princípios que estruturam os sistemas do campo futebolístico, e, conseqüentemente, em sua lógica de funcionamento.

Diante disso, na primeira seção reflete-se sobre a posição da mulher futebolista, com base nos aspectos normativos/legislativos referentes ao futebol brasileiro. Discute-se a profissão de atleta de futebol, destacando a condição deste como um trabalhador, tendo em vista que a maioria dos atletas profissionais não recebem enormes salários e nem todos são jogadores de renome nacional e internacional. No futebol de mulheres este contexto se intensifica, pois não existe um modelo para ascender profissionalmente por meio da modalidade, por isso, é difícil para uma mulher ganhar exorbitantes salários ou atuar no futebol espetáculo.

2.1 CARACTERIZAÇÃO NORMATIVA DA PROFISSÃO DO ATLETA FUTEBOLISTA

Segundo Calegari (2016), poucos são os futebolistas milionários, os quais não podem ser analisados da mesma forma que um trabalhador comum, que recebe baixos salários e luta diariamente para sustentar a si e às suas famílias por meio do futebol. O autor compreende que a profissão do atleta de futebol possui regras específicas, que os diferenciam de outros trabalhadores, por um lado prevendo vantagens e por outro suprimindo direitos estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diante disso, para compreender as especificidades que constituem a profissão de atleta futebolista, buscou-se, primeiramente, caracterizar o quadro normativo que regula esta atividade.

Araújo (2017) ressalta que não existe normatização que garanta o direito à prática feminina de futebol e nem mesmo normas que estabeleçam direitos para as mulheres como jogadoras profissionais.

No Brasil, a edição da Lei nº 6.354, de 1976, regulamentou a profissão do atleta de futebol, trazendo a terminologia “passe” para caracterizar o vínculo entre o atleta e a associação desportiva, de forma a descrever alguns aspectos da jornada de trabalho, limite etário e férias (MIRANDA, 2018).

Segundo Calegari (2016), a promulgação da Carta Magna em 1988 trouxe uma nova fase ao Direito Desportivo, tendo em vista que o esporte passou a ser subsidiado preponderantemente pela iniciativa privada, em detrimento do controle estatal, pois a Resolução nº 03/1990 revogou a maior parte (400 de 431) das normas colocadas pelo Conselho Nacional de Desportos (CND). Assim sendo, adveio a Lei nº 8.028/90 que "atribuiu à lei federal sobre desportos a competência para dispor sobre a justiça Desportiva" (BELMONTE, 2010, p. 78).

Segundo Araújo (2017), se tornou responsabilidade dos agentes constitucionais, que compõem o campo esportivo, a viabilização da participação das mulheres de forma profissional no esporte, tendo em vista que em 1988, o artigo 217 da Carta Magna rompeu com o intervencionismo estatal no desporto e instituiu a autonomia esportiva.

Em 1993, a Lei nº 8.672, denominada Lei Zico foi editada, revogando "[...] parcialmente o diploma dos anos de 1970, mas ainda mantendo diversos dos seus preceitos" (CALEGARI, 2016, p. 40). Para Miranda (2018), a Lei Zico não tratava apenas do contexto futebolístico, mas também das normas gerais desportivas, fazendo com que ocorresse a revogação de alguns fragmentos da Lei anterior que eram conflitantes. O autor destaca que por meio da Lei Zico emergiram institutos administrativos e organizacionais no esporte, bem como a regulamentação da justiça desportiva, a criação de ligas e o direito de arena. Entretanto, em

1998, surgiu a Lei nº 9.615 denominada Lei Pelé, instituindo normas gerais acerca do esporte, revogando algumas disposições da "Lei Zico" e extinguindo o instituto do passe.

Segundo Belmonte (2010), a Lei Pelé trouxe inovações como a obrigatoriedade dos clubes se tornarem empresas e dos torcedores se tornarem consumidores, ademais, possibilitou às entidades desportivas criarem ligas sem a influência das entidades administrativas. A Lei Pelé transcendeu a questão futebolística, na medida em que objetivou "[...] profissionalizar, moralizar e abarcar as mais diversas incidências esportivas, tornando-se um compilado único, basilar legislativo do desporto nacional" (MIRANDA, 2018, p. 1).

Vale destacar que a Lei Pelé foi alterada em 2000 pela Lei nº 9.981 e em 2003 pela Lei nº 10.672. Contudo, a Lei nº 6.354, de 1976, tinha alguns de seus dispositivos vigentes, mas foi completamente revogada com a alteração da "Lei Pelé", em 2011, substituindo-a pela Lei nº 12.395 (CALEGARI, 2016; MIRANDA, 2018). Além disso, Miranda (2018) ressalta que a Lei 12.395/2011 alterou também 33 artigos da "Lei Pelé", que se tornou a norma norteadora de questões sobre esporte no Brasil.

Com base na legislação brasileira, especialmente as desportivas supracitadas, buscou-se compreender as disposições acerca do futebolista profissional no país. Miranda (2018) entende por futebolista aquele atleta que tem por ocupação a prática do futebol. Nesse sentido, intentando compreender a definição de atleta profissional, Calegari (2016) ressalta que o artigo 28 da Lei nº 12.395, de 2011, trata somente da atividade exercida pelo atleta profissional, mas não traz definição em relação ao que seria o atleta propriamente dito, conforme exposto: Art. 28: "A atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva" (BRASIL, 2011).

Embora exista a lacuna explicitada por Calegari (2016), ele entende por atleta profissional aquele que pratica o desporto de rendimento e desempenha sua função em dada modalidade por meio da assinatura de um contrato de trabalho desportivo. O autor demonstra que aqueles que praticam atividades desportivas de modo não profissional também estão subsidiados pela Lei Pelé, a qual se encarregou de diferenciar as duas situações de práticas esportivas. O art. 3º da referida lei compreende:

Parágrafo único. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - De modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em **contrato formal de trabalho** entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II - De modo não-profissional, identificado pela liberdade de prática e pela **inexistência de contrato de trabalho**, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio (BRASIL, 1998, grifo nosso).

Para Araújo (2017), a lei específica não conceitua o desporto profissional, mas estabelece a organização e a prática de rendimento de modo profissional. Portanto, o autor entende que o profissionalismo não está associado à modalidade desportiva, mas ao atleta propriamente dito. O artigo 26 da lei demonstra que os atletas e as entidades desportivas são livres para organizar a atividade profissional de qualquer modalidade. Nesse sentido, Araújo (2017) percebe que o profissionalismo pode existir em qualquer modalidade, desde que conste os requisitos da lei especial desportiva: remuneração; contrato formal de trabalho entre atleta e entidade desportiva.

Com base nisso, torna-se relevante entender sobre a natureza da relação entre o atleta de futebol e a entidade desportiva. Busca-se entender a relação regida por meio de um contrato especial de trabalho, que situa os sujeitos do contrato - o atleta como o empregado e entidade de prática desportiva (sendo necessariamente pessoa jurídica) como empregadora (CALEGARI, 2016). Ademais, intenta-se entender a relação que não está subsidiada por um contrato, mas que de algum modo vincula o atleta à uma entidade desportiva.

O contrato especial de trabalho desportivo, citado pelo artigo 28 da lei nº 9.615 de 1998, se tornou obrigatório para o futebol, mas para as demais modalidades tal contrato é facultativo (ARAÚJO, 2017). Nesse sentido, existem “[...] diversas controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais uma vez que o profissionalismo pode ser disfarçado por contratos de uso de licença de imagens, patrocínio, entre outros” (ARAÚJO, 2017, p. 40).

O artigo 28 da Lei supracitada aplica a legislação trabalhista e previdenciária à norma especial dos atletas profissionais. Porém, Araújo (2017) demonstra que atletas de diferentes esportes e do futebol feminino buscam resolver suas causas nos tribunais, buscando pelo reconhecimento do vínculo profissional com os clubes devido à relação de emprego que acontece na realidade, porém, sem o contrato especial de trabalho formalizado.

Ao analisar alguns casos judiciais, Araújo verificou que “[...] a jurisprudência não é uniforme em suas decisões” (ARAÚJO, 2017, p. 41). Alguns magistrados reconhecem o vínculo empregatício da jogadora sem considerar o contrato formal desportivo, pois se embasa no princípio da primazia da realidade, isto é, se existe na relação entre o clube e a atleta os requisitos previstos pela CLT – pessoalidade, habitualidade, subordinação e onerosidade – se reconhece o vínculo profissional. Por outro lado, outras análises demonstram que os magistrados levam em consideração a legislação desportiva específica, ressaltando a insuficiência dos requisitos da CLT, entendendo-se como necessário o contrato formal de trabalho desportivo para caracterizar o vínculo entre clube e atleta. Nesse sentido,

Se por um lado o Direito do Trabalho consagra o princípio da primazia da realidade, por outro a lei especial desportiva determina requisitos para que um atleta seja considerado profissional, qual seja, a celebração de um contrato formal de trabalho. Desse modo, a presença dos requisitos clássicos da CLT (pessoalidade, habitualidade, subordinação e onerosidade) não seria suficiente, no âmbito desportivo, para a caracterização de uma relação de emprego sendo indispensável o contrato especial de trabalho desportivo tanto na prática masculina quanto na feminina (ARÁUJO, 2017, p. 44).

De forma geral, a CLT define contrato de trabalho em seu artigo 442: "Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego" (BRASIL, 1943). Com base em Saraiva (2009), Calegari (2016) compreende que esta definição objetiva construir obrigações entre as partes contratantes: o empregado que presta o serviço e empregador que o remunera devido a isso.

Em relação ao contrato de trabalho, vale destacar que existem: os individuais, podendo ser de natureza comum, que não possuem característica exceptiva; e o especial, em que ocorre uma prestação de serviço em casos atípicos, "[...] por exemplo, quando a categoria profissional a que pertence o empregado está submetida a legislação própria" (VOGEL NETO, 2004, p. 963 *apud* CALEGARI, 2016, p. 41). Nesse sentido, Abal (2012) e Veiga e Sousa (2014) ressaltam que a relação trabalhista que emerge no contrato do atleta com a entidade desportiva possui natureza especial, pois ele possui particularidades muito diferentes dos aspectos aplicados aos demais trabalhadores que a CLT abrange.

Para Veiga e Sousa (2014) existem diversos aspectos que demarcam a natureza especial do contrato desportivo, nos treinos: concentração e preparo físico; nos aspectos pessoais: alimentação balanceada, peso e horas de sono; nos aspectos íntimos: uso de medicamentos dopantes e comportamento sexual; nos aspectos convencionais: a utilização de brinco e vestimentas apropriadas; nos aspectos disciplinares: ofensas físicas e verbais aos árbitros, dirigentes, adversários e torcedores ou até mesmo a recusa em conceder entrevistas pós-jogo.

Veiga e Sousa (2014) também enfatizam sobre os aspectos materiais que caracterizam a natureza especial do contrato de trabalho do atleta profissional de futebol. Existe a impossibilidade de equiparação salarial entre os atletas profissionais, na medida que cada atleta obtém habilidades diferenciadas que determinam o valor de seu salário. Dentro do aspecto material, também se enquadra o momento em que o atleta precisa ficar em período de concentração - recluso em um ambiente antes de um jogo – o qual não configura como horas extras decorrentes desse tempo.

Em síntese, pode-se dizer que o contrato de trabalho do atleta profissional de futebol está subsidiado por algumas disposições previstas na CLT, de natureza trabalhista, mas também com base em uma legislação especial, de natureza desportiva. Portanto, segundo Calegari (2016), é necessário aplicar as normas celetista e as regras do Direito do Trabalho, mas sempre levando em consideração as peculiaridades normativas presentes na relação entre atleta e entidade desportiva. Tais particularidades estão demarcadas na legislação desportiva, podendo ser observadas no artigo 28 da Lei nº 9.615/98, alterada pela Lei nº 12.395/11, que regula o contrato de trabalho dos atletas profissionais de futebol. Portanto, entende-se que o contrato de trabalho desportivo é um acordo, no qual um dos agentes desenvolve uma atividade desportiva sob o comando do outro, que se compromete a pagar àquele por meio de uma retribuição ajustada (VOGEL NETO, 2004 *apud* CALEGARI, 2016).

Vale lembrar a obrigatoriedade da existência de um contrato de trabalho desportivo formal, visto que pela CLT os contratos podem ser meramente consensuais, isto é, não existe uma exigência da forma escrita para que seja válido, podendo ser efetuado até mesmo de maneira implícita (CALEGARI, 2016). Calegari (2016) destaca que esta regra celetista não poderia ser aplicada aos contratos de atleta profissional de futebol, conforme evidenciado nos artigos 28 e 30 da Lei nº 9.615/98, alterada pela Lei nº 12.395/11:

Art. 28. A atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva, no qual deverá constar, obrigatoriamente: I - cláusula indenizatória desportiva, devida exclusivamente à entidade de prática desportiva à qual está vinculado o atleta, [...] II - cláusula compensatória desportiva, devida pela entidade de prática desportiva ao atleta, [...] Art. 30. O contrato de trabalho do atleta profissional terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses nem superior a cinco anos. Parágrafo único. Não se aplica ao contrato especial de trabalho desportivo do atleta profissional o disposto nos arts. 445 e 451 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (BRASIL, 1998).

Dessa forma, assim como Zainaghi (2015) ressalta, existindo remuneração e prestação de serviço, precisa ser obrigatória a existência de um trabalho desportivo registrado por escrito, não sendo permitido tácito ou verbalizado. Na mesma direção, Veiga e Sousa (2014) salientam que não poderia ocorrer a efetivação de um contrato verbal entre o atleta e a entidade desportiva, devido à necessidade de determinadas especificações e formalidades nesta modalidade de contratação, como supracitada na alteração da “Lei Pelé”.

Formalizar a relação entre entidade desportiva e atleta, como mencionado, é importante, pois, segundo Abal (2012), o vínculo desportivo se estabelece a partir do momento em que o contrato especial de trabalho é registrado na entidade de administração desportiva.

Além disso, a "condição legal" do atleta ocorre quando existe a assinatura do contrato de trabalho, situação que é diferente da "condição de jogo" que existe quando ocorre a confirmação do registro do atleta no boletim informativo diário da CBF (CALEGARI, 2016). Portanto, a exigência de o atleta estar formalmente registrado no contrato de trabalho para ter subsídios normativos evidenciam a impossibilidade de um acordo por meio de um contrato verbal. Apesar disso, essa é uma realidade que acontece em diferentes relações entre entidade desportiva e atleta, portanto, Calegari (2016) menciona que

Os princípios aplicáveis ao Direito do Trabalho impedem que se adote a tese de que, se o contrato não for formalizado por escrito, o pacto não exista. Isto posto, ainda que um clube contrate um atleta apenas verbalmente, o vínculo desportivo pode até inexistir; contudo, estando presentes os requisitos de uma relação de emprego, é cogente que se reconheça a existência do contrato de trabalho (CALEGARI, 2016, p. 53).

Observa-se que, independentemente de como se obtém o contrato de trabalho – tacitamente ou formalmente –, poderá não existir o vínculo desportivo, mas se ocorrerem os requisitos da relação de emprego, pode-se afirmar que existe um contrato de trabalho.

Araújo (2017) ressalta que mesmo antes da Lei Pelé, constituída em 1998 – que subsidia de maneira geral as relações dentro do desporto – já se reconhecia do atleta de futebol profissional na medida que já existiam contratos de trabalho entre as entidades desportivas e o atleta. No entanto, “[...] somente após a edição da norma legal que vigora atualmente a profissionalização passou a ser impositiva para tais entidades” (CALEGARI, 2017, p. 47). O mesmo autor destaca que o dispositivo legal – anterior à profissionalização ou conforme a legislação vigente – não citou em nenhum momento a exigência em profissionalização de atletas mulheres (CALEGARI, 2017).

Observa-se que a medida obrigatória estabelecida pela CONMEBOL inseriu um maior número de times na modalidade, e, conseqüentemente, mais mulheres passaram a atuar no futebol brasileiro. Contudo, essas mulheres não possuem a garantia de um contrato formal de trabalho desportivo, que prevê seus direitos como atleta profissional. Consenzo (2019) demonstrou que após a medida obrigatória o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino contou com um número inédito de equipes femininas (cinquenta e duas na série A e B), porém, uma minoria dos clubes (oito) possui contrato formalizado para todas as jogadoras.

Ao analisar os impactos jurídicos sobre a profissionalização do futebol feminino, Laurindo (2019) ressalta que o reconhecimento da jogadora como empregada de um clube não significa reconhecê-la como atleta profissional, pois o “[...] contrato de trabalho desportivo é

marcado por uma série de particularidades, que apenas serão aplicadas no caso da firmação do instrumento contratual escrito” (LAURINDO, 2019, p. 4).

Esta questão supracitada pela autora é relevante pelo fato de que possuir um emprego de jogadora de futebol de um clube não traz os mesmos efeitos de ser uma atleta profissional, subsidiada pela Lei nº 9.615/98. De acordo com Laurindo:

É certo que o referido reconhecimento da relação empregatícia acarreta em consequências importantes para a jogadora. Afinal, haverá a anotação do tempo em que atuou no clube na Carteira de Trabalho e Previdência Social, a observância do direito a férias, o pagamento do 13º salário e o cumprimento dos demais direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho. Todavia, observe-se que, no caso de atletas não profissionais, os direitos trabalhistas estarão condicionados a eventual Reclamação Trabalhista procedente em que se comprove a existência de onerosidade, habitualidade, pessoalidade e subordinação na relação jurídica travada (LAURINDO, 2019, p. 4).

Isso significa que adquirir a posição de atleta profissional é adquirir também as condições específicas de um contrato de trabalho desportivo, que promove os direitos trabalhistas sem precisar de reconhecimento judicial do vínculo empregatício. Mas, para além disso, proporciona outros benefícios às jogadoras, dentre os quais se destacam: o planejamento da carreira de uma jogadora, visto que existiria “[...] um contrato com prazo determinado; o direito à cláusula compensatória na hipótese de rescisão antecipada atribuível ao clube e o direito à rescisão no caso de três meses de mora da entidade empregadora, nos termos do artigo 31 da Lei Pelé” (LAURINDO, 2019, p. 9). Estas questões legislativas desportivas dariam garantia de uma maior estabilidade para a carreira das jogadoras no futebol.

O contrato desportivo também traz maior segurança para ambos os lados, tanto para a jogadora, dando a ela estabilidade e segurança, como para o clube, que poderia dar continuidade no trabalho, pois: “A longo prazo, também poderia importar no crescimento do mercado de transferências, o que aumentaria as fontes de renda das entidades de prática desportiva, bem como os valores movimentados pelo futebol feminino” (LAURINDO, 2019, p. 10).

De acordo com o art. 3º da CLT, observa-se que a ausência de um contrato de trabalho desportivo, não anula a existência dos requisitos como pessoalidade, onerosidade, habitualidade e subordinação, a Justiça do Trabalho reconhece a existência de um vínculo empregatício (LAURINDO, 2019). Diante disso, primeiramente, ressalta-se a definição de empregado conforme o art. 3º da CLT: "Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário" (BRASIL, 1943). Segundo Calegari (2016), dentre os elementos emergentes na relação de emprego encontra-se a pessoalidade do empregado, sendo necessariamente uma pessoa física contratada

pelo clube, que deve executar suas atividades pessoalmente. Nesta relação de emprego instituída entre atleta e entidade desportiva, a pessoalidade ocorre de forma mais acentuada se comparada a outros empregos, pois o atleta será contratado para prestar o serviço exclusivamente por seus valores pessoais, incluindo, sobretudo, a questão técnica futebolística.

Outro elemento presente na relação de emprego é a onerosidade, que se refere à contraprestação salarial, isto é, os valores recebidos pelo empregado devido à sua prestação de trabalho (VOGEL NETO, 2004 *apud* CALEGARI, 2016). O atleta poderá receber do empregador um salário, que abrange uma parcela básica, bem como gratificações, prêmios e demais verbas de natureza retributiva (CALEGARI, 2016). Nesse sentido, Zainaghi (2015) menciona que geralmente existem dois títulos pagos aos jogadores de futebol, que possuem natureza salarial: aquela parcela que se denomina "bicho" - incentivo fornecido ao jogador caso ele cumpra uma meta estabelecida (podendo ser uma vitória, um empate ou até mesmo uma derrota); e outra parcela denominada "luvas" - um complemento da remuneração devido à trajetória que o atleta teve no passado, resultando na capacidade técnica que ele tem no momento.

Zainaghi (2015) destaca também que em casos de atraso salarial por parte da entidade desportiva, no mínimo três meses, o atleta pode rescindir o contrato, ficando livre para realizar sua transferência para outra entidade desportiva. Diante disso, Calegari (2016) enfatiza que a remuneração paga ao jogador de futebol mediante a sua prestação de serviço caracteriza a relação empregatícia entre atleta profissional e entidade desportiva.

Outro elemento que demarca a relação de emprego entre as partes supracitadas é denominado "não eventualidade", ou seja, a prática de atividade futebolística do atleta deve ser regular e não esporádica (VOGEL NETO, 2004 *apud* CALEGARI, 2016). Segundo Calegari (2016) existem algumas discussões acerca deste elemento: por um lado entende-se que mesmo estando subordinado ao clube e obedecendo às ordens do técnico, o atleta que participa somente de uma partida não se configura como empregado do clube; por outro lado, se um atleta profissional vivenciar os diversos aspectos de uma relação desportiva, como treinos, concentração, jogos, entre outros, pode configurar um vínculo empregatício (CALEGARI, 2016; ABAL, 2012).

A subordinação jurídica é outro elemento que compõe a relação de emprego, que se revela pela sujeição do atleta às ordens e determinações da entidade desportiva, por meio dos dirigentes do clube e comissão técnica (ZAINAGHI, 2015). A particularidade existente na subordinação jurídica acerca do atleta profissional de futebol é um elemento que se estende para além dos momentos de trabalho, durante jogos, concentração e treinos. A subordinação jurídica

de um atleta de futebol abrange aspectos pessoais, como a questão corporal do atleta, na medida em que são ordenados a buscar as condições físicas ideais e ter cuidados redobrados com as horas de sono, descanso, alimentação e até mesmo a questão sexual (SCHUNEMANN, 2009).

Diante disso, verifica-se que o artigo 3º da CLT garante o vínculo empregatício com base na presença dos requisitos descritos nos parágrafos anteriores, mesmo diante da inexistência de um contrato de trabalho desportivo. Entretanto, o reconhecimento do elo empregatício não garante que serão aplicadas as regras específicas ao atleta profissional de futebol. Nota-se que serão aplicadas somente se a jogadoras obtiverem formalmente o contrato de trabalho desportivo, o qual demarcará uma série de particularidades.

Nesse sentido, Laurindo ressalta “[...] o reconhecimento de que a jogadora de futebol é empregada do clube não parece ter os mesmos efeitos que reconhecê-la enquanto atleta profissional nos termos da Lei 9.615/98” (LAURINDO, 2019, p. 4). A autora explica que para as atletas não profissionais, os direitos trabalhistas podem ser conquistados em caso de a jogadora entrar com uma reclamação trabalhista e comprovar os requisitos previstos na CLT. Em contrapartida, às atletas profissionais serão reconhecidos os direitos com base nas condições específicas no âmbito do direito desportivo.

Vale destacar alguns exemplos específicos de um atleta que justifica a relevância do contrato formalizado de trabalho desportivo:

O trabalhador comum pode ter mais de um emprego de forma simultânea [...] desde que não haja incompatibilidade de horários ou que se trate de alguma atividade que impeça tal fato. O jogador de futebol, contudo, não goza desta possibilidade, sendo que na relação empregatícia desportiva a exclusividade é a regra. Isto se deve principalmente ao fato de que o jogador de futebol precisa ter uma identidade com o clube que defende (CALEGARI, 2016, p. 53).

Para além disso, para o atleta se tornar profissional precisa disponibilizar bastante tempo para os períodos de concentração, treinos, viagens e outros aspectos que fazem parte da particularidade desta profissão (VEIGA; SOUSA, 2014). A jornada de trabalho salientada na Lei Pelé e alterada pela Lei nº 12.395/11 acrescentou o seguinte disposto:

§ 4º Aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da Seguridade Social, ressalvadas as peculiaridades constantes desta Lei, especialmente as seguintes: [...] VI - jornada de trabalho desportiva normal de 44 (quarenta e quatro) horas semanais (BRASIL, 2011).

Segundo Veiga e Sousa (2014), embora a legislação ressalte a carga horária semanal, não dispôs sobre o limite diário de trabalho. Portanto, Zainaghi (2015) compreende que deve

ser aplicado o disposto no art. 7º, XIII, da Constituição Federal: "[...] duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho" (BRASIL, 1998). Dessa forma, as horas trabalhadas diárias e semanais de uma atleta deve corresponder à legislação especificada pelo autor. Este fator deve ser respeitado pelos clubes na medida que incide nos horários de descanso dos atletas. Assim como destacou Abal (2012), com base no mesmo dispositivo legal, pois o inciso IV "[...] coloca que o atleta tem direito a gozar de repouso semanal remunerado de 24 horas ininterruptas, em consonância com o disposto na Carta Magna brasileira" (ABAL, 2012, p. 329).

No que se refere às horas extras, as viagens, os períodos de concentração e os intervalos entre as partidas para recuperação, a CLT, em seu art. 71, § 4º, em consonância com o disposto na Constituição Federal, em seu art. 7º, XVI, definem que a hora extra deve ser remunerada em, no mínimo, cinquenta por cento da hora normal. Para Zainaghi (2015), essas disposições possuem plena aplicação aos atletas profissionais, pois elas correspondem à legislação especial desportiva, mas o autor destaca o aspecto sobre a remuneração do atleta no período em que este se encontra concentrado, pois a concentração é uma particularidade da profissão do futebolista e só poderia ocorrer pagamento por este período em caso de previsão contratual.

Veiga e Sousa (2014) destacam que as viagens dos atletas durante as competições esportivas, bem como as horas de concentração, são inerentes ao contrato de trabalho imposto ao atleta, pois é uma característica específica da profissão do futebolista, podendo ser considerada hora extra. Em relação às horas de concentração, vale destacar que elas não podem exceder três dias (CALEGARI, 2016). O período de concentração se refere a um lapso de tempo em que o atleta fica sobre supervisão total do empregador, momento no qual será exigido um cuidado dobrado com sua alimentação, sono e treino.

As equipes de futebol de mulheres também necessitam desses períodos destacados pelos autores, na medida que atuam em competições nacionais e internacionais. Durante as viagens com a equipe do clube A, observou-se esses períodos de concentração entre um jogo e outro, conforme destacado no diário:

Chegamos ao hotel a noite, um dia antes do jogo que ocorreria entre clube A e São José no Estádio Dário Leite em Guaratinguetá. Neste momento, o técnico enfatizou a importância de iniciar o período de concentração, solicitando o descanso total das jogadoras. Assim que entramos no quarto do hotel, a equipe técnica passou recolhendo os celulares, pois segundo a atleta que eu dividi o quarto, isso acontece na noite anterior ao jogo, para evitar que as jogadoras fiquem no celular até tarde, resultando na falta de descanso e de concentração (DC).

Outra realidade importante vivenciada pelos atletas é a questão do tempo necessário para intervalo entre duas partidas. Apesar de não se observar nada nas legislações especiais, o Regulamento Geral das competições, elaborado pela CBF, definiu em 2017 que exista o intervalo mínimo de sessenta e seis horas entre os dois jogos. Nesse sentido, vale lembrar a jogadora Sochor (2019) mencionada na introdução deste estudo, que ressaltou que algumas vezes o tempo entre um jogo e outro é de 48 horas.

Com a obtenção de um contrato desportivo, atletas também podem usufruir do prazo de atuação em uma entidade esportiva. O artigo 30 da "Lei Pelé" estabelece que "O contrato de trabalho do atleta profissional terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses nem superior a cinco anos" (BRASIL, 2000). Estabelecer um prazo é importante, na medida em que garante maior estabilidade ao atleta, que possuirá mais tempo para demonstrar seu trabalho técnico em treinos e jogos. Além disso, possibilita garantias à entidade desportiva, pois o atleta não pode se transferir para outro clube repentinamente, com, por exemplo, uma melhor oferta financeira. (ZAINAGHI, 2015). O prazo estabelecido pelo contrato é uma conquista social do praticante desportivo profissional, pois, a partir de então, quando o tempo contratual do atleta acaba, ele fica livre para realizar novos contratos em outros clubes (STROPPA, 2014).

Outro aspecto que o direito desportivo garante, segundo Abal (2012), é a questão relacionada ao direito de férias do atleta profissional, que pode exceder 30 dias, ou seja, é um período mais extenso do que para a maioria dos trabalhadores. O artigo 28, inciso V, § 4º, da Lei Pelé, demonstra que o atleta sempre terá 30 dias de férias, devendo corresponder ao período de recesso das atividades esportivas, mesmo se não tiver sido completado o período aquisitivo (BRASIL, 2011).

Por fim, outra característica especial no contrato de trabalho do futebolista profissional é o direito de imagem, previsto como garantia e direito fundamental no artigo 5º, incisos V, X e XXVIII [a] da Constituição Federal,

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; [...] X São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; [...] XXVIII - são assegurados, nos termos da lei: a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas (BRASIL, 1988).

Com base em Moraes (1972), Monção (2015) ressalta que a imagem de uma pessoa não “[...] se restringe, portanto, à representação do aspecto visual da pessoa pela arte da pintura,

do desenho, da fotografia [...] Compreende, além, a imagem sonora da fotografia e da radio fusão, e os gestos e expressões dinâmicas da personalidade” (MONÇÃO, 2015, p. 1).

De acordo com Abal (2012), atualmente, junto com o contrato de trabalho, os atletas assinam um contrato de cessão de direito de imagem, que permite ao empregador explorar a imagem do jogador para fins comerciais e lucrativos. O autor compreende que valores recebidos pelo direito de imagem possui uma característica civil, saindo do âmbito trabalhista, na medida que não está direcionada à alguma prestação de serviços. Consequentemente, os valores pagos referentes aos direitos de imagem não refletem nas questões trabalhistas do jogador, por isso, não possuem valores como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e contribuição previdenciária, bem como não servem de base para o cálculo das férias e do décimo terceiro salário. Por isso, segundo Abal "[...] em inúmeros casos, os clubes vêm se utilizando de contratos de cessão de direito de imagem para fraudar a legislação trabalhista" (ABAL, 2012, p. 331).

Abal (2012) destaca que a permissão legal do contrato de direito de imagem deve ocorrer com base na realidade, ou seja, se existir uma verdadeira exploração da imagem do atleta, não resumindo as atividades do atleta em jogos e treinos ou somente vestir as roupas com os símbolos do Clube. Portanto, sem a ocorrência da real utilização da imagem do atleta por parte do clube, fica evidente que o pagamento de verbas pelo direito de imagem se constitui em fraude aos direitos do empregado (atleta). Nesse sentido, evidencia-se que os valores pagos a título de direito de imagem ao atleta profissional devem ser analisados sob a ótica do princípio da primazia da realidade, não podendo ser utilizados para fraudar direitos fundamentais trabalhistas do empregado (ABAL, 2012, p. 332).

No futebol de mulheres, o contrato de imagem que as jogadoras assinam podem ser utilizados para burlar o contrato de trabalho desportivo. Segundo Coccetrone (2021a), o caso judicial que condenou o Fluminense a reconhecer o vínculo empregatício de uma jogadora em 2019, se tornou um marco para o futebol feminino, visto que outras jogadoras na mesma situação poderiam buscar pelos mesmos direitos. Coccetrone (2021a) relata que o advogado defensor da jogadora, especialista em direito desportivo, mencionou sobre as fraudes dos contratos de imagem, tentando justificar o pagamento mensal das atletas.

Segundo Nascimento (2017), os clubes procuram formas de conter gastos – lícitas ou ilícitas. Dentre elas, a utilização do direito de imagem se tornou uma maneira encontrada pelos clubes, porém, eles podem não explorar a imagem do atleta, sendo somente uma forma de reduzir ou anular os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários existentes no contrato de trabalho desportivo.

Nascimento (2017) explica que essas estratégias de contenção de gastos aplicadas pelos dirigentes dos clubes começam a emergir a partir de mudanças, sobretudo econômicas, que atingiram o campo esportivo nos anos de 1980. Com a consolidação do capitalismo, o futebol transitou da paixão pela camisa e da rivalidade entre os clubes para um negócio que movimenta um enorme volume de capital. Diante disso, a indústria do entretenimento mundial assume uma significativa posição no campo futebolístico e clubes com estruturas amadoras foram ultrapassados, assistindo seus atletas partirem para grandes clubes europeus.

Nesse sentido, embora a legislação desportiva seja um ponto elementar para compreender os aspectos que permeiam a posição do atleta profissional de futebol, entende-se que este tema transcende as caracterizações genéricas presentes na legislação, compreendendo outros pontos importantes, como econômicos, sociais e culturais.

2.2 A RELAÇÃO DO CAMPO FUTEBOLÍSTICO PROFISSIONAL COM A POSIÇÃO DOS AGENTES (FIFA, CBF E JOGADORES)

A teoria bourdieusiana mostra a relevância de compreender a relação hierárquica entre os agentes que constituem o campo, pois isto permite perceber a lógica estrutural do campo futebolístico profissional. Para Bourdieu (1996), é preciso considerar as relações e as estratégias construídas pelos agentes (pessoas ou instituições) que intentam manter e/ou modificar a estrutura de um determinado espaço social, pois,

[...] as noções de espaço social e de campo de poder busca romper com a tendência substancialista, que não percebe as relações, mas se preocupa somente com a realidade fenomênica. Neste sentido, a noção de espaço contém, em si, o princípio de uma apreensão relacional do mundo social: ela afirma, de fato, que toda a 'realidade' que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (BOURDIEU, 1996, p. 48-49).

Nesse sentido, tentando perceber as relações invisíveis existentes no espaço social do futebol profissional brasileiro, busca-se compreender as pessoas/grupos e instituições que compõem a lógica estrutural da modalidade. Essa estrutura é composta por duas entidades máximas que comandam a modalidade: o Comitê Olímpico Internacional (COI), que controla os esportes olímpicos; e a FIFA, que controla todos os aspectos acerca do futebol. Por meio de sua hierarquia, a FIFA possui domínio total em relação ao futebol profissional, assim sendo, não existe futebol profissional fora do seu sistema. Abaixo da FIFA estão as Confederações dos

continentes como a COMENBOL, que, por sua vez, possuem como filiadas as Confederações dos países, no caso brasileiro, a CBF. Ainda, nessa hierarquia aparecem as Federações de futebol dos Estados e vinculadas a elas os clubes, e na última etapa dessa estrutura aparecem os/as atletas (DAMO, 2007; CASTELLANI, 2017). Vale destacar que existe a possibilidade de criação de ligas que intenta organizar, promover e regulamentar campeonatos nacionais e regionais disputados por jogadores profissionais.

Dentro desta estrutura são identificados alguns agentes sociais, alguns que vão determinar as regras do campo e outros que vão - quase sempre - obedecê-las. Diante disso, busca-se compreender o papel, as características e as limitações desses agentes (entidades, clubes, e, por fim, dos jogadores), tentando perceber as estratégias deles e a lógica da estrutura futebolística.

As ações da FIFA são relevantes para a compreensão sobre esses agentes, pois é a agente dominante na estrutura deste campo, por ser a maior detentora de capitais (econômico, social e político) dentro do universo esportivo. Favero ressalta:

[...] talvez o maior dono do campo do mundo seja a Fifa. Só para se ter uma ideia, a Organização das Nações Unidas (ONU) possui 192 filiados [atualmente 193] – já a FIFA pode ser encarada como uma corporação que atua em 208 países [atualmente 211], e a cada ano aumenta seu alcance global (FAVERO, 2009, p. 21).

Favero (2009) compreende que os países procuram primeiro a entidade que decide sobre o futebol para depois refletir sobre sua integração nas Nações Unidas, exemplificando a Suíça, que já fazia parte da FIFA desde 1904, mas passou a integrar a Organização das Nações Unidas (ONU) em 2002.

Embora a FIFA se autodenomine não-governamental e sem fins lucrativos, Pizarro e Rial (2018) compreendem que esta possui uma gestão corporativa, conduzindo um mercado bilionário a nível global. Ramos (2011) revelou que, embora as anuidades pagas pelas federações afiliadas com valor fixado quadrienalmente - igual para todos os membros, sem exceder mil dólares -, o valor principal dos recursos da FIFA advém de outras fontes. Dentre essas fontes, o autor destaca a venda de direitos televisivos; venda de direitos de *marketing* às empresas parceiras e as taxas pagas por cada jogo disputado entre seleções nacionais de qualquer categoria (principal, sub 15, sub, 20) (RAMOS, 2011).

Dentro do cenário futebolístico a FIFA se tornou um agente dominante diante das relações entre os capitais acumulados, construindo, conforme Ramos (2011), uma organização política complexa e funcional. Tal caráter se evidencia na medida em que a FIFA possui suas

afiliadas espalhadas pelo mundo e coordena diversas relações no campo futebolístico. Desse modo, a entidade, com seu poder hegemônico, controla a prática profissional no futebol por meio de confederações regionais e federações nacionais e estaduais, clubes e atletas. Situada no topo da hierarquia, a FIFA está difundida em diferentes países, os quais precisam obedecer a suas leis e regulamentos. Dentre suas diferentes relações no campo futebolístico podemos encontrar:

A FIFA organiza torneios, vende cotas de patrocínio, dita as regras do futebol no mundo, negocia os direitos de televisão, fornece produtos licenciados, faz parcerias com multinacionais, age politicamente sobre a negociação de jogadores, toma partido em disputas entre países, proíbe certos tipos de uniformes ou chuteiras, dispõe sobre os estádios e os torcedores etc. Tudo isso também dá à Fifa um caráter multifuncional, pois ela tem suas afiliadas espalhadas pelo mundo, participa de diversos tipos de negócio dentro do futebol e ainda escolhe onde investir mais ou menos (FAVERO, 2011, p. 69).

Diante do alto capital acumulado por essa entidade futebolística, por meio do futebol, ela exerce forte influência em outros campos: político, econômico, social, cultural e no esportivo de modo geral. Dentro do campo esportivo, as entidades que realizam seus campeonatos em nível interno também são subordinadas às suas regras internacionais (PIZARRO; RIAL, 2018).

Para pensar nas ações desenvolvidas recentemente pela FIFA, que buscam por avanços no futebol de mulheres, vale lembrar da sua posição anterior sobre a modalidade. Franco Júnior (2007) ressaltou que a entidade já se posicionou de forma contrária à prática futebolística de mulheres. Em 1951, recusou atuar em prol da modalidade, com a justificativa de que se tratava de uma questão de biologia e de educação, por isso, deveria ser discutida por médicos e professores. O autor destacou que somente em 1988 a FIFA organizou um torneio internacional feminino na China, e em 1991, a primeira Copa do Mundo da categoria. Vale lembrar que já existia uma expansão da modalidade, pois a revogação da proibição do futebol de mulheres já havia ocorrido em vários lugares. Na Alemanha Ocidental, Inglaterra e França já haviam suspenso o veto da prática futebolística de mulheres desde o ano de 1970 (FRANCO JUNIOR, 2007).

Em 1995, na segunda Copa do Mundo feminina, que ocorreu na Suécia, o secretário geral da FIFA à época – Joseph Blatter, ressaltou sobre o futuro da categoria, convencido que por volta de 2010 o futebol feminino seria tão importante quanto o masculino (FRANZINI, 2005). O discurso de Joseph Blatter também ia ao encontro da crescente expansão da prática futebolística por mulheres, que ocorria a partir de 1980 (SOUZA JUNIOR, 2013). Na próxima

seção estão contempladas as ações mais recentes desenvolvidas pela FIFA e por suas afiliadas acerca do futebol de mulheres, pois em suas Diretrizes de Programas para desenvolvimento do futebol feminino de 2012, a entidade dominante reforçou que seus membros precisavam ser peças fundamentais no processo de crescimento da categoria.

Souza Junior (2013) destaca que embora os programas da FIFA sejam relevantes no desenvolvimento do futebol feminino, é preciso pensar que ela contribui para a precarização dessas políticas na medida que não se estabelece como agência responsável pela fiscalização da implementação das ações por seus membros.

Nesse sentido, buscamos compreender algumas características da entidade responsável pelo futebol brasileiro. Segundo Souza Junior (2013), a CBF e suas afiliadas mantêm uma estrutura mínima, somente com o objetivo de “cumprir o protocolo”, ou seja, a entidade promove algumas ações para prestar contas para a entidade máxima do campo futebolístico.

Favero (2009) ressalta que a CBF segue o exemplo da FIFA de maneira precisa, adotando as medidas e os regulamentos com interesses próprios, mas que, de forma curiosa, trazem benefícios aos países estrangeiros. O autor critica o sistema de pontos corridos, fórmula implantada pela CBF em 2003, que vai definir a equipe campeã com base na contagem de pontos adquiridos através do mesmo número de partidas disputadas pelas equipes. Essa lógica de disputa já fazia parte de campeonatos nacionais da Europa, bem como da Inglaterra, Espanha, Itália, França e Alemanha (FAVERO, 2009). O sistema segue a lógica da meritocracia, considerando que a disputa vai premiar a equipe com mais regularidade e rendimento em toda a competição, eliminando a possibilidade das disputas em que o pior colocado pode ganhar do melhor colocado. Desse modo, contraria as formas anteriores, pois “[...] quando em um cruzamento do pior classificado com o melhor, o pior poderia eliminar o melhor e se classificar para a fase seguinte (sendo melhor no confronto direto, mas sendo pior no aspecto geral da competição). É a razão sobrepondo-se à emoção” (FAVERO, 2009, p. 28).

Como resultado disso, o número de times no campeonato de regiões mais pobres do Brasil, como, por exemplo, o Nordeste, foram rebaixados, e regiões mais ricas, como Sul e Sudeste tiveram melhores colocações. Para Favero (2009), esse sistema de disputa reforça as regras do capitalismo, as quais minimizam as eventualidades compreendidas como injustiças, mas que, na realidade, faz preponderar a justiça do “capital, do dinheiro, do clube rico” (FAVERO, 2009, p. 28). Nessa perspectiva, o capital econômico passa a ser mais importante na lógica do sistema do que propriamente a emoção, a paixão e a tradição de um clube, tornando-se comum vencer o time mais resistente financeiramente.

Dentro desta lógica, para Favero (2009), o futebol se transformou em uma indústria, na qual a habilidade dos jogadores dentro do campo se tornou menos importante do que o poder econômico que, de fato, dita os rumos do futebol como prática social.

A intenção de profissionalizar o futebol de mulheres no Brasil perpassou por cenários de conquistas e retrocessos. Segundo Souza Junior (2013), a CBF fez parte da maioria de exemplos negativos. As ações da entidade foram ineficazes, bem como as implicações delas, pois foram precárias e insustentáveis em relação aos projetos de futebol feminino de clubes e prefeituras municipais (SOUZA JUNIOR, 2013).

Outro fator observado na estrutura das entidades futebolísticas foi o baixo número de mulheres que ocuparam cargos de gestão e representação nas entidades responsáveis pelo futebol no mundo e no país. Na próxima seção será debatido com mais afinco sobre a recente inserção de mulheres em cargos maiores dentro das entidades.

Diante de uma estrutura futebolística conservadora, predominantemente masculina e que prioriza o capital econômico, busca-se compreender a posição dos jogadores neste campo. Se torna relevante compreender a posição desses agentes no campo futebolístico para que se perceba as limitações – relativas – da sua autonomia dentro das relações que ocorrem neste espaço profissional, especialmente quando se pensa na mulher jogadora neste espaço.

Para Giglio e Rubio (2013), os jogadores que vão contra a estrutura futebolística sofrem represálias de um sistema capaz de acabar com a carreira, pois muitos clubes não aceitam criar desentendimentos com as entidades – federações e confederações – que gerenciam e validam o futebol profissional. Para os autores, a estrutura do sistema FIFA não permite dissensões, ao contrário, se fecha de forma que afasta tudo e todos que tentarem confrontá-la. Isso "[...] reforça um sistema que leva o jogador a se submeter às diferentes regras, mesmo que criadas de modo a privilegiar a estrutura clubística, dificultando a organização de atletas ou grupos de atletas reivindicantes" (GIGLIO; RUBIO, 2013, p. 389).

Nesse sentido, atletas e técnicos associados ao futebol profissional estão restritos a um mercado pré-estabelecido pela FIFA e controlado pelas entidades afiliadas a seu sistema. Favero (2009) menciona que os agentes que estão submetidos a este único mercado futebolístico internacional possuem vantagens, mas precisam se adequar a uma série de regras (deveres) que estão de acordo com os interesses da FIFA. Com base nisso, acredita-se que essas vantagens mencionadas por Favero (2009) não são iguais para todos os agentes que pertencem ao campo futebolístico, pois afirma Bourdieu (2004), as posições são diferentes, e, conseqüentemente, as disposições (*habitus*) também serão.

A disposição interiorizada nos agentes (dominantes e dominados) distribuídos dentro do campo irá orientá-lo na criação de estratégias para obtenção do objeto que está em disputa. Ademais, pode orientar no desenvolvimento de estratégias para modificar (dominados) ou manter (dominantes) a lógica do campo, e, conseqüentemente, melhorar ou manter sua posição. Para Bourdieu (1983), o futebol como campo autônomo e específico, possui relações em que os agentes vão disputar posições e utilizar estratégias de concorrência.

Com base nos apontamentos de Giglio e Rubio (2013) e Favero (2009), observa-se que, perante as entidades futebolísticas, os jogadores possuem a posição de dominado no campo futebolístico, e, ainda, se pensar na posição da mulher neste universo, tal dominação se intensifica por ser um espaço eminentemente masculino. Contudo, de modo geral, é importante refletir sobre o objeto de disputa no futebol profissional e as disposições que vão orientar as estratégias de concorrência. Para Cedro (2014), o subcampo futebolístico moderno está permeado por disputas que ocorrem entre os agentes que utilizam o *habitus* para transitar no campo e se especializar cada vez mais no processo de busca pela consagração.

Seria a consagração o objeto de disputa e o *habitus* as disposições norteadoras de estratégias para que os agentes possam transitar e alcançar certa posição no campo futebolístico? Cedro (2014) explica que disposições na teoria bourdieusiana exprime tendência e propensão, não significa que o agente vai obedecer, sem restrições, às regras universalistas, mas que suas reações serão respostas incorporadas a partir de uma construção pessoal e social ocorridas em sua trajetória. Portanto, o autor ressalta que é “[...] o conhecimento adquirido que permite transitar no campo social como postura, linguagem, comportamento facilitando a tomada de decisões visando à consagração e à competição” (CEDRO, 2014, p. 12).

Dessa forma, é importante refletir sobre o *habitus* das jogadoras de futebol, agentes do campo futebolístico, pois serve como subsídio norteador nas tomadas de decisões e nas estratégias de concorrência no campo ao buscar pela consagração. O futebol é um campo de concorrência e de disputas para Bourdieu (1996) desde que passou a ser um espaço onde ocorre a busca pela consagração.

Salvini e Marchi Junior (2021) identificaram disposições iniciais à prática do futebol e à formação de um *habitus* futebolístico em mulheres. Tal constituição ocorre em seis etapas no decorrer da trajetória de vida das jogadoras, em que quatro delas aconteceram na infância e as outras duas na adolescência até a vida adulta. No processo de constituição do *habitus*, os autores percebem que muitas tiveram o primeiro contato com o futebol por meio de familiares (tios, primos, pais e irmãos), jogando na rua ou em campinhos e algumas vezes tinham a possibilidade de jogar na escola por conta do seu bom desempenho. Na fase adulta, algumas

procuravam escolas de futebol para aprimorar sua técnica, e, por vezes, recebiam retornos financeiros (irrisórios) por partidas, mesmo tendo atuação em eventos regionais, estaduais e nacionais. O futebol forneceu oportunidades de viagens para as mulheres futebolistas, inclusive para o exterior, e de realizar um curso superior (SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2021).

Nas primeiras etapas, na infância das jogadoras, o capital social e físico foi necessário para que elas conseguissem se estabelecer no jogo de futebol com os meninos, que ocorria na rua ou na escola. Para que a menina possa fazer parte e se estabelecer nesse espaço elas utilizam estratégias de subversão ou heresia, citadas na teoria bourdieusiana.

Salvini e Marchi Junior (2021) salientam que, desde crianças, as mulheres precisam criar essas estratégias, pois, primeiramente, precisam ser aceitas por meninos para jogar futebol. Posteriormente, adultas, precisam se manter no espaço futebolístico, na medida que os agentes dominantes que monopolizam o capital específico apresentam estratégias de conservação, dificultando ou impedindo a atuação das jogadoras.

Nas etapas finais, o corpo das jogadoras passa a incorporar disposições (*habitus*) sociais e culturais para apresentar condições de manutenção no espaço do futebol. Para fazer parte de um espaço predominantemente masculino em uma sociedade patriarcal, a mulher interioriza disposições associadas às características masculinas. As mulheres agregam ao *habitus*, algumas disposições, visto que os agentes dominantes deste subcampo eram todos homens. Essa incorporação não modifica a sexualidade das jogadoras, porém a interiorização da disposição de gênero descentralizada foi desaprovada aos olhos dos dominantes desse campo, questionando a sexualidades das jogadoras. Nesse sentido, Salvini e Marchi Junior ressaltam:

[...] na vida adulta, o campo esportivo, especificamente no que tange o funcionamento do subcampo do futebol feminino no Brasil, também reproduz algumas condutas, que não mais são escolhas das próprias jogadoras por afinidade à prática ou exacerbação de capacidades e habilidades de jogo, mas sim, o entendimento de que: ao seguir as orientações mercadológicas do funcionamento do campo esportivo – baseadas em atributos normativos de feminilidades atrelados à habilidade física – a possibilidade de reposicionamento e também de manutenção como jogadora de futebol profissional nesses espaços torna-se ampliada (SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2021, p. 270).

Se estabelecer no futebol e conseguir se manter neste espaço de dominação masculina se tornaram objetos de consagração para a mulher, que precisa criar estratégias em busca de alcançá-los.

Para Cedro (2014), dentro do campo futebolístico, a consagração de um jogador não depende de o atleta ser um talento como pensavam os adeptos ao futebol-arte, pois o discurso

do futebol-força e de resultados são considerados mais eficazes. O futebol-arte que destaca o talento, o imprevisto e o dom artístico no jogo emergiu com o reconhecimento internacional do futebol brasileiro após as vitórias nas Copas do Mundo, em 1958, 1962, 1970. Entretanto, as modificações ocorridas no futebol a partir de 1970 e final de 1980, em âmbito nacional e internacional, configuraram um aumento progressivo do profissionalismo e no futebol como um “[...] megaevento gerador de receitas econômicas e investimentos financeiros” (CEDRO, 2014, p. 21).

Cedro (2014) destaca a analogia de Bourdieu (1996), na qual ele percebe que os curadores, críticos, galerias e as bienais assumiram a incumbência de realizar a consagração do artista. No futebol, além dos jogadores e comissão técnica de um time, participam deste processo no campo: os dirigentes esportivos, compostos em hierarquias no clubes e federações; tribunais desportivos; mercados de artigos esportivos; empresas patrocinadoras, que estampam sua marca nos uniformes e estádios – “Essa prática também vem sendo realizada pelo poder municipal e por instituições estatais como Petrobrás e Eletrobrás” (CEDRO, 2014, p. 22); apostadores de loterias esportivas; investidores, que possuem os direitos do atleta, como os empresários, procuradores e olheiros que buscam novos jogadores; os meios de comunicação, que possuem direitos de transmissão; jornalistas e comentaristas do esporte; e, por fim, fisiologistas, médicos, nutricionistas, psicólogos e a comunidade científica que estuda o rendimento do atleta (CEDRO, 2014).

Na nova configuração do campo futebolístico ocorreu o avanço do profissionalismo; nesse cenário, a lógica de funcionamento do futebol está relacionada com as posições ocupadas pelos agentes supracitados, os quais estão envolvidos e criam estratégias de disputa, objetivando o alcance de consagração. Para Cedro (2014), esta configuração vai ao encontro do que Bourdieu (1996) entende por autonomização do campo esportivo. O autor explica que o futebol se tornou um espaço autônomo cada vez mais complexo e especializado, que transcende a prática em si. Nessa perspectiva, compreende-se o futebol como um espaço de disputa entre os agentes e com uma concorrência que corrobora com a reprodução e manutenção de um campo autônomo.

O campo futebolístico autônomo possui uma organização em hierarquias, as quais são reconhecidas por meio do *habitus*, pois o jogador de futebol que chega recentemente no campo profissional (campo autônomo) interiorizou o *habitus* gradualmente, desde as categorias de base, e sua posição vai determinar suas reações dentro desta estrutura consolidada, principalmente por meio do capital simbólico que ele acumula a partir de sua origem social (CEDRO, 2014).

Outra relação para a consagração de um jogador está relacionada aos “olheiros”, que são empresários e agentes, os quais vão revelar e contratar o atleta para um clube com uma satisfatória transferência financeira. Para selecionar os jogadores jovens, nem sempre o talento esportivo é o que conta, pois “[...] muitas vezes o tempo de se mostrar nas ‘peneiradas’ é mínimo e aqueles que são aprovados necessitam de agentes e cartas de recomendação daqueles que detêm autoridade e legitimidade dentro do campo” (CEDRO, 2014, p. 22).

Nesse sentido, pode-se compreender o futebol como um sistema simbólico na visão de Bourdieu (2007), na medida em que seus agentes lutam pela construção e manutenção da lógica do campo mediante a uma ordem, a qual é estabelecida por meio de símbolos. Esses símbolos possibilitam a integração do campo, visto que, para Bourdieu, os sistemas simbólicos são “[...] instrumentos estruturados de comunicação e de reconhecimento que cumprem a função de imposição ou de legitimação da dominação, assegurando a dominação de uma classe sobre a outra” (BOURDIEU, 2007, p. 11). Nesse sentido, Cedro (2014) explica que as formas simbólicas existentes no futebol são crenças (vitória, altos salários, ações dos torcedores, transferências milionárias, construção de estádios, pagamento por direitos de transmissão, campeonatos mais importantes do que outros, consumo de camisetas e de bandeiras) construídas e mantidas por convicções que regulam o campo, cujos agentes lutam pelo domínio e consagração.

Entende-se que dentro do campo futebolístico caracterizado por Cedro (2014), as tomadas de posição da mulher futebolista estão subsidiadas em disposições de luta, na medida que elas almejam as formas simbólicas pertencentes ao universo futebolístico, mas, ao mesmo tempo, estão longe de vivenciá-las. Entende-se que, para os homens que sonham em se tornar jogadores, existe um caminho a ser percorrido para chegar a alcançar as formas simbólicas. Em contrapartida, para as mulheres, a luta está pautada, ainda, na tentativa de participação e manutenção dentro do futebol, especialmente no que se refere ao espaço profissional. Muitas jogadoras precisam lutar e desenvolver estratégias para alcançar o reconhecimento no futebol profissional (CAPRARO; CHAVES, 2007).

Com base nessa compreensão do campo futebolístico – de que existem lutas e disputas por objetos entre os agentes –, verifica-se a importância de discutir o termo “capital”, de Bourdieu (1996), interpretado em dimensões simbólica, política, cultural, econômico e social, os quais subsidiam as estratégias para as tomadas de posição no campo e conseqüentemente para a obtenção da consagração do agente.

Todo campo possui uma estrutura social constituída por posições ocupadas entre agentes, que lutam a favor (conservação) ou contra (mudanças) das formas de distribuição de

poder e esta luta está pautada na acumulação de capitais (BOURDIEU, 1993). O autor apresenta as formas essenciais de capitais que são passíveis de conversão entre si: capital econômico (dinheiro e bens materiais); capital social (relações interpessoais); capital cultural incorporado (conhecimento interiorizado pelo indivíduo) e cultural institucionalizado (ensino formalizado, diplomas e certificados acadêmicos); bem como o capital simbólico (formas de capitais que são valorizadas e legitimadas em contextos específicos) (BOURDIEU, 1986; 1989).

Para o autor as conquistas do agente egresso no campo “[...] depende da importância do capital possuído e também da aptidão de seus detentores em gerir racionalmente a reconversão sempre arriscada do capital simbólico em capital econômico” (BOURDIEU, 1996, p. 26). Além disso, os ingressos no campo enquanto categoria podem ser “[...] partículas em um campo de forças, e suas trajetórias serão determinadas pela relação entre as forças do campo e sua inércia própria” (BOURDIEU, 1996, p. 24). Essa inércia está registrada, de um lado, nas disposições que foram interiorizadas durante sua trajetória, de outro lado, no capital que adquiriram e contribuem para designar as possibilidades do agente [jogadora] no campo (BOURDIEU, 1996).

Com base em Bourdieu (1986), percebe-se que existe um cenário de conversão de capitais. Nesse sentido, dentro do campo esportivo, Marques e Gutierrez (2014) salientam que o capital simbólico legitimado e reconhecido pelo desempenho atlético pode ser convertido em possibilidades/oportunidades. Exemplo disso, no futebol de mulheres foi percebido por Maquiaveli *et al.* (2021) que as jogadoras de futebol de salão ingressaram em instituições de ensino superior ou ganham bolsas (financeiras e acadêmicas) por conta do seu desempenho atlético. Nesse sentido, em outros termos, os autores destacam a conversão do capital simbólico, convertido em capitais econômicos e cultural institucionalizado.

É a categoria *habitus* que auxilia a compreender as tomadas de posição das jogadoras, pois representa um sistema de disposições construído, que advém de aprendizagens explícitas e implícitas e funciona como uma estrutura, estruturada e estruturante, de maneiras de ver, agir e pensar no mundo social (BOURDIEU, 1998).

Essas duas categorias, as disposições interiorizadas e os capitais acumulados, embasam os agentes sociais [jogadoras de futebol], na medida em que eles vão elaborar suas estratégias, objetivando maximizar seus interesses e influenciar nas definições e divisões sociais. Ou seja, com base nessas categorias, os agentes realizam as disputas de poderes simbólicos e materiais.

Salvini e Marchi Junior (2016) evidenciaram que a garra constitui o *habitus* das mulheres que jogam futebol em busca da profissionalização. Este *habitus* foi construído no

campo esportivo, um espaço de luta constante por reconhecimento. Diante disso, as características de batalha e combate são interiorizadas durante a trajetória da mulher jogadora, intentando legitimar no futebol – esporte entendido histórica e culturalmente como masculino. A interiorização de disposições de luta ocorre durante a trajetória dessas mulheres em três etapas:

Na infância, quando lutavam por um espaço no time de meninos; na adolescência quando procuravam por escolinhas para se especializarem na modalidade; ou na vida adulta, quando lutam por poder viver (no sentido de ter o reconhecimento financeiro e profissional) do futebol (SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016, p. 309).

O futebol profissional se tornou um fenômeno global e complexo. Nesse processo, Castellani (2017) e Damo (2007) ressaltam que ocorreram modificações muito significativas para a modalidade, passando a ser caracterizado como uma prática social modernizada, globalizada e espetacularizada, que produz um espaço político e econômico de grande rentabilidade.

Damatta (1994) destaca a modalidade futebolística como um fenômeno mundial que opera por meio do mercado, do dinheiro e da possibilidade de compra e venda do trabalho. Nesse sentido, Martins (2016) entende que o futebol é um fenômeno econômico, tendo em vista que ele está à serviço do capitalismo, como um grande negócio, inerente a outros ramos de produção e mercadorias fora da esfera futebolística. A construção de um mercado que cerceia o futebol significa que existe uma quantidade de capital sendo valorizado, bem como um meio de valorização de outros negócios, tornando a modalidade um negócio de alta rentabilidade.

Kessler (2015) tenciona a necessidade de associar o futebol de mulheres à essa estrutura futebolística, constituída com base na lógica do espetáculo e do mercado, como se essa fosse a única possibilidade de atingir o reconhecimento. A autora destaca que o futebol é inerente à masculinidade hegemônica, tradicional e fortemente ligado à uma atividade performática de espetáculo. Para que os agentes possam fazer parte do espetáculo existem regras que devem ser seguidas, que diminuem a liberdade e aumentam a padronização para que seja produzido algo rentável. Segundo Kessler (2015), o futebol de mulheres rompe com essa padronização, resultando na não espetacularização e vivendo em um mercado bastante limitado.

O futebol espetáculo está subsidiado por uma forma monopolista, globalizada e centralizada, organizada de forma hierarquizada (entidades futebolísticas – clubes – jogadores) e exige uma característica chamada “excelência performática”. Nesse sentido, Castellani ressalta que

O futebol espetáculo pode ser entendido como uma prática social relativamente bem estruturada a partir da interação de, ao menos quatro categorias de agentes: Os profissionais (atletas em geral), torcedores (público aficionado pelos espetáculos), dirigentes (de clubes, ligas e federações) e os mediadores especializados (todos os profissionais que promovem os espetáculos) (CASTELLANI, 2017, p. 18).

Lopes (1999) ressalta que a profissionalização do futebol como espetáculo transcende os jogadores, pois enquadra de forma mais abrangente a atividade esportiva, tornando-se uma prática televisiva.

No processo de profissionalização, Castellani destaca “[...] três situações peculiares: a formação de atletas em categorias de base; as contratações e vendas/dispensas de jogadores do elenco profissional e as constantes mudanças de comissão técnica” (CASTELLANI, 2017, p. 24). No entanto, o autor destaca que as necessidades pessoais que transcendem o universo esportivo/profissional dos indivíduos envolvidos ainda têm merecido pouca preocupação dos gestores e dirigentes esportivos.

Castallani (2017) ressalta a importância de analisar a característica mercantilizante que tem assumido o futebol nos últimos anos, visto que os agentes que compõem este campo – atleta, treinador, gestor, imprensa – estão inseridos em uma sociedade cuja lógica é de produção capitalista. Esses agentes são valorizados como uma mercadoria e responsabilizados e/ou valorizados pelo alto rendimento e pela performance de alto nível, em detrimento do valor enquanto indivíduos que possuem necessidades. Os diferentes setores da sociedade começaram a seguir a lógica do mercado dominante que modificou as organizações. O futebol não ficou isento, pois, especialmente nas últimas duas décadas, a modalidade ficou completamente subordinada ao mercado (GONÇALVES; CARVALHO, 2006).

A organização esportiva adota uma perspectiva empresarial, voltada para negócios, na medida em que ocorre a implantação da lógica de mercado. A partir disso, novos atores emergem neste cenário: os empresários, a mercadoria, os clientes e a competitividade em busca de bons resultados de forma eficiente. Segundo Gonçalves e Carvalho (2006), atualmente o esporte passou a ser tratado como uma indústria envolvida por diversas organizações, tanto públicas como privadas ou não lucrativas, que ofertam produtos e serviços, bem como organizações profissionais, responsáveis pela contratação e pagamento dos agentes envolvidos, como os atletas, além das empresas de entretenimento, sobretudo, a mídia televisiva.

Souza Junior (2013) salienta que a cobertura dos meios de comunicação restringe-se ou no mínimo privilegia o esporte masculino. O autor demonstra que o apelo das jogadoras de futebol tem sido a vinculação com os meios de comunicação, para existir uma possibilidade de divulgação do futebol feminino. Além disso, uma das ações propostas pela FIFA possui relação

com os meios de comunicação, propondo uma parceria entre as federações, a mídia e os centros de informações, ampliando o futebol feminino e aumentando a audiência, conseqüentemente, o interesse do público para ocorrer o aumento de patrocinadores. Porém, Souza Junior (2013) ressalta a necessidade de “[...] problematizar a necessidade de uma imprensa menos suscetível à ideologia refém de valores do patriarcado, viabilizando um discurso midiático isento de clichês preconceituosos e estereotipados” (SOUZA JUNIOR, 2013, p. 210). Ou seja, não se pode simplesmente vincular a mulher futebolista aos meios de comunicação, mas é necessário também tencionar alguns discursos.

Dentro do campo futebolístico é importante pensar em outro agente de significativa relevância, os clubes de futebol, cujos principais objetivos são a obtenção de lucros e a conquista de campeonatos. Os clubes dispõem “[...] de uma estrutura de atividades relativamente definidas, com áreas como marketing, finanças, recursos humanos e departamentos de esportes que se relacionam para que seus objetivos sejam alcançados” (GONÇALVES; CARVALHO, 2006).

Entretanto, mesmo que o objetivo supracitado pelos clubes seja o mesmo em relação ao futebol de mulheres, não se pode dizer que a estrutura seja igual. Souza Junior (2013) trouxe dados de uma pesquisa realizada em 2011 com equipes paulistas de futebol de mulheres demonstrando as condições desfavoráveis ofertadas pelos clubes para a atuação das jogadoras. Lembrando que a região Sudeste se constituiu como um grande centro futebolístico (FREITAS JR, 2000) e no futebol de mulheres como um espaço que se localiza os centros de profissionalização (KESSLER, 2015). Esta pesquisa citada por Souza Junior (2013) foi elaborada por Bove *et al.* (2011), buscando configurar as estruturas das equipes futebolísticas que disputaram o campeonato paulista (1ª divisão – categoria livre em 2011) promovido pela Federação Paulista de Futebol:

Para tanto, aplicaram um questionário a 102 atletas de 8 das 19 equipes que disputaram o referido campeonato. Os dados levantados por Bove et al. (2011) indicam que 87,5% das equipes fornecem alojamento e alimentação às suas atletas, 50% viajam na véspera dos jogos fora de casa e alojam as atletas em hotéis para os jogos (o restante viaja no mesmo dia dos jogos para diminuir despesas), 25% oferecem convênios médicos às atletas, 75% treinam pelo menos cinco vezes por semana, por vezes em dois períodos, e 87,5% mantêm ou estimulam as categorias de base. Quanto à manutenção de equipes multidisciplinares na área de saúde, os dados da pesquisa indicam que 50% das equipes participantes dispõem de médico, 75% de fisioterapeuta, 25% de nutricionista, 12,5% de psicólogo e 100% de educadores físicos atuando como preparadores físicos. [...] Em relação à remuneração, 75% das equipes oferecem remuneração às suas atletas, sendo que esta remuneração consiste em uma ajuda de custo, com valores que, em média, mal atingem o piso salarial mínimo do país. Já em relação ao outro benefício normalmente oferecido às atletas, 75% das equipes mantêm parcerias com universidades, garantindo às atletas bolsa de

estudo integral ou parcial em cursos superiores (BOVE *et al.*, 2011 *apud* SOUZA JUNIOR, 2013).

Com base nas condições mencionadas na estrutura da equipe, Souza Junior (2013) percebeu um quadro desfavorável para sustentar as jogadoras em sua atuação futebolística. O autor enfatiza que embora elas realizassem treinamentos cinco vezes por semana, em dois períodos, recebiam menos que um salário-mínimo. Para Souza Junior (2013), esta relação trabalhista estabelecida entre clube e jogadora, poderia ser pensada com base no conceito de relação de emprego disfarçada, proposta por Baltar, Krein e Leone (2009):

De acordo com os autores, essa relação é marcada pela presença das características do trabalho assalariado, tendo, em contrapartida, a contratação da prestação do serviço de forma que não contemple os direitos trabalhistas e previdenciários a ele vinculados. Ou seja, está contida uma relação de subordinação do trabalho, mas a forma de contratação não é dada por um contrato de trabalho regular, tratando-se, assim, de uma simulação (SOUZA JUNIOR, 2013, p. 179).

Além disso, o autor compreende que a disponibilização de bolsas de estudos pelos clubes para que as jogadoras possam cursar um ensino superior seria uma prática paliativa, na medida que traz esperança de um futuro no mercado de trabalho para além do futebol. Porém, certamente existe a dificuldade da conciliação entre ser atleta – que exige treinamentos pesados e viagens – com os estudos.

O mercado de pé-de-obra está sujeito à diversidade histórica e social da espetacularização (DAMO, 2005), isso significa que existe mercado para os diferentes tipos de capitais futebolísticos e o Brasil corresponde muito bem aos interesses dos agentes que comandam este mercado. Favero (2009) mencionou que o Brasil vende jogadores para os principais países do futebol mundial (aqueles que possuem alto volume de capital econômico, como exemplo, os europeus) e para países que não se imagina que exista futebol organizado. No mapa que Favero (2009) mostrou em seu estudo, observa-se que a Europa é o local que mais importa jogadores, além disso, o Japão e a Coreia do Sul também se destacam.

O autor destaca que “[...] cada vez mais cedo, os garotos saem dos países mais pobres em busca de um sonho que geralmente não se realiza: virar jogador de futebol em um país rico (FAVERO, 2009, p. 92). Acreditamos que o destaque deste autor é uma realidade também no futebol de mulheres, pois, segundo Kessler (2015), em muitos países, é reconhecido e se tornou popular, enquanto no Brasil o futebol espetáculo de homens é o mais valorizado.

Com base em Congdon-Hohman e Matheson (2011), Kessler (2015) considera que existem três centros internacionais que valorizam o futebol de mulheres: América do Norte

(Estados Unidos e Canadá); Norte Europeu (Alemanha, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Inglaterra, Islândia, Noruega e Suécia); Leste Asiático (China, Japão e Coreia do Norte). A autora destaca que os países com maior número de jogadoras registradas são EUA, Canadá e Alemanha.

Para Pisani (2012), houve um aumento no número de mulheres buscando oportunidades fora do país, embora o fluxo migratório feminino seja menor se comparado com o masculino. A autora ressalta que a tendência da maioria das futebolistas é realizar essa migração para os EUA, diferente dos homens que buscam a Europa. Botelho (2010) corrobora que esse aumento se deu a partir do ano 2000 e que, de fato, a maioria das mulheres buscam os EUA. Segundo a autora, as migrações das mulheres possuem algumas razões principais: experiência cultural; ganhos econômicos; oportunidades de vida; e, por fim, amor ao futebol.

Entretanto, no Brasil, o investimento de mulheres na carreira futebolística não significa ter oportunidades profissionais ou ganhos financeiros, pois dificilmente as jogadoras conseguem migrar para um país que valoriza o futebol de mulheres (KESSLER, 2015).

Com base na constituição do campo futebolístico profissional que mostra as posições ocupadas pelos agentes, a lógica e as regras, os capitais, entre outras características constitutivas, na próxima seção trata-se especificamente da posição da mulher futebolista. Ao mirar para a relação da mulher no campo futebolístico profissional tal como se encontra, buscase compreender as ações dos agentes (FIFA, CBF e clubes) no processo de profissionalização da mulher futebolista.

2.3 AS AÇÕES DOS AGENTES ACERCA DA PROFISSIONALIZAÇÃO NO FUTEBOL DE MULHERES

As características profissionalizantes do futebol obtidas nos últimos anos estão marcadas pela presença de grandes “estrelas” e pelos altos salários dos atletas e treinadores, mas a parcela destes profissionais é muito pequena (CASTELLANI, 2017). No futebol praticado por mulheres é praticamente inexistente as jogadoras com salários exorbitantes. Isso fica evidente no texto publicado pelo jornal Estadão:

Os gritos por igualdade salarial que marcaram o título dos Estados Unidos na Copa do Mundo de Futebol Feminino têm eco no Brasil. Por aqui, homens também ganham mais do que mulheres. Nos grandes clubes, eles ganham muito mais mesmo. Enquanto a folha de pagamentos dos gigantes de São Paulo gira entre R\$ 10 milhões, os gastos com os times femininos ainda são da ordem de 100 mil. É uma diferença de cem vezes. Portanto, brutal. No caso dos times menores, a remuneração das jogadoras oscila e é compatível com a dos homens das Séries B, C e até D do Brasileiro. De acordo com informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) da

Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho), os salários de mulheres são de 2.556,34. No caso dos homens, 5.577,53. Ou seja: os homens ganham 118% a mais (OBEID; SILVA JUNIOR, 2019, p.1).

Nesse mesmo viés, as jogadoras que buscam viver da modalidade futebolística ressaltam que,

‘Têm salários comparados com jogadores da série B ou até uma série inferior, infelizmente’, diz Thaís Picarte, goleira do Santos e vice-presidente do Sindicato do Atletas Profissionais de Futebol do Município de São Paulo. ‘Essa diferença salarial é um absurdo. Pior é que não sei se a gente vai conseguir igualar isso algum dia’, diz Cristiane do São Paulo. ‘Lá fora, a situação é a mesma. Dificilmente, você encontra uma atleta que ganhe 15 mil euros ou uns R\$ 60 mil’, diz a ex-jogadora do PSG, o mesmo time de Neymar (OBEID; SILVA JUNIOR, 2019, p. 1).

O Jornal Estado de São Paulo destacou o posicionamento de um agente importante na estrutura do campo futebolístico sobre a questão sobre a diferença salarial existente: Marco Aurélio Cunha, coordenador de seleções femininas da CBF neste período, que disse: "São unidades de negócio diferentes. Um é consolidado e lucrativo no País; o outro está em formação e ainda precisa de investimentos. Eles podem ser iguais financeiramente?" (OBEID; SILVA JUNIOR, 2019, p. 1).

Para além da questão salarial enfatizada no meio de comunicação supracitado, o registro profissional é outro dado demonstrado pelos jornalistas Obeid e Junior (2019), pois entre os clubes (cinquenta e dois) que disputavam o Campeonato Brasileiro de futebol feminino, menos de 10% assinavam a carteira das jogadoras. Diante disso, muitas mulheres que atuam no futebol brasileiro não possuem acesso aos direitos trabalhistas, como, por exemplo: sem décimo terceiro salário, férias, sem auxílio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em caso de lesões (OBEID; SILVA JUNIOR, 2019, p. 1).

Nesse sentido, Marco Aurélio Cunha explana para o Jornal Estadão que o futebol de mulheres ainda “[...] é uma atividade semiprofissional. Se exigirmos isso (carteira assinada) de todos, não haverá chance de sobrevivência de muitos clubes” (OBEID; SILVA JUNIOR, 2019, p. 1). Entretanto, emerge um período de transformações no futebol de mulheres, que trouxe mudanças significativas para o esporte no cenário brasileiro, iniciando com os agentes (pessoas) frente à CBF, importante instituição do campo futebolístico.

Segundo Souza Junior (2013), os cargos de liderança e gestão no esporte são reservados aos homens. Além disso, Kessler (2015) ressalta que, no Brasil, especialmente, o futebol de matriz espetacular se constituiu como uma “área reservada masculina”. Nesse sentido, compreende-se que a contratação de mulheres em posições de comando dentro do

departamento de futebol feminino da CBF foi uma positiva e importante ação neste universo. Em setembro de 2020, o presidente da CBF, Rogério Cabloco, anunciou a contratação de Aline Pellegrino para o cargo de coordenadora de competições do futebol de mulheres (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Compreende-se como uma ação afirmativa essa contratação, não somente por ela ser uma agente mulher na gestão, mas pela competência adquirida por Aline Pellegrino resultante de sua vasta experiência no futebol feminino. Ela se destacou em seu trabalho como jogadora; como diretora na Federação Paulista de Futebol, “[...] onde desenvolveu um trabalho muito elogiado, responsável por promover avanços fundamentais para o crescimento da modalidade no estado” (ISTOÉ, 2020); e, como consequência, foi muito solicitada para este cargo frente à CBF.

Outra contratação destacada pela CBF pela competência do agente foi a de Eduarda Luizelli, que já possuía, naquele período, trinta e cinco anos dedicados ao futebol de mulheres. Antes de assumir, por último, foi gerente do departamento de futebol feminino do Internacional e se tornou a primeira mulher a assumir a gestão frente às seleções femininas brasileiras (ISTOÉ, 2020).

Por fim, salienta-se a contratação da técnica, Pia Sundhage, para comandar tecnicamente a seleção brasileira de futebol de mulheres, em 2019. Segundo o texto publicado pela Istoé (2020), ela possui uma grande carreira devido às diferentes conquistas (3 medalhas olímpicas – 2 ouros com os Estados Unidos e 1 prata com a Suécia).

A alteração no quadro de agentes que dirigem o futebol de mulheres trouxe alguns resultados positivos, pois, conforme Aline Pellegrino ressaltou no texto publicado pelo periódico Istoé (2020), existe um plano estratégico de desenvolvimento de futebol feminino. Diante disso, desde o momento em que elas chegaram (Aline e Eduarda) já desenvolveram ações específicas para melhorar as competições: a inserção do VAR (*Video Assistant Referee*); a realização de competições em grandes estádios; a emergência de novos patrocínios; um uniforme exclusivo para as jogadoras da seleção que não possuíam as cinco estrelas que simbolizam as conquistas da seleção masculina; e por fim, algo muito importante destacado pela gestora, que foi a equiparação salarial dos jogadores homens da seleção brasileira com as jogadoras mulheres que defendem o Brasil. Segundo Pellegrino: “A gente tem que olhar, hoje e para frente, para termos ações profissionais, planejamento estratégico, e buscar isso de forma sólida. O futebol feminino não pode viver de amor e carinho, não, a gente quer respeito e profissionalismo – finalizou a coordenadora” (ISTOÉ, 2020).

Observa-se um trabalho focado no desenvolvimento do futebol de mulheres, mesmo que existam limitações em suas posições e dificuldades para construir certas ações positivas para a modalidade. Contudo, algo muito relevante, foi perceber que não existe, nas falas dos dirigentes, motivos de desculpas para justificar a desigualdade entre os futebolistas (DAMO, 2005) ou justificativa para a falta de apoio com vistas a uma real profissionalização.

Pode-se compreender essas distinções entre os agentes (aqueles que buscam o desenvolvimento e aqueles que criam desculpas para justificar a desigualdade) com base em Bourdieu (2004), pois os agentes sociais possuem posições na estrutura que dependem do volume do seu capital e do *habitus*, os quais vão influenciar nas visões e nas estratégias para a ação dentro do campo. Essas estratégias servirão para orientar com relação à conservação ou a transformação de tal estrutura (BOURDIEU, 2004). Nesse sentido, observa-se que as mulheres que assumiram alguns postos de comando dentro do futebol colaboraram muito para a transformação do futebol de mulheres e a manutenção das melhorias que têm ocorrido neste universo.

Diante disso, é importante compreender o cenário no qual essas modificações ocorreram, desde a inserção de mulheres na gestão do futebol até melhorias na estrutura do futebol feminino brasileiro de forma mais geral. Começa-se a refletir sobre as ações desenvolvidas no campo futebolístico atual, que corroboraram para a emergência das diferentes transformações ocorridas no futebol de mulheres.

Para tanto, primeiramente, evidenciam-se as ações e intenções advindas da FIFA, entidade que possui maior volume de capital simbólico, possuindo, portanto, posição dominante na hierarquia do campo esportivo. Se faz necessário tal reflexão sobre as ações e intencionalidades, pois, para Bourdieu (1996), não existe ação desinteressada.

Em 2012, a FIFA apresentou uma proposta que explanava seus objetivos para o futebol de mulheres, os quais demonstravam o interesse da entidade em promover o desenvolvimento do futebol feminino, com base no seu apoio financeiro e na possibilidade de mulheres (jogadoras, árbitras e assistentes) participarem mais ativamente do campo futebolístico. A ideia da FIFA era popularizar o futebol de mulheres por meio de campanhas e derrubar barreiras sociais e culturais sobre a modalidade, intentando melhorar a posição da mulher neste universo esportivo. Os objetivos encontrados na missão da FIFA neste período foram os seguintes:

- Promover e desenvolver o futebol feminino adulto e juvenil nas federações afiliadas à FIFA;
- Aperfeiçoar a infraestrutura do futebol feminino nas confederações e federações filiadas;
- Aumentar a proporção de mulheres e meninas nas divisões de base, nas escolas e nas equipes de nível amador e profissional;

- Melhorar constantemente a qualidade, a organização e a expansão das competições femininas da FIFA;
- Criar condições para que mais mulheres ocupem cargos técnicos e executivos no mundo do futebol, em áreas variadas como arbitragem, treinamento, medicina, mídia e gestão;
- Organizar cursos de formação e aperfeiçoamento para jogadoras, treinadoras, árbitras, médicas e oficiais;
- Estabelecer e publicar um calendário coordenado para os jogos das seleções femininas;
- Analisar e monitorar o desenvolvimento técnico do futebol feminino; - Organizar simpósios e conferências sobre futebol feminino (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL ASSOCIADO, 2012).

Souza Junior (2013) ressaltou que tal proposta de desenvolvimento do futebol feminino implementada pela FIFA em 2012 poderia permitir inúmeros avanços. Isso devido às políticas voltadas especificamente para o futebol de mulheres e, sobretudo, pela promessa da entidade de destinar um orçamento de no mínimo 15% dos recursos enviados às suas federações e confederações.

Vale destacar também que em 2018 a FIFA lançou uma cartilha denominada “Estratégia no Futebol de Mulheres” (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL ASSOCIADO, 2018, tradução nossa), explicando as formas de trabalho que buscava realizar com os agentes envolvidos no futebol de mulheres (entidades associadas, clubes, jogadoras, meios de comunicação e consumidores).

Barlem (2018) publicou um texto no periódico online do Globo Esporte, com o discurso da secretária geral da FIFA, Fatma Samoura, primeira mulher a ocupar um dos cargos mais importantes da entidade. No texto, ela ressaltou que estava orgulhosa pelo lançamento da primeira estratégia global de futebol feminino que iria beneficiar as praticantes e as mulheres de forma geral.

Com relação à estratégia criada pela FIFA, foram elencados alguns pilares para cumprir os objetivos propostos: 1) desenvolver e crescer o futebol de mulheres dentro e fora de campo; 2) melhorar competições femininas; 3) comunicar e comercializar, expor e valorar; 4) esforço para equilibrar a igualdade de gênero em papéis de liderança; 5) educar e empoderar, construir capacidade e conhecimento.

Dentro desses pontos que embasam a estratégia da FIFA, salienta-se alguns aspectos considerados relevantes para este estudo, pois observa-se alguns efeitos deles no desenvolvimento do futebol de mulheres. O primeiro ponto está disposto no 4º e 5º pilares, sendo o esforço para garantir o protagonismo da mulher no campo futebolístico. A cartilha demonstra a importância de garantir a presença das mulheres nas tomadas de decisão, nos níveis mais altos do futebol, refinando as estruturas regulatórias para promover a profissionalização:

Os objetivos tangíveis incluem:

- 100% das associações membros da FIFA devem ter pelo menos uma mulher presente em seu comitê executivo até 2026.
- Até 2022, pelo menos um terço da FIFA os membros do comitê serão mulheres.
- Cada associação membro fará dedicação em pelo menos um assento em seu comitê executivo para representar os interesses das mulheres em futebol e futebol feminino.
- Avançar na profissionalização do jogo feminino, garantindo que os jogadores estão protegidos e têm reconhecimento por sua profissão na FIFA, associação e confederação membro níveis (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL ASSOCIADO, 2018, p. 16, tradução nossa).

No Brasil, como possível reflexo desses pilares colocados pelas estratégias da FIFA, observa-se que algumas mulheres foram colocadas em cargos de administração nas entidades afiliadas. Como exemplo, menciona-se o caso de Eduarda Luizelli, que substituiu Marco Aurélio na coordenação das seleções brasileiras femininas, e de Aline Pellegrino, na coordenação de competições femininas.

Outro aspecto importante observado nos pilares é a profissionalização da modalidade em diferentes localidades. Para cumprimento deste objetivo, a FIFA considerou relevante melhorar a organização do futebol de mulheres aplicando mais força regulamentar e fortalecer a relação profissional no futebol.

Souza Junior (2013) mencionou que, embora seja evidente o quanto as políticas propostas pela FIFA indicam avanços significativos que podem contribuir de maneira expressiva para o desenvolvimento do futebol feminino, não se pode perder de vista que a própria entidade contribui para a precarização dessas políticas. A FIFA não se estabelece como agência responsável pelo acompanhamento/fiscalização da implementação dessas políticas por suas afiliadas, com isso, planejando e não zelando pela implementação dessas políticas, a entidade contribui para a ideia de apenas “cumprir protocolo”.

Nesse sentido, ao analisar a administração dos membros afiliados da FIFA, como a CONMEBOL e a CBF, Souza Junior (2013) percebeu que a primeira entidade parece pautar-se na lógica de manter uma estrutura mínima para o desenvolvimento da modalidade, realizando a Copa Libertadores Feminina e os Sul-Americanos Femininos de seleções nas categorias estabelecidas pela FIFA (sub-17, sub-20 e adulta). A CBF e as federações afiliadas mantêm uma estrutura mínima funcionando, apenas para “cumprir protocolos” com a FIFA em relação ao desenvolvimento do futebol feminino.

Atualmente, com as novas ações da FIFA, como, por exemplo, a criação da cartilha para o desenvolvimento do futebol de mulheres, foram estabelecidas metas e estratégias que transcendem a mera criação de objetivos. Isso demonstra que o processo de desenvolvimento e

mais especificamente de profissionalização no futebol de mulheres tem ocorrido em longa duração e de forma paulatina.

Dentre os reflexos dessas diferentes ações desenvolvidas, observa-se e enfatiza-se, neste estudo, a medida obrigatória desenvolvida pela CONMEBOL e reproduzida pela CBF.

Em 2016, a CONMEBOL aprovou o novo Regulamento de Licença aos Clubes, estabelecendo diferentes critérios desportivos aplicados às equipes que buscavam disputar as competições nacionais (Campeonato Brasileiro) e continentais (Libertadores, Copa Sul-Americana e Recopa). A CBF é o ente que concede a licença aos Clubes requerentes, devendo avaliar e fiscalizar a adequação dos clubes nos prazos estipulados pelo regulamento. O anexo 1 do regulamento apresenta os critérios desportivos, dentre eles encontra-se especificamente sobre o futebol feminino:

O Clube Requerente deverá contar com uma equipe principal feminina ou manter acordo de parceria ou associação com um clube que mantenha uma equipe feminina principal estruturada, da melhor forma que puder desenvolver o esporte. Nesse sentido, o Clube Requerente idealmente proverá as condições necessárias para o desenvolvimento adequado de referida equipe principal feminina, como, por exemplo, suporte técnico, equipamentos e infraestrutura (campo para treinamento e disputa das partidas oficiais etc.). O Clube requerente deverá demonstrar que a equipe principal feminina efetivamente disputa competições oficiais autorizadas pela CBF ou por federações Estaduais. [...] O Clube Requerente contará com um treinador para a equipe principal feminina, responsável final por todas as questões futebolísticas da equipe com formação e habilitação compatíveis e certificação da CBF, como, por exemplo, a licença A ('Treinador da Equipe Feminina'). (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2017b).

A CONMEBOL estabeleceu um longo prazo para que os clubes constituíssem uma equipe feminina de futebol, pois, a partir de 2019, todos deveriam estar adequados ao novo critério. A medida obrigatória está em conformidade com a Estratégia Global de Desenvolvimento do Futebol Feminino, implementada pela FIFA, visto que na cartilha, um dos seus principais objetivos até 2026 seria o aumento da participação feminina no futebol para avançar no processo de profissionalização da modalidade (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL ASSOCIADO, 2018).

Diante disso, em 14 de setembro de 2017, a CBF enviou um ofício aos clubes pertencentes às séries A e B, informando sobre os critérios técnicos que seriam aplicados para obter as licenças durante a temporada de 2019. Dentre os itens observados no processo de implementação do licenciamento de Clubes, encontra-se:

4.1. Em linha com as orientações da FIFA e da CONMEBOL, a CBF requererá que os clubes brasileiros apresentem informações e documentos acerca de seus

investimentos no futebol feminino para a participação na temporada de 2019 da série A e competições Conmebol. 4.2. O clube deverá demonstrar que possui uma equipe principal feminina disputando competições estaduais ou nacionais no ano de 2018, ou, então, deverá demonstrar que a sua equipe disputará competições oficiais em 2019. Os clubes deverão descrever também qual a estrutura que estará à disposição do futebol feminino nas áreas técnicas e administrativas (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2017b).

Diante disso, busca-se observar a adesão dos clubes à nova medida e percebe-se que não houve um interesse em se adaptar à nova medida estabelecida pelas instituições desportivas. Cacioli (2018), do Estadão, bem como Consenzo, Cardoso e Aquino (2018), da Folha de São Paulo, publicaram que, faltando poucos meses para 2019, ano que todos os times da série A deveriam já estar adequados ao novo regulamento, nem 50% deles tinha seu time feminino. Em janeiro de 2019, Alves (2019), do Globo Esporte, publicou que entrou em contato com os clubes da série A do Campeonato Brasileiro masculino, verificando que entre as 20 equipes, 13 (65%) clubes precisavam agir para atender as regras estabelecidas no novo regulamento¹⁸.

Embora a medida tomada pelas instituições tenha uma perspectiva positiva para o futebol feminino, se tornou algo obrigatório para os clubes que disputam a série A1 do campeonato brasileiro de homens; verificou-se que os times deixaram para se adequar no último momento. Diante dessa medida, a CBF se posicionou em 2019, ressaltando que seria um ano fundamental para o crescimento do futebol feminino no Brasil. Assim, a “[...] presença da modalidade em clubes de expressão no país é um marco para o desenvolvimento do futebol feminino no Brasil, que já começa a passar por transformações” (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2019a).

Em 2019, foi realizado um levantamento neste estudo dos 20 clubes que estavam na série A do Campeonato Brasileiro de homens, os quais obrigatoriamente construíram as equipes femininas. Para tanto, foram acessados os sites oficiais de cada time e buscou-se por alguma publicação sobre a criação do time feminino. No site oficial de cada clube existe uma aba de notícias que disponibiliza a opção de procura por publicações, onde foi inserida a palavra-chave “Futebol Feminino”. Nos sites oficiais de 19 clubes foi possível encontrar informações sobre a criação do time feminino, apenas no site do Fortaleza – CE, não foi obtida nenhuma informação.

Ao observar o quadro abaixo, que expõe os times que estão disputando o campeonato brasileiro feminino, não se encontra nenhuma informação sobre a criação de uma equipe

¹⁸ Diante disso, realizou-se um levantamento nos sites oficiais dos 20 times da Série A do Brasileiro de 2019, para verificar se havia alguma notícia sobre o time feminino. Estes dados estão apresentados na página 71 com intento de especificar o objeto de estudo junto ao problema de pesquisa.

feminina nas páginas do clube. Por isso, pressupõe-se que o Fortaleza – CE tinha sido o único clube que não tinha criado até aquele momento de nossa busca (início de 2019) sua equipe.

Para melhor apresentar as informações coletadas, o Quadro 3 expõe a criação ou a recriação das primeiras equipes de mulheres pelos clubes, após a medida obrigatória:

Quadro 3 - Equipes femininas criadas pelos clubes do campeonato brasileiro - série A masculino

(continua)

CLUBES	Tipo de Gestão	Nível das disputas	Ano que (re)iniciou o envolvimento dos Clubes com o Futebol Feminino
Corinthians – SP	Independente	Série A1 do Campeonato Brasileiro	2016
Palmeiras – SP	Parceria com a Prefeitura de Vinhedo-SP	Série A2 do Campeonato Brasileiro	2019
Atlético – MG	Parceria com Prontier Futebol Clube	Série A2 do Campeonato Brasileiro	2018
Botafogo – RJ	Parceria de cooperação com o Centro Esportivo de Sulacap	Série A2 do Campeonato Brasileiro	2019
São Paulo – SP	Parceria com Centro Olímpico	Série A2 do Campeonato Brasileiro	2019
Bahia – BA	Parceria com o Lusaca	Série A2 do Campeonato Brasileiro	2018
Santos – SP	Independente	Série A1 do Campeonato Brasileiro	2015
Internacional – RS	Independente	Série A1 do Campeonato Brasileiro	2017
Vasco da Gama – RJ	Independente (procurando parceria)	Série A2 do Campeonato Brasileiro	2018
Grêmio – RS	Independente	Série A2 do Campeonato Brasileiro	2017
Fluminense – RJ	Parceria com Daminhas da Bola	Série A2 do Campeonato Brasileiro	2019
Flamengo – RJ	Parceria com Marinha do Brasil	Série A1 do Campeonato Brasileiro	2015
Cruzeiro – MG	Independente	Série A2 do Campeonato Brasileiro	2019
Goiás – GO	Parceria com a Universidade Salgado de Oliveira	Série A2 do Campeonato Brasileiro	2019
Ceará – CE	Parceria com Associação Menina Olímpica	Série A2 do Campeonato Brasileiro	2018
Csa – AL (Centro Esportivo Alagoano)	Parceria com a União Desportiva Alagoana (UDA)	Série A2 do Campeonato Brasileiro	2019

Quadro 3 - Equipes femininas criadas pelos clubes do campeonato brasileiro - série A masculino

(conclusão)

CLUBES	Tipo de Gestão	Nível das disputas	Ano que (re)iniciou o envolvimento dos Clubes com o Futebol Feminino
Fortaleza – CE	-	-	-
Clube B	Parceria com o clube A	Série A1 do Campeonato Brasileiro	2018
Avai – SC	Parceria com Kindermann	Série A1 do Campeonato Brasileiro	2019
Chapecoense – SC	Parceria com Associação Desportiva Lourdes Lago – ADELL	Série A2 do Campeonato Brasileiro	2018

Fonte: A autora.

Esses 20 clubes, expostos no Quadro 3, estão participando do Campeonato Brasileiro de futebol masculino – série A, portanto são os times que obrigatoriamente precisaram se enquadrar na medida estabelecida pela COMENBOL. Como pode ser visualizado no Quadro 3, no que se refere à equipe feminina dos clubes, treze (13) disputaram na série A2 e seis (6) na série A1. Vale destacar que após esta pesquisa realizada, observou-se que o Fortaleza criou seu time feminino, em junho de 2019, com parceria com a marca *NetBet* e disputou na série A2 do campeonato brasileiro (MÁQUINA DO ESPORTE, 2019).

Dentre os clubes, seis deles criaram suas equipes de forma independente e quatorze fizeram parcerias com agentes envolvidos no campo esportivo e futebolístico. Vale destacar que cinco times já possuíam equipes femininas, seis criaram em 2018 e nove, somente em 2019. Verifica-se que a maioria dos clubes deixaram para realizar a criação das equipes femininas ou fazer parcerias no último momento.

Nesse sentido, destaca-se novamente Souza Junior (2013) que, embora seja evidente o quanto as políticas propostas pelas instituições futebolísticas indicam avanços significativos, a própria entidade contribui para a precarização dessas políticas ao não as fiscalizar, resultando no simples cumprimento de protocolo.

Diante disso, busca-se refletir sobre os efeitos reais da medida obrigatória estabelecida pelas entidades futebolísticas. Seria uma forma de criar times femininos somente para cumprir protocolos? Quais os subsídios que os clubes estão dando às equipes femininas efetivamente para um real avanço nas condições de atuação das mulheres no futebol? Além disso, é

importante pensar como Souza Junior (2013): as formas de fiscalização das entidades (CONMEBOL, CBF) estão acontecendo para que a medida ocorra de forma positiva e real?

Acredita-se que a medida estabelecida pela CONMEBOL será meramente simbólica se não refletir na melhora das condições em que essas equipes femininas atuarão. Dessa forma, as entidades futebolísticas, especialmente a CBF, responsável pelo futebol brasileiro, precisa elaborar ações políticas que busquem desenvolver o futebol de mulheres. Essas ações devem pensar não somente em medidas que trazem um suposto crescimento no número de times, mas nas condições de atuação das jogadoras para que ocorra a permanência delas no campo futebolístico e obtenham a possibilidade de uma futura profissionalização.

Para perceber se existe este empenho de fiscalização das entidades, optou-se por olhar os documentos que tratam da atuação dos atletas futebolísticos. O Regulamento Nacional de Registro e Transferência de Atletas de Futebol (RNRTAF), segundo a CBF, é destinado indistintamente para homens e mulheres futebolistas que estão vinculados a um clube participante de competições oficiais organizadas pela CBF, por Federação, pela CONMEBOL e/ou pela FIFA. No capítulo I do regulamento observa-se que os atletas devem ser devidamente registrados na competição da CBF, com base em duas categorias: 1) profissionais, os atletas que exercem atividade desportiva subsidiados por um contrato formal de trabalho desportivo; 2) não profissionais, aqueles atletas que não possuem remuneração ou proveito material acima do que necessita para sua atividade futebolística e atletas que recebem bolsa-aprendizagem.

No entanto, a seção II do Cap. 1 do RNRTAF ressalta “§2º - É vedado ao clube profissional o registro, na condição de não profissional, de **atleta masculino** de futebol de campo que possua 21 (vinte e um) anos de idade ou mais na data de início ou fim da vigência do vínculo (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, grifo nosso, 2019, p. 5). Diante disso, nota-se que o registro profissional que fornece um contrato formal de trabalho desportivo não está sendo uma obrigatoriedade para os clubes em relação à atleta mulher. Sendo assim, o tipo de registro das jogadoras mulheres fica a critério dos clubes, colaborando para que a condição delas fique à mercê dos empregadores e se distancie de um modelo profissional de atuação.

Vale fazer algumas ressalvas em relação à essa discussão, primeiramente porque as probabilidades para atuação profissional em times de primeira linha se tornaram restritas mesmo para os meninos com alto talento futebolístico (DAMO, 2007). Entretanto, nesse sentido, Kessler (2015) compreende que a equiparação pode ser feita com relação às condições existentes para ascender em um modelo esportivo, conforme salienta:

Embora se possa perceber que o futebol profissional também é um sonho para os homens, essa noção de sonho possui diferenças organizacionais, espaciais e temporais. Após adquirir o capital corporal para ser selecionado em uma equipe, o jovem jogador de futebol possui uma ideia de para onde deve ir e onde se situam os locais de prática profissional; enquanto as futebolistas dificilmente conseguem encontrar equipes próximas ou sequer disponíveis a aceitá-las. (KESSLER, 2015, p. 56).

Compreende-se que é importante refletir sobre as ações das entidades futebolísticas sobre o desenvolvimento do futebol profissional, visando melhoras nas condições de atuação das jogadoras. Observa-se que a busca de melhores condições na estrutura do futebol de mulheres tem sido constante, pois elas não querem só entrar no campo, acima de tudo, querem permanecer nele de forma profissionalizada.

Com base nisso, direciona-se o debate para a posição da mulher jogadora de futebol no campo profissional futebolístico. Intenta-se entender o objeto de disputa e as tomadas de posição das jogadoras, visto que existe um percurso que elas precisam percorrer para, possivelmente, serem reconhecidas como uma atleta profissional.

CAPÍTULO 3

A MULHER BRASILEIRA E O CAMPO FUTEBOLÍSTICO SOB A PERSPECTIVA DO CONCEITO DE *HABITUS* E DE GÊNERO

Entende-se que o futebol é um espaço predominantemente construído, gerenciado e utilizado por homens até os dias de hoje e esta construção é reflexo de uma sociedade patriarcal, que sempre demarcou as distinções entre homens e mulheres. Para compreender as disposições inerentes à posição da mulher, constituídas por meio de uma estrutura patriarcal, inicialmente é preciso entender a caracterização de uma sociedade patriarcal.

Para Saffioti (2004), a sociedade é perpassada pelo sistema patriarcal, não somente a sociedade civil, mas o Estado. Para a autora, as diferentes dimensões, como, por exemplo, a religião e a cultura, foram interiorizando a estrutura de poder patriarcal. Como resultado dessa estrutura, ninguém escapa da ordem de gênero patriarcal, em que toda a esfera social se torna atravessada pela oposição binária entre homens e mulheres.

Essa estruturação da sociedade permite que exista a dominação das mulheres pelos homens, algo que configura opressão e submissão feminina. Nessa estrutura, Saffioti (2004) percebe a existência de uma relação de poder, na qual a mulher possui desvantagem, pois na restrita parcela de poder que cabe às mulheres, não permite que elas questionem a supremacia masculina ou encontrem meios de resistência à subordinação colocada a elas.

Nesse sentido, Saffioti (2004) considera que o patriarcado é um caso específico de relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas, visto que o homem, branco e heterossexual exerce o poder. Portanto, a autora chama atenção não somente para as discriminações de gênero, mas também de raça, etnia, classe social e orientação sexual.

Nessa estrutura patriarcal de sociedade, compreendida por Saffioti (2004), em que existe um sistema hierárquico de poder embasado pela ideologia e a violência, a mulher é a principal agente afetada.

Para Tiburi (2019), o patriarcado representa a estrutura que organiza a sociedade, favorecendo uns e submetendo outros. Certamente, as pessoas optarão pelos privilégios¹⁹, por ser o favorecido, mas no caso das mulheres, já são condenadas desde o momento do nascimento à posição que ocuparão na sociedade. Dessa forma, Tiburi (2019) ressalta que as marcações sociais, como classe, raça, gênero, etnia e sexualidade, influenciam na obtenção do privilégio de escolher, isto é, tais demarcações podem permitir ou não fazer certas escolhas (TIBURI, 2019).

¹⁹ Tiburi entende “[...] por privilégios as vantagens provenientes das posições sociais, políticas, econômicas, de gênero, raciais, etárias” (TIBURI, 2019, p. 108).

Diante disso, compreende-se que a escolha por uma profissão ou por um trabalho e/ou por outras práticas quaisquer está relacionada à posição que se ocupa na sociedade que possui a estrutura patriarcal, as quais dependerão das demarcações sociais (gênero, classe, raça, etnia, sexualidade). Dito em outras palavras, ser uma mulher em qualquer espaço social que quer adentrar e se manter em um campo predominantemente masculino, como o universo futebolístico, é um grande desafio.

Bourdieu (1996), em seu modelo teórico sobre a distinção nos espaços sociais, auxiliou a reflexão sobre a posição da mulher na sociedade e no campo social. Existe uma condição relacional entre as posições sociais, o *habitus* e as tomadas de decisões. Isso significa que as escolhas que os indivíduos fazem em diferentes domínios podem ser deduzidas com base na posição que ocupa no espaço social, assim como esta posição influencia nas tomadas de decisão e dependem das disposições/*habitus* construídos em cada indivíduo. Para o autor:

Essa fórmula, que pode parecer abstrata e obscura, enuncia a primeira condição de uma leitura adequada da análise da relação entre as *posições sociais* (conceito relacional), as disposições (ou os *habitus*) e as tomadas de posição, as 'escolhas' que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática, na cozinha ou no esporte, na música ou na política etc (BOURDIEU, grifo do autor, 1996, p. 18).

Segundo Bourdieu (1996), os sistemas de diferenciação social, que definem as posições dos agentes, correspondem a um sistema de distinção nas características deles. Há "distinção" entre as práticas desses indivíduos que estão colocados em diferentes posições no espaço social, isto é, estão associadas ao nível que a pessoa possui por meio do volume global de capital acumulado. De modo geral, o autor explica que o espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomadas de decisões por meio de separações diferenciais dos agentes (*habitus*), correspondendo às práticas e aos bens que eles possuem (BOURDIEU, 1996).

Considerando a análise deste estudo, a posição da mulher em suas diferentes distinções possui a construção de um *habitus*, que foi constituído com influência das demarcações sociais (gênero, raça, classe, etnia e sexualidade). O conjunto de *habitus*, que orientará a forma de ver, agir e pensar do indivíduo, é construído de forma autônoma, mas também influenciado pela condição social de cada indivíduo. Para Bourdieu (1996), o *habitus* é um princípio gerador que copia as características intrínsecas de uma posição social para um estilo de vida ou para um conjunto de escolhas e práticas.

Diante disso, como as distinções existentes em um espaço social, no qual as posições existem de algum modo, não como um dado, mas como uma prática, se faz necessário pensar nos princípios fundamentais de distinção das mulheres na sociedade brasileira. Segundo

Bertolini (2002), a posição da mulher na sociedade foi atrelada à vida privada, aos cuidados do lar e da família. Eram poucas as oportunidades de acesso às universidades, ao mundo do trabalho, à política e ao esporte. Entretanto, a autora ressalta que essas posições passaram por mudanças significativas, sobretudo por meio de manifestações feministas, a partir de 1960.

No século XXI, cresce cada vez mais a atuação feminina em espaços públicos, os quais eram ocupados majoritariamente por homens. As transformações ocorridas podem ser evidenciadas por meio dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2017), observando que a mulher brasileira estava representando 50% da força no mercado de trabalho e 40% das famílias passaram a ser chefiadas por elas. Vale destacar que, embora o papel da mulher tenha se estendido para outros espaços sociais, tanto as tarefas domésticas como os cuidados com a família continuam sendo funções destinadas às mulheres na maior parte dos casos, especialmente para aquelas que possuem idade mais elevada.

Nesse sentido, Barros e Mourão (2018), analisando a distribuição de atuação entre homens e mulheres, percebem a existência de iniquidade e questionam em que medida as desigualdades históricas de gênero têm sido reduzidas devido às transformações que colocam a mulher em outros espaços sociais, mas que também duplicam suas tarefas no cotidiano.

Para Tiburi (2019), em uma sociedade patriarcal, as pessoas são obrigadas a desempenhar papéis com base em signos, como se fossem grandes caixas, as quais são denominadas e dominadas. As exigências que pesam sobre as mulheres são enormes, pois são constantemente preteridas e talvez nem consigam se colocar em posição de disputa em relação ao homem, na medida que se acostumam com a posição de subalternidade.

Nesse sentido, Tiburi demonstra que as mulheres “[...] terão de pagar caro também na vida profissional apenas por serem mulheres” (TIBURI, 2019, p. 61). A autora ressalta que em todos os campos de atividades, independentemente da concorrência, as mulheres são as pessoas que possuem menor remuneração e se somar às outras marcações sociais, como, por exemplo, a raça (mulheres negras), a vulnerabilidade é maior, pois elas receberão ainda menos.

As mulheres, principalmente de classe sociais mais baixas, possuem menor remuneração, principalmente porque precisam garantir o sustento de suas famílias. Além disso, somado aos baixos salários, muitas mulheres possuem dificuldades de acesso a uma qualificação profissional. Vale lembrar que, no campo esportivo, a capacitação/qualificação de atletas (em longa duração) é essencial para atingir o nível do alto rendimento e conseguir atuar em nível profissional. Segundo Silva (2017), as barreiras colocadas para a mulher jogadora, impossibilitaram o processo de formação e de qualificação profissional das praticantes.

Esses elementos, que caracterizam a desigualdade entre os gêneros, emergem da sociedade patriarcal, ficando evidente na realidade do campo profissional futebolístico:

Segundo dados do IBGE, a mulher ganha 20,5% a menos que um homem no país - mesmo tendo maior escolaridade. Já no cenário esportivo, dados do portal Uol mostram que em 2018 o Campeonato Brasileiro da categoria feminina pagou as jogadoras R\$120 mil, enquanto que o masculino R\$ 18 milhões, ou seja, 143 vezes mais (AVELAR, 2020, p. 1).

A desigualdade salarial foi debatida com mais afinco na seção 2.2 do capítulo 2. Tiburi (2019) destaca que mesmo em cargos mais altos, como de gestão de corporações, por exemplo, as mulheres costumam receber salários menores. Já as mulheres negras, dificilmente chegam em cargos mais valorizados.

No futebol, Mourão (2004) ressalta o desafio encontrado pelas mulheres para alcançarem cargos de gestão e diretivos, e se acaso chegarem lá estão sujeitas a sofrerem com os aspectos dominantes advindos da relação de gênero neste campo. Nesse sentido, Torga, Santos e Mourão corroboram:

Embora num contexto em que o homem ainda é quem comanda a maioria das organizações gestoras do esporte brasileiro – federações, confederações e secretarias atuando como dirigente, técnico e árbitro, podemos encontrar, ainda que em pequeno número, aquelas que romperam as barreiras e seguem em ascensão nas suas carreiras profissionais no cenário futebolístico brasileiro (TORGA; SANTOS; MOURÃO, 2018, p. 3).

Este é o caso de Eduarda Luizelli e Aline Pellegrino, que chegaram em cargos de gestão dentro da entidade desportiva dominante no campo futebolístico. Vale destacar, ainda, que a Aline Pellegrino é uma mulher negra que chegou a um cargo de gestão dentro da CBF. A pouca ocupação de mulheres, especialmente mulheres negras, resta evidente por meio da citação abaixo:

No futebol feminino brasileiro, a maioria das jogadoras são negras. Contudo, fora dos campos, tudo muda. O futebol, sendo um espelho social, apenas reafirma a quase inexistência de mulheres negras ocupando altos cargos que, na esmagadora das vezes, são ocupados por homens brancos (AMBRA; AGUIAR, 2020, p. 1).

Nesse sentido, nota-se que o machismo existente na sociedade patriarcal afeta o futebol brasileiro profissional. Para Tiburi (2019) o machismo é o ismo do patriarcado, estando no centro dessa estrutura. Compreende-se que o machismo pode ser visto como uma disposição

incorporada pelas pessoas que orienta a forma de ser, de agir, de pensar e de sentir das pessoas e, por este motivo, ele dificilmente se modifica.

Nesse sentido, por meio do *habitus* – sistemas de disposições interiorizados nos indivíduos que subsidiam a forma de apropriação, percepção e ação – em Bourdieu (1996), entende-se que o machismo se tornou um *habitus* individual e coletivo, construído nos indivíduos e nas sociedades e espaços sociais em que prevalecem a estrutura patriarcal. O *habitus* machista, portanto, é um sistema de crenças em que se compreende a hegemonia dos homens com base na sua masculinidade.

Com base nisso, presume-se que as disposições machistas construídas por meio de uma estrutura patriarcal, trazem a hegemonia dos homens dentro dos campos sociais, mais especificamente no futebol. Tais disposições podem ser explicadas por meio da demarcação de gênero. Assim sendo, vale destacar o que ressaltou Salvini, Souza e Marchi Junior, “a validação da masculinidade, em muitos momentos, é proporcionada pelo esporte - em especial esportes de contato - onde elementos de virilidade frequentemente são trazidos à tona e reafirmados” (SALVINI; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2012, p. 405).

Tiburi (2019) destaca que a característica da masculinidade se enquadra mais especificamente aos homens, pois quando ela é percebida em mulheres, evidentemente será questionada por grande parte das pessoas. Isso ocorre porque a característica da feminilidade sempre foi acionada para as mulheres e, da mesma forma, se um homem obtiver tal característica, poderá ser questionado também. Tiburi (2019) explica que isso ocorre porque na sociedade patriarcal existe a ideia da naturalização, ou seja, de maneira engessada existe dois sexos, os quais possuem comportamentos de acordo com uma programação – mulheres naturalmente femininas e homens naturalmente masculinos.

Diante disso, lembra-se que a distinção, explanada por Bourdieu (1996), também se estabelece por meio da dominação masculina. Bourdieu (2014) transcende o debate sobre gênero, quando busca debater a naturalização da dominação masculina emergida nesta construção social patriarcal. Isso é importante, pois, como Louro ressalta:

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos (LOURO, 1997, p. 21).

Na sociedade patriarcal, a dominação masculina se constituiu com base nessas diferenças, a qual passou a ser exercida por meio do poder simbólico, que faz com que as classes desfavorecidas aceitem a sua condição de dominadas, ou seja, naturalizar a situação de subordinação, aplicando sobre si mesma a própria violência simbólica e tornando-se cúmplice da sua própria dominação. Da mesma forma que destaca Bourdieu (2014):

OS DOMINADOS APLICAM categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais. [...] A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem essa relação ser vista como natural, ou em outros termos, quando os esquemas que põe em ação para se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é produto (BOURDIEU, 2014, p. 46).

Entender a incorporação dessas classificações dicotômicas é muito importante, pois são elas que subsidiam a violência simbólica que o dominado (mulher) sofre e ao mesmo tempo naturaliza. Tiburi (2019) compreende que a maior parte das pessoas se acostumam com essas programações (incorporações) e dentre as características programadas (incorporadas) para as mulheres estão “[...] a feminilidade em formas de delicadeza, sensualidade e paciência” (TIBURI, 2019, p. 65).

Diante do exposto, verifica-se que o pouco espaço destinado às mulheres no campo esportivo, em todos os níveis, evidencia “a dominação masculina” que ocorre neste universo. Bourdieu (2004) ressalta que a dominação não se exerce de forma direta e simples pelos dominantes sob os dominados, mas a dominação é exercida de forma indireta como um conjunto complexo de ações que estão incorporadas na estrutura do campo. Nesse sentido, a dominação não se torna explicitamente evidente, mas oculta, de modo que os agentes dominados não a percebem facilmente.

Com base nisso, Bourdieu (2014) ressalta que os dominados naturalizam as categorias criadas pelos dominantes nas relações de dominação e, portanto, ocorre a violência simbólica, a qual se institui por meio da adesão que o dominado concede ao dominante e à dominação. Para Bourdieu, a “[...] violência simbólica consiste em uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la” (BOURDIEU, 1997, p. 22). Portanto, a violência simbólica ocorre primeiro como uma violência dissimulada, fato que exerce a ela poderes específicos de modo eficaz. A violência simbólica traz algo legítimo e

aceitável por meio de imposições tácitas e vale destacar que o que é legítimo em um campo específico, não se aplica da mesma forma em outro. Entretanto, o processo em que a violência se aplica é igual, de forma que o reconhecimento da legitimidade se incorpora com base no acordo entre as estruturas, tornadas inconscientes. Tal acordo demonstra a enorme facilidade com que os dominantes impõem sua dominação (BOURDIEU, 2014).

A dominação masculina no campo esportivo é resultado da incorporação e naturalização das diferenças entre o feminino e o masculino. Nesse sentido, Salvini, Souza e Marchi Junior (2012) compreendem que, no campo esportivo, as diferenças biológicas são evocadas e mobilizadas para subsidiar as diferenças sociais, e, como consequência disso, as distintas disposições da construção dos gêneros masculino e feminino são enfatizadas e as semelhanças obscurecidas. Os autores demonstram que o universo esportivo não é conferido às mulheres devido à representação de delicadeza do seu corpo e gestos, na medida em que pode ferir esses atributos. Em contrapartida, a masculinidade é confirmada muitas vezes e proporcionada pelo esporte, mais especificamente aqueles de contato, nos quais são valorados os atributos de virilidade.

Assim como Salvini, Souza e Marchi Junior (2012), compreende-se que a legitimidade corporal da mulher construída culturalmente não é mesma legitimidade esperada e exigida para a prática futebolística de alto rendimento e/ou profissional. Nesse sentido, para que ela possa fazer parte deste campo (subvertendo a lógica), a mulher incorpora disposições, com o objetivo de ganhar legitimidade e se estabelecer no futebol. Assim, o “[...] reforço de características femininas em um espaço de dominação masculina pode ser vislumbrado e entendido como estratégia de entrada e/ou de manutenção nesses lócus” (SALVINI; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2012, p. 406).

Com base nisso, observa-se que a mulher possui papel central – protagonista – na medida que é ela que tenciona²⁰ a situação de exclusão do campo, lutando e criando estratégias para a inserção e manutenção de sua posição no campo futebolístico. Na interpretação de Salvini, Souza e Marchi Junior (2012), em alguns períodos, essas estratégias, com o intuito de adentrar na lógica do futebol, seriam incorporações de elementos que pertencem ao ser feminino - cabelos compridos e unhas pintadas, por exemplo, que reforçam os ideais de feminilidade. Ao mesmo tempo, buscam legitimar um corpo que incorporou características necessárias para o esporte de alto rendimento, como força, resistência e combate.

²⁰ Utilizamos o termo tencionar com C, pois compreende-se que existe uma aspiração por parte das futebolistas, quando criam estratégias para adentrar e permanecer no campo.

Salvini, Souza e Marchi Junior (2012) destacam que a estratégia do “corpo belo” também é utilizada por dois agentes importantes no campo futebolístico: os meios de comunicação, visando a espetacularização dos corpos femininos; e pelos dirigentes, que incorporam essa ideia de feminilização dos corpos das jogadoras, esperando que ocorra a obtenção de patrocínios com mais facilidade.

Por outro lado, existe também o oposto, mulheres que não se enquadram no padrão normativo de feminilidade, pois, segundo Salvini, Souza e Marchi Junior (2012), nem sempre o corpo feminino no futebol vai se construir de forma a legitimar os atributos de feminilidade em um campo que predomina atributos masculinos:

Entendendo o corpo como a vitrine do ‘habitus’, quanto mais distanciada da noção de centralidade, do gênero feminino uma jogadora se apresentar, ou apresentar seu corpo, seus gestos, sua fala, o modo de agir, menor é sua legitimidade como mulher. Do mesmo modo, quando mais próxima dessas características as jogadoras se apresentarem em campo e as veicularem à sua imagem, maior é a aproximação com a centralidade de gênero e logo maior também é a legitimidade corporal feminina (SALVINI; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2012, p. 416).

Diante disso, observa-se que, ao querer participar de um campo construído culturalmente como masculino e carregados com símbolos de masculinidade, geralmente, a mulher é questionada de diferentes formas. Nesse sentido, Goellner (2000) ressalta que o futebol, criado, modificado, comentado e dirigido por homens, parece pertencer realmente ao gênero masculino e cabe ao homem julgar quem participa da modalidade ou não, como se para a participação da mulher coubesse a necessidade de autorização masculina.

Nesse contexto existe uma violência simbólica que emerge da própria dominação e se reproduz por meio desses questionamentos sobre o corpo da mulher, resultando em insegurança para algumas jogadoras. Os questionamentos podem ser ambíguos:

Se, por um lado, essas mulheres incorporam o ‘habitus’ do futebol masculino, são então estigmatizadas e tem sua sexualidade colocada socialmente a prova. Se, por outro lado, preservam ou então buscam se apresentar mais femininas em jogo são desacreditadas quanto sua performance em um esporte que historicamente tem sido associado às ideias de força e virilidade (SALVINI; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2012, p. 407).

Portanto, é possível verificar que a mulher possui diferentes identidades para agir dentro do campo futebolístico. Dentre elas, verificam-se mulheres que possuem disposições para atender às necessidades físicas do jogo, interiorizando atributos mais masculinos para provar que também possuem habilidades, de acordo com os atributos futebolísticos exigidos

pelo campo. Assim, também existem mulheres com uma identidade, que busca mostrar que é possível ter habilidade esportiva de uma modalidade dita masculina, mas também manter os atributos de feminilidade esperados pela sociedade.

Esses conflitos de identidade presentes no campo futebolístico para a mulher trazem certas instabilidades. Segundo Salvini e Souza Junior (2012), a naturalização dessa ambiguidade na identidade da mulher torna duradoura a ideia de que a mulher que pratica de forma satisfatória uma modalidade considerada masculina não pode apresentar, ao mesmo tempo, posturas que as legitimem como mulheres (SALVINI; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2012).

É importante compreender o engessamento dos termos “feminino” e “masculino” e como se constituiu essas caixas que categorizaram o indivíduo e as modalidades no campo esportivo. Tal compreensão ocorre por entender que o esporte possui muitos símbolos de gênero que servem para engessar as práticas, e como conseguinte impedir o pleno acesso de indivíduos às diferentes modalidades, independente do sexo (SIMÕES; KNIJNIK, 2004). Diante disso, entende-se que não se corre o risco de se expressar erroneamente e reforçar as demarcações de gênero normativo.

Denominar algo de forma inerente ao masculino ou ao feminino demonstra que existe apreciações sobre "o ser homem e o ser mulher", as quais transcendem os aspectos biológicos do "ser humano" e são retratados por meio do conceito de gênero. Nesse sentido, é "[...] por meio da generificação de atividades, normas, símbolos e atitudes dos seres humanos que se consagra àquilo que é masculino e feminino em cada cultura" (SIMÕES; KNIJNIK, 2004, p. 64).

Louro (1997) destaca, ao distinguir os significados de gênero e sexo, que o primeiro está associado à uma construção social do masculino e do feminino, já o segundo se refere aos aspectos biológicos do indivíduo. Nesse sentido, compreende-se o feminino e o masculino como disposições de gênero, ou seja, características construídas socialmente que orientam as formas de ver, agir e pensar dos agentes sociais (agentes não são somente indivíduos, mas também instituições e grupos).

Nessa perspectiva, Louro (1997) demonstra que a constituição do feminino e do masculino não ocorre de forma prévia ou por representações previamente existentes no indivíduo, e por serem constructos sociais, o gênero é histórico, mutante e mutável. Portanto, não existe uma única forma de masculino ou feminino, mas uma multiplicidade de modos de expressar essas identidades. Portanto, não se deve dizer que existe um único estilo de se viver

a masculinidade e a feminilidade, tendo em vista que se está imerso por uma pluralidade de atributos femininos e masculinos que são extremamente variáveis (LOURO, 1997).

Diante disso, é importante cuidar para não engessar a identidade da mulher futebolista (como algo estanque), nem mesmo dizer que uma modalidade é masculina sem problematizar essas relações. É importante não criar rótulos ao denominar algo como masculino ou feminino, sejam as ações das jogadoras para inserção e manutenção no campo, ou suas roupas, atividades/tarefas, entre outras manifestações da prática esportiva.

Segundo Knijnik (2010), tornar um esporte conceitualmente ou exclusivamente masculino ou feminino é se manter preso em conceitos universais que colocam os indivíduos dentro de grades (padrões) incabíveis. O autor ressalta que nada mais é exclusivamente masculino ou feminino, por meio da imagem do homem metrossexual, o qual incorpora uma série de comportamentos associados às mulheres, sem renunciar à sexualidade heterossexual. Exemplifica isso a partir de homens como o David Beckham, ícone do esporte como futebolista e que se tornou também ícone da moda, dado os cuidados que ele possui com seu corpo (SIMÕES; KNIJNIK, 2004).

Tal compreensão não está querendo dizer que não se reconhece que ocorreu a constituição histórica e cultural do esporte como um campo repleto de construções simbólicas de gênero em dicotomia, que buscaram engessar os esquemas de pensamento (*habitus*) sobre o masculino e o feminino. Em outras palavras, essa construção que emerge de uma sociedade patriarcal se refletiu no campo esportivo, resultando na predominância de homens em modalidades como o futebol.

Segundo Simões e Knijnik (2004), independentemente do sexo do atleta precisou se conformar com as normas de gênero hegemônicas colocadas pela sociedade, que junto com outras hierarquias (étnicas, econômicas, sociais etc.) engendraram relações de poder no cenário esportivo. Destaca-se que tais relações de poder existentes no esporte fazem emergir desigualdades sociais, como a exclusão e a marginalização de mulheres em algumas modalidades, que ocorreu com base em diferenças biológicas.

Ao falar desta dicotomia entre os gêneros não se pode deixar de trazer Bourdieu (2014), que explicou sobre os esquemas de pensamentos (*habitus*), os quais são normalmente incorporados de maneira dicotômica de classificação mítico-rituais: alto/baixo, direita/esquerda, masculino/feminino etc. Com base nessa lógica, as práticas também foram subdivididas em antagonismos entre masculino e feminino. Tal dicotomia, da forma como foi construída, funciona como se estivesse na ordem das coisas, naturalizadas e irreversíveis. As

disposições que orientam a percepção dos agentes são incorporadas e aplicadas a todas as coisas e antes de tudo ao corpo em seu aspecto biológico.

Baseado no antagonismo construído entre os gêneros ocorreu a tentativa de provar a inferioridade feminina, buscando confrontar as forças físicas de homens e mulheres. Assim, se “[...] anteriormente a justificativa desta estratégia era saber se a mulher ‘poderia’ fazer certas modalidades, atualmente é para se conhecer se ela fará ‘como os homens’” (SIMÕES; KNIJNIK, 2004, p. 66). Ou seja, será que ter habilidade é jogar como os homens jogam? Entretanto, o autor ressalta que mensurar as diferenças físicas entre homens e mulheres poderia fazer sentido se fosse possível "apagar" as consequências históricas e sociais que envolveram as mulheres no esporte (SIMÕES; KNIJNIK, 2004).

Compreende-se que a visão patriarcal e androcêntrica constrói um conjunto de oposições entre os sexos, regulando uma visão (divisão) de mundo entre o feminino e o masculino. Vale destacar que, para Bourdieu (2014), a visão androcêntrica é continuamente legitimada pela própria prática que ela determina, isto é, pelo fato de suas disposições serem resultado da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino, instituído na ordem das coisas.

As oposições homólogas se caracterizam como um esquema de pensamento universal e naturalizado, parecendo estar “na ordem das coisas” (BOURDIEU, 2014, p. 21). Tal ordem social se estabelece de forma simbólica e tende a colaborar com a dominação masculina, a qual dispensa justificção na medida que a visão androcêntrica se impõe como neutra e não precisa criar discursos que a legitimem. Dessa forma, a dominação masculina se alicerça na divisão sexual do trabalho, que é uma distribuição bastante limitada das atividades designadas ao homem e à mulher e à estrutura do espaço, como, por exemplo, o mercado reservado aos homens e a casa às mulheres ou dentro do próprio lar, onde cada qual possui seu próprio espaço.

Esse sistema de dominação exerce uma imposição sobre a mulher de maneira avultosa, também sobre aqueles homens que não se enquadram tanto no padrão europeu (branco, heterossexual), como nas representações determinadas pelo meio social: a virilidade. A virilidade, em seu aspecto ético, é o princípio da conservação e do aumento da honra, a qual está associada a virilidade física, por meio da potência sexual, que se espera de um homem na sociedade.

Nesse sentido, emerge o medo de o homem ser identificado por representações do feminino ou por aquilo que advém do universo feminino, pois essa identificação pode colocar sua posição de macho/superior na dúvida. Portanto,

Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através das injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados (basta lembrarmos, por exemplo, as condutas de marginalização imposta as mulheres com sua exclusão dos lugares masculinos). As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres [...], assinalando-lhes lugares inferiores, [...], ensinando-lhes a postura correta do corpo [...], atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas [...], enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar à base das diferenças sociais (BOURDIEU, 2014, p. 41-42).

Diante disso, ao naturalizar um esquema de pensamento patriarcal, no qual as próprias mulheres reproduzem a dominação masculina que constrói uma representação negativa do seu próprio corpo/sexo, perpetua-se práticas machistas que advêm de uma cultura arbitrária. Para Bourdieu (2014), os valores que orientam cada grupo social em suas atitudes e comportamentos são construídos por uma cultura arbitrária, pois não estão fundamentados em nenhuma razão física, biológica ou articulada à natureza humana de algo. Essa cultura arbitrária serve para perpetuar a dominação em uma determinada sociedade e em dado grupo.

Embora a organização patriarcal tenha sido reproduzida continuamente e, portanto, desenvolvida na sociedade, tem sido muito questionada por diferentes movimentos políticos, dentre eles o feminista. Tiburi (2019) observa que a luta feminista deve ser contra a sociedade patriarcal, buscando com que as mulheres possam conquistar aquilo que se é ou que querem se tornar. O movimento feminista deve lutar com aquelas pessoas que não conseguiram ser aquilo que sonhavam, devido aos preconceitos de gênero, raça, classe social e sexualidade. O termo “luta” é algo que anima, inspira e instiga, mas também é ação no sentido politizado, pois “[...] luta é o nome próprio da ação política” (TIBURI, 2019, p. 51). Entretanto, ao mesmo tempo, o termo luta está presente no mundo da vida, ele também possui influências da estrutura patriarcal, precisando ser utilizado com cautela.

Para Tiburi (2019), o importante é lutar contra o cenário patriarcal que se apresenta, o qual retira de mulheres seus direitos de escolher, de ser quem quiserem e de estarem onde quiserem, em função das marcas de opressão. Nesse sentido, Bourdieu (2014) compreende que somente uma ação política, que leve em consideração os efeitos da dominação exercida pelas estruturas incorporadas (homens e mulheres) e pelas grandes instituições (Estado e Escola), poderá, a longo prazo, contribuir com o desaparecimento progressivo da dominação masculina.

Observa-se que as transformações culturais de fato aumentaram a entrada da mulher nos campos sociais, mas as possibilidades dadas a elas são mínimas e a autonomia para tomar decisões são limitadas, pois dependem de diferentes fatores influenciadores, como a classificação de gênero, classe, raça, etnia e sexualidade. Essas categorias são importantes, pois,

assim como observou Bourdieu (1996), os “*habitus*” são os princípios geradores de práticas distintas e distintivas e essas disposições servem de esquemas classificatórios (BOURDIEU, 1996). Portanto, não se trata de divisão de classes somente, mas de diferenciações que podem ocorrer por meio de outras categorias entre os indivíduos.

Percebe-se que quanto maior o número de marcações sociais, maiores são as formas de opressão existentes. Por exemplo, muitas vezes, e em alguns campos sociais, nascer mulher significa ser colocada em uma posição de desprestígio, entretanto nascer mulher, negra e pobre intensifica tal opressão. Assim, compreender “[...] a opressão que impede tanta gente [...] de desenvolver potencialidades no sentido de terem o direito de se tornarem quem são” (TIBURI, 2019, p. 60) é importante, pois em muitos momentos, as mulheres foram - e ainda são – impedidas, ou não tiveram o auxílio necessário para desenvolver suas potencialidades no campo esportivo, mais especificamente no futebolístico profissional.

A posição da mulher dentro do campo futebolístico e a escolha pela prática profissional desta modalidade foi influenciada com base em disposições machistas, advindas da dominação masculina existente na sociedade patriarcal, pois este *habitus* coletivo e individual cerca o papel da mulher atual. Diante disso, a posição da mulher para escolher um projeto de vida profissional no campo estudado dependerá dos diferentes marcadores sociais que podem limitar mais ainda sua atuação como jogadora.

Diante das características que compõem a sociedade patriarcal: machismo; virilidade; dicotomia entre os gêneros; antagonismos e demarcadores sociais etc., busca-se, na próxima seção, olhar para a posição das mulheres dentro do campo profissional futebolístico, espaço em que reverberam tais características. Para isso, recorre-se a uma revisão de literatura, identificando os estudos que buscaram debater centralmente a “mulher no futebol profissional”.

3.1 UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO NO FUTEBOL DE MULHERES

Para compreender os principais elementos tratados pelos estudos quando se trata da temática “profissionalização no futebol de mulheres”, foi realizada uma revisão de literatura. A revisão permite analisar “[...] a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral” (NORONHA; FERREIRA, 2000, p. 191).

Com vistas nisso, foram realizadas buscas em três bases de dados: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a Plataforma Scielo e o Portal de Periódicos Capes.

Para encontrar os textos, foram selecionados os termos descritores em português para a busca da seguinte forma: Profissional* AND Mulheres AND Futebol.

Vale destacar alguns critérios adotados. De exclusão: textos que foram selecionados para análise: textos encontrados repetidamente durante as buscas. De inclusão: textos publicados recentemente, até o ano de início da pesquisa (2010-2018) e no Portal da CAPES foram buscados textos publicados em periódicos revisados por pares.

Para seleção dos textos foi realizado o filtro com base nos títulos, resumos e palavras-chave, resultando em onze textos no total (Quadro 4), que tratam especificamente da profissionalização de jogadoras de futebol.

Nesta seção objetiva-se compreender o processo de profissionalização no futebol de mulheres por meio de estudos existentes sobre esta temática. Na revisão de literatura acerca do tema foram encontrados estudos nas bases de dados BDTD, Scielo e Portal de Periódicos Capes, nos quais foram selecionados: uma dissertação, três teses e oito artigos (Quadro 5).

Quadro 4 - Registro de estudos encontrados nas bases de dados: BDTD, Scielo e Portal de Periódicos Capes (2019)

Base de dados/termos	Número de textos encontrados	Números de textos selecionados para análise
BDTD/ <i>Profissional* AND Mulheres AND futebol</i>	12	4
Scielo/ <i>Profissional* AND Mulheres AND futebol</i>	8	2
Scielo/ <i>Profissional* AND Soccer AND Women</i>	13	1
Capes/ <i>Profissional* AND Mulheres AND futebol</i>	227	5

Fonte: A autora.

Nota: Ao acrescentar o asterisco (*) na plataforma de busca pelos estudos após termo Profissional buscou-se encontrar outras variantes desta palavra, como exemplo: Profissionalismo ou profissionalização.

Quadro 5 - Categorias informativas sobre os estudos selecionados nas bases de dados: BDTD, Scielo e Portal de Periódicos Capes (2019)

(continua)

Base de Dados	Título	Autoria	Ano	IES	Área
1) BDTD	D1: Poderosas do Foz: Trajetórias, Migrações e Profissionalização de Mulheres que Praticam Futebol ²¹	Mariane da Silva Pisani	2012	Universidade Federal de Santa Catarina	Antropologia Social

²¹ Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Quadro 5 - Categorias informativas sobre os estudos seleccionados nas bases de dados: BDTD, Scielo e Portal de Periódicos Capes (2019)

(continuação)

Base de Dados	Título	Autoria	Ano	IES	Área
2) BDTD	T1: Futebol como Projeto Profissional de Mulheres: interpretações da busca pela legitimidade ²²	Osmar Moreira de Souza Junior	2013	Universidade de Campinas	Educação Física
3) BDTD	T2: "Sou feita de chuva, sol e barro": o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo ²³	Mariane da Silva Pisani	2018	Universidade de São Paulo	Antropologia Social
4) BDTD	T3: Mais que <i>barbies</i> e ogras: uma etnografia do <i>futebol de mulheres</i> no Brasil e nos Estados Unidos	Cláudia Samuel Kessler	2015	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Antropologia social
5) Scielo	A1: Carreiras e Profissionalismo de futebolistas brasileiras após a regulamentação do futebol feminino no Brasil	Caroline Almeida Mariane Pisani	2015	Universidade Federal de Santa Catarina	Antropologia
6) Scielo	A2: "Guerreiras de chuteiras" na luta pelo reconhecimento: relatos acerca do preconceito no futebol feminino brasileiro	Leila Salvini Wanderley Marchi Júnior	2016	Universidade Federal do Paraná ²⁴	Educação Física
7) Scielo	A3: Atletas mulheres lembrando do futebol na infância – A transposição de fronteiras de gênero	Maria Thereza Oliveira Souza André Mendes Capraro	2017	Universidade Federal do Paraná	Educação Física
8) Capes	A4: (In) visibilidade das mulheres nos campos de futebol: quebra de tabus e ampliação de sua presença no espaço público mediante a prática do esporte profissional.	Nilsângela Cardoso Lima Maria Gleyciane Barbosa de Sousa	2015	Universidade Federal do Piauí	História
9) Capes	A5: "O futebol pode não ter sido profissional comigo, mas eu fui com ele": trabalho e relações sociais de sexo no futebol feminino brasileiro	Fernanda Ribeiro Haag	2018	Universidade de São Paulo	História social

²² Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física

²³ Pós-Graduação em Antropologia Social

²⁴ Departamento de Educação Física da UFPR.

Quadro 5 - Categorias informativas sobre os estudos selecionados nas bases de dados: BDTD, Scielo e Portal de Periódicos Capes (2019)

(conclusão)

Base de Dados	Título	Autoria	Ano	IES	Área
10) Capes	A6: O Futebol feminino no Brasil e nos Estados Unidos: semelhanças e diferenças no esporte	Geórgia Fernandes Balardin, Rogério da Cunha Voser, Miguel Angelo dos Santos Duarte Junior, Janice Zarpellon Mazo	2018	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Educação Física
11) Capes	A7: Um olhar sobre o campeonato Gaúcho de futebol feminino adulto através das reportagens da Gaucha ZH	Martina Gonçalves Burch Costa	2018	Universidade Federal de Pelotas	Educação Física
12) Capes	A8: Perspectivas para o futebol feminino: Um estudo a partir do Pelota/Phoenix	Martina Gonçalves Burch Costa	2016	Universidade Federal de Pelotas	Educação Física

Fonte: A autora.

Nota: Legenda: A – Artigo; D – Dissertação; T – Tese; IES – Instituição de Ensino que estudo está vinculado.

Dentre os estudos que abordaram “a mulher jogadora no futebol profissional”, verifica-se autores que abordaram a temática sobre diferentes perspectivas. Almeida e Pisani (2015), Pisani (2012) e Kessler (2015), sob um viés antropológico; Souza Junior (2013), Salvini e Marchi Junior (2016), Costa (2016, 2018), Souza e Capraro (2017) e Balardin *et al.* (2018), com base na Educação Física; e, por fim, Lima e Sousa (2015) e Haag (2018) na História.

Primeiramente, busca-se apresentar uma síntese dos principais resultados e argumentos levantados pelos autores sobre a temática. No item dois, do Quadro 5, a tese desenvolvida por Souza Junior (2013), sobre os projetos das jogadoras de três clubes que disputaram o Campeonato Paulista de Futebol Feminino em 2011, aborda dois pontos específicos: a carreira profissional e a normatização legal dos vínculos futebolísticos das atletas.

Este autor verificou que a estrutura do clube se distancia de um modelo profissional, mas as atletas se consideram profissionais, pois executam uma rotina de trabalho e se dedicam exclusivamente à atividade futebolística. Entretanto, as atletas relativizam sua atuação profissional com base em alguns fatores que podem impedir que a comunidade futebolística ou a sociedade em geral reconheça sua atuação como uma profissão. Dentre esses fatores está a ausência e/ou precariedade de salários e a falta de respaldo legal devido à inexistência dos contratos formais de trabalho, resultando na pressão por parte da família e em dificuldades de

constituir patrimônios, emergindo dúvidas com relação ao projeto profissional das jogadoras (SOUZA JUNIOR, 2013).

Com base em uma investigação macroestrutural da organização futebolística, o autor supracitado argumenta que a legitimação da profissão das futebolistas perpassa pelas instituições, isto é, a CBF e as federações afiliadas precisam construir condições para que os clubes possam manter suas equipes femininas como profissionais. Com base nisso, o autor delinea o que ele denomina de “círculo virtuoso”, que seria composto por uma “[...] engrenagem sustentada por calendário de competições, clubes tradicionais, patrocinadores, cobertura midiática e público” (SOUZA JUNIOR, 2013, p. 218). O “círculo virtuoso” deveria estar associado ao desenvolvimento de políticas que visassem responsabilizar as entidades e os clubes pela manutenção de ações que promovam a igualdade de gênero no futebol, atuando de forma coletiva. A posição deste autor ocorre com base em uma crítica contundente acerca de ações individuais das pessoas que cercam o futebol de mulheres, que geram projetos frágeis e insustentáveis, resultando no encerramento dos times por conta da descontinuidade dos patrocínios.

Souza Junior (2013) compreende que a FIFA deve ser a gestora potencial do “círculo vicioso”, visto que é a entidade máxima dentro da modalidade e deve subsidiar financeira e tecnicamente as mulheres, assumindo papel fundamental neste processo de envolvimento entre entidades afiliadas, os governos, os meios de comunicação e o setor privado. Embora a FIFA tenha promovido um avanço significativo, do ponto de vista conceitual, sobre a política que constitui o desenvolvimento do futebol de mulheres, não prevê mecanismos que garantam a execução dessas políticas por parte das confederações e federações afiliadas. Sendo assim, o autor supracitado destaca que “[...] sugerir não basta, é preciso responsabilizar e onerar as afiliadas que não demonstrem vontade política e ações efetivas para fazer valer na prática as diretrizes propostas pela entidade mandatária” (SOUZA JUNIOR, 2013, p. 299).

Com base na compreensão desse autor, realizada em 2013, lembra-se da ação desenvolvida pelas entidades em 2017 (CONMEBOL e CBF), que obrigou os clubes mais tradicionais (que estão na série A do Brasileiro masculino) a criar um time de mulheres. Observa-se que esta medida busca ser coletiva, pois envolve as entidades, os clubes e as jogadoras e possui o efeito de punir aqueles que não cumprirem tal obrigatoriedade. Com base no ponto de vista teórico do argumento de Souza Junior (2013) sobre o “círculo vicioso”, compreende-se que esta medida não abrangeu o setor privado e os meios de comunicação e, portanto, o público consumidor. Afinal, seria possível estabelecer uma medida punitiva à essas

instituições? Vale refletir também sobre os efeitos da medida no que se refere aos avanços nas condições de atuação profissional das jogadoras de futebol.

No item quatro do Quadro 5, elenca-se o texto de Kessler (2015), desenvolvendo um argumento distinto dentro da literatura sobre a temática em questão, pois busca rever alguns conceitos teóricos para superar a compreensão de que tudo o que existe no futebol de mulheres deve ser associado à matriz espetáculo do futebol de homens. Nesse sentido, a tese de Kessler (2015) apresenta a existência de diferentes mundos futebolísticos que demonstram trajetórias, sonhos e percepções distintas dos indivíduos pertencentes ao futebol, demonstrando que para além de uma visão mercadológica e de profissionalismo, existem pessoas que encontram no futebol um espaço de sociabilidade.

A autora supracitada não deixa de enfatizar as condições vivenciadas pelas jogadoras brasileiras, devido à falta de legislação específica, fazendo com que muitas vivam de sonhos. Como resultado dessas condições, características como o improviso, a liberdade e a criatividade aparecem como fortes elementos que compõem o futebol de Porto Alegre, cidade brasileira em que a autora desenvolveu sua pesquisa. Ao analisar também uma região dos EUA, em sua tese, Kessler (2015) percebe que as estadunidenses contam com regimes disciplinares rígidos desde a infância, estruturados de forma a proporcionar o acesso ao sistema futebolístico das estáveis instituições educacionais universitárias. Como resultado de sua análise nos dois ambientes, Kessler (2015) verificou que esses futebolísticos apresentavam regras distintas das instituídas pela FIFA e a reapropriação das regras, com a modificação para formatos que melhor podem ser utilizados pelas jogadoras, não faz desses universos futebolísticos mais ou menos capazes de apresentar uma performance interessante.

O futebol de mulheres no Brasil é entendido por esta autora como um futebol de devir, na medida em que está a fazer-se e refazer-se, isto é, em um processo; nos EUA, o futebol de mulheres é bastante estruturado, possuindo diversas regulações que aproximam mais de uma matriz espetacularizada. Entretanto, não pode ser situado exatamente dessa forma, até porque está fora da lógica de mercado futebolístico, mas como tem a matriz espetacularizada como referência, está em constante (re)criação. Nesse sentido, o futebol de mulheres nas duas regiões transcende o modelo comercial, trazendo práticas que prezam pela participação e possui persistentes tentativas na concretização de projetos e práticas que foram constantemente inviabilizadas no decorrer da história.

Dentro da diversidade de futebolísticos de mulheres, existe quem prefira entender as diferenças como deficiências, mas, para a autora: “Provavelmente esta não seja a melhor forma de analisar este futebol. Ao compará-lo ao futebol dos homens, acentuam-se diferenças e

cegam-se as possibilidades e os fazeres, reafirmando-se, portanto, o discurso das ausências” (KESSLER, 2015, p. 357).

Kessler (2015) considera que os mundos futebolísticos (brasileiro e estadunidense) possibilitam diferentes oportunidades às jogadoras, mas a concretização de projetos esportivos se torna mais concreta quando existe uma organização em fases e que se sabe os caminhos para alcançá-lo. Portanto, nos EUA existe possibilidade da construção de projetos a longo prazo, enquanto o Brasil depende de projetos provisórios e instáveis.

Outra diferença destacada pela autora dentro desses dois mundos foi a questão da família, pois, nos EUA, a família incentiva e investe desde a infância no futebol, visando o treino de habilidades atléticas, e, sobretudo, a educação de qualidade, ao conseguir uma bolsa atlética. No Brasil, o apoio familiar existe de forma relativa, pois as jogadoras precisam se dedicar a outras atividades e não somente ao esporte, tendo em vista que o futebol é visto como um desperdício de tempo.

Outro aspecto evidenciado pela autora foram as iniciativas individuais e isoladas – vale lembrar que este ponto é convergente ao destaque dado por Souza Junior (2013) – realizadas por “loucos ou sonhadores”. Em contrapartida, nos EUA o investimento no futebol de mulheres possui esforço coletivo, com subsídios na legislação nacional e na família, pois pode trazer tanto retorno educacional como financeiro.

Para além dessas diferenças, apontadas por Kessler (2015), entre os dois mundos futebolísticos, o argumento central construído pela autora demonstra que o futebol de mulheres no Brasil, é um espaço de relações multifacetadas e, portanto, é importante deixar de lado “o discurso das ausências, da precariedade e da invisibilidade, a partir dos quais este futebol tem sido caracterizado” (KESSLER, 2015, p. 6). Nesse sentido, não se deve associar o futebol de mulheres à estrutura futebolística instituída pela lógica do espetáculo midiático e mercadológico, como se esta fosse a única forma de reconhecimento, afirmação de identidades e sociabilidade.

O argumento de Kessler (2015) sobre o “discurso das ausências” é justificado nos estudos por dois vieses: a presença da discriminação de gênero e a competição entre agentes que buscam manter os privilégios da matriz espetacularizada do futebol de homens. Entretanto, para a autora supracitada salienta: “Agentes FIFA, empresários, direitos de transmissão, direitos de imagem e ‘cartolas’ são termos que envolvem uma lógica mercadológica da qual o futebol de mulheres ainda não participa” (KESSLER, 2015, p. 64). O “discurso das ausências” para a autora tira o que existe de mais rico no futebol de mulheres e reforça ainda mais as disparidades entre o mundo delas a matriz espetacular de homens:

Para isso, há esforços para manter como verdadeira a ideologia de que a melhor matriz esportiva seria a espetacular, uma matriz que privilegia poucos homens e a qual mulheres não conseguiriam alcançar e sequer superar. A partir desse ponto de vista, penso que Messner (2002) possui razão ao afirmar que os esportes marginais podem ser aqueles em que se possa perceber uma relativa autonomia, comunidade, criatividade e individualidade. Ao adotar um padrão esportivo diferente, que não se renda à institucionalização, os grupos fogem da imposição de rígidos padrões que promovem a expansão de mercados para grandes corporações, à custa de prejuízos causados pela reprodução de valores questionáveis, que instituem insalubres rotinas extenuantes de produção do corpo, em troca de possibilidades de ganhos provindos de carreiras bem sucedidas de curta duração (KESSLER, 2015, p. 65).

Com base no conceito de espetáculo não seria possível produzir o futebol de mulheres em um mercado rentável, pois, segundo Kessler: “Os discursos são claros: sem entrar nas regras do jogo já instituído, o futebol de mulheres não é um produto que agrada aos donos do capital” (KESSLER, 2015, p. 64). Dessa forma, a autora menciona que a matriz futebolística de homens legitima a masculinidade hegemônica, a sexualização dos corpos das mulheres, bem como a necessidade de adaptação a feminilidade normativa. Esta matriz promove a manutenção de ideias associadas à competição, sobretudo, projeta que esse mundo futebolístico é para poucos, visto que são poucos os indivíduos que conseguem se adequar às regras do jogo e às lógicas existentes no campo.

Por fim, destaca-se uma inquietação de Kessler (2015), emergida ao desenvolver sua tese: “por que se deveria diminuir a diversidade (do futebol de mulheres) para que possa ter acesso a dinheiro? (KESSLER, 2015, p. 65).

As colocações de Kessler (2015), por serem distintas das demais lidas na literatura sobre esta temática, chamou atenção e trouxe algumas inquietações. Corrobora-se com o argumento da autora e compreende-se que o campo do futebol espetáculo e mercadológico possui princípios excludentes, pois é um espaço para poucos homens, que estão submetidos às regras colocadas por esse campo. Assim, se tornam bárbaras as tentativas das mulheres de acessar e permanecer no campo, que destina um espaço mínimo para sua atuação, sempre de forma secundária.

Entretanto, passa-se a refletir sobre as condições reais da estrutura futebolística profissional, como visto nos capítulos anteriores, constituída com base na matriz espetacularizada, em que a FIFA possui papel preponderante, trazendo consigo a busca pela alta performance e grandes lucros, envolvendo o interesse do público, dos dirigentes e patrocinadores (CASTELLANI, 2017). Com base na estrutura que compõe o campo profissional, reflete-se: qual o percurso que as mulheres jogadoras devem percorrer para atingir a profissionalização? Para além disso: como elas se posicionam frente ao campo mercadológico

e espetacularizado do futebol, mesmo com tantas tensões advindas da lógica excludente? E, ainda: é possível pensar em futebol profissional fora da lógica existente, centralizado, globalizado, onde a FIFA (e seu padrão) se tornam elementos preponderantes?

Descrever as diferenças e semelhanças entre o futebol feminino praticado em clubes do Brasil e dos Estados Unidos também foi o objetivo de Balardin *et al.* (2018), descrito no item dez do Quadro 5. A discussão auxilia a pensar algumas das indagações supracitadas, pois, os autores demonstraram que o futebol de mulheres no Brasil precisa de maiores investimentos, tanto sociocultural como financeiro, permitindo a equiparação e valorização semelhante ao que se encontra nos EUA.

Nesse sentido, Balardin *et al.* (2018) observa a diferença existente entre o futebol feminino no Brasil e nos EUA, do ponto de vista da participação da família no desenvolvimento da base e na carreira profissional das atletas. Além disso, nos EUA, os clubes femininos possuem um departamento de *marketing*, com o intuito de captar recursos financeiros, “[...] favorecendo a estrutura física propiciando a qualidade do treinamento técnico e tático das atletas, refletindo no desempenho das equipes em campeonatos nacionais e internacionais” (BALARDIN *et al.*, 2018, p. 108).

O percurso profissional no futebol das mulheres brasileiras pode ser debatido por meio do texto de Almeida e Pisani (2015), disposto no item cinco do Quadro 5, em que as autoras buscaram compreender como foram percorridas as carreiras das futebolistas. Ficou evidente que a ideia de carreira e profissionalização no futebol de mulheres é envolvida pelo conceito de reconhecimento. Nesse sentido, desde 1979, as primeiras futebolistas foram importantes na construção da modalidade, devido à luta, entendida em uma perspectiva foucaultiana, como uma forma de resistência às diferentes relações de poder. Conforme afirmam as autoras:

A luta contra uma dominação masculina do futebol que impediu através de um aparato jurídico a prática do futebol por mulheres, e que três décadas após a sua legalização e regulamentação continuam exercendo influência sobre as novas gerações. A luta contra uma lógica capitalista que coloca o futebol praticado por homens entre os esportes que mais geram ganhos, ficando as mulheres, bem como outras modalidades de futebol - ou até mesmo outros esportes - fora dos grandes investimentos. Quando as mulheres são inseridas, são hipersexualizadas, como fetiches a serem comercializados pelas mídias, clubes/patrocinadores e Federações. [...] Por fim, a luta contra uma padronização no que se refere ao gênero - não apenas dentro dos esportes onde existem regulamentadas as categorias feminino, masculino e misto - agora também pensando em outras esferas sociais no Brasil em que o sexo biológico define o gênero (ALMEIDA; PISANI, 2015, p. 24).

A luta também vai adquirir um caráter de reconhecimento, que se estabelece por meio de estágios embasados nas relações históricas construídas aos longos dos anos, em que o futebol

de mulheres foi proibido e nas relações sociais que ainda estavam por vir. Essa rede de relações foi explicada com mais afinco por Almeida e Pisani (2015), por meio dos projetos das jogadoras, que foram subdivididos em estágios, alcançados a partir “[...] de uma nova apresentação do *self*, baseado em novas posturas de luta – metamorfose. [...] A metamorfose é aduzida no sentido de “mudança individual dentro e a partir de um quadro cultural (ALMEIDA; PISANI, 2015, p. 24). Segundo os relatos coletados e analisados pelas autoras, o reconhecimento público do futebol de mulheres emerge em uma linha relativamente progressiva, trazendo a ideia de uma vida financeira estável, calendário anual, torcedores, sucesso público e apoio familiar.

Essa linha de relativa progressão foi explanada por Almeida e Pisani (2015), por meio de uma Tabela denominada “Reconhecimento no Futebol praticado por mulheres no Brasil”, a qual foi transcrita no Quadro 6 para melhor visualização.

Quadro 6 - Dados elaborados pelas autoras supracitadas acerca do Reconhecimento no futebol praticado por mulheres no Brasil

Estágios	Metamorfose/Luta	Projeto/Alcance	Representação
Primeiro	Segurança no poder “ser” futebolista dentro de casa.	Família	Acompanhar os jogos
Segundo	Ser futebolista o ano inteiro.	Campeonatos	Calendário de campeonatos que preenchesse todo o ano.
Terceiro	Ser apenas futebolista	Profissionalismo	Conseguir manter-se com o futebol.
Quarto	Ser vista como atleta do futebol pela sociedade, empresários e imprensa.	Público	Equidade ao futebol de homens, ao futebol de mulheres na Europa/EUA ou a outras modalidades como o vôlei.

Fonte: ALMEIDA, C. PISANI, M. Carreiras e profissionalismo de futebolistas brasileiras após a regulamentação do Futebol Feminino no Brasil. **Labrys, estudos feministas**, jul./dez., 2015. p. 25. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys28/sport/caroline.htm>. Acesso em: 05 jun. 2020.

As autoras Almeida e Pisani (2015) compreendem que os estágios demonstrados são alcançados por meio da luta das futebolistas e subsidiadas no conceito de metamorfose, proposto por Gilberto Velho²⁵. Se desdobram como reações em cadeia: projeto/alcance, luta/metamorfose, reconhecimento, novas formas de relações sociais.

Com base nesse estudo, pode-se observar que entre os estágios almejados pelas jogadoras, estão elementos pertencentes ao futebol espetáculo e mercadológicos. Alguns exemplos são: valor financeiro; estrutura dos grandes campeonatos organizados pelas entidades futebolísticas; e o público (expectadores do espetáculo), são trazidos pelas jogadoras para

²⁵ Gilberto Velho é um antropólogo que analisa o contexto brasileiro, explorando a trajetória e as relações constituídas nas sociedades urbanas. Embora tenha base antropológica, seus estudos permitem um aporte interdisciplinar, que faz uma articulação entre sujeitos, grupos e organizações, com objetos da discussão teórica e metodológica nos estudos sobre carreira (DELUCA; ROCHA-DE-OLIVEIRA; CHIESA, 2016).

conquistar o que as autoras denominam de “reconhecimento”. Infere-se que esses elementos são elencados pelas próprias jogadoras, devido à referência que elas possuem durante o percurso delas dentro do campo futebolístico. Essa referência é o futebol espetáculo praticado por homens e, assim como demonstrou Almeida e Pisani (2015), o futebol de mulheres de outros países (Europa/EUA).

Diante disso, com base nos aspectos teóricos desse estudo, entende-se que as lutas das jogadoras dentro da linha relativamente progressiva construída pelas autoras estão envolvidas por ações políticas, com o objetivo de tencionar a lógica excludente do campo profissional de futebol, que privilegia poucos homens (lógica da sociedade patriarcal).

A luta das jogadoras tem sido fundamental para que as mulheres obtenham tanto o acesso como a permanência em campos predominantemente patriarcais, como é o espaço futebolístico. Nesse sentido, Almeida e Pisani (2015) demonstraram que, desde 1979, a ação das jogadoras tem adquirido um status de reconhecimento, na medida que a prática futebolística de mulheres no Brasil foi “[...] se modificando ao longo dos últimos anos, ampliando espaços, adquirindo visibilidade, profissionalizando-se e permitindo que cada vez mais mulheres possam escolher esse esporte como meio possível, de vida” (ALMEIDA; PISANI, 2015, p. 2).

Almeida e Pisani (2015) associam os estágios percorridos pelas jogadoras brasileiras com o conceito de Williams (2011) denominado como “macroprofissionalismo”. Utilizam o termo ao tratar da profissionalização do futebol de mulheres em outros países, que de fato se tornou referência para muitas mulheres que buscam se tornar jogadoras profissionais de futebol. As autoras explicam que,

O microprofissionalismo corresponderia ao período anterior à criação de ligas apoiadas pela FIFA e UEFA, entre as décadas de 1960 e 1970, quando uma nascente do profissionalismo fora primeiro desenvolvido. A existência de campeonatos amadores, sobretudo na Itália, possibilitou que a carreira de algumas dessas jogadoras pioneiras se destacasse. O mesoprofissionalismo remeteria ao intervalo de tempo que o futebol de mulheres na Europa já estava sob a jurisdição dos órgãos oficiais do futebol, FIFA e UEFA. Esses anos ficaram marcados pelo crescimento de oportunidades internacionais apresentadas pela criação do UEFA Women's Champions League e pelo estabelecimento da Copa do Mundo de Futebol Feminino. A última fase, o macroprofissionalismo, apresenta-se com uma multiplicidade de competições e torneios internacionais, onde as mulheres podem mostrar seu talento no futebol. Corresponde ao período atual, sendo marcante a intensificação das relações sociais em escala mundial, caracterizadas pelo processo de globalização (ALMEIDA; PISANI, 2015, p. 2).

Williams (2011) citada por Almeida e Pisani (2015) demonstram as fases descritas, apresentando uma infraestrutura crescente de oportunidades às futebolistas. Porém, Almeida e

Pisani (2015) compreendem que é preciso lembrar das disparidades entre os países europeus, bem como entre os países em desenvolvimento.

Dentro do debate sobre profissionalização, o conceito “luta” aparece de forma evidente no percurso da mulher jogadora de futebol no Brasil. Nesse sentido, Salvini e Marchi Junior (2016), conforme explicitado no item seis do Quadro 5, observaram que toda a participação da mulher no campo esportivo está envolvida por ideias de dificuldade e superação e/ou lutas. Ao aprofundar este debate, com base no aspecto histórico-cultural da modalidade no Brasil, percebem que o preconceito e a resiliência são noções importantes para pensar o acesso e a manutenção da mulher futebolista no campo esportivo e futebolístico. Os termos supracitados envolvem a “luta” das jogadoras para acessar e garantir a permanência nesse campo (que possui a lógica excludente, como visto) e sempre está presente no discurso das futebolistas, constituindo um *habitus* das brasileiras.

Para Salvini e Marchi Junior (2016) esses tencionamentos por parte das jogadoras foram necessários devido ao preconceito existente no futebol de mulheres que sempre trouxeram “questões dúbias sejam quanto à sexualidade ou quanto à capacidade física” das atletas, deste modo a “transformação tende a ser demorada, principalmente por estar sob o comando de agentes dominantes dessa estrutura” (SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016, p. 307). Destaca-se a posição de luta que a mulher futebolista interiorizou (e interioriza), ao se colocar como agente protagonista, para acessar e permanecer dentro do campo futebolístico profissional. Esta posição de luta se faz necessária na medida em que busca por maior volume de capital simbólico (reconhecimento) dos agentes que compõem este espaço.

Diante disso, nota-se que, por mais desigual que seja a lógica do futebol espetáculo e de mercado (elementos presentes no futebol profissional), as mulheres também não baixam a guarda para conseguir vivenciá-lo, ainda que para isso elas precisem se posicionar na contramão e/ou deslocadas da lógica do campo.

O reconhecimento (capital simbólico) para as jogadoras que Salvini e Marchi Junior (2016) entrevistaram ocorre por meio da atuação na seleção brasileira de futebol, pois atingem um ponto alto da carreira esportiva, em que sua posição como atleta é modificada dentro da estrutura futebolística, passando a ser visada dentro e fora do clube. Entretanto, os autores destacam que existe uma diferença em atuar pela seleção e ser profissional no futebol, pois muitas que jogaram pelo Brasil precisavam trabalhar em outras atividades ao mesmo tempo, não conseguindo viver somente do e para o futebol. Ademais, existem aquelas que se consideram profissionais, visto que se dedicam todos os dias para treinar, cuidar do físico e do psicológico, isto é, se dedicam cotidianamente para se tornar profissionais. Nesse sentido, uma

das jogadoras entrevistadas por Salvini e Marchi Junior (2016) ressaltou: “Por mais que o futebol feminino é amador no Brasil, se você tem um pensamento de amador, você nunca vai conseguir estar numa boa equipe, ou num bom clube [...] o futebol pode ser amador, você é que não pode ser” (SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016, p. 306).

Na análise de Salvini e Marchi Junior (2016), alguns elementos apareceram como principais empecilhos para que o futebol de mulheres se profissionalize no Brasil. Dentre eles, o amadorismo foi apontado tanto nas ações das entidades futebolísticas e dos dirigentes dos clubes como nas ações das próprias jogadoras, na medida em que muitas delas são indisciplinadas no que se refere aos cuidados com a saúde, pois fumam e ingerem bebidas alcoólicas sem muitas restrições. Outro elemento influenciador foi o preconceito, relacionado à masculinização interiorizada nas futebolistas e os questionamentos acerca da sexualidade delas (SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016, p. 305).

Por fim, Salvini e Marchi Junior (2016) realizaram uma discussão com base na teoria de Bourdieu (2017), sobre a “Dominação Masculina”, pois esta subsidia o amadorismo e o preconceito existente no futebol de mulheres. Para os autores, a dominação masculina está interiorizada em muitas das jogadoras entrevistadas e se mostrou evidente a partir de suas narrativas (SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016). Um exemplo foi a crítica estabelecida por uma jogadora pelo fato de as mulheres "não jogar mais gratuitamente":

As atletas não jogam se não ganhar alguma coisa, nem que seja um x-salada. [...] Prejudicou porquê? Porque existem poucas pessoas que querem por dinheiro para dar as atletas, porque não tem retorno. O empresário, ou aquela pessoa que quer investir aquele dinheiro, que bom! Então aquela equipe é boa, e os outros? Que não tem condições e tem meninas querendo jogar? Então acabavam sendo prejudicados, tanto que nosso campeonato paranaense tinha quatro equipes não porque não tinham meninas para jogar, mas porque não tem incentivo, não tem uma verba para que coloque essas meninas para jogar (SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016, p. 307).

Os autores demonstram que a dominação masculina se evidencia na fala da jogadora, na medida em que a falta de incentivos por parte dos agentes dominantes (homens) emerge como algo naturalizado. Entretanto, a "[...] falta de apoio dos agentes que ocupam posição de destaque no subcampo do futebol", deve ser vista como uma violência simbólica existente neste espaço (SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016, p. 307).

Dessa forma, quando a jogadora resalta que “criou-se um mau costume das atletas, pois [...] elas não jogam se não ganha alguma coisa”, (SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016, p. 307), reproduz a visão masculina de que o futebol feminino é amador mesmo, visto que não precisa de maiores incentivos e as mulheres precisam jogar (trabalhar) gratuitamente. Além

disso, o relato da jogadora demonstra que é preciso partir das jogadoras a ação de não cobrar, pois, desse modo, ocorreria mais campeonatos e emergiria mais equipes, visto que não existe incentivo financeiro para o futebol de mulheres.

Com base na teoria bourdieusiana, Salvini e Marchi Junior (2016) compreendem que existe uma incorporação da dominação inconsciente e camuflada de tal maneira que os dominados não notam. Ademais, enfatizam que um dos maiores desafios proferidos pelas entrevistadas foi o fato de a maioria dos cargos nas entidades futebolísticas e na direção dos clubes serem ocupados por homens, resultando na falta de incentivo ao futebol feminino.

As reflexões teóricas do texto de Salvini e Marchi Junior (2016) sobre o futebol feminino profissional trouxeram o aspecto cultural de uma sociedade patriarcal, somado à história da modalidade no Brasil, evidenciando a dominação masculina incorporada por homens e mulheres no subcampo futebolístico do país. Nesse sentido, eles compreendem que tal contexto ainda se reflete na sociedade por meio da ausência e/ou baixo consumo do futebol feminino: “O futebol feminino no Brasil pouco promove o consumo por estar histórica e culturalmente vinculado aos preconceitos de gênero, que durante muitos anos afastou as mulheres do futebol” (SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016, p. 309).

Por fim, reiteram o preconceito de gênero e a falta de incentivo como partes de uma violência simbólica, resultante da dominação masculina que se exerce por meio da convivência implícita entre dominados e dominantes no futebol. Nesse sentido, a associação das jogadoras de futebol às características normativas do gênero feminino busca aumentar o consumo da modalidade por meio do corpo da mulher, situação subsidiada pela estrutura da sociedade patriarcal.

Segundo Pisani (2012), em seu texto (item um do Quadro 5), o modelo de gênero hegemônico foi tencionado pelas jogadoras na medida que elas conquistaram um espaço na modalidade. Por meio de uma análise sobre o projeto de vida e das trajetórias, esta autora buscou compreender alguns aspectos inerentes à profissão das jogadoras do time estudado nesta pesquisa: clube A. Diante disso, ela ressalta o enfrentamento das jogadoras desde crianças com relação aos comentários machistas e preconceituosos da família, vizinhos, meninos contra quem jogam e conhecidos, desestimulando-as e desencorajando-as no prosseguimento de uma carreira futebolística.

Segundo as entrevistadas na dissertação de Pisani (2012), essas interferências ocorrem: “Ao mostrarem jogo, destreza e habilidade iguais e até superiores aos meninos, viravam atração, despertavam estranheza, indignação, desconforto e surpresa dos espectadores. Causavam, desde meninas, rupturas no modelo de gênero hegemônico” (PISANI, 2012, p. 138). Para Pisani

(2012), o preconceito e as questões sobre a sexualidade são realidade na trajetória das jogadoras, pois existe uma forte associação da masculinização e da homossexualidade às mulheres futebolistas.

Isso se evidenciou na medida em que as mulheres entrevistadas eram orientadas pelos agentes envolvidos com o futebol a cuidar de sua aparência, mantendo o cabelo comprido e os aspectos de feminilidade. Nessa perspectiva, existem “[...] claras tentativas de extirpar traços masculinos do futebol praticado por mulheres, ocorria algumas campanhas de ‘conscientização’ promovidas por órgãos reguladores do esporte” (PISANI, 2012, p. 138). Os aspectos do gênero feminino eram acionados e associados às jogadoras, para não correr o risco de uma possível masculinização da mulher.

Para além dos aspectos de gênero, Pisani (2012) enfatizou, em sua dissertação, uma questão delicada acerca do ambiente de trabalho das jogadoras, tendo em vista que “Elas atuam em um esporte que exige a exposição dos corpos à disciplina rígida de treinos, fisioterapias e massagens, assim, a comissão de treinamento e de fisioterapia deveria ser composta também por mulheres” (PISANI, 2012, p. 139). Ela destacou que não presenciou nenhum tipo de desrespeito, porém, as atletas destacaram que durante a trajetória futebolística passaram por situações de assédio moral e sexual advindas dos homens que atuam no campo futebolístico.

Com relação ao ponto profissionalização e profissão das jogadoras, tratado por Pisani (2012), ficou evidente uma certa complexidade para as jogadoras acerca dessas questões. Entretanto, a autora menciona que elas podem ser consideradas semiprofissionais, na medida que precisam trabalhar em outras áreas e estudar ao mesmo tempo para se sustentar e garantir um futuro mais seguro. Em seu estudo ela ressaltou que, embora as jogadoras considerem “[...] o futebol como profissão, uma vez que trabalham dois períodos por dia, é raro que existam jogadoras que consigam viver apenas com o que ganham da prática desportiva e mais raro ainda encontrar ex-atletas que vivam da modalidade depois que se aposentam (PISANI, 2012, p. 139). Dessa forma, a continuidade nos estudos se apresenta como uma garantia para elas, pois, assim, que encerrarem sua carreira futebolística poderão atuar em outra profissão, obtendo outro modo de subsistência.

Diante do contexto encontrado por Pisani (2012) em sua pesquisa, ela direciona uma crítica à CBF, relatando sobre a mínima atenção e organização da entidade ao futebol de mulheres: "Isso fica evidente na falta de controle sobre a quantidade de times de futebol de mulheres existe no território brasileiro e sobre as atletas que saem anualmente para atuar no exterior (PISANI, 2012, p. 139). A autora considera que esta falta de controle da entidade reguladora do esporte no país pode ser considerada um descaso e uma desvalorização das

jogadoras. A desvalorização ocorre, segundo Pisani (2012), porque o futebol se tornou um mercado, no qual jogadores e suas transferências nacionais e internacionais valem milhões, emergindo muito lucro aos clubes. Entretanto, as “[...] jogadoras de futebol são, contudo, mercadorias sem valor. Ninguém as compra, ninguém as vende, elas não giram capital e, portanto, não agregam sobre si valor financeiro (PISANI, 2012, p. 139). No futebol de mulheres, as transferências das atletas ocorrem no final dos contratos com os clubes, no fim de uma temporada, e essa circulação para outros clubes ocorre por meio de redes informais de contato, devido à ausência de empresários que trabalhem com propostas. Diante disso, a estratégia das jogadoras é criar laços de amizade com atletas de outros times para que possa ocorrer uma indicação, visando, futuramente, uma melhor transferência.

Acerca das migrações, Pisani (2012) evidencia que elas acontecem por meio dos convites de amigas, e mesmo não sendo um ponto determinante na decisão das jogadoras se tornarem futebolistas, as migrações ocorrem por algumas razões: ganhos econômicos; experiência cultural; viver novas oportunidades de vida; e, por amor ao jogo (PISANI, 2012). Diante disso, a autora destacou que os preconceitos e machismos ainda existentes precisam ser enfrentados pelas jogadoras dentro do futebol, pois “[...] levam à falta de apoio da federação à modalidade, à falta de incentivo da prática pela sociedade, à ausência de patrocinadores e à falta de visibilidade ao esporte” (PISANI, 2012, p. 141).

O item nove do Quadro 5, escrito por Haag (2018), também trouxe uma discussão acerca das dificuldades de profissionalização das jogadoras de futebol, as quais se estabelecem nas relações sociais de sexo e nas relações de trabalho do futebol feminino brasileiro. A autora supracitada compreende que na trajetória das atletas emerge empecilhos, por meio das barreiras na profissionalização do futebol feminino, além de historicamente as mulheres terem sido afastadas da prática futebolística. Isso demonstra que os fatores biológicos sempre foram acionados para identificar as mulheres como frágeis diante do futebol, o que as impossibilitaram de jogar futebol e as alijaram da modalidade.

Haag (2018) salienta que mesmo diante dessas dificuldades houve iniciativas de resistência, mas as restrições trouxeram “[...] consequências na profissionalização do esporte, ou da sua ausência de profissionalização, custando caro às atletas e formalizando uma segregação ocupacional e barreiras de acesso formal ao trabalho dentro do campo esportivo” (HAAG, 2018, p. 158). A autora ressalta que essas dificuldades de profissionalização do futebol feminino brasileiro estão associadas à uma discussão de trabalho formal/informal e as relações sociais de sexo que resultam em uma hierarquia entre o futebol masculino e feminino, em que, claramente, o futebol de mulheres possui menor poder.

Nesse sentido, Haag (2018) traz o aspecto histórico, explicando que a prática futebolística organizada de mulheres ocorreu nas últimas décadas do século XX, enquanto a prática de homens ocorria tranquilamente desde o final do século XIX. Diante disso, Haag (2018) traça um paralelo histórico com relação à demanda pela profissionalização das duas modalidades distintas, demonstrando que o futebol masculino começou a se profissionalizar oficialmente em 1933, contexto da primeira Era Vargas, no qual a ideologia trabalhista estava em voga, almejando a regulamentação do trabalho e de direitos trabalhistas. Em contrapartida, a autora compreende que o processo de regulamentação do futebol feminino começa em um período de desregulamentação do trabalho e esfacelamento das leis trabalhistas com as políticas neoliberais dos anos 1980 e um crescente aumento da informalidade nos anos 1990 no Brasil.

Diante desse paralelo, Haag (2018) ressalta que mesmo não sendo possível fazer uma relação direta entre esses elementos, eles agravam mais o processo de luta pela profissionalização da mulher no futebol e se contrapõem ao processo de profissionalização dos homens. Para além disso, a autora lembra que no período em que os homens jogadores estavam se profissionalizando, as mulheres estavam perdendo o direito de simplesmente praticar a modalidade, mesmo de forma amadora.

Com relação ao processo de formação e profissionalização no futebol de mulheres, Pisani (2018) buscou desenvolver seu trabalho de tese (item três do Quadro 5) e, ao chegar no campo de pesquisa encontrou uma série de violências domésticas, sexuais e raciais. A autora buscou compreender os marcadores sociais da diferença como gênero, raça, sexualidade e classe que permeiam a prática futebolística de cinco equipes de mulheres na cidade de São Paulo.

Ao acompanhar mulheres que escolheram o futebol como prática esportiva, na dimensão amadora, profissional ou de lazer, Pisani (2018) observou redes de apoio e solidariedade entre elas, que ajudam as jogadoras a lidar com realidades de violência simbólica e física. “As redes [...] orientam a circulação dessas jogadoras pela cidade de São Paulo, estabelecendo a partir de diferentes formas de sociabilidade dois tipos de circuito: o futebolístico e o afetivo-sexual” (PISANI, 2018, p. 230). A partir desses circuitos, a autora constatou que as cinco equipes pesquisadas estabeleciam relações de sociabilidade entre elas - ora profissionais, ora afetivas.

Essas redes de sociabilidade e afetividades foram analisadas por Pisani (2018) por meio dos marcadores sociais “gênero”, “raça” e “sexualidade”, que foram essenciais para compreender como as jogadoras constroem essas redes. A partir da articulação entre os marcadores, a autora evidenciou que o discurso sobre a participação da mulher no futebol

obteve três direções: "as Esferas da Moral, Saúde e Fetichização" (PISANI, 2018, p. 230). Esses elementos contribuíam para restringir de diversas formas as mulheres dos campos de futebol. A autora destacou também que as mulheres negras tinham acesso restrito às práticas esportivas, sofrendo com atitudes racistas ao conseguirem se estabelecer como atletas. Em contrapartida, ela ressalta que são essas mulheres que fazem do futebol um espaço de profissionalização, ao contrário das mulheres brancas que jogam futebol mais como lazer e diversão.

O marcador social da sexualidade deve ser visto com cautela quando se trata das jogadoras, pois, da mesma forma "[...] como a lesbianidade não pode ser vivida de maneira positiva nos espaços públicos, as mulheres que realizam performances corporais mais masculinas também sofrem ataques violentos" (PISANI, 2018, p. 231). As redes ajudam essas mulheres com estratégias que elas constroem para a enfrentar a violência resultante da lesbianidade e da masculinidade interiorizada em seus corpos. Assim, elas "[...] evocam o sentimento de grupo e pertencimento a partir do futebol, criando redes de sororidade e proteção, afetividade e amizade" (PISANI, 2018, p. 231).

Ainda com relação às questões de gênero, ligadas à profissionalização no futebol de mulheres, encontra-se o estudo de Costa (2016) - item doze do Quadro 5 - utilizando como referência empírica o clube Pelotas/Phoenix, da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Os autores demonstram que houve uma redução em relação ao preconceito de gênero no futebol feminino, mas ressaltam que a modalidade ainda está colocada à margem dos clubes e das entidades competentes. Como conseguinte, terá dificuldades para se estruturar e se consolidar como um esporte profissional.

Costa (2016) subdividiu o texto em três partes: a) "Identificar quais expectativas de profissionalização as meninas possuem"; b) "Ampliar os conhecimentos sobre futebol feminino na área da Educação Física"; c) "Contextualizar a história do Pelotas/Phoenix na historiografia do futebol feminino brasileiro" (COSTA, 2016, p. 380). O estabelecido por Costa (2016) trouxe três categorias centrais: "Questões de Gênero e Futebol"; "Profissionalização e Família" e por fim "Relação Futsal x Futebol de campo", as quais subsidiaram a construção dos resultados e da análise final.

Para debater sobre as questões do preconceito no futebol feminino, a autora trouxe os relatos do fundador do Pelotas/Phoenix, chamado Marcos Planela, que salientou sobre o preconceito ainda existente no futebol feminino, apesar das modificações que têm ocorrido. Já os relatos das jogadoras enfatizaram o apoio familiar, pois, quando existente, as estimulam a permanecer no universo do futebol. As jogadoras evidenciaram também que fora do círculo familiar ocorre indícios de preconceito de gênero. Diante disso, por meio dos relatos das

jogadoras, Costa (2016) ressaltou que a qualidade futebolística aparece como um fator que indica o preconceito, pois, com frequência, são tachadas de “ruins” pelas pessoas, as quais não assistem seus jogos para poder realizar tal avaliação.

Outro fator importante, considerado nas entrevistas por Costa (2016), foi a necessidade que as jogadoras possuem de continuar estudando e/ou ter outra profissão, mesmo aquelas que possuem a expectativa de se tornar jogadoras profissionais. Nesse sentido, durante a entrevista, em 2014, o técnico Planela destacou que as meninas não podem querer seguir o modelo do futebol masculino, no qual os meninos abandonam os estudos de forma precoce, tentando se tornar um jogador de sucesso, pois

A família aposta todas as fichas nele, apoia entre aspas a saída dele precocemente... E quando passa essa fase como jogador [...] Ele para de jogar, e aí se dá conta que não tem ou o fundamental completo ou não tem o médio completo, por consequência, ele tem uma dificuldade imensa da sociedade, uma nova atividade profissional[...] A menina não pode olhar o homem no Brasil e enxergá-lo como modelo pra ela fazer sua atividade... Eu pra mim, as meninas deveriam se espelhar no voleibol, onde as meninas, atletas em grande parte delas são universitárias. (COSTA, 2016, p. 384).

Outro aspecto destacado por Costa (2016) e seu estudo foi a interface entre o futebol de campo e o futebol de salão, muito presente na realidade dos futebolistas homens e mulheres, pois os atletas migram de um esporte para o outro. Entretanto, no feminino, esta conexão é preponderante, na medida em que as jogadoras com idade mais avançada continuam jogando no salão e no masculino isso ocorre até uma certa idade, especialmente nas fases iniciais.

Costa (2016) elencou alguns fatores que contribuem para a diferença supracitada entre o masculino e o feminino: a) Baixo número de competições no futebol feminino em âmbito local, estadual, nacional e internacional; b) Fragilidade política do futebol feminino; c) falta de organização na modalidade. Essas questões resultam na dependência das atletas no futsal, que possui maior número de competições e para não ficar longos períodos paradas, elas são incentivadas pelo técnico para jogar as duas modalidades.

Entretanto, na visão de Planela (na entrevista de 2014) o ideal seria que as jogadoras utilizassem o salão como base e complemento para a prática do futebol de campo: “As meninas participariam do futsal prioritariamente no começo da formação, para aprimorar questões técnicas e táticas que o futsal proporciona e, posteriormente, realizariam a passagem exclusiva para o futebol de campo” (COSTA, 2016, p. 385).

Para entender a vivência de infância das jogadoras de futebol, Souza e Capraro (2017) aplicaram questões para mulheres que buscaram seguir caminhos profissionais. Os aspectos encontrados nas narrativas das jogadoras demonstram diferentes impedimentos ou restrições

para a prática futebolística na trajetória de vida das atletas. Dentre eles, encontra-se o desencorajamento dos familiares, as ofensas e exclusões do convívio com os homens. Entretanto, os autores supracitados ressaltam que essas interdições não ocorrem necessariamente devido ao sexo das jogadoras, mas com base na diferença de habilidade técnica que a maioria dos meninos apresentam. Entretanto, é importante destacar que, em alguns casos, as jogadoras possuem perdas em seu repertório motor na prática do futebol justamente por terem sido excluídas ou barradas do campo futebolístico desde a infância. Tal impedimento pode ser a causa de muitas meninas desistirem do futebol e perderem ou se tornarem menos hábeis do que os homens. A questão que emerge é: por que elas são excluídas ou barradas? Pode-se refletir sobre isso com base nas teorias de gênero trazidas na seção anterior deste capítulo.

O texto de Lima e Sousa (2016) (item oito do Quadro 5) focou no papel da mídia para a espetacularização do esporte e do futebol na vida das mulheres. O estudo foi direcionado às ex-jogadoras de Picos (PI), da década de 1980, evidenciando as formas que elas adquiriram maior visibilidade e legitimidade como profissionais.

Lima e Sousa (2016) ressaltam que as relações criadas pelo futebol subsidiaram uma posição mais atuante da mulher na sociedade, proporcionando “[...] certa ascensão social e a ampliação de sua presença no espaço público mediante a prática do esporte profissional, e a mídia teve um papel importante neste processo” (LIMA; SOUSA, 2016, p. 165)

Com base nas narrativas das entrevistadas e de uma análise da revista *Placar*, Lima e Sousa (2016) compreendem que as relações vivenciadas pelas jogadoras, em 1980, fizeram com que elas questionassem os conceitos impostos ao seu gênero, percebendo as distinções entre o feminino e o masculino como uma construção tradicional, que serve para legitimar a superioridade masculina. Entretanto, em 1980, embora as mulheres tenham conseguido ocupar mais lugares nos espaços públicos, mais especificamente no futebol, muitas optavam pelo desempenho em papéis tradicionais femininos, relacionados ao espaço privado do lar e a uma educação voltada para o casamento e para ser uma boa dona de casa.

Com o objetivo de compreender os principais elementos tratados pelos estudos quando se trata da temática “profissionalização no futebol de mulheres”, verifica-se que os estudos trazem alguns debates em comum. Dentre eles encontram-se discussões sobre a busca pela profissionalização das jogadoras, evidenciando um processo bastante diferenciado do que ocorre no futebol de homens. O processo envolve diferentes barreiras para a profissionalização no futebol de mulheres, ancoradas em discursos de preconceito, feminilidade normativa, condições precárias para a atuação futebolística das mulheres, dominação masculina e violência simbólica.

Entretanto, esses elementos presentes no futebol de mulheres são compreendidos por Kessler (2015) como “discurso das ausências”, na medida que se tenta enquadrar o futebol de mulheres na lógica do futebol espetáculo, o qual fornece espaço para atuação de poucos homens. Nesse sentido, os estudos demonstram que as próprias jogadoras entendem que ser profissional é obter “reconhecimento” e/ou, nas palavras de Bourdieu (1996), aumentar o volume de capital simbólico. Portanto, percebe-se que questões associadas ao termo “luta” estão sempre presentes, pois as mulheres precisaram e precisam tencionar essa estrutura predominantemente masculina e excludente. Como bem destacou Salvini e Marchi Junior (2016), essas disposições inerentes ao termo “luta” já estão incorporadas nas jogadoras de futebol, orientando suas formas de atuação dentro do campo.

Dessa forma, entende-se que o processo de profissionalização está embasado na busca das jogadoras por reconhecimento, que envolve o suporte da família, público consumidor, campeonatos bem-organizados, subsídios financeiros e até mesmo a atuação pela seleção nacional. Esses elementos, que subsidiam o reconhecimento das jogadoras de futebol para o alcance de uma possível profissionalização, pertencem ao mundo do futebol espetáculo, em que as entidades futebolísticas têm papel predominante.

Ainda que diante de uma lógica excludente, compreende-se que as jogadoras de futebol buscam pela profissionalização na modalidade, interiorizando disposições de luta, as quais vão orientar sua disputa pelo objeto que está em jogo no campo futebolístico: o reconhecimento.

Com base na literatura analisada, são identificados três pontos que geralmente são abordados pelos autores acerca da temática: 1) as condições oferecidas para atuação profissional no futebol de mulheres; 2) o grau de profissionalização no futebol de mulheres; e 3) os responsáveis pelas (im)possibilidades de atuação profissional das mulheres no campo futebolístico.

Com relação ao primeiro ponto, “condições oferecidas”, observam-se discussões em torno da informalidade e precarização dos contratos de trabalho das jogadoras, que gera desafios acerca dos direitos trabalhistas delas (HAAG, 2018). Outro elemento que subsidia a discussão sobre as condições oferecidas às futebolistas é a falta de recursos físicos e de auxílios, tanto financeiro como médico, para a atuação das mulheres nos treinos e jogos que exigem o alto rendimento (BALARDIN *et al.*, 2018). Nessa dimensão, encontra-se uma discussão sobre a estrutura amadora, que resulta em falta de patrocínios, dificuldades financeiras das jogadoras para sobreviver do futebol, o baixo rendimento no condicionamento físico, fatores que colocam

o futebol às margens do campo futebolístico profissional (SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016).

Com relação às discussões sobre o “grau de profissionalização” no futebol de mulheres, encontra-se a menção “ausência de profissionalização” (HAAG, 2018) e “semiprofissionais” (PISANI, 2012). Evidencia-se, com relação a este ponto, que a modalidade está em um processo, isto é, se encontra em um percurso que busca pela profissionalização, mas os empecilhos e dificuldades existentes interferem em uma possível consolidação do campo (SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016; COSTA, 2016). Para Almeida e Pisani (2015), a profissionalização no futebol de mulheres se trata de um reconhecimento almejado pelas jogadoras, resultando em uma linha progressiva, que traz uma vida financeira estável, calendário anual, torcedores, sucesso público e apoio familiar. Souza Junior (2013) ressaltou que as estruturas dos clubes analisados por ele se encontravam distantes de um modelo profissional, mas as atletas se consideravam relativamente profissionais, visto que possuem uma rotina de trabalho e dedicação exclusiva ao futebol (SOUZA JUNIOR, 2013)

O ponto que emerge a discussão sobre os “responsáveis pelas (im)possibilidades de atuação profissional das mulheres no campo futebolístico” foi direcionado às ações amadoras dos dirigentes das entidades futebolísticas, assim como das próprias jogadoras (SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016). Pisani (2012) estabelece uma crítica sobre a CBF, devido à pouca atenção e organização direcionada ao futebol de mulheres, em que emerge o descaso e a desvalorização acerca da modalidade. Nesse sentido, Souza Junior (2013) compreende que o reconhecimento das jogadoras como profissionais pode emergir por meio de uma engrenagem sustentada por calendários, clubes tradicionais, patrocinadores, cobertura midiática e público, a qual ele denominou de círculo vicioso. Tal círculo deveria ter como gestora potencial a FIFA, entidade máxima, prevendo subsídios financeiros e técnicos para promover, além do avanço conceitual sobre a política de desenvolvimento do futebol de mulheres, a garantia da execução dessas políticas por parte das entidades afiliadas (SOUZA JUNIOR, 2013, p. 299).

Com base nessa literatura, entende-se que o futebol de mulheres no Brasil se encontra em processo de profissionalização, por isso, não se fala de inexistência e/ou existência de um futebol profissional de mulheres, como algo estanque, mas de um campo estruturante. Observa-se que as pesquisas elencam algumas condições não favoráveis para este processo de profissionalização, que trazem empecilhos e desafios às jogadoras de futebol que buscam viver da modalidade. Diante disso, a maior parte dos estudos (PISANI, 2012; SOUZA JUNIOR, 2013; SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016; COSTA, 2016) apontaram as entidades

futebolísticas e os dirigentes dos clubes como os principais responsáveis para o avanço nesse processo, agentes com maior volume de capital simbólico no campo.

Em relação à temática “futebol profissional” é importante lembrarmos que deve ser compreendido com bastante ponderação, pois, segundo Damo (2007), mesmo no masculino alguns homens podem chegar a atuar em clubes de primeira linha, mas outros serão excluídos antes de obter a chance de jogar profissionalmente. No entanto, no futebol feminino, a questão está nas condições oferecidas para as mulheres crescerem em um modelo futebolístico profissional, pois, dificilmente elas encontram equipes para jogar e muito menos um espaço profissionalizado (KESSLER, 2015; SOUZA JUNIOR, 2013).

Kessler (2015) questiona a necessidade de associar o futebol de mulheres à matriz espetacularizada do futebol masculino (denominado por ela como “automático espelhamento”) como se esta fosse a única forma de reconhecimento. A autora compreende que na medida em que comparamos estes “futebóis”, cria-se o que ela denomina de “discurso das ausências”. Esse não seria o caminho, pois o futebol de mulheres é rico em potencialidades, mas, frequentemente analisado e (in)visibilizado a partir de suas ausências (conjunto de faltas, deficiências, carências e outros sinônimos que o tornam cada vez mais inferior), que aparece quando se compara aos padrões de um futebol pertencente ao espetáculo proporcionado pelas arenas e estádios do “padrão FIFA” (KESSLER, 2015).

Dessa forma, a autora ressalta “[...] a necessidade de valorização dos futebóis existentes e que abrangem uma diversidade de opções. Dentre eles, esse futebol que é um espaço de lutas microssociais, em que emergem projetos de vida baseados na resistência” (KESSLER, 2015, p. 65). Com base na autora, considera-se a valorização do futebol para além do espetáculo, espaço circunscrito a poucos agentes no campo futebolístico. Diante disso, se sempre comparar o futebol de mulheres a ele, constantemente se encontra um descompasso que vai servir para invisibilizar a modalidade. Ao transcender este olhar, encontra-se uma diversidade de futebóis e valoriza-se as diferenças existentes entre eles.

Assim como ponderado na literatura mapeada, visa-se para a posição dos agentes (clube A e jogadoras) entrevistados nesta pesquisa. Diante disso, no próximo capítulo busca-se conhecer as características do clube, suas transformações, desde a sua criação, em 2010, até 2018, ano em que ocorreu a parceria com o Clube B, devido à medida obrigatória estabelecida pelas entidades futebolísticas para a criação das equipes femininas. Isso se faz necessário na medida em que é preciso conhecer integralmente o objeto deste estudo, pois, segundo Bourdieu (2004), para trabalhar com a noção de campo é preciso utilizá-lo como uma ferramenta para

construir de forma científica os objetos de análise. Nesse sentido, nos próximos capítulos, busca-se compreender a trajetória dos agentes que constituem o objeto deste estudo.

CAPÍTULO 4

TRAJETÓRIA E CONSTRUÇÃO DA EQUIPE DE FUTEBOL DE MULHERES DO CLUBE A: DESVELANDO OS EFEITOS DA MEDIDA OBRIGATÓRIA

Para Bourdieu (2014), a pesquisa empírica possui um importante papel, na medida que traz exemplos e atividades práticas na construção do processo cognitivo. Configura-se, portanto, a “[...] particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como caso particular do possível, isto é, uma figura em um universo de configurações possíveis”. (BOURDIEU, 2005, p. 15). Nesse sentido, pretende-se trazer a realidade empírica de uma equipe de futebol de mulheres, situada no Estado do Paraná, abordando sua trajetória e construção histórica.

A realidade de futebol paranaense não está acompanhando a crescente da modalidade que vem ocorrendo no Brasil. Os clubes do Paraná não estão se destacando dentro do campo futebolístico, especialmente, por conta do aspecto financeiro. Saviani (2019) ressaltou que o investimento (financeiro) na criação de times femininos é muito pequeno no Estado, assim: “Paranaense Feminino não cresce e terá apenas quatro times na edição de 2019” (SAVIANI, 2019).

O Campeonato Paranaense de Futebol Feminino teve em 2019 quatro times: o clube A; Londrina; Imperial e Toledo. Esse número de times foi o mesmo que no ano de 2018, mas com a presença do Londrina, que substituiu o Grêmio Recreativo Esportivo Campo Largo (GRECAL). Segundo Saviani (2019), o contexto deveria mudar com a medida obrigatória da CONMEBOL, que determinou a criação de equipes femininas para os clubes que disputavam a série A do Campeonato Brasileiro no masculino. O técnico e presidente do clube A corroborou:

Eu acredito que falte muito incentivo da Federação Paranaense para que o campeonato estadual seja muito maior. Eu acredito agora que para o ano que vem, com a exigências que veio da FIFA pra CONMEBOL, CONMEBOL CBF e Federações, o número de equipes participantes do Estadual deva aumentar (TD).²⁶

Segundo Saviani (2019), “[...] a previsão é de que o número de participantes no Paranaense 2020 aumente em razão da nova determinação da CBF”, pois a entidade começou

²⁶ Destaca-se que no capítulo 4 os resultados obtidos nas entrevistas estão descritos em citação no corpo do texto, colaborando para a construção da trajetória da equipe clube A, diferentemente do capítulo 5, em que se apresenta os resultados em quadros, pois busca-se explicitar e sistematizar as categorias que emergiram por meio da Análise de Conteúdo.

a exigir uma equipe feminina também dos times que disputam a Série B do Brasileiro a partir de 2020.

Observa-se que a medida obrigatória estabelecida pelas entidades criou um cenário de expectativas para o futebol de mulheres, mas ao olhar os efeitos reais dela, pelo menos a curto prazo, não são identificados grandes avanços. Em 2020, por exemplo, nota-se a redução de times inscritos no Campeonato Paranaense de futebol feminino, restringindo-se à participação somente do Imperial e do clube B, o qual desfez a parceria com o clube A e criou um projeto independente no final de 2019. A instabilidade e o enfraquecimento do Campeonato podem ser observados por meio do seguinte texto:

Depois de ser marcado e cancelado, o Campeonato Paranaense feminino de 2020 - isso mesmo, 2020 - está confirmado pela Federação Paranaense de Futebol (FPF). A competição terá a participação de dois times: Clube B e Imperial. O Toledo/Coritiba, que também estava inscrito inicialmente, desistiu por motivos internos, segundo informou a FPF (REDAÇÃO DO GE, 2021).

A partir de 2019, em que o clube A sofreu rebaixamento da série A1 do Campeonato Brasileiro Feminino para a série A2, ocorreu o rompimento da parceria do clube B com o clube A, por isso, não participou do Campeonato Paranaense de Futebol Feminino em 2020. O contexto mostrou um rebaixamento abrupto do clube A, na medida que ela é a equipe com maior número de títulos no Campeonato Paranaense de Futebol, conquistando o 1º lugar desde 2010 até 2019, nesse evento. Vale lembrar que somado ao rompimento da parceria com o Clube B, no final de 2019, o ano de 2020 foi marcado também pelo advento da pandemia, ocasionada pelo Coronavírus (COVID-19), a qual afetou todo o futebol brasileiro. Houve uma redução no número de times participantes no Campeonato Paranaense e o clube A começou a perder força dentro do futebol de mulheres em nível estadual e nacional.

Esse contexto já foi muito diferente para o clube A, visto que é uma das equipes mais tradicionais, constituída em 2010, ano em que começou a conquistar vários títulos, como a Copa do Brasil, em 2011, vice-campeã da Libertadores, em 2012, e ficou em 3º lugar no Campeonato Brasileiro – série A1, em 2013, assim como destacou o TD do clube A. Embora seja uma equipe tradicional no futebol de mulheres, sempre lutou para se manter no campo futebolístico, mesmo possuindo baixo capital econômico comparado a outros clubes de renome que possuem o time masculino como elemento principal.

Portanto, neste capítulo busca-se abordar a trajetória da equipe, demonstrando quais foram os agentes que estiveram à frente do projeto de criação do clube desde seu início até as modificações que foram ocorrendo na construção do time. Durante essa trajetória emergiram

progressos e retrocessos, derrotas e conquistas, avanços e recuos. As dificuldades para constituição da equipe foram destacadas pelo TD:

Foram anos de muito trabalho e de muitas dificuldades com atletas de renome que passaram já pelo clube que vinham de outras agremiações com alguns vamos se dizer assim, vícios que eu, não posso nem dizer se são vícios, são como posso te dizer, é fazem parte de uma cultura do futebol feminino. Então eu tive muita dificuldade no princípio, mas depois passei entender como funciona e de 2011 para cá nós tivemos muito sucesso (TD).

Segundo Pisani (2012), o clube A teve denominações distintas durante sua construção, as quais não foram destacadas por conta do sigilo no nome do clube. Mas vale lembrar que a denominação foi se modificando conforme os acordos de parceria com outras equipes de futebol.

A partir de 2010, ano de sua efetiva criação, o clube A começou a despontar como um dos melhores times de futebol feminino do Brasil. Pisani (2012) relata que a equipe foi criada por uma iniciativa do jornalista Luciano do Valle, que objetivava montar a base para a Seleção Brasileira disputar o Mundial de 2016. Para isso, em 2009, a equipe técnica fez uma peneira que buscou reunir jogadoras com talento futebolístico de vários estados do Brasil, como, Pará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Distrito Federal, Goiás, dentre outros. Dentre essas futebolistas, Pisani (2012) ressalta que foram escolhidas 24 mulheres para integrar a nova equipe e somente uma era da cidade destino.

Na entrevista com o TD (técnico e dirigente da equipe em 2019) evidenciou-se que a equipe do clube A foi um projeto constituído em 2009 e idealizado por Luciano Do Vale e Clayton Lima, que o levaram à Secretaria de Esportes da cidade destino. O projeto chegou até Marcio Ferreira, na época Secretário de Esportes, e em Alexandro Fonganholi, um dos diretores da Secretaria de Esportes, que convidaram o TD para ser o supervisor do time, em 2010. Entretanto, TD ressalta que:

Na metade do ano de 2010, eu desconheço quais foram os motivos, mas as pessoas envolvidas no momento acabaram acho que se desentendendo e o projeto tinha que continuar e como nós estávamos envolvidos, o Alex (Alexandro Fonganholi) me convidou para ser o treinador e a partir desse momento eu passei a ser o treinador do clube A (TD).

Embora tenha vivido anos de dificuldades por estar em um meio desconhecido, foi nesse período que o TD assumiu o comando técnico da equipe, com momentos de muita experiência, os quais subsidiaram outro desafio que o técnico precisou passar. A equipe do

clube A finalizaria as atividades, e por este motivo, ele teve que tomar uma decisão muito importante, se tornando também o gestor do time.

Entre os anos 2010 e 2011, em que o time estava sobre o gerenciamento de Luciano do Vale e Clayton Lima, foi registrado com o nome do Auritanea (time masculino da cidade destino) para disputar os campeonatos. Na sequência, ainda em 2011, a equipe passou a ser responsabilidade de uma Associação Esportiva, pertencente à família de TD, que mantinha várias escolas esportivas na cidade destino, assim como ele salientou:

Algumas pessoas que estavam envolvidas no projeto [...] deram um passo maior que a perna e não conseguiram da sustentabilidade e foi aí que o TD teve que realmente assumir a bronca. O TD junto com a família que eram as pessoas responsáveis por essa associação, meu pai minha mãe, minha esposa e meus filhos nos reunimos e naquele momento existia uma dívida de aproximadamente 150 mil reais. Eu fiz uma reunião na minha casa com meus pais para ver o que nós faríamos e foi decidido que; nós sempre tivemos uma coisa muito importante que era o respeito pelo nosso nome familiar. Em função disso nós resolvemos em família manter essa Associação e consequentemente manter o time. Então foi uma reunião familiar que fez com que o TD, respaldado por seu pai, sua mãe e sua esposa, enfim seus familiares, seguisse em frente com o projeto. E até hoje o projeto está aí nessa mesma balada (TD).

Segundo Pisani (2012), o clube A iniciou os treinos em 22 de fevereiro de 2010 e seu primeiro jogo ocorreu no Estádio da cidade destino, contra a *Universidad Autónoma do Paraguay*, em 7 de março de 2010. Nesse dia, de estreia da equipe em uma partida, Luciano do Vale narrou a partida e o clube A ganhou de 2 a 1 de seu primeiro adversário. Ainda em 2010, no início, o time foi campeão do Campeonato Paranaense de Futebol Feminino e ganhou o segundo lugar na Copa do Brasil de Futebol Feminino (PISANI, 2012).

Em 2011, houve a mudança na denominação da equipe, vencendo novamente o Paranaense de Futebol Feminino e conquistando o primeiro lugar na Copa do Brasil. Diante do feito, a equipe garantiu a oportunidade de disputar a 4ª Taça Libertadores da América de Futebol Feminino (PISANI, 2012). Destaca-se que a equipe perdeu o título da Libertadores para o time do Chile denominado Colo-Colo, no final do ano de 2012, sagrando-se vice-campeão da Copa Libertadores de 2012. Segundo o técnico do clube A em

2011 foi tudo maravilha, nós ganhamos tudo em 2011. 2012 até metade do ano foi muito bem, mas na metade do ano surgiram alguns problemas. Algumas pessoas que estavam envolvidas no projeto[...] deram um passo maior que a perna e não conseguiram da sustentabilidade e foi aí que o TD teve que realmente assumir a bronca (TD).

Em 2012, o clube A participou da Copa Brasil de Futebol Feminino, mas saíram do campeonato ainda nas quartas de final, perdendo para o São José (SP). Nos anos iniciais de

constituição do clube A ocorreu um grande avanço da equipe no cenário futebolístico, com diferentes conquistas. Segundo o TD: “Nesses anos todos o clube A conquistou muitas coisas que clubes que estão aí há muito mais tempo, nem conseguiram chegar perto ainda” (TD).

Em 2013, o clube A iniciou o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, que anos anteriores era denominado de Copa do Brasil. Para a participação no campeonato e demais atividades durante o ano, a equipe do clube A foi submetida a mudanças. Foi realizada uma seletiva, em janeiro de 2013, no intuito de encontrar novas jogadoras, conforme descrito em um texto, publicado no portal de notícias Catve:

Vinte atletas participaram neste fim de semana na cidade do clube A, do primeiro teste seletivo promovido pelo Clube A. O time visa os preparativos para formação de uma equipe para disputar o campeonato paranaense de futebol feminino e Copa do Brasil, entre outras competições. Já fazem parte do elenco 2013 as atletas selecionadas após treinamentos em [...] e também no Rio de Janeiro, no Centro de Futebol Zico, coordenada pelo famoso ex-jogador, de mesmo nome. Inclusive, o eterno ídolo da torcida do Flamengo esteve presente durante a seletiva, além da Coordenadora-Geral de Futebol Feminino do Ministério dos Esportes, a ex-jogadora Michael Jackson (CATVE, 2013).

O projeto desenvolvido pelo clube A envolvia alguns agentes (pessoas) de renome no futebol como o Arthur Antunes Coimbra (Zico)²⁷ e no futebol de mulheres Mariléia dos Santos (Michael Jackson)²⁸. A fotografia 1 confirma a presença desses agentes ao lado dos dirigentes do clube A:

²⁷ Conhecido como Zico, ele possui uma longa história no campo futebolístico, em que já atuou como jogador, treinador e dirigente.

²⁸ Conhecida como Michael Jackson, ela se tornou referência ao conquistar diferentes feitos individuais e coletivos no futebol de mulheres, atuando como jogadora e dirigente.

Fotografia 1 - Agentes envolvidos na seletiva da equipe do clube A (2013)



Fonte: CATVE. Futebol: *clube A* realizou seletiva no Conjunto Libra. **Catve**, 29 de janeiro de 2013. Disponível em: <https://catve.com/noticia/3/51255/futebol-foz-cataratas-realizou-seletiva-no-conjunto-libra>. Acesso em: 04 mai. 2021.

Segundo o TD, o clube A ficou em terceiro no então denominado Campeonato Brasileiro de 2013, com as modificações ocorridas no elenco de jogadoras. O técnico e dirigente supracitado revela que as mudanças no elenco da equipe focaram no trabalho com atletas mais jovens, mantendo “[...] uma espinha dorsal para que pudesse ter um equilíbrio emocional dentro de campo e trouxemos muitas jogadoras novas e fomos muito felizes em 2013” (TD). O ano de 2013 foi enfatizado pelo TD como um momento de ascensão, demonstrando que os trabalhos realizados resultaram no avanço do time, dando condições para sua continuidade.

Já em 2014, o time do clube A deu uma decaída e na 2ª edição do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, sobre o comando técnico e administrativo do TD, foi eliminado logo na primeira fase. No Paranaense conquistou o primeiro lugar entre os únicos dois times inscritos no campeonato.

Na entrevista realizada neste estudo, o TD ressaltou que o clube A foi muito bem em 2015: “[...] fomos terceiro na Copa do Brasil e fomos acho que quinto ou sexto no Brasileiro, pela mudança do trabalho e pela filosofia nova foi satisfatório” (TD). Entretanto, verifica-se no site da CBF que a equipe não chegou passar para a segunda fase do Brasileiro, ficando em 13º lugar no campeonato no ano de 2015 (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2013). Já na 9ª edição da Copa do Brasil, realizada em 2015, a equipe chegou nas semifinais e perdeu para o Kindermann, equipe campeã do campeonato no ano em questão. No que se refere

ao Campeonato Paranaense, nota-se que não ocorreu a edição de 2015, pois não foram encontradas informações sobre as partidas.

Nos anos posteriores, “2016, 2017 nós não tivemos muito sucesso nos campeonatos nacionais” (TD). Entretanto, em 2016, a equipe se destacou na primeira fase do campeonato, mas não chegou nas semifinais, ficou na sexta colocação do Brasileiro. Já em 2017, o clube A caiu para décimo colocado nesse mesmo campeonato, não passou da primeira fase.

O declínio no desempenho do time e, conseqüentemente, em suas colocações no Campeonato Brasileiro, é bastante curioso, visto que no mesmo período, segundo o TD, o time passou a ser patrocinado pela Itaipu, a partir de 2016:

É, os dois últimos anos, 2017 e 2018, não, 2016, 2017 2018 foram muito bons na questão de estabilidade financeira. Esse ano [2019] com o afastamento da Itaipu, nós estamos tendo dificuldade, mas a gente está conseguindo dentro da forma e da condição necessária, manter ainda (TD).

A Itaipu é uma usina hidrelétrica binacional, localizada na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, líder mundial em produção de energia e pertencente à República Federativa do Brasil e República do Paraguai. A fala supracitada demonstra que a Itaipu passou a patrocinar a equipe a partir de 2016, porém, encontram-se indícios de que a entidade já tinha relações com a equipe desde 2013. No site da Itaipu foi encontrado um texto, publicado pela sala de imprensa da própria entidade, sobre o patrocínio existente, ressaltando que o clube A havia voltado a treinar no campo do Parque Tecnológico Itaipu (PTI), em 2013, pois o time era patrocinado pela empresa (ITAIPU BINACIONAL, 2013).

Além disso, observa-se um trecho do texto que apresenta uma fala do técnico, ressaltando que naquele período: “A Itaipu é a nossa casa. Aqui temos tranquilidade, o apoio e o isolamento necessário para os treinamentos” (ITAIPU BINACIONAL, 2013).

O texto descreveu a entrada das jogadoras na Itaipu, passando pela central de cadastramento para assistir o vídeo institucional de segurança e receber o crachá de identificação. O processo para entrada na Itaipu é realizado sempre que uma pessoa e/ou jogadora entra pela primeira vez na empresa. Durante a observação para esta pesquisa, realizada em 2019, foi a primeira vez que a pesquisadora entrou no campo de treinamento da equipe do clube A, situado dentro da usina da Itaipu, por isso, foi cumprido este mesmo protocolo, realizando o credenciamento para a utilização do crachá. No momento havia algumas jogadoras novas, que não haviam entrado na empresa, e fizeram o credenciamento, juntamente com a pesquisadora.

Segundo o TD, existe um controle de circulação de pessoas e de veículos dentro da usina, portanto, logo na entrada, um agente de segurança entrou no ônibus da equipe para vistoriar e verificar se todas as pessoas estavam utilizando o crachá de identificação (conforme a Fotografia 2), em que consta a associação da pessoa ao clube A. Diante disso, o TD ressaltou para as novas jogadoras e para a pesquisadora que era imprescindível a utilização dele sempre que fossem ao local de treinamento, pois os seguranças costumavam parar o ônibus e checar o cumprimento dos requisitos para entrar nas dependências da usina.

Fotografia 2 - Crachá de identificação da pesquisadora (2019)



Fonte: A autora.

Em 2013, a equipe do clube A utilizava tanto o campo de grama do Parque Tecnológico de Itaipu como a Academia Reviver, situada na segurança empresarial da Itaipu. Em 2019, durante a pesquisa de campo, observou-se que essas duas atividades ainda eram realizadas pela equipe do clube A. Embora tivesse ocorrido o corte financeiro do patrocínio da Itaipu, conforme o TD destacou, a equipe podia contar com a estrutura física da Itaipu para a realização dos treinos.

Durante a pesquisa de campo, ao chegar no local de treinamento pela primeira vez, o TD apresentou o espaço que a Itaipu destinava à equipe. Em frente ao campo, havia uma estrutura dividida em três partes: o vestiário com chuveiros e banheiros; a lavanderia e o escritório da equipe.

Nesse momento ocorreu o primeiro contato com os demais membros da equipe técnica que trabalha diretamente com as jogadoras: o preparador físico, Brito Dornelles; o preparador de goleira, Dedé Oliveira; e o Marcio, que no primeiro instante se apresentou como motorista do ônibus que transportava as jogadoras. Nesse momento da pesquisa emergiu a reflexão acerca

da estrutura da equipe técnica, pois todos os funcionários se desdobravam em suas funções dentro da equipe, como o motorista, por exemplo, que não atuava somente em uma função. Ao chegar na Itaipu, Marcio começou a auxiliar em outras tarefas, pois, segundo ele, não havia outras pessoas contratadas para trabalhar na manutenção do time. Em uma conversa com Marcio sobre sua função no clube A, a qual ficou registrada no diário de campo, ele mencionou em tom de brincadeira: “Era para eu ser o motorista, mas eu sou o faz tudo aqui” coçando a cabeça e sorrindo (DC).

A observação descrita no diário de campo mostrou o cotidiano dos treinos e dos jogos das jogadoras, em que Marcio sempre estava presente. Notou-se que o “motorista” estacionava o ônibus no local de treino e se direcionava à lavanderia para preparar o bebedouro e as garrafas de água das jogadoras, utilizadas durante o treinamento. Assim que as levava no campo para o técnico ele se direcionava à uma lavadeira existente no prédio e começava a trabalhar como roupeiro, pois lavava os uniformes e coletes de treinos e jogos. Paralelamente, também organizava a sala de materiais de treino das jogadoras (bolas, cones etc.), como exposto na Fotografia 3:

Fotografia 3 - Equipe de trabalho do clube A/clube B (2019)



Fonte: A autora.

Nos dias de jogos, Marcio estacionava o ônibus e acompanhava a equipe técnica para ajudar a preparar a água que elas precisavam para todo o período do jogo; os coletes utilizados no aquecimento inicial; e o uniforme principal que elas utilizavam. Em seguida, auxiliava a

equipe técnica no banco, pois não existiam pessoas suficientes para ajudar nas inúmeras tarefas que eles precisavam dar conta. Dessa forma, observa-se que o motorista ficava auxiliando durante o jogo com as garrafas de águas e quando alguma atleta estava cansada ou machucada dentro do campo, ele entrava com o kit de primeiros socorros para cuidar das jogadoras.

Infere-se que havia um grande desdobramento de Marcio e dos outros funcionários, pois havia muitas tarefas e poucos integrantes na equipe técnica. Essas tarefas aumentavam ainda mais quando ocorriam jogos da equipe principal e da equipe sub-18, no mesmo dia, em cidades diferentes. Nesses momentos, a equipe técnica precisava se dividir ainda mais, sobrecarregando as poucas pessoas que estavam trabalhando pelo time. Para sanar esse tipo de falta e cumprir a demanda, o TD chamava duas pessoas para colaborar com as tarefas, um rapaz, que sempre estava acompanhando o andamento da equipe, e seu filho, que também realizava serviços administrativos para o clube.

Nesse primeiro contato com a estrutura física e técnica da equipe clube A/clube B, o TD ressaltou as dificuldades que o clube perpassava, principalmente por conta da perda do patrocínio financeiro da Itaipu. A fala do técnico e presidente da equipe demonstrava que eles passavam por uma crise financeira:

Marcela, hoje estamos passando por um momento bem difícil e você vai perceber que o clima está tenso, com a mudança de diretor na gestão da Itaipu este ano, perdemos o auxílio. Com isso, estamos com um número reduzido de pessoal e há alguns salários atrasados. Nosso elenco está reduzido também e os jogos não estão tendo os resultados que precisamos, mas a gente está trabalhando para que o cenário melhore (DC).

Destaca-se que o elenco de jogadoras do time principal contava com um número bem reduzido, especialmente se pensar com base na lógica do futebol de campo. Dentre essas 16 jogadoras, duas jogavam também na equipe sub-18 quando solicitadas, duas eram goleiras e uma tinha recém-chegado de Curitiba para jogar somente aquela fase do Campeonato Brasileiro e iria embora na sequência. Com a redução existente no elenco de jogadoras, observou-se que os treinos coletivos (fotografia 4) só eram possíveis com o auxílio da equipe sub-18 e, durante a semana que visitamos os treinos do clube A, presenciou-se somente um treino coletivo na manhã da terça-feira (09/07/2019).

Fotografia 4 - Treino coletivo entre equipe principal e equipe sub-18 do clube A/clube B na ITAIPU (2019)



Fonte: A autora.

Destaca-se que o clube A estava participando do Campeonato Brasileiro – série A1, o qual envolve o alto rendimento das jogadoras. Nesse sentido, compreende-se que a necessidade de substituições poderia ocorrer com maior frequência, fato que dificultaria ainda mais a realidade do time. Além disso, nota-se que o clube A possuía dificuldades no que se refere ao número de pessoal para cumprir a demanda de serviços necessários para a equipe participar do Campeonato Brasileiro – série A1. Nesse contexto (que exige alto rendimento das jogadoras) seria necessário que o clube tivesse um grupo de profissionais especializados para o acompanhamento das jogadoras de forma diária (médico, fisioterapeuta, nutricionista, psicólogo). Diante das condições encontradas, compreende-se, como Souza Junior (2013) destaca, que o quadro é desfavorável para as jogadoras, na medida que evidencia a falta de estrutura profissional para o desenvolvimento da modalidade no clube.

Ainda que tenham encontrado esses percalços para tal desenvolvimento, existiram alguns apoiadores na trajetória de construção do clube A, que colaboraram para que a equipe conseguisse chegar a disputar campeonatos importantes e conquistar vários títulos. Entende-se a relevância de alguns desses agentes no futebol de mulheres, e mais especificamente, enfatiza-se a participação da Itaipu no desenvolvimento da equipe estudada. A Itaipu se tornou um agente importante na construção histórica do Clube A, pois, com alto capital econômico conseguiu fornecer uma significativa estrutura física para treinamento das jogadoras, e,

consequentemente, trouxe o avanço da equipe em campeonatos internacionais, nacionais e estaduais.

Entretanto, assim como destacou o TD (2019), o Clube A/Clube B estava passando por dificuldades (inclusive de salários atrasados), devido ao afastamento da Itaipu naquele momento como patrocinadora. Embora ainda fornecesse a parte física para treinos, infere-se que a falta de apoio financeiro da Itaipu refletiu na preparação técnica da equipe, especialmente por falta de pessoal especializado e do próprio elenco de jogadoras. Nesse sentido, compreende-se que a falta de apoio, especialmente financeiro, resulta em condições desfavoráveis para a atuação profissional da equipe como um todo.

Ao refletir sobre a relevância dos agentes que contribuíram no processo de construção do Clube A durante sua trajetória, destaca-se o clube “Coritiba Foot Ball Clube”, com o qual obteve uma parceria em 2016. O texto abaixo demonstra a relação inicial entre os clubes:

As equipes do Clube A e Coritiba Foot Ball Club lançaram oficialmente uma parceria em prol do futebol feminino. [...] Assinaram o acordo o presidente TD, pelo Clube A, e o presidente Rogério Bacellar, pelo Coritiba. A equipe da fronteira disputará as competições como Clube A/Coritiba. A relação entre as duas equipes começou ainda em 2016 com conversas entre as diretorias. Desde então, o caminho nos bastidores aconteceu no sentido de fortalecer o projeto de futebol feminino no Coritiba. Inclusive, na conquista do terceiro lugar na Copa Libertadores em 2016, o escudo coxa-branca já estava marcado na camisa da equipe de Clube A (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2017a).

Ressalta-se que o Clube A/Coritiba participou da Libertadores, em 2016, por ter classificado em terceiro lugar na Copa do Brasil, de 2015, e conseguiu ganhar a vaga do Kindermann, que foi o campeão no campeonato, mas encerrou as atividades no mesmo ano, e o vice-campeão – Ferroviária, já estava com a vaga garantida na Libertadores.

Foi encontrado um texto, publicado no site do Coritiba, em 2018, que ressalta a parceria entre o clube e a equipe do Clube A. Destacaram um jogo amistoso entre o Clube A/Coritiba e o Imperial, ocorrido pela primeira vez no estádio Couto Pereira, na semana de comemoração do Dia da mulher:

‘A partir do momento que nós fizemos a parceria com o Coritiba foi muito gratificante. A receptividade que nós tivemos da torcida, da diretoria e do clube fez com que essa parceria ficasse cada vez mais forte. Nós estamos aqui fazendo esse jogo pela primeira vez em comemoração ao Dia da Mulher para que a mulher coxa-branca saiba que existe as suas representantes femininas em campo’, disse o presidente do Clube A/Coritiba. [...] Samir Namur, presidente coxa-branca, valorizou a ação e o projeto. **‘É muito importante entender a parceria entre as equipes, que começou em 2016 pela obrigação que a lei do Profut traz para os clubes de ter um time feminino.** No caso do Coritiba, é uma parceria muito boa, porque o clube se associou

a um clube de grande estrutura e com grandes condições de ter um time bastante competitivo de futebol feminino, que é o Clube A' (CORITIBA, 2018, grifo nosso).

A fala do presidente do Coritiba foi destacada, pois demonstrou que a parceria com o Clube A ocorreu devido à obrigação que a Lei denominada “Programa de Modernização da Gestão e da Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro” (PROFUT), estabeleceu a partir de 2016. Nesse período, observa-se a existência de uma obrigatoriedade para o desenvolvimento do futebol de mulheres e o questionamento sobre o real avanço que essas ações de modo obrigatório trazem a esse universo. Diante disso, torna-se importante compreender alguns aspectos sobre a referida lei e sua relação na parceria estabelecida entre Clube A e o Coritiba.

No dia 4 de agosto de 2015, a então presidente do Brasil no período, Dilma Rousseff, sancionou o PROFUT, regulamentado pela Lei Federal nº 13.155:

Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; (BRASIL, 2015).

Entre outros fatores, o PROFUT busca promover modificações no futebol brasileiro, especialmente no que se refere à responsabilidade fiscal das entidades futebolísticas. Segundo Justen (2020), de modo geral, o programa quer incentivar as entidades (clubes, ligas, federações estaduais e CBF) a adotarem práticas modernas de gestão e em compensação adquirirão o parcelamento e a redução de seus débitos tributários e não-tributários com a Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Banco Central e débitos relativos ao FGTS, pois as dívidas dos clubes passavam de cinco bilhões de reais. Para maior efetividade da proposta do PROFUT, a Lei nº 13.155, instituiu também a criação da Autoridade Pública de Governança do Futebol (APFUT), para fiscalizar o comprometimento das entidades desportivas em relação ao Programa.

Para aderir ao PROFUT, as entidades desportivas profissionais de futebol tinham algumas condições. Dentre elas, observa-se a “[...] manutenção de investimento mínimo na formação de atletas e no futebol feminino” (BRASIL, 2015). Cabe a APFUT fiscalizar o cumprimento desta condição prevista no Art 4º da Lei:

Art. 19. Fica criada, no âmbito do Ministério do Esporte, a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT, sem aumento de despesa, com as seguintes competências:

I - fiscalizar as obrigações previstas no art. 4º desta Lei e, em caso de descumprimento, comunicar ao órgão federal responsável para fins de exclusão do Profut;

- II - expedir regulamentação sobre procedimento de fiscalização do cumprimento das condições previstas nos incisos II a X do caput do art. 4º desta Lei;
- III - requisitar informações e documentos às entidades desportivas profissionais; [...]
- IV - elaborar e aprovar o seu regimento interno (BRASIL, 2015).

Encontra-se um texto relacionado ao surgimento do PROFUT e seu efeito no futebol feminino, escrito por Neves e Azambuja (2015), no qual os autores ressaltaram o papel da APFUT em fiscalizar e, acima de tudo, estabelecer um padrão para o investimento no futebol feminino, de acordo com o porte da entidade desportiva profissional. No mesmo texto, os autores trazem a visão de um agente importante nesse contexto do campo esportivo que atingiu o futebol feminino, de Carlos Alberto de Souza, presidente da Associação Gaúcha de Futebol Feminino (AGFF) (NEVEZ; AZAMBUJA, 2015).

O presidente da AGFF questiona justamente a regulamentação da Lei, ou seja, seria importante especificar a forma que o investimento proposto pelo PROFUT seria realizado. Para ele, as medidas estabelecidas, tanto a citada no Art. 4º da Lei nº 13.155, como a medida da CONMEBOL - que exige um time feminino aos participantes da Libertadores da Copa Sul-Americana, são positivas, mas ainda é preciso pensar nos efeitos práticos para a realidade do futebol feminino. Para ele:

Os clubes podem simplesmente entregar uma dezena de bolas para um time feminino e alegar que aquilo é investimento. Por isso é preciso regulamentar como se dará esse apoio. No Rio Grande do Sul, se o Inter e o Grêmio não jogarem a Libertadores, não vai ter futebol feminino. Agora, o Grêmio vai jogar. Mas se o Grêmio não consegue sucesso na Libertadores, o que acontece? Vai morrer – destaca (NEVES; AZAMBUJA, 2015).

As medidas da CONMEBOL e do PROFUT, influenciaram de algum modo na trajetória do Clube A. Primeiro, logo em 2016, o Coritiba realiza a parceria devido à medida do PROFUT, e, posteriormente, no final de 2018, o Clube B fez a parceria com a equipe com base na medida da CONMEBOL.

Alguns textos encontrados sobre a parceria do Clube A e o Clube B deixam evidente que a relação entre eles começou por conta da medida obrigatória da CONMEBOL. Assim, como demonstra este texto, encontrado no site do Globo Esporte:

De olho na Libertadores, Clube B fecha parceria com o Clube A para time feminino [...] O Clube B oficializou nesta segunda-feira a parceria com o time feminino do Clube A, equipe de futebol feminino do oeste paranaense, para cumprir uma exigência da Conmebol. A partir de 2019, as equipes classificadas às disputas masculinas de Libertadores e Sul-Americana precisarão ter, obrigatoriamente, um time de futebol feminino. A equipe vai se apresentar como Clube A– Clube B. O Clube A tinha contrato com o Coritiba, **mas não foi renovado pelo clube alviverde** por questões

financeiras. [...] A parceria entre Clube A e Coritiba envolvia incentivo financeiro mensal, entre outros apoios, como o intercâmbio de profissionais, ajuda institucional e uso da marca. Oficialmente, o Coxa não se manifestou sobre a não renovação de contrato (GLOBOESPORTE.COM, 2018).

Em 2019, ano de realização desta pesquisa, o Clube A/Clube B não obteve grandes resultados, ficando em décimo quarto lugar no Brasileiro de 2019 e, portanto, rebaixado para a série A2 do Campeonato no ano de 2020. No Campeonato paranaense de 2019, a equipe Clube A/Clube B obteve o primeiro lugar diante da disputa com três times: Imperial Futebol Clube, Toledo Esporte Clube e Londrina Esporte Clube. Diante desse contexto, em dezembro de 2019, o Clube B anunciou que romperia sua parceria com o Clube A para criar um time próprio para disputar os campeonatos nacionais e estaduais no ano de 2020 e posteriores.

Percebe-se crescente as dificuldades que o Clube A perpassou nos últimos anos percorridos (2019 e 2020), resultante dos vários acometimentos relacionados ao time, como, por exemplo, o afastamento financeiro da Itaipu e o rompimento das parcerias com outros clubes de renome, somado à pandemia do Covid – 19, que paralisou as atividades no futebol praticado no mundo todo.

Logo no início do ano de 2020, em março, o portal de informações da Cidade destino denominado “GDia” publicou um texto sobre os novos objetivos do Clube A. O texto menciona que ocorreu uma mudança na equipe técnica do time, o TD ficou somente como presidente, pois ele anunciou a contratação de uma nova técnica. Além disso, observou-se alguns nomes diferentes, os quais não foram vistos durante a ida da pesquisadora à campo, dentre eles: Everton, atuando como preparador das goleiras; e duas novas pessoas como dirigentes do Clube A, Sérgio de Melo Mathias e Fábio Perpétuo. Não foram encontradas características dessas pessoas, cujos nomes estavam elencados no texto publicado pelo GDia (REDAÇÃO 1, 2020).

Embora o texto supracitado tenha mostrado com otimismo a organização do Clube A para a temporada de 2020, em sua participação no Campeonato Brasileiro da Série A2 e do Campeonato Paranaense, do qual o time sempre foi destaque, constatou-se que, na realidade, isso não se efetivou. Primeiramente, destaca-se que o Clube A não chegou a participar do Campeonato Paranaense de Futebol Feminino, em 2020, o qual foi disputado por dois times somente – Clube B e Imperial.

Além disso, foi encontrado um texto anunciando a dura realidade que a equipe estava perpassando, especialmente por conta da pandemia – Covid 19. O texto publicado em abril de 2020 possuía a seguinte lide: “Clube A feminino faz vaquinha para arrecadar dinheiro e se manter na temporada 2020: a equipe da cidade destino precisa de apoio para não fechar as

portas” (MELO, 2020). O texto ressaltou brevemente a trajetória da equipe, que possui destaque em todo território brasileiro, e apresentou:

[...] com a chegada da Covid-19 ao Brasil e o cancelamento das competições nacionais, os patrocinadores precisaram cancelar o apoio e agora, o time não tem como manter o elenco. Por este motivo, a técnica Christiane de Araujo Lessa, resolveu expor a situação para pedir o apoio da comunidade e de empresários simpatizantes da causa, através de uma vaquinha online. ‘Essa ajuda financeira será para manter as atletas na equipe e dar uma estrutura para que consigamos seguir participando do campeonato Brasileiro Serie A2 que teve o início dia 15 de março de 2020 e foi interrompido 2 dias depois por conta da Covid-19’, diz a comandante. De acordo com Lessa, o dinheiro será usado para manter custos como: alimentação, transporte, motorista, cozinha, comissão técnica, moradia das 20 atletas entre outras despesas. Até o momento, a vaquinha arrecadou apenas R\$ 600,00. O objetivo é conseguir R\$ 200 mil. ‘Conto com a colaboração de todos vocês, seus amigos, familiares, e empresas para que o sonho dessas atletas siga em frente e o trabalho e legado de tantos anos continue dando orgulho para nossa comunidade, cidade, estado e Brasil’, finaliza a treinadora (MELO, 2020).

Em abril de 2020, o TD enviou uma mensagem comunicando a pesquisadora da situação do clube e da ajuda que eles precisavam para manter o time em funcionamento. Juntamente com a mensagem havia o link para acesso daqueles que pudessem colaborar com um valor financeiro e o link do texto²⁹ publicado pelo Ge. Globo, expondo a situação de dificuldade do time. Durante a conversa realizada com o presidente da equipe, em 2020, ele destacou “Nós estamos passando por um ano muito difícil, a pandemia dificultou tudo para nós, mas vamos sobreviver” (TD). Observa-se que o termo “sobreviver” está inerente à trajetória do Clube A desde seus primeiros passos corridos, em 2009, até os dias atuais. Um time que vem insistindo e persistindo para continuar no campo esportivo e futebolístico diante das dificuldades enfrentadas ao longo desses anos.

Entende-se que o futebol de mulheres está perpassando por momentos de mudanças, especialmente no que se refere às ações desenvolvidas pelos agentes dominantes neste campo – as entidades. Entretanto, assim como refletiu o presidente da AGFF, busca-se pensar nos efeitos práticos dessas medidas, mais especificamente a estipulada pela CONMEBOL.

Pondera-se sobre a medida estabelecida pelas entidades, no sentido de: é efetivada como um projeto de longa duração, que envolve um grupo de agentes envolvidos no futebol – Confederações, federações, clubes e jogadoras ou somente como uma ação isolada das entidades que se efetivou nos clubes de futebol devido a obrigatoriedade medida? Tal análise se faz necessária, pois se ela não for um projeto que abrange um conjunto de agentes, ela não

²⁹ Ver mais sobre o texto publicado na seguinte fonte: Barlem (2020).

passará do “cumprimento de protocolo”, citado por Souza Junior (2013), com ações a curto prazo, pois se encerrará com a finalização da obrigatoriedade.

O que se pode notar é que a medida estabelecida pelas entidades trouxe duas opções aos clubes de futebol: a criação de alguns times independentes ou a parceria com uma equipe de futebol feminino já existente. Como mencionado, o Clube A está entre aqueles que já possuíam um time de futebol de mulheres e recebeu a proposta de parceria. Esta parceria entre Clube A e Clube B ocorreu em 2019, ano em que foi realizada a pesquisa de campo, buscando compreender os principais efeitos dela.

Por meio da observação, não foram evidenciadas muitas modificações na equipe como resultado da parceria. Dentre os pontos, nota-se a chegada de um novo uniforme repassado para as jogadoras e a equipe técnica. Esses agentes utilizavam um uniforme da marca umbro, com os logos do Clube A ao lado esquerdo da camisa e do Clube B centralizado. Observou-se que os uniformes eram utilizados de forma específica, um deles direcionados somente para os treinos, outro para os momentos de jogos e um conjunto de agasalho para a circulação das jogadoras e da equipe técnica. Vale destacar que o TD solicitou que a pesquisadora utilizasse um uniforme como parte da equipe técnica para realizar todo o percurso da pesquisa de campo, especialmente durante a viagem (aeroporto, ônibus e circulação externa) e na movimentação dentro do hotel (nas refeições e saídas do hotel para os jogos). A solicitação do uso do uniforme de forma obrigatória a todas as jogadoras e membros da equipe foi ressaltada por TD em uma reunião realizada com o time, um dia antes de embarcar para os jogos.

As observações, durante duas semanas somente de pesquisa de campo, trazem limitações para levantar dados suficientes sobre os efeitos emergidos da parceria entre o Clube A e o Clube B. Diante disso, foi elaborada a seguinte pergunta durante a entrevista para os agentes participantes da pesquisa: existe uma nova medida que obriga os clubes de “série A” a obter times femininos de futebol. Como você vê essa medida? E quais as influências da parceria entre o Clube A e Clube B?

Segundo TD, a parceria entre os dois times ocorreu de forma espontânea e não obrigatória, pois ele teve contato com o administrador e gestor do Clube B, Marcio Lara na época, em um curso de gestão ofertado e solicitado pela CBF. Nesse período, ambos tiveram uma aproximação significativa, culminando na parceria entre os clubes em 2019.

A visão do presidente do Clube A sobre a medida obrigatória estabelecida pelas entidades futebolísticas possui dois lados: ele percebe a ação como algo positivo, visto que os grandes clubes - denominados assim por ele - podem colaborar com times menores como o Clube A; contudo, compreende que a medida foi mais vantajosa para a equipe grande, como o

Clube B, pois criar um time independente demandaria muito mais economicamente do clube. Dessa forma, o TD destaca:

Então eu vejo hoje a parceria, que ela é muito mais vantajosa para o Atlético do que para o próprio Clube A. E porque que eu vejo que é mais vantajosa, principalmente por causa do lado financeiro. Uma pessoa que trabalha no Clube A ela tem um patamar salarial. Quem vai trabalhar no Atlético, vai querer ter o patamar do Atlético. Então, se o Clube A, um exemplo, tem um custo mensal de 50, o Atlético com certeza teria um custo mensal de 200 porque são coisas, são realidades muito diferentes, mas muito diferentes (TD).

Nesse contexto, o presidente ressaltou que os times pequenos (Clube A) possuem certa desvantagem, pois precisam negociar economicamente a todo momento com os clubes grandes (Clube B) para conseguir um melhor aporte. O texto apresentado abaixo, o qual foi concedido na entrevista pelo TD, demonstra a crítica em relação às parcerias:

Nessa questão eu vejo a grande desvantagem para os times pequenos por causa do aporte financeiro. Hoje o Clube B nos dá um aporte, que com certeza pelos padrões do Clube B poderia ser pelo menos o dobro do que eles nos dão hoje. E isso não chegaria à metade do que o Clube B gastaria para ter a estrutura própria mantida. Porque o Clube B hoje nos ajuda com um repasse financeiro e com material. As outras responsabilidades todas são do Clube A. Tudo que acontecer, tudo que tiver que surgir é o Clube A que vai arcar com as responsabilidades (TD).

Diante disso, para o gestor do Clube A é importante que os grandes clubes, ao fazer as parcerias, estejam realmente envolvidos com o intento de colaborar com a estrutura das equipes femininas de futebol, não realizando tal ação somente por obrigação que advém da medida. Para ele, algumas ações precisam ser repensadas referente à medida estabelecida pelas entidades, pois, com base em uma conversa com gestores de outras equipes de futebol feminino, a situação está no mesmo patamar que a do Clube A. Portanto, o dirigente compreende que “[...] se ocorresse o que está sendo ventilado pelas entidades esportivas, por empresas que viessem realmente investir no futebol feminino a alavanca ia ser monstra, mas eu acredito que isso vai ser a médio, longo prazo. Não vai ser tão já que isso vai acontecer não” (TD).

Em sua narrativa, observa-se que ele enfatiza o questionamento sobre o fato de ser algo obrigatório, ressaltando que possui dificuldades com: “Essa coisa que vem assim tipo goela abaixo [...] Eu gosto que as coisas aconteçam espontaneamente” (TD). Entende-se que as medidas obrigatórias, de certa forma, força certas atitudes por parte dos grandes clubes, mas não garantem melhorias que modifiquem, de fato, a realidade de um time feminino existente. As ações dos clubes grandes são desenvolvidas para cumprir a medida que foi determinada, mas não se atentam para o modo como essas ações estão sendo executadas.

No mesmo sentido, para compreender os efeitos da medida estabelecida pela CONMEBOL, a mesma pergunta foi realizada para as jogadoras (14). Dentre elas, duas apresentam questionamentos sobre a obrigatoriedade da ação pelos clubes:

Eles [entidades] ter que fazer uma lei para os clubes olhar para o futebol feminino, mas eles [clubes] teriam que, a vou representar as meninas, porque elas também nos representam. Mas não, na verdade eles só fizeram isso, porque eles fizeram a lei, colocaram lá que precisava fazer. Se isso não tivesse acontecido, até hoje a gente não tinha esses clubes de camisa dando apoio ao futebol feminino (J5).

A partir da narrativa da jogadora 5, infere-se que os clubes deveriam investir no futebol de mulheres devido a importância da modalidade no campo esportivo – assim como ela destaca a representação do futebol feminino na sociedade - e não investir por ser uma obrigação. Ou seja, devem investir pela importância do esporte e não pela obrigatoriedade das entidades. A jogadora 15 corrobora dizendo:

Quando você obriga alguém fazer algo sempre dá errado. Alguma coisa vai dar merda. Ou eu acho assim, que os clubes hoje teriam que fazer de coração, sabe? Para o futebol feminino dar certo. [...] Então, eu acho assim, que se fosse para, para, para os clubes hoje de camisa ter o futebol feminino, que fosse não por obrigação, mas que fosse por vontade de dar o ponta pé inicial (J15).

A jogadora demonstra a relevância das ações por parte dos clubes serem espontâneas a fim de desenvolver o futebol feminino. Acredita-se que as ações seriam positivas se os clubes estivessem engajados no projeto de desenvolvimento do futebol de mulheres, na medida que tivessem realmente compreendido a importância do crescimento da modalidade no campo esportivo.

Ainda, com base nos efeitos da medida obrigatória no Clube A, observa-se outro ponto de destaque pelas jogadoras, que foi denominado nesta pesquisa como “Precariedade nas parcerias”. A jogadora 1 destacou:

É, por exemplo, vou assinar uma parceria ali com algum time feminino, mas vou dá o dinheiro e eles que se virem, só para levar meu nome que é o que acontece, por exemplo, sabe. É, não vai estar em cima, não vai acompanhar. Tem casos que as parcerias dos grandes clubes nem sabe o que acontece com o dinheiro dos times que eles mandam, com as coisas. Então, eles não acompanham e só acabam levando o nome do grande clube, do masculino, porque é obrigatório (J1).

Com o efeito da obrigatoriedade, muitos clubes não zelam pelos times femininos que constituíram ou que se associaram, deixando à deriva tanto a administração dos recursos

repassados como a organização da equipe. Por outro lado, a jogadora 7 acredita que os recursos para a administração e organização nem mesmo chega aos times femininos:

Os clubes só vão ter um feminino para não pagar multa. Então eles arrumam qualquer, sei lá, projeto que tem futebol feminino, dão a camisa e isso não vai agregar nada para a gente que sonha com um profissionalismo no Brasil. Eles não vão dar aquele apoio, eles vão dar a camisa para não pagar a multa que a CBF ou a Conmebol vai pedir (J7).

Souza Junior (2013) destaca a relevância dos programas realizados pelas entidades para desenvolver o futebol de mulheres. Porém, o autor compreende que, ao mesmo tempo, essas entidades colaboram para a precarização dessas medidas estabelecidas, visto que não fiscalizam/acompanham as formas com que seus membros estão implementando esses programas. Então, planejando e não zelando pela implementação dessas políticas, a entidade contribui para a ideia de apenas “cumprir protocolos” (SOUZA JUNIOR, 2013).

Dentre as jogadoras respondentes, somente duas falaram especificamente dos efeitos da parceria que ocorreu entre Clube A e o Clube B. A jogadora 2 compreende que a obrigatoriedade (ser forçado a fazer algo) não trouxe um comprometimento do Clube B com a equipe de jogadoras:

Agora em relação à parceria a gente leva o símbolo na camisa, porque o Clube B tem uma puta estrutura, eles têm tudo que eles querem né, mas a gente só está carregando o nome do clube até agora. Para a gente veio o que? No máximo um material básico, uniforme e só. E isso é bem difícil. Porque não adianta você só ser forçado, porque os clubes estão sendo forçado a criar um feminino (J2).

Além disso, a jogadora 10 ressaltou que não conseguiu observar efetivamente os efeitos da parceria entre os times: “Eu não sei muito bem como está sendo essa parceria, sendo bem sincera, mas a gente está com uns problemas administrativos assim, problemas financeiros também. [...] Eu não sei realmente, o que que eles oferecem para a gente” (J10). Embora a jogadora não tenha observado, de fato, o que ocorre entre a parceria estabelecida pelo clube A e clube B, ela lembra das condições ruins que a equipe está passando no período, especialmente em relação ao aspecto financeiro.

Além disso, conforme o destaque abaixo, nota-se a medida de forma obrigatória não é o ideal, mas foi necessária acontecer, visto que trouxe maior visibilidade e oportunidade para os times femininos, e, conseqüentemente, para as mulheres que buscam competir pela modalidade.

É uma medida necessária, porque está abrindo muito espaço e oportunidade. Os clubes estão começando a enxergar com outros olhos. Eu vejo o caso do Bahia, o Bahia fez a parceria com o Lusaka. Agora eles falaram que não gostaram da parceria e vão montar um time por conta própria. Eu acho que isso é importante e isso vai fazer crescer a modalidade. Infelizmente eles estão sendo obrigados, mas felizmente, está acontecendo né. A COMEMBOL foi muito feliz nessa medida deles. Eles estão bem engajados em fazer crescer o futebol feminino aqui na América (J16).

Embora tenha ocorrido um aumento na visibilidade e na oportunidade para mulheres no futebol, destaca-se a observação feita por uma das jogadoras respondentes. Ela ressalta a importância de pensar na sobrevivência dos pequenos times femininos, que já existem a um tempo e não tiveram propostas de parcerias dos grandes clubes ou que possuem dificuldades para dar continuidade nas equipes:

Tem equipes que estão na trajetória do futebol feminino já a tempos que talvez vai perder muitas atletas para esses times grandes e que talvez nem todos os times maiores vai querer fazer parceria com um time que tem a tempo no futebol feminino [...] Então, essa medida é boa, mas a gente tem que colocar na mesa que não é só ter os times grandes, mas manter os pequenos também. A gente tem que apoiar o futebol feminino no geral (J13).

A reflexão realizada pela jogadora 13 é pertinente na medida que a regra estabelecida pelas entidades, que obriga os clubes grandes a ter time feminino, de fato impactou na posição dos times menores dentro do campo futebolístico de mulheres. O capital econômico que os “clubes de camisa” possui, como Palmeiras e Corinthians, por exemplo, deram aporte para trazer times com maior potencial de competitividade, aumentando tanto os patrocinadores como o interesse do público. Em contrapartida, os times menores que participaram do primeiro Campeonato Brasileiro, em 2013, perderam sua posição e ficaram cada vez mais à margem dos campeonatos, assim como salientou os autores:

O Licenciamento de Clubes, que começou a valer em 2019, alterou a dinâmica da competição e reduziu o espaço dos times pequenos na elite do futebol feminino. O São José-SP, por exemplo, é o único a participar de todas as edições da Série A1. Foi vice-campeão duas vezes. Tricampeão da Libertadores feminina, também é o único brasileiro a vencer o Campeonato Internacional Feminino de Clubes (2014). No entanto, nem mesmo o currículo de time grande é capaz de fazer frente às equipes de camisa. Em 2020, ficou em 11º no Brasileirão e, neste ano, terminou em 12º, uma posição acima dos times rebaixados (OLIVEIRA; VESPA, 2021).

Favero (2009) ressaltou que as entidades futebolísticas adotam medidas e regulamentos pensando em seus próprios interesses, como foi o caso dos pontos corridos (fórmula implantada pela CBF, em 2003, que definiu que a equipe campeã seria com base na contagem de pontos adquiridos por meio do mesmo número de partidas disputadas pelas

equipes). Assim como observou Favero (2009), tal sistema segue a lógica da meritocracia, e como resultado desse formato, o número de times de regiões mais pobres do Brasil, como, por exemplo, o Nordeste, foram rebaixados no campeonato, e regiões mais ricas, como o Sudeste, tiveram melhores colocações. Para Favero (2009), esse sistema de disputa reforça as regras do capitalismo, as quais minimizam as eventualidades compreendidas como injustiças, mas que na realidade faz preponderar a justiça do “capital, do dinheiro, do clube rico” (FAVERO, 2009, p. 28).

A coordenadora de competições femininas da CBF, Aline Pellegrino, ressaltou no texto publicado por Oliveira e Vespa (2021) que o Licenciamento de Clubes que estabeleceu a medida obrigatória para clubes grandes (ricos) criarem time feminino vai além, pois também estabeleceu critérios desportivos, administrativos e estruturais, os quais colocados em prática poderiam continuar com o desenvolvimento global do futebol brasileiro. Nesse mesmo sentido, a coordenadora de futebol feminino da Federação Paulista de Futebol, Ana Lorena Marche, relatou que o licenciamento dos clubes possui um mecanismo, presente em 80% das ligas vinculadas à FIFA, que colabora com as equipes que constroem um time feminino:

Eu trabalhei na Ferroviária durante três anos. Eu vi que o mecanismo de licenciamento ajudou quem não faz por obrigação. O clube sabia que os outros iam entrar, então a partir de 2017, quando todos foram avisados da mudança, começou a profissionalizar o departamento de olho nesses grandes clubes, com grande poderio financeiro e de infraestrutura. Se não fizesse isso, não começasse a se profissionalizar, não ia bater de frente com eles (OLIVEIRA; VESPA, 2021).

Mesmo diante do mecanismo supracitado pela coordenadora da federação paulista de futebol feminino, a realidade é que muitos times pioneiros e independentes (mais pobres) estão encontrando dificuldades para se manter na disputa de campeonatos, mais especialmente do Campeonato Brasileiro.

As equipes construídas, especialmente com parcerias e com base somente na obrigatoriedade, não seguiram os critérios reais para melhorar as condições de atuação das jogadoras. Dentre os times que fizeram parcerias, observa-se que o Clube A, especialmente após 2019 (ano da parceria com o Clube B), obteve um declínio, tanto em seu elenco de jogadoras como no Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, ao cair para a série A2. As jogadoras do Clube A que realizaram as entrevistas neste estudo, as quais disputaram o Campeonato Brasileiro na série A1 em 2019, não atuam mais no Clube A. Observa-se, por meio das redes sociais da equipe, especialmente do *facebook* (CLUBE A FUTEBOL FEMININO, 2022), que o elenco a partir de 2020 não é mais o mesmo.

A baliza temporal deste estudo é o ano de 2019, período em que o Clube A estava competindo na série A1 do Campeonato Brasileiro, em parceria com o Clube B. Entretanto, foram buscadas informações atualizadas (em 2022) das jogadoras que foram entrevistadas na época, por meio de contatos estabelecidos pela pesquisadora, sendo o *WhatsApp* a principal rede social. Dentre as dezesseis jogadoras, foi realizado o contato com doze, pois não se obteve sucesso no contato com todas e entre as acessadas, foram coletadas respostas de somente quatro. A pergunta³⁰ realizada buscou compreender se a jogadora estava atuando em alguma equipe após o ano de 2019, em que finalizou sua atuação pelo Clube A.

Dentre elas, três jogadoras respondentes estão atuando em equipes de futebol de mulheres no Brasil e conseguiram atuar futebolisticamente com contrato assinado. Uma das jogadoras destacou: “Estou atuando no futebol feminino ainda – Botafogo, RJ. [O time] faz parte do campeonato brasileiro. [...] hoje tenho minha carteira assinada como atleta profissional e com todos os direitos CLT” (J14). Vale destacar que as outras duas que estão atuando em times brasileiros no Brasil: a jogadora 7 começou a jogar pelo Fortaleza Esporte Clube, mas ainda está se recuperando de uma lesão; a jogadora 10 está jogando pelo São José, em São Paulo, e enfatizou: “A forma de trabalho aqui no clube é muito diferente, pois temos outro nível de exigência” (J10). Possivelmente, a jogadora está se referindo aos treinos, pois enfatizou durante a entrevista (2019), a qual foi apresentada no capítulo 5 deste estudo, sobre a importância da elaboração de treinos exigentes, tanto na base como em times principais.

A jogadora 5 teve um desfecho diferente das demais jogadoras, pois ressaltou que assim que saiu do Clube A conseguiu sair do Brasil para jogar no exterior. Assim como ela destacou: “Faço parte do futebol do ALG Spor da Turquia. Estou jogando desde final de 2019 fora do Brasil. Meu primeiro clube foi o Portugal na Europa, passei dois anos lá em Portugal. Fui para a Coreia do Sul e agora estou jogando aqui na Turquia” (J5, 2022). O próximo capítulo (5) contempla esta temática sobre jogar fora do país (Brasil), pois tal feito faz parte do projeto de vida de muitas jogadoras que pretendem seguir carreira no futebol de mulheres.

Por fim, a jogadora 1, após sair do Clube A, não permaneceu com sua atuação no futebol. Conforme ela ressaltou: “Tive proposta para retornar ao clube, porém não quis devido à instabilidade financeira que o futebol feminino traz. Preferi parar de jogar profissionalmente e me dedicar aos estudos buscando uma nova carreira” (J1). As dificuldades existentes fizeram

³⁰ A questão foi a seguinte: 1- Você ainda está atuando no futebol feminino? Qual time? 2Do seu ponto de vista, nesses dois últimos anos você considera que obteve avanços em sua carreira futebolística? Se sim, relate sobre seu percurso após o ano de 2019.

com que a jogadora 1 desistisse de seguir carreira no campo futebolístico, principalmente, por conta da questão financeira que afeta muitas jogadoras brasileiras.

Em síntese, as jogadoras tiveram desfechos distintos dentro do campo futebolístico, porém, todas elas saíram do Clube A em 2019, algumas para seguir em outros clubes e outras (como a J1) que desistiram da carreira na modalidade.

Barlem (2020) mostrou que o time feminino do Clube A precisou fazer uma “vaquinha online”, pedindo ajuda financeira, por meio das redes sociais, para pessoas que se mobilizassem com a causa, pois o time não conseguiria manter suas atividades. Essa situação de dificuldade também estava associada à parada do esporte devido à pandemia decorrente do Coronavírus que atingiu todos os campos da sociedade:

Com essa situação, nossos patrocínios estão atrasados sem nenhum tipo de confirmação que vamos ter ou não. Com essas incertezas, eu não posso ficar esperando que alguma coisa aconteça e o presidente vire e fale que não vai ter mais time. Ele me contou a situação do clube, o que ele está tendo que pagar, o ônibus que ele comprou para levar as atletas, um ônibus pequeno que comprou no começo da temporada para poder levar e trazer as jogadoras do treino. A gente treina na Itaipú aqui. Gasolina, a senhora que cozinha todo dia para as atletas. São 20 atletas morando numa casa confortável para a situação. Cada uma tem sua cama, mais 1000 reais por semana de comida, são 4 mil reais de comida, gasolina, 25 mil só de registro na CBF. Então, a gente teve um patrocínio da Itaipú que não foi nem 100 mil reais para o ano inteiro porque na nossa cabeça, na nossa visão, a temporada seria pequena. Várias situações. Meu salário reduzi pela metade sem problema nenhum – afirmou Christiane Lessa (BARLEM, 2020).

O cenário de 2020 para os times femininos, como o Clube A, é de declínio em sua posição no campo futebolístico, especialmente pela baixa obtenção de capital econômico. Após encerramento da parceria com o Clube B, estando na série A2 do Campeonato Brasileiro, a equipe lutou para se manter participando dos demais campeonatos, até mesmo na esfera estadual, pois não participou do paranaense em 2020 e 2021.

Os dados obtidos e apresentados neste capítulo buscaram traçar a trajetória de uma equipe feminina de futebol, situada no estado do Paraná, desde sua criação, em 2009. Longe de esgotar todos os aspectos de sua história, foram trazidas informações específicas, advindas de pessoas que fizeram parte da construção do time e de alguns meios de comunicação, que publicaram textos sobre a equipe durante sua trajetória no campo futebolístico. Vale destacar, que essas fontes supracitadas foram importantes, pois foram escassas as literaturas sobre o futebol de mulheres no Paraná e sobre a construção do Clube A.

A região Sudeste, e mais especificamente o estado do Paraná, não se destaca no futebol feminino, pois está na contramão da crescente existente na modalidade no país. Contudo, é

importante destacar que, mesmo diante das adversidades, a equipe do estado do Paraná obteve diferentes conquistas a nível nacional e especialmente estadual. Foi campeã consecutiva dos campeonatos paranaenses, e ainda continua com a sua atuação no futebol, mesmo que com o elenco totalmente renovado.

O Clube A foi idealizada por dois agentes importantes no campo futebolístico de mulheres (Clayton Lima e Luciano do Vale), mas constituída efetivamente por outras pessoas, que não desistiram da ideia inicial de criar um time feminino. Dentro do universo futebolístico, o Clube A conquistou grandes feitos em sua trajetória, adquirindo capital simbólico diante das demais equipes femininas de todo o Brasil. Entretanto, no decorrer do tempo, devido à baixa de capital econômico, por falta de patrocínios, a equipe teve que modificar o elenco de jogadoras, caindo em sua posição no cenário nacional.

A medida obrigatória estabelecida pelas entidades futebolísticas, ação que objetivava melhorar o futebol feminino no Brasil, não trouxe grandes resultados ao Clube A, na medida que ele perde espaço no campo esportivo e mais especificamente futebolístico. Observa-se um declínio do time no Campeonato Brasileiro para a série A2; no Campeonato Paranaense, em que ele tinha supremacia; bem como rompimento dos patrocínios e parcerias, a qual ele sempre manteve. Isso não ocorreu somente pela medida obrigatória trazer parcerias a curto prazo, mas o que se percebe é que tal ação das entidades fortaleceram equipes femininas criadas pelos grandes clubes (especialmente os clubes do eixo Rio – São Paulo), por conta do capital econômico e social possuídos por essas equipes. Tais capitais favorecem as equipes femininas desses grandes clubes, conseguindo se colocar e se manter na disputa dentro dos campeonatos, enquanto os pequenos não possuem subsídios para competir. Diante disso, com capital econômico, os grandes clubes contratam jogadoras com potencial para formar elencos fortes.

Ademais, há o capital social, com o qual as equipes grandes obtêm com a torcida que era da equipe masculina. Esse último foi observado claramente no primeiro jogo que foi acompanhado durante a pesquisa de campo, ocorrido entre Clube A e Corinthians. Mesmo que o Clube A estivesse jogando em casa, no estádio, situado na Cidade destino, ele não possuía torcida, enquanto a equipe corinthiana possuía uma maior torcida, inclusive organizada com a utilização de instrumentos e bandeirão, conforme apresentado na fotografia 5.

Fotografia 5 - Torcida Organizada do Corinthians no Estádio na cidade destino (2019)



Fonte: A autora.

Em síntese, percebe-se um declínio da equipe no decorrer de sua trajetória, mas ao mesmo tempo a vontade de continuar nesse espaço. Portanto, mesmo que a equipe precise solicitar apoio financeiro para passar pelas dificuldades existentes em sua trajetória, contando com um elenco menor de jogadoras, permanece lutando para continuar competindo no campo futebolístico até os dias atuais.

Para além da trajetória do clube e dos agentes que constituíram este percurso, atenta-se, no capítulo seguinte à trajetória das mulheres jogadoras que faziam parte da equipe em 2019, ano em que a pesquisa foi realizada, com o intuito de perceber a posição e as condições das futebolistas no campo futebolístico, mais especificamente no clube A. Abordar a trajetória das jogadoras levará ao percurso que elas tiveram que percorrer para chegar à posição de jogadoras em um time com alto grau de relevância, pois estavam atuando na série A1 do Campeonato Brasileiro de futebol no período da realização desta pesquisa, em 2019.

CAPÍTULO 5

TRAJETÓRIA DE JOGADORAS DE FUTEBOL: DA LUTA PELA INSERÇÃO E PERMANÊNCIA NO CAMPO FUTEBOLÍSTICO À ESTRATÉGIAS DE PROFISSIONALIZAÇÃO

Neste capítulo intenta-se analisar a posição das jogadoras do Clube A/Clube B no campo futebolístico, a partir da trajetória social e do percurso futebolístico dessas mulheres. Ademais, busca-se compreender o projeto futebolístico dessas jogadoras para inferir as estratégias e as tomadas de posição que elas constroem, não somente para permanecer atuando no futebol, mas, sobretudo, para obter as condições necessárias e sustentáveis para atuar profissionalmente.

Para Bourdieu (2005), a trajetória social é uma característica pertencente a todo agente (indivíduo ou instituição), visto que perpassa por diferentes espaços de socialização. Bourdieu (1996) trouxe a importância de realizar uma análise crítica desses processos de vida, trazendo o conceito de trajetória como as posições ocupadas por um mesmo agente (ou um grupo) em determinados espaços de construção e reconstrução.

Nesse sentido, o objeto de estudo desta pesquisa é a posição das mulheres jogadoras da equipe “Clube A– Clube B” no campo futebolístico profissional, após a referida medida estabelecida pela CONMEBOL, em 2016, o qual foi abordado por meio de uma pesquisa de Estudo de Caso. Entende-se que o Estudo de Caso possui suas limitações, como a impossibilidade de generalizações dos resultados encontrados. Entretanto, o intuito foi construir um conhecimento detalhado, com uma investigação profunda e específica sobre o objeto desta pesquisa. Dessa forma, compreende-se que pensar na trajetória das jogadoras dessa equipe paranaense possibilitou refletir sobre outras trajetórias também.

Além disso, intentou-se trabalhar com um caso significativo e representativo, na medida que foi escolhida uma equipe de futebol (Clube A) de mulheres que não está situada nos grandes centros futebolísticos, a única equipe do estado do Paraná a estar competindo no Campeonato Brasileiro de futebol feminino – série A1, em 2019. Vale lembrar que o ano de 2019 foi um marco importante, o prazo final para que todos os clubes que participavam da série A do Campeonato Brasileiro cumprissem com a medida estabelecida pela CONMEBOL, em 2016, ao criar um time feminino.

5.1 DO FUTEBOL NA RUA COM OS MENINOS AO CAMPEONATO BRASILEIRO – SÉRIE A1: TRAJETÓRIA DE MULHERES JOGADORAS DE UM CLUBE DE FUTEBOL PARANAENSE

Ao iniciar a apresentação da trajetória das mulheres jogadoras, buscou-se, primeiramente, caracterizar as dezesseis entrevistadas da equipe Clube A/Clube B, traçando o perfil de cada uma, assim como demonstra o Quadro 7.

Quadro 7 - Tema: Perfil das jogadoras do Clube A/Clube B (2019)

Nome da atleta	Idade	Escolaridade	Naturalidade/Nacionalidade
J1	18 anos	Ensino Médio	Rebouças (PR)/ Brasileira
J2	23 anos	Ensino Médio	Manaus/Brasileira
J3	35 anos	Ensino Superior incompleto (Desistência)	Petrópolis (RJ)/Brasileira
J4	17 anos	Ensino Médio incompleto (Estudante)	Caxias do Sul (RS)/Brasileira
J5	19 anos	Ensino Médio incompleto (Desistência)	Barbalha (CE)/Brasileira
J6	22 anos	Ensino Médio	São Paulo/Brasileira
J7	30 anos	Ensino Médio	Fortaleza (CE)/Brasileira
J8	28 anos	Ensino Médio	Fortaleza (CE)/ Brasileira
J9	21 anos	Ensino Médio	Toledo (PR)/ Brasileira
J10	29 anos	Ensino Superior	Sumaré (SP)/ Brasileira
J11	22 anos	Ensino Superior Incompleto	Juazeiro (BA)/ Brasileira
J12	17 anos	Ensino Médio Incompleto (estudante)	Curitiba (PR)/Brasileira
J13	28 anos	Ensino Superior Incompleto (Desistência)	São Gonçalo (RJ)/ Brasileira
J14	25 anos	Ensino Superior Incompleto (Desistência)	Rio de Janeiro (RJ)/ Brasileira
J15	24 anos	Ensino Médio	Mucurici (ES)/ Brasileira
J16	32 anos	Ensino Superior	Assunção/ Paraguai

Fonte: A autora.

Dentre as jogadoras entrevistadas, sete possuem Ensino Médio completo e não tentaram inserção em algum curso superior, duas ainda estavam estudando no Ensino Médio e outra havia desistido nesse mesmo período da escola. Entre as cinco jogadoras que ingressaram no Ensino Superior, somente duas finalizaram os cursos.

Entre as três jogadoras que possuem Ensino Médio incompleto, uma delas desistiu e relatou que isso ocorreu, de fato, pelo sonho de ser jogadora de futebol. A jogadora afirmou: “Eu sou de Barbalha Ceará. Tenho 19 anos e eu tenho ensino médio incompleto por conta do

futebol. Quando eu era mais nova, terminando o terceiro ano eu saí para jogar futebol” (J5). As outras duas entrevistadas possuem 17 anos de idade e estavam cursando o Ensino Médio no período noturno em uma Escola Estadual da Cidade destino. Segundo a jogadora 4, em seu relato na entrevista (2019): “Eu ainda estudo e estou no primeiro ano do ensino médio”. As jogadoras entrevistadas que possuem Ensino Superior incompleto ou somente o Ensino Médio completo mostraram que ao mesmo tempo que elas possuem interesse em dar continuidade aos estudos, também existe a dificuldade em conciliá-los com o percurso para se tornar jogadora de futebol. Elas terminam o Ensino Médio e algumas até iniciam ou pretendem iniciar o Ensino Superior, mas o objetivo no campo futebolístico é priorizado por algumas jogadoras, visto que a dedicação para a formação de atleta futebolista demanda tempo e empenho para a realização dos treinos e jogos. Conforme afirma a jogadora 6:

Eu tenho 22 anos. É, moro em São Paulo né. E comecei a jogar futebol aos treze anos. É nunca larguei os estudos, terminei o ensino médio. É pretendia sim iniciar uma faculdade, mas pelo tempo que eu queria assim introduzi no meu futebol, ser uma jogadora profissional, aí não consegui, mas pretendo sim no futuro, é cursar Educação Física ou Fisioterapia, depende do que tiver, de qual oportunidade tiver (J6).

Existem jogadoras que deram início a um curso superior ao adentrar no Clube A. Destaca-se que algumas jogadoras foram atuar nesta equipe justamente para se inserir em um curso superior, pois, segundo as jogadoras, o Clube A oferece uma bolsa de estudos em uma faculdade particular. Entretanto, conforme a jogadora 11 ressaltou, ao chegar na cidade para a atuação na equipe, as jogadoras descobriram que esta faculdade está localizada em um local muito distante da casa que as jogadoras moram.

Vim para cá com intuito de estudar. Só que devido algumas burocracias de logística de ir e vim, acabou que não aconteceu [...] É porque a faculdade aqui que eles ofertam fica em outra cidade. Aí como falei a logística de ir e vir fica difícil, porque tem um valor, tem que pagar pelo transporte um pouco elevado, então acaba que você, no final das contas não compensaria tanto. Não digo que não compensaria, porque o estudo é algo que você leva para sua vida. Mas, se você for no planejamento de outras coisas que você tem ali, atrapalharia um pouco (J11).

Entretanto, duas jogadoras entre as demais realizaram a inserção na faculdade disponibilizada pela equipe do Clube A e ambas já estavam no último ano do curso de Educação Física no período em que a pesquisa foi realizada, pretendendo utilizar a formação para planos futuros na carreira esportiva. Como afirmou a jogadora 16 no texto abaixo, a faculdade foi um dos motivos que ela teve para continuar atuando pelo clube por tanto tempo.

E também temos a faculdade, tanto que é o que mais segurou depois de eu ter aceitado estudar, porque eu já tinha uma oportunidade de ter estudado antes e eu não quis. Porque é o que eu sempre falo para algumas. Algumas meninas pensam assim eu vou um ano, jogar no Clube A e depois eu já vou embora. E o clube oferece hospedagem, alimentação, traslado para os treinos, é plano de saúde e a faculdade. A gente não pensa e isso eu sempre concordei quando o TD sempre falava para elas, faculdade é importante, porque o futebol amanhã um dia acaba para nós. Chega um momento que vai ter que parar e vai fazer o que depois? Então eu demorei para ter aceitado isso, porque eu falei não eu vou estudar para que se eu não sei se o próximo ano se eu vou continuar no Clube A. Não esse não, vai que ano que vem ele quer me dispensar. Fiquei adiando dois anos, tanto que no terceiro ano eu aceitei e hoje eu to no finalzinho né. Para mim é uma felicidade. Por mais que a faculdade seja em outra cidade, porque esse é um custo que tu tem. Não pago alimentação, não pago o traslado para ir trabalhar, mas é o único que o clube não consegue cobrir é o transporte para tu ir se deslocar para a faculdade que fica a 40 minutos da cidade destino. Aí tu contrata a pessoa e tu fala que tem uma faculdade de graça, só que não especifica que a faculdade não fica na cidade. Fica a tantos km da Cidade destino e quem paga o transporte para tu se deslocar é você. Aí teve umas situações aí que não foram legais porque teve umas discussões na verdade sobre essa questão (J16).

A goleira da equipe foi outra jogadora do Clube A que estava cursando o último ano do curso de Educação Física para atuar na área futuramente, após encerrar sua trajetória como jogadora. Vale destacar que era o segundo curso que ela estava realizando por meio de clubes em que ela atuou no futebol, conforme destaca:

Eu fiquei no SAAD até 2009, que foi quando fecharam as portas e acabou o time. Ai 2009 eu fui para Jaguariúna, na época era a camisa da Desportiva Brasil, mas era o time de Jaguariúna, era um time bem conhecido também que antes tinha parceria com a Motorola, que já tinha sido vice-campeão paulista em 2007 também. Aí estava, e ainda davam a faculdade. Ai de 2010 a 2012 eu fiquei lá e fiz a faculdade lá e me formei em Educação Física licenciatura. Aí aconteceu que teve uns problemas também, que o time acabou. Aiiii, aaa problemas financeiros como sempre né. Ai parceria com a prefeitura assim. Ai também já não tinha a parceria com a Motorola, já tinha acabado. Só tinha basicamente era a faculdade, a gente não recebia um centavo. Na verdade, eu nunca recebi, só tinha a bolsa da faculdade só. Até no SAAD também eu não recebia. Recebi em 2009 o bolsa atleta pelo campeonato brasileiro. Mas eu não recebia nada. Também eu era nova assim, meus pais graças a Deus sempre me ajudaram e me incentivaram assim como podia né. E na faculdade também, era como se eu tivesse fazendo uma faculdade e minha mãe desse uma mesada para eu me manter. Assim já era uma boa coisa para mim assim e para minha família que, era como se eu tivesse trabalhado e pagando a faculdade e minha mãe dando uma ajuda assim por mês (J10).

Embora o trajeto para cursar o Ensino Superior fosse longo, as duas últimas jogadoras entendiam que a faculdade era um benefício importante, o qual elas não poderiam perder, sendo um dos motivos de elas continuarem na equipe, mesmo diante das dificuldades. Assim como a goleira ressaltou “Hoje assim eu penso, puts como que eu vou largar (choro). Sabe? E é uma coisa que eu to pensando já a uns anos (silêncio e choro) a gente passa por dificuldades, aí já pensa, puts vou terminar minha faculdade primeiro e depois vou parar com isso (choro)” (J10). A outra jogadora que utilizou a bolsa de estudos disponibilizada pelo Clube A ressaltou que sua

dificuldade transcendia a questão da distância da faculdade, pois seu maior problema foi a língua estrangeira, visto que ela veio do Paraguai para jogar no Brasil e devido a isso teve que primeiro aprender a língua portuguesa para então compreender as aulas da faculdade.

Com base na teoria de Bourdieu (1986; 1989), observa-se que foram poucas as jogadoras (duas) que utilizaram o capital simbólico específico do campo futebolístico (desempenho atlético) para converter em capital cultural institucionalizado (diplomas universitários). Muitas delas (onze), embora compreendam a importância da continuidade aos estudos, pararam de estudar devido às dificuldades encontradas em conciliar com os treinos. Infere-se que a maioria das jogadoras priorizaram o capital simbólico futebolístico, investindo mais na carreira como jogadora. Nota-se que mesmo diante de uma bolsa de estudos ofertada pelo Clube A, a maioria das jogadoras não prosseguiu para o Ensino Superior (converteram o capital simbólico futebolístico em capital cultural), pois existiam alguns obstáculos para tal feito. Dentre esses obstáculos, evidenciam-se: a dificuldade de acesso à faculdade, tendo em vista a longa distância, pois estava localizada em outra cidade; e a questão da conciliação entre a carreira futebolística e estudos.

Souza Junior (2013), como observado no capítulo 3, compreende a disponibilização de bolsas de estudos pelos clubes como uma prática paliativa, que serve como alento às jogadoras, pois pode trazer uma segunda opção de atuação profissional para além do futebol e/ou depois que elas encerrarem suas carreiras. Entretanto, reconhece e destaca as dificuldades existentes em conciliar a tarefa de ser ou se tornar atleta com a prática dos estudos.

Embora exista a dificuldade em conciliar os estudos com os treinamentos, percebe-se que as jogadoras entendem a importância do término dos estudos e da concretização do Ensino Superior. Andrade (2019) demonstra, por meio da narrativa de duas jogadoras, que embora seja difícil a conciliação entre as duas atividades (estudos e treinos), é importante que atletas de alto rendimento busquem pela formação acadêmica. A autora ressalta que, de modo geral, a carreira no futebol é curta e quando se refere ao futebol de mulheres, além de pouca duração, não se tem valorização e retorno financeiro. Nesse sentido, conciliar estudos e treinos no futebol não seria algo fácil, porém, destaca a relevância da obtenção de uma formação para atuar após sua aposentadoria.

Com vistas na importância que as jogadoras depositam na continuidade aos estudos, Souza Junior ressalta:

Contudo, uma boa notícia é que, diferentemente dos meninos que são cooptados pelos centros de formação, deixando os estudos para trás e investindo todos os esforços e recursos no futebol - que como bem ilustra o estudo de Damo (2007), são

oportunidades que oferecem possibilidades ínfimas de sucesso -, no caso das meninas, os estudos tendem a caminhar junto com o sonho de jogar futebol (SOUZA JUNIOR, 2013, p. 180).

Almeida e Pisani (2015), com base nas narrativas de jogadoras de várias localidades brasileiras, percebem a importância de as atletas obterem outra profissão, visto que o futebol de mulheres não possui estabilidade – sem carteira assinada por exemplo – sendo difícil sobreviver após o encerramento da carreira. A autora destaca, em alguns casos, que o próprio futebol permite que a jogadora continue os estudos ou faça um curso superior. O fator importante é que as jogadoras precisam buscar nos estudos ou em outro trabalho uma forma de continuar a vida após a finalização das atividades futebolísticas (ALMEIDA; PISANI, 2015).

Observa-se que a faculdade ofertada para as jogadoras que atuavam no Clube A foi algo que chamou atenção das atletas, tanto que a jogadora 11 enfatiza “eu vim para cá com intuito de estudar”. Compreende-se que a faculdade era utilizada como um atrativo pelo clube para que as jogadoras tivessem maior interesse em atuar pela equipe. Porém, a distância da faculdade, ao estar localizada em outra cidade, foi uma informação escamoteada pelo Clube A e, em muitos casos, inviabilizou os estudos de jogadoras que queriam obter alguma formação acadêmica.

Para além da questão da formação, outro aspecto que emergiu ao olhar para o perfil das jogadoras foi a origem, pois encontram-se mulheres de diferentes regiões, dentre elas: uma de fora do país (Paraguai), seis da região Sudeste, quatro da região Sul, quatro da região Nordeste e uma da região Norte. Havia uma diversidade de mulheres, advindas de diferentes localidades, com idades entre 17 e 35 anos. Essas mulheres, com todas as suas distinções, precisaram sair de suas casas para morar em um alojamento, denominado por elas como Casa da Atleta (fotografia 6), que ficava situada na cidade destino. Antes de dar continuidade na discussão sobre as distinções das jogadoras, optou-se por descrever o alojamento que elas moravam no período da pesquisa, intentando ilustrar o espaço que essas diferentes mulheres conviviam.

Fotografia 6 - Alojamento da equipe Clube A em 09 de julho de 2019



Fonte: A autora.

A parte externa da Casa da Atleta, situada na cidade destino, continha uma área com piscina e churrasqueira nos fundos e na lateral um tanque com uma máquina de lavar roupas. Durante a visita à Casa da Atleta, foi observado que o espaço externo era utilizado pelas jogadoras como área de serviço, no qual as jogadoras lavavam e secavam suas roupas, tênis e chuteiras diariamente. Segundo a jogadora 7, a máquina de lavar foi comprada por meio de colaborações reunidas por atletas do time de outra temporada, que ela chamou de “vaquinha”. Dessa forma, as atletas que entraram no time depois e não contribuíram, tinham que alugar a máquina de lavar para sua utilização, no valor de 25 reais mensais.

A parte interna da casa continha dois andares: o primeiro andar era composto por uma cozinha; dois quartos; um banheiro e a sala, a qual servia de quarto para as jogadoras do sub-18 quando elas estavam na cidade destino, participando de campeonatos. A cozinha (fotografia 7) tinha um espaço reservado para a refeição das jogadoras, mas como era pequeno para o número de pessoas que residiam na casa, especialmente quando a equipe sub-18 estava hospedada no alojamento, algumas precisavam ir para a parte externa da casa (fotografia 8) para realizar a refeição.

Fotografia 7 - Espaço em que as jogadoras faziam refeições – 12 de julho de 2019



Fonte: A autora.

Fotografia 8 - Espaço externo da Casa da Atleta – 12 de julho de 2019



Fonte: A autora.

Ao chegar na Casa da Atleta, logo uma das jogadoras (J10, goleira) mencionou sobre o excesso de pessoas que estavam utilizando a casa naquele momento, pois elas estavam em quinze jogadoras da equipe principal – que moravam efetivamente no alojamento – e as treze jogadoras da equipe sub-18, que dormiam em colchões na sala do alojamento, pois ficavam na Casa da Atleta somente em períodos de jogos.

O segundo andar do alojamento era composto por três quartos, com banheiros em que dormiam de quatro a cinco jogadoras. Não foi possível fotografar e adentrar em todos os

espaços, inclusive os quartos, devido à dificuldade em obter acesso a todos os cômodos da casa, pois foi importante tratar com cautela a intimidade e a privacidade das atletas.

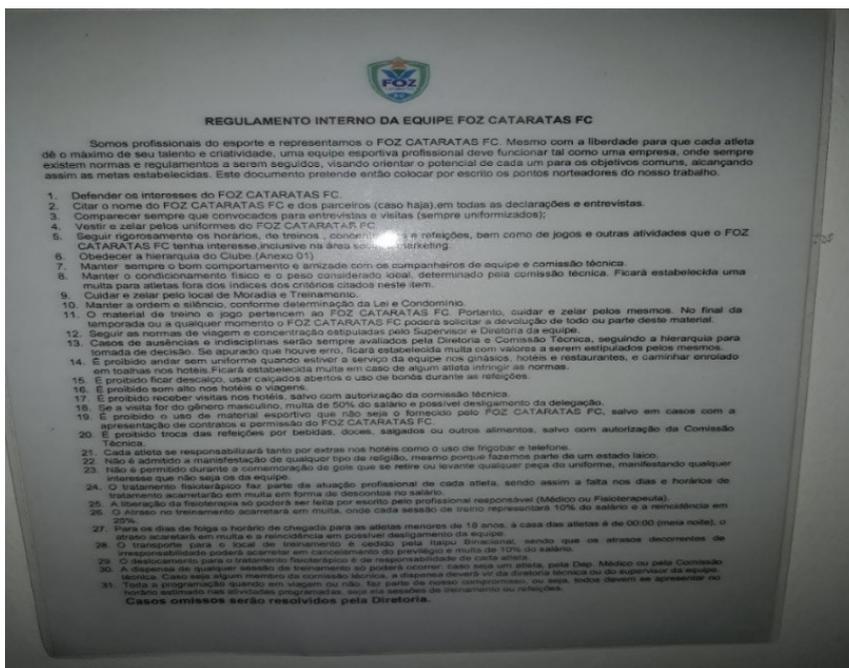
Ao descrever os espaços da casa que as jogadoras moravam, observa-se que mesmo sendo uma casa grande, muitas vezes excedia o número de pessoas hospedadas, resultando na dificuldade com o espaço, tanto na hora de comer como para dormir. A partir dessa observação, infere-se que os momentos de descanso e de alimentação das jogadoras, aspectos importantes para um atleta de alto rendimento, poderiam ser comprometidos, na medida que não encontravam espaços confortáveis para isso.

Diante desse contexto, reflete-se sobre a questão do convívio entre essas mulheres, enfatizando suas distinções (diferentes localidades, idades e características), pois, para serem jogadoras do Clube A, elas precisavam aprender a conviverem juntas em uma única casa. Para ocorrer a convivência entre as distintas jogadoras existiam algumas regras dispostas no interior da casa, estabelecidas por duas jogadoras, com maior tempo de atuação pelo Clube A. Uma delas era a goleira (J10), que atuava pela equipe desde 2016, e a outra era a capitã do time (J16), atuante desde 2013, quando saiu do seu país Paraguai e foi para a Cidade destino atuar pela equipe do Clube A.

As duas jogadoras possuíam uma relativa autonomia na casa para organizar e determinar algumas regras de convivência. Assim que a pesquisadora chegou na cidade destino, o TD do clube pediu para que essas duas jogadoras recebessem e organizassem o espaço para tal acomodação na Casa da Atleta. Observa-se que elas eram responsáveis pelos horários da casa e monitoravam o cumprimento das regras estabelecidas pelo time, especialmente para as jogadoras mais novas (sub-18).

Ao caminhar pela casa, nos espaços onde foi obtido acesso, percebe-se que algumas das regras estabelecidas pelas jogadoras e pelo clube eram coladas nas paredes. Dentre elas, o regulamento do clube estava fixado na parede da cozinha, o qual deveria ser obedecido por todas.

Fotografia 9 - Regulamento Clube A 09 de julho de 2020



Fonte: A autora.

Foi necessário descrever as regras expostas pelo clube, pois a figura não possibilita uma visualização clara. Entretanto, não foi descrito todo o regulamento, somente os pontos elencados pelo clube referente ao convívio na Casa da Atleta. Os outros pontos colocados pelo regulamento foram utilizados em outro momento deste estudo, especialmente nas discussões sobre profissionalização (tópico 5.2):

Regulamento Interno da Equipe Clube A FC

[...] 5. Seguir rigorosamente os horários, de treinos, concentrações e refeições, bem como de jogos e outras atividades que o CLUBE A FC tenha interesse, inclusive na área social e marketing.

6. Obedecer a hierarquia do Clube. (Anexo 01)

7. Manter sempre o bom comportamento e amizade com as companheiras de equipe e comissão técnica.

[...] 9. Cuidar e zelar pelo local de Moradia e Treinamento.

10. Manter a ordem e silêncio, conforme determinação da Lei e Condomínio.

[...] 12. Seguir as normas de viagem e concentração estipuladas pelo Supervisor e Diretoria da Equipe.

13. Casos de ausências e indisciplinas serão sempre avaliados pela Diretoria e Comissão Técnica, seguindo a hierarquia para tomada de decisão. Se apurado que houve erro, ficará estabelecida multa com valores a serem estipulados pelos mesmos.

[...] 27. Para os dias de folga o horário de chegada para as atletas menores de 18 anos, à casa das atletas é de 00:00 (meia noite), o atraso acarretará em multa e a reincidência em possível desligamento da equipe.

[...] 31. Toda a programação quando em viagem ou não, faz parte de nosso compromisso, ou seja, todos devem se apresentar no horário estimado nas atividades programadas, seja ela sessões de treinamento ou refeições.

Casos omissos serão resolvidos pela Diretoria (DC).

Entende-se que diante de um contexto diversificado, como o vivenciado por essas jogadoras, é necessário o estabelecimento de regras para convivência, bem como para a organização desse conjunto de mulheres em uma única casa. Porém, ressalta-se as dificuldades existentes, especialmente para aquelas que já atuam no futebol há algum tempo e possuem mais tempo de carreira no futebol. Para além das dificuldades existentes em conviver com pessoas de diferentes costumes, também existe a constante convivência com as regras estabelecidas dentro do alojamento, fato que exige um rígido processo de ambientação (SALOMÃO; OTTONI; BARREIRA, 2014). Nesse processo, destaca-se a idade das jogadoras, pois para as mais novas, inicia-se um percurso de obtenção da responsabilidade, devido ao cumprimento das regras do alojamento e das normas estabelecidas pelas jogadoras mais velhas. Para as jogadoras que estão no percurso futebolístico há mais tempo, convivendo em alojamentos, a ambientação inicial passou, mas outros elementos podem aparecer, como por exemplo, obter sua própria casa e seu espaço individual, tornando todo o processo de convívio ainda mais cansativo e estressante.

Um elemento que se observa nas narrativas das jogadoras ao serem questionadas sobre o processo de morar em alojamentos, foi o fato de estarem distantes das pessoas que elas amam. A jogadora 11 ressaltou: “Porque muitas pessoas ficam longe da família sabe. Tem menina aqui que é lá do Nordeste e ficam longe da família sabe” (J11). Esse fato era algo que chamava atenção de todas as jogadoras que moravam na Casa da Atleta, pois todas moravam longe da família.

A jogadora 7 também destacou sobre o convívio que precisa ser estabelecido entre as integrantes do alojamento: “Na verdade, as vezes bate aquela saudade desesperadora de casa e a gente chora tal. Ai, ter que conviver com algumas meninas também, ter que estar sempre aqui, sufoca, mas são ossos do ofício. Eu optei por sair de casa e é preciso arcar com isso” (J7). Pelas narrativas das jogadoras e através da própria observação, infere-se que a saudade da família era algo que se somava à dificuldade do convívio no alojamento.

As jogadoras do time principal passavam o ano todo longe de suas famílias, pois não havia a possibilidade de retornar para suas cidades [devido à distância]. A jogadora 10 ressaltou: “Família é complicado, porque a família esta bem longe, tipo a gente conversa bastante pelo whatsapp. No começo era mais complicado, tinha que ligar né. A gente fica mais por mensagem. Graças a Deus eu consegui ir uma vez esse ano para casa” (J10). A distância era um empecilho para as jogadoras visitar suas cidades, o que tornava pouco frequente a relação com seus familiares durante o ano, causa de desconforto para a maioria delas.

Além da distância, a visita aos familiares era pouco frequente por conta do tempo que elas atuavam pelo time, pois as jogadoras precisavam treinar e participar campeonatos o ano todo e os poucos dias de folga fornecidos pelo clube não eram suficientes para que elas pudessem visitar suas famílias, assim como salientou a jogadora 1:

No meio do ano ganhamos só cinco dias mesmo e o que você faz em cinco dias? Para quem mora longe e de ônibus, da onde eu moro dão 10 horas, 10 horas para ir e 10 horas para voltar, então 20 horas. A viagem é cansativa, então você está lá, mal chega e já tem que voltar (J1).

Percebe-se que o convívio, a ambientação e a saudade de suas casas são pontos em comum entre as diferentes jogadoras entrevistadas. Compreende-se que tais elementos constituem o perfil dessas mulheres que precisam vivenciar este processo futebolístico. Evidentemente, cada jogadora possui sua inserção de forma específica e vivências próprias, mas vale ressaltar que esses pontos são encontrados na trajetória das jogadoras de forma em comum.

A primeira parte da apresentação dos dados teve como objetivo principal delinear o perfil social das jogadoras entrevistadas nesta pesquisa. Nesse sentido, os fragmentos das falas apresentadas e as notas do diário de campo tiveram a intenção de caracterizar o campo de pesquisa, bem como as agentes sociais pertencentes a ele.

De forma diferenciada e *stricto sensu*, na próxima seção optou-se por trabalhar a partir da elaboração de quadros de sistematização dos dados para a sustentação da análise. Os quadros têm a intenção de proporcionar melhor organização e compreensão das categorias que foram construídas a partir das Unidades de Registro (UR) e das Unidades de Contexto (UC), descritas por Bardin (1979), conforme apontado na explanação da metodologia da pesquisa (ver Capítulo 1). Em alguns momentos foram utilizados trechos das narrativas das jogadoras no corpo do texto, com o objetivo de complementar a discussão sobre a categoria apresentada nos quadros.

5.1.1 A inserção de mulheres no campo futebolístico e a luta contra o preconceito

Um dos achados importantes nesta pesquisa refere-se à trajetória de vida das jogadoras e como sustentam socialmente seu modo de agir, de pensar e de ser no campo futebolístico (*habitus*). A primeira categoria decorrente da trajetória da mulher e a relação com o futebol foi denominada “A inserção de mulheres na prática futebolística” e explana o modo como as jogadoras entrevistadas iniciaram suas primeiras práticas na modalidade, assim como demonstrado no quadro 8.

Quadro 8 - Inserção de mulheres na prática futebolística (2019)

(continua)

UNIDADE DE REGISTRO (UR)	TRECHO DA UNIDADE DE CONTEXTO (UC)
Inserção na modalidade futebolística ocorre no bairro, rua ou campinho	<p>- Eu comecei a jogar com meus primos, quando eu era pequena e com os meninos do bairro, até o momento que eu fui jogar o primeiro campeonato (J5).</p> <p>- Então, eu comecei no bairro né, próximo a minha casa. Até que um rapaz viu e na verdade eu já comecei tarde né. Tinha 17 anos já. E aí meu primeiro campeonato oficialmente foi com 18 para 19 anos já e logo em seguida comecei a desenvolver mesmo (J7).</p> <p>- É eu vim, eu comecei no futebol é, jogando na rua. No meio da rua com os piázinhos e eu tenho uma irmã que é jogadora também. E assim, ela saiu de casa mais cedo que eu, 15 anos. E a gente veio do futsal (J8).</p> <p>- Comecei a jogar futebol em Sumaré com a criançada, assim na rua, brincando mesmo. Sempre fui bem tranquila em relação a tudo assim e eu sempre fui apaixonada por futebol mesmo (J10).</p> <p>- Então eu comecei quando eu era criança né, que eu jogava bola com os moleques na rua, mas sem querer levar a sério. Só jogava porque eu gostava, que eu acompanhava meu pai nos jogos dele sabe, desde pequena ele sempre me levava. Daí também que eu só estava no meio de pia assim sabe. Da minha família geralmente era tudo menino. Daí eu acabava brincando junto com eles. Também tinha as brincadeiras femininas entendeu, mas como eu sempre fui jogar bola com eles na rua, assim foi indo. Daí quando eu entrei para o colégio, que eu entrei para o sexto ano, começou a ter muito futsal no sexto ano (J12).</p> <p>- Nossa assim, acho que a história se repete no futebol feminino né?! A gente começa brincando na rua com os meninos, porque não tem muitas meninas que joga bola (J13).</p> <p>- Então, eu comecei a jogar na rua, acho que como todo mundo, comecei a jogar na rua de frente de casa e aos sete, oito anos eu entrei. Aliás eu jogava pelo meu colégio, depois aos doze anos eu entrei num time de futebol que tinha na cidade (J15).</p> <p>- Bom acredito que todo mundo começou desde pequenininha. Éééé não fui para a escolinha de futebol. Não tive isso, ééé, comecei jogando na rua com os amigos, sempre tive mais amigos homens, que meninas. Minha mãe brigava bastante com essa situação (J16).</p>
Inserção na modalidade futebolística ocorre em escolinha de futebol, instituição ou projeto.	<p>- Então meu pai tem uma escolinha de futebol desde 2004. [...] Fui jogando com os piás com os meninos desde pequena (J1).</p> <p>- É comecei no futebol muito cedo lá. Já gostava quando mais nova e aos nove entrei numa escolinha só com meninos. Ai eu sempre falava para o treinador que queira jogar com as meninas mais velhas, mas sempre fui muito baixinha. Daí nunca consegui logo de antemão não consegui entrar, me agrupa a equipe principal e com 14 ele me deu uma oportunidade e aí depois disso só progresso (J2).</p> <p>- Então como eu disse anteriormente comecei aos treze anos, foi no futebol de salão, é o futsal em São Paulo num clube chamado São Francisco, é interior, Caieiras (J6).</p> <p>- Eu comecei tarde no futebol. Na verdade, comecei no futebol com meus 15 para 16 anos. Na verdade, com 16 anos quase 17 já que eu fui para uma escolinha (J11).</p>

Quadro 8 - Inserção de mulheres na prática futebolística (2019)

(conclusão)

UNIDADE DE REGISTRO (UR)	TRECHO DA UNIDADE DE CONTEXTO (UC)
Inserção na modalidade futebolística ocorre em escolinha de futebol, instituição ou projeto.	<p>- Eu comecei num projeto no Rio de Janeiro que se chamava Teem Chigaco Brasil. Ai dali começou, não que era uma base em si, mas era um projeto que você treinava três vezes na semana, aí começava a jogar o estadual pelo Rio mesmo (J14).</p> <p>- Comecei aos doze anos, no time de ouro verde mesmo, não sabia nem relar na bola né. E dai uma amiga de escola me convidou para ir treinar né. Comecei e aí surgiu o interesse de jogar (J9).</p>

Fonte: A autora.

Entre as jogadoras, oito delas começaram a jogar futebol com algum menino (amigos ou parentes), sobretudo, em espaços públicos como campinho ou na rua. Somente cinco jogadoras se inseriram no futebol por meio de alguma escolinha ou projeto, porém, algumas escolinhas eram direcionadas para os meninos. O caso da jogadora 1 demonstra que sua inserção ocorreu em uma escolinha de futebol destinada para os meninos, mas como seu pai era dono da escolinha desde 2004, ela conseguia jogar junto com os meninos.

Neste sentido, observa-se que existe um número reduzido de escolas ou projetos de futebol direcionados para as mulheres que se interessam pela modalidade. Geralmente, a iniciação prática de mulheres começa junto com outros meninos, pois existe uma dificuldade em encontrar grupos de meninas para jogar futebol nesta fase. Assim, como ressaltou Almeida e Pisani (2015), no início da prática futebolística de mulheres, existe uma hegemonia masculina, fazendo com que elas iniciem suas carreiras na modalidade entre os homens. As autoras destacam: “É raro que alguma jogadora de futebol comece a jogar bola em uma escolinha para meninas, até porque elas só começaram a existir mais recentemente, a partir dos anos 2000” (ALMEIDA; PISANI, 2015, p. 16).

Esta pesquisa corrobora com as autoras, na medida que se nota que as jogadoras entrevistadas começam a jogar, informalmente, brincando com meninos nas ruas ou campinhos, em poucos casos as jogadoras começam em escolinhas de futebol destinadas para meninas.

Durante a entrevista, ao questionar como ocorreu a inserção no futebol, as jogadoras começaram a explicar sobre algumas dificuldades existentes nessa fase, pois a prática da modalidade era sempre questionada dentro de suas relações sociais. A jogadora 1 demonstra que sua inserção no futebol foi questionada pelos próprios meninos que ela jogava e pelos pais dos meninos. Ela ressaltou: “Eu fui crescendo, sofri bastante porque eu era a única menina que

jogava com os piás nesses campeonatos. É, eles e os próprios pais xingavam, falavam coisas horrorosas (J1).

Para Almeida e Pisani (2015), uma mulher que participa de treinos ou jogos, se colocando em posições de igualdade para disputar com os homens, será questionada, mesmo quando criança. Além disso, caso demonstre habilidade com a bola causará desconforto e estranheza. Corrobora-se com as autoras na medida que se entende que a inserção da mulher em espaços como o futebol desconstrói o *habitus* masculino que existe no campo futebolístico, causando estranhamento nos indivíduos que naturalizaram tal percepção. Assim como destacou Knijnik (2010), a prática da mulher em atividades como o futebol tenciona os olhares de quem está acostumado, “pois desestabilizam representações naturalizadas que colam no masculino e no feminino diversos atributos, comportamentos, virtudes, atitudes” (KNIJNIK, 2010, p. 9).

Na trajetória das jogadoras, na fase de inserção, é interessante observar que à medida que as jogadoras vão se interessando pelo campo futebolístico, subvertem a própria ordem social pré-estabelecida para uma menina. Entende-se que ocorre a subversão do simbólico social, pois mesmo sem apoio e com vários questionamentos, especialmente de gênero, elas subvertem a ordem estabelecida de que “futebol é para meninos” e se inserem no campo futebolístico. Os meninos são estimulados desde crianças a conduzir/brincar com uma bola de futebol, enquanto as meninas precisam cruzar limites estabelecidos socialmente para adentrar na prática. Mesmo as jogadoras que iniciaram em uma escolinha de futebol, precisaram jogar primeiramente com os meninos, pois não havia meninas suficientes para formar um grupo. Entretanto, a inserção nesse espaço ocorreu de forma bastante conturbada, visto que era um espaço destinado aos meninos da região onde moravam.

Diante dessas evidências, o preconceito foi selecionado como a segunda categoria a ser debatida, visto que emerge durante as narrativas das jogadoras da equipe como um ponto em comum existente dentro da fase de inserção das jogadoras. Contudo, não se pode tratá-lo como UR da categoria denominada “inserção de mulheres no campo futebolístico”, pois o preconceito ocorre também em outras fases (inclusive posteriores à inserção), como no percurso das jogadoras dentro de equipes futebolísticas (tópico 5.1.2).

O preconceito de todo tipo é uma característica reforçada pelos sistemas simbólicos (cultura, arte, religião, linguagem e outros), por meio de uma produção simbólica que está localizada no mundo simbólico. Nesse sentido, Sardenberg e Macedo (2011) ressaltam sobre a importância de decifrar o mundo simbólico que parece com um grande quebra-cabeças. Entende-se que a violência simbólica se manifesta neste mundo, na medida que se “infiltra por

toda a nossa cultura legitimando os outros tipos de violência” (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p. 1).

As características do feminino (identidade feminina) foram construídas com base na interiorização pelas mulheres de normas estabelecidas por homens, o que se caracteriza como uma violência simbólica. Ou seja, quando os agentes próximos (pai, mãe, avós e avôs, irmãos e irmãs) das jogadoras afirmam que jogar futebol não é algo que constrói a identidade feminina, elas estão vivenciando uma situação de violência simbólica. Esse discurso masculino, que exclui a mulher da prática futebolística, ao ser interiorizado por esses agentes, embasam a dominação das mulheres no campo futebolístico.

Neste sentido, Bourdieu (2014, 1997) auxilia a entender que a submissão imposta às mulheres se caracteriza como uma violência simbólica e que a relação de dominação é histórica e cultural. Além disso, ao colocar a violência simbólica em prática, legitima-se a cultura dominante (pelo discurso masculino) que é imposta e naturalizada. A naturalização seria o último estágio, onde o dominado não adquire forças suficientes para se contrapor ao discurso dominante.

A rebeldia frente ao que está posto ou a insubordinação ao simbólico social é determinada pela compreensão daquilo que se configura como preconceito. Isso se dá na medida que se observa que o preconceito no campo futebolístico de mulheres se caracteriza como uma discriminação, que se manifesta por meio de diferentes tipos de violência contra as mulheres, a partir da exclusão de um campo encorpado sociologicamente como majoritariamente masculino. Assim, a discriminação, realizada inclusive pelos próprios familiares, difunde o que se entende por preconceito em relação às jogadoras, em que o campo futebolístico passa a ser um espaço de violência e exclusão para elas, levando com que muitas sintam vontade de abandonar a prática da modalidade (o caso da jogadora 1) ao interiorizar a cultura dominante que foi imposta (naturalização).

Para demonstrar melhor o modo como o preconceito no campo futebolístico se expressa na trajetória das jogadoras entrevistadas, observa-se as UR e UC no Quadro 9:

Quadro 9 - A luta contra o preconceito no campo futebolístico (2019)

(continua)

Unidade de Registro (UR)	Unidade de Contexto
Preconceito familiar	- Desde sempre foi àquela coisa de, a futebol é sempre para os meninos. [...] Então eu pensava eu tenho que superar isso. Porque eu tive um problema muito grande na minha casa, foi com a minha mãe. Ela hoje aceita, mas antes não. Eu tinha uma briga todos os dias quando saía para treinar. Quando eu saía para algum campeonato. Brigava. [...] Parei de jogar bola um tempo por causa do meu pai,

Quadro 9 - A luta contra o preconceito no campo futebolístico (2019)

(continuação)

Unidade de Registro (UR)	Unidade de Contexto
Preconceito familiar	<p>ele me batia muito quando eu era mais nova, porque ele, não isso é coisa de menino e você não tem que ta jogando no meio dos meninos (J5).</p> <p>- Da minha família também, algumas mulheres que não jogavam, falavam para mim que eu tinha que parar com isso, que se homens não conseguiam jogar profissionalmente, imagina mulher. Que eu devia estudar e não estar ali (J12).</p> <p>- O preconceito, ele existe né. Enxerga realmente quem quer ver e quem vive todo dia isso, quem respira isso, quem dorme e acorda no futebol feminino [...] Agora a questão do preconceito ele existe até dentro de casa, imagina quando você sai de casa. Tem pai que não deixa a filha jogar porque futebol é só para menino. Tem mãe que não deixa, enfim, tem uns irmãos que não deixam (J14).</p>
Preconceito ocorrido em espaços externos (escola, rua/campinho, jogos, arquibancada, entre outros).	<p>- Existe até hoje, porque ainda quando a gente joga em casa [no estádio da cidade destino], pelo fato de eu ter cabelo curto, por questão de estilo mesmo sabe. Isso não tem nada a ver com opção sexual nem nada. Até porque eu sou hétero, então não tem nada a ver esse preconceito. Mas, eu simplesmente entro em campo e eles: menino está jogando, menino não pode jogar com meninas. [...] Outras questões foi que eu passei né, que eu não podia jogar com pía. Os pais reclamavam de eu estar jogando junto, não do meu time, mas outros meninos [de outros times] não aceitavam que eu jogasse (J1).</p> <p>- Olha, eu já fui vítima do preconceito, sempre, por sempre jogar com meninos é sempre tinha um ou outro que chegava e falava a lugar de menina não é jogando bola. É brincando de boneca e eu sempre gostei de fazer tudo que menino faz, soltava pipa jogava bola, peão, bola de gude. [...] sempre chegava um e falava: a isso aqui não é coisa de menina. Isso aqui você não pode participar. As vezes ficava até fora de um joguinho na rua por puro preconceito. (J2).</p> <p>- Aaa (risos). Acho que qualquer mulher que pratica um esporte, acho que ela já sofreu né. Inclusive eu mesmo já passei por essa situação bem desconfortável, mas assim acho que a mulher que pratica esporte ela já sofre preconceito né. Porque primeiro que o Brasil já é um país machista. A verdade é essa, é um país machista que tudo que a mulher vai fazer ela tem que pedir permissão ao homem (J3).</p> <p>- Bom, eu particularmente, não senti, não que eu não sofri, sofri claro que sofri né, na escola sempre. Mas por eu ter bastante apoio da minha família, então eu nunca senti pelo lado emocional. Mas eu vi assim, jogos, e finais até, que os pais dos alunos que disputavam com a gente, gritavam, xingavam diversos palavrões, é, um deles que é muito pesado para uma criança né, sapatão, Maria macho, enfim todos esses palavrões (J6).</p> <p>- Olha assim, muitas pessoas tentam esconder que não há preconceito, mas há e é gigante. Assim, a gente vai para jogos e na arquibancada sempre! Tem o “Vai lavar prato” “vai para a cozinha” “lugar de mulher não é em campo não”. O que eu penso é o porque vão assistir para xingar? Não entendo (J7).</p> <p>- Sim, eu mesma, eu sofri, (risos) ééé. A gente jogava na rua. As pessoas ficavam chamando a gente deeee, aaa essa menina não sei o que, só vive no meio dos meninos. Essa menina vai virar sapatão, essas coisas, preconceito. Sei lá, sempre querem comparar meninas com meninos (J8).</p> <p>- Eu acho que existe. Posso dizer por mim que quando eu jogava com os meninos assim, eles sempre falavam que meu lugar não era lá sabe? Que eu não devia estar</p>

Quadro 9 – A luta contra o preconceito no campo futebolístico (2019)

(conclusão)

Unidade de Registro (UR)	Unidade de Contexto
Preconceito ocorrido em espaços externos (escola, rua/campinho, jogos, arquibancada, entre outros).	<p>fazendo aquilo, que eu devia procurar outro esporte. Falavam muito sério para eu desistir (J12).</p> <p>- Não posso falar todas, não posso falar com certeza, mas eu acho que a maioria das meninas que jogam futebol, inclusive eu, acho que sofre preconceito, porque tem muita imagem, que futebol, não é coisa de mulher né?! As pessoas falam que futebol não é coisa de mulher. Então quando eu ficava na rua jogando, as pessoas falavam assim para minha mãe: Aaaa tua filha no meio de um monte de garoto, aquela moleque-macho, aquela isso, aquela aquilo e sempre me apontando. (J13).</p> <p>- Eu acredito que a mulher no futebol sofre preconceito todos os dias. Tanto aqui como em um outro país. O preconceito de jogar bola para algumas pessoas é a pior coisa. Tem gente que né, já escutei e já passei, na arquibancada mandava a gente ficar na cozinha, na panela, vai lavar panela. Vai na cozinha, vai cozinhar, vai lavar roupa que é para isso que vocês vieram. Esse é o lugar de vocês. Muitas coisas, acredito que existe e continua existindo (J16).</p>
Preconceito nos meios de comunicação	<p>- Eu acho que a maioria das meninas que eu conheço já sofreram preconceito. [...] Não especificamente para mim assim, mas eu sinto pelas outras pessoas, o comentário atinge todas que jogam. As vezes você vê assim, poxa uma reportagem tão legal e sempre tem lá as pessoas criticando e tal (J10).</p> <p>- Quando envolve futebol feminino existe preconceito. Vou dar um exemplo, se você for na página do esporte interativo, que é um programa conhecido da rede e que nas redes sociais, Instagram, por exemplo, tem muitos seguidores. Se você for lá e vê uma publicação deles sobre o futebol feminino, você vai vê comentários que você vai ficar perplexa com as coisas que você lê. Desde falando que lugar de mulher é na cozinha, que mulher não nasceu para jogar bola. Que futebol feminino é nojentto, que da nojo vê futebol feminino. Isso é só o básico dos comentários que eu vejo (J11).</p>
Preconceito associado à falta de apoio e invisibilidade do futebol feminino	<p>- Acho que o preconceito está aí né, dentro da falta de apoio (J9).</p> <p>- Existe tanto na questão de da um patrocínio, a questão de querer mostrar, a questão de ter um interesse no futebol (J10).</p> <p>- Realmente existe um preconceito, mesmo que camuflado de uma certa forma [...] se você for fazer um comparativo de futebol masculino para o futebol feminino você já observa o primeiro preconceito, a desigualdade, o primeiro obstáculo. (J11).</p> <p>- O preconceito hoje com o futebol feminino eu acho que nunca vai acabar, nunca vai acabar. Porque eu acho que as pessoas acham que a gente quer tomar o espaço dos homens, do futebol masculino. Hoje o futebol feminino, ele quer ter o seu espaço, nada mais. Ele quer ter o respeito como qualquer outra profissão (J15).</p>
Não passou por situações de preconceito	<p>Eu por exemplo, eu nunca sofri preconceito assim e nunca vi alguém conhecido assim sofrer sabe? Então, eu não sei te explicar assim sabe? Eu nunca cheguei a ver nada, só ouvi falar, mas nunca cheguei a ver (J4).</p>

Fonte: A autora.

Todas as jogadoras dizem que existe o preconceito no futebol feminino. Somente uma delas, a jogadora que está entre as mais novas da equipe, com 17 anos, relatou que não passou por uma situação de preconceito em sua trajetória futebolística, embora tenha escutado falar. A

vivência dessa jogadora é uma exceção em meio às outras, mas não menos importante, na medida que possibilitou certas reflexões. Existe uma longa trajetória de luta no futebol feminino, travada por mulheres de gerações anteriores, que buscaram romper com o preconceito existente em relação a mulher no futebol. O caso da jogadora 4 pode ser reflexo dessas lutas, que atinge as novas gerações de meninas que pretendem atuar como futebolistas. Acredita-se que a partir dessas lutas vieram também políticas de incentivo à mulher no esporte, as quais refletem no cenário atual do futebol feminino, em que o preconceito não encontra espaço de forma explícita.

Embora não tenham sido encontrados estudos sobre o tema, o observatório de discriminação racial no futebol relatou que durante muito tempo foi comum frases discriminatórias contra mulheres que jogavam futebol, mas mesmo que ainda exista o preconceito (de forma velada), as novas gerações de meninas estão conseguindo conquistar um espaço menos hostil no futebol (OBSERVATÓRIO, 2018). O texto publicado pelo observatório mostra a fala da treinadora Cássia Virgulino, que comanda a equipe feminina da Secretária de Esportes de Assis (SP). Ela ressalta que atualmente existe muito apoio dos pais, pois eles levam e incentivam suas filhas a jogarem. Segundo a treinadora, existe um avanço, visto que antes ela só trabalhava com a equipe adulta (formada por mulheres independentes) de futebol feminino, mas depois, com o apoio dos pais, ela conseguiu trabalhar com as meninas mais novas, montando uma equipe de base (OBSERVATÓRIO, 2018).

Por outro lado, nesta pesquisa, se evidenciou preponderantemente na trajetória das jogadoras do Clube A situações de preconceito, advindas de diferentes agentes sociais. Com a sistematização do Quadro 9, verificou-se em quais espaços o preconceito foi vivenciado pelas jogadoras.

Os espaços externos (rua/campinho, escola, jogos, arquibancada, entre outros) foram apontados por nove jogadoras da equipe. Além disso, três jogadoras sofreram preconceito no espaço familiar, duas chamaram atenção para o preconceito existente nos meios de comunicação e disseminado por eles, o qual atinge toda a classe de futebolistas e não somente uma atleta em específico. Por fim, três das jogadoras compreendem que o preconceito está associado à falta de apoio, desrespeito e a invisibilidade que ocorre na modalidade, ou seja, o preconceito seria causa e consequência desses aspectos presentes na realidade futebolística de mulheres.

Observa-se que desde o momento em que elas se inserem na prática futebolística até a fase em que passam a participar de campeonatos por equipes/clubes de futebol, as jogadoras

vivenciam cenas de preconceito por parte de pessoas conhecidas ou desconhecidas, presentes nesse universo.

O preconceito, como uma violência simbólica, se apresentou na trajetória das jogadoras, advindo de diferentes agentes (pessoas, grupos e instituições). Na maior parte dos casos, a violência simbólica se expressa por meio de falas discriminatórias por parte da família, amigos, grupos externos e nos comentários encontrados em alguns meios de comunicação, bem como por meio da falta de apoio e da invisibilidade presente no futebol de mulheres.

A violência simbólica tende a ser mais psicológica, no que se diferencia da violência física, porém, pode se expressar dessa forma também, em último caso, por conta dos seus efeitos. A jogadora 5 citada no quadro 9 relatou que sofreu com a violência física de um membro familiar, o qual se embasava nas características normativas de gênero. Em grande parte das narrativas das jogadoras, a violência psicológica aparece de forma mais recorrente, especialmente quando escutam ofensas em relação às características de gênero e sexualidade.

Com base na violência psicológica, entendida pelas jogadoras como ofensas, emergiu não somente a questão normativa de gênero, mas o questionamento sobre a sexualidade das jogadoras. Tais características normativas (gênero e sexualidade) foram e muitas vezes são utilizadas para limitar a mulher em determinados campos sociais. As limitações de suas práticas ou do acesso a certos espaços serviram como barreiras a serem transpostas para que a mulher jogadora pudesse se inserir e dar continuidade no percurso futebolístico.

Para compreender tais questões, que foram impeditivas na trajetória futebolística das jogadoras entrevistadas, buscou-se subsídios na teoria de gênero. Goellner (2013) ressalta que o esporte transcende a prática social sexuada (pessoas de ambos os sexos praticam), sendo também genérica (identidades masculinas e femininas que se constroem e se expressam). Para a autora, os estudos de gênero possibilitaram pensar o esporte a partir de uma nova perspectiva, pois eles mostram que o esporte é um espaço relevante na incorporação de masculinidades e feminilidades. Ademais, romperam com a naturalização de que as diferenças existentes nas práticas esportivas entre homens e mulheres fossem justificadas por meio da biologia dos corpos. Tais estudos permitiram:

[...] por exemplo, identificar que os corpos, as gestualidades, as representações de saúde, beleza e desempenho são construções históricas, as quais, em diferentes tempos e culturas, foram associadas aos homens e/ou às mulheres. Tornaram visíveis os processos generificadores constituintes do esporte, ao ressaltarem que são produzidos e reproduzidos nele masculinidades e feminilidades e que estas são sempre históricas, mutantes e provisórias. Foram, portanto, determinantes para desconstruir muitos discursos e práticas que afirmavam hierarquias e poderes de determinados indivíduos e grupos. Com isso, evidenciou-se que a naturalizada aceitação do esporte como um

campo de 'reserva masculina' justifica-se não pela distinta biologia dos corpos de homens e mulheres, mas por aspectos sociais, culturais e históricos (GOELLNER, 2013, p. 48).

Nesse mesmo sentido, Bourdieu (1996) auxilia a pensar essas relações a partir do *habitus* - sistemas de disposições interiorizados nos indivíduos que subsidiam a forma de apropriação, percepção e ação. Desse modo, compreende-se as feminilidades e masculinidades como disposições interiorizadas nos indivíduos, de tal maneira que passou a ser algo natural do ser humano, cegando os aspectos históricos e culturais que constroem o gênero. A naturalização do gênero serviu para classificar as práticas de homens e mulheres, interferindo diretamente em sua posição nos campos sociais, e, conseqüentemente, em suas escolhas e tomadas de decisão.

Diante disso, quando uma mulher se insere ou tenta permanecer em um campo social, como o esportivo, mais especificamente no futebolístico, certamente surgem barreiras, como destacou Kessler (2015) e as próprias jogadoras entrevistadas neste estudo. Estão subsidiadas pelas disposições de feminilidade normativa constituídas e interiorizadas nos agentes, que orientam a forma de ver, pensar e agir acerca do que é ser mulher na sociedade e nos diferentes campos sociais. Essas formas são conservadoras e influenciadas pela sociedade patriarcal que tem o machismo como central nessa estrutura (TIBURI, 2019).

A disposições de gênero conservadoras constroem um discurso sobre a feminilidade, intentando manter especialmente a vaidade, e a “natureza feminina” da mulher, bem como traz a sexualidade sempre associada às características normativas de gênero. Segundo Kessler (2015), a conformação heterossexual e a feminilidade tradicional eram utilizadas para apresentar uma imagem pública melhorada das equipes de mulheres futebolistas. Existia uma imposição do padrão feminino e heteronormativo, principalmente em equipes patrocinadas, seguidos por muitas jogadoras, mesmo que de forma desconfortável. Essa imposição buscava demonstrar a ideia de que elas podiam ser femininas mesmo jogando um esporte masculino. As jogadoras que enfrentavam a imposições, buscando superar a feminilidade tradicional heteronormativa, estavam lutando por igualdade de direitos e oportunidades, mostrando-se protagonistas (KESSLER, 2015).

Entretanto, com base na teoria bourdieusiana, destaca-se que, ao enfrentarem os padrões normativos, essas jogadoras correm o risco de sempre estarem na contramão do campo, passando por diferentes tipos de violências simbólicas. No caso da jogadora 1, ela escutou ofensas da torcida pela opção em manter o cabelo curto, inclusive, na entrevista ela ressaltou: “Eu sempre pinto minha unha e sou heterossexual, mas minha opção é ter cabelo curto, é melhor para jogar” (J1). A imposição do padrão normativo do gênero e da sexualidade (pintar a unha é

manter a vaidade imposta às mulheres como característica de feminilidade e ser heterossexual como sexualidade normativa ao gênero feminino – mulheres gostam de homens) são tão evidentes que a jogadora defende implicitamente tal regra social. Sua principal alegação foi o cabelo curto, que nada tem a ver com a dimensão de sua feminilidade e sexualidade, ou seja, se ela fosse homossexual ou não possuísse disposições de feminilidade, como as unhas pintadas, era justificável a violência que ela viria a sofrer?

Compreende-se que as classificações que criam a divisão entre aquilo que é feminino e masculino são interiorizadas nos indivíduos ao ponto de naturalizar as situações em que o próprio dominado, que passa pela violência simbólica, aplica sobre si e é cúmplice na própria dominação. Bourdieu (2014) ressalta que os próprios dominados aplicam as categorias construídas pelos dominantes, trazendo a impressão de que elas são naturais dentro das relações sociais. Desta forma, a violência simbólica para o autor se institui:

[...] por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensa-la e para se pensar ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem essa relação ser vista como natural. (BOURDIEU, 2014, p. 46).

Os agentes que enfrentam situações como essas também interiorizaram as disposições sociais e as características programadas para as mulheres: a delicadeza, beleza, sensualidade, paciência (TIBURI, 2019, p. 65). Nesse sentido, a questão que emerge no debate sobre gênero é acerca das delimitações, inadequações e impedimentos que surgem com relação às escolhas das mulheres, com base na feminilidade/masculinidade imposta. As disposições de gênero, como símbolos associados ao corpo dos indivíduos, as excluem de determinados campos sociais, ou seja, se a jogadora tenta se inserir no esporte/futebol e passa a ser associada ao masculino, ao mesmo tempo também são vistas como o oposto do que se espera de uma mulher – a feminilidade (KESSLER, 2015).

A imposição de disposições de feminilidade tradicional e da heteronormatividade cerceiam as mulheres que adentram e buscam permanecer em uma área esportiva como o futebol. Isso ocorre porque à medida que elas estão atuando nesse campo e são associadas às disposições masculinas, emerge um conflito centrado nas maneiras com que essa mulher se apresenta, gerando dúvidas, inclusive, sobre sua sexualidade. Para Kessler (2015), a jogadora que não se apresenta de acordo com as normas, corre o risco de se colocar fora de uma lei implícita, mas existente no campo futebolístico. Por meio da entrevista das jogadoras,

observou-se que o discurso de preconceito vem de diferentes pessoas, mas, comumente está associado e embasado nas disposições de gênero e de sexualidade. Tais disposições aparecem como uma lei implícita na ordem das coisas pertencentes ao campo futebolístico e que coloca a mulher em “perigo” – o perigo da masculinização e da homossexualidade.

Santos, Oliveira e Wichi (2013) ressaltam que o preconceito se expressa de várias formas: culturalmente, em que as características do gênero feminino vão sendo interiorizadas nas meninas desde crianças (exemplo: meninas brincam com bonecas e meninos com carrinhos e bola); preconceito de gênero, onde se delimita o tipo de atividade (esporte) que a menina deve praticar, subsidiado no sexo biológico.

Nesse sentido, observa-se que o preconceito foi citado pelas jogadoras, possuindo diversas expressões/manifestações. Dentre elas encontram-se questionamentos sobre a sexualidade, as maneiras de se vestir, o corte de cabelo, rejeições de conhecidos, amigos e familiares, agressões verbais e até física. Diante disso, Santos, Oliveira e Wichi ressaltam: “O preconceito no futebol feminino advém de fatores culturais, sociais, os quais precisam ser revistos, já que são fatores limitantes do desenvolvimento não somente do futebol, mas do esporte feminino como um todo” (SANTOS; OLIVEIRA; WICHI, 2013, p. 7).

Com base nesse contexto de cerceamento, que busca limitar a atuação e as escolhas das mulheres, seja no campo esportivo ou em outros campos sociais, entende-se que é importante questionar a imposição da feminilidade tradicional e a heteronormatividade. Ao questionar esses aspectos, questionam-se os discursos de preconceito proferidos às mulheres que tomam decisões de coragem e enfrentamento.

Nesse universo estudado, o futebol, existe uma diversidade de mulheres que não cabem em uma única categoria de feminino. Diante disso, questiona-se discursos que visam defender a feminilidade e a sexualidade normativa, associadas a padrões de gênero que moldam a mulher esperada pela sociedade patriarcal. Essas mulheres, moldadas pelos engessados padrões tradicionais, constroem imagens de passividade, pouco independentes e com baixa autonomia de escolha nos campos sociais, pois, estão sempre associadas a aspectos contrários à força, coragem e poder. O questionamento a esse modelo tradicional e engessado ocorre, sobretudo, porque mesmo com os discursos de preconceito, embasados na dicotomia entre os gêneros, que buscam construir a imagem da mulher frágil, dócil e passiva, nota-se que as jogadoras entrevistadas nesta pesquisa são mulheres determinadas, fortes e protagonistas. Elas possuem papel principal na luta pelos direitos e avanços da sua posição dentro no campo futebolístico.

Isso se evidencia na medida que essas jogadoras, desde crianças, criaram formas, mesmo que involuntariamente, de contestar e superar o preconceito pautado nos estereótipos

de gênero e subverteram a ordem simbólica social. Compreende-se que formas de contestação foram possíveis por meio da luta das jogadoras. Diante disso, as disposições de luta são interiorizadas nessas jogadoras desde a infância, primeiro para se inserir na modalidade e depois para permanecer no campo, pois observa-se que, no percurso futebolístico, as dificuldades para se sustentar no campo são constantes.

Compreende-se que o preconceito expresso é uma forma de violência simbólica que existe no período de inserção das jogadoras no futebol, geralmente quando crianças, mas também em outros momentos do percurso futebolístico, quando já estão atuando em alguns clubes. Nota-se que as jogadoras de futebol são questionadas pela atuação futebolística durante um longo período de sua trajetória.

No Brasil, segundo Kessler (2015), surgiu uma crescente necessidade de ampliação e reafirmação dos direitos de espaços para as mulheres no campo esportivo. Essas reivindicações estão direcionadas não somente à quantidade, mas também à qualidade. Por meio da entrevista realizada, observou-se que algumas jogadoras associam a pouca qualidade nas condições para atuação futebolística de mulheres com o preconceito, que se manifesta na falta de espaço destinado às jogadoras e nas poucas oportunidades de condições para atuação e ascensão profissional na modalidade. Na percepção das jogadoras, as condições desfavoráveis que elas vivenciam no percurso futebolístico pode ser uma forma de manifestação do preconceito, mesmo que de forma velada. Essas condições foram apresentadas e discutidas na seção seguinte, em que buscou-se debater o percurso das jogadoras de futebol quando começaram a atuar em equipes de futebol de mulheres no país.

Nesse sentido, na próxima seção, será abordado o percurso das entrevistadas, a partir do momento em que elas começaram sua atuação como jogadoras, tentando entender a luta pela permanência (para se sustentar) nesse campo esportivo.

5.1.2 Percurso futebolístico das jogadoras do Clube A/Clube B

Nesta seção busca-se compreender a posição da mulher jogadora, relacionando de modo específico às condições existentes no campo futebolístico. Entende-se que sua posição não pode ser explicada somente ou primeiramente com base em seus dons individuais e sua constituição técnica no futebol, mas, sobretudo, pela condição mais ou menos favorável que possui no campo futebolístico.

A teoria bourdieusiana ressalta sobre as condições do campo (objetivas) e sua relação dinâmica, não previamente determinada, com as disposições do indivíduo (subjetivas). Existe

uma relação dinâmica entre as condições estruturais que constituíram o sistema de disposições do indivíduo, ou seja, a estrutura social conduz as ações individuais (orientadas pelo *habitus*) e se reproduz por meio dela, mas esse processo é dinâmico, não é rígido, direto e mecânico. O ator, na teoria bourdieusiana, não é um indivíduo isolado e totalmente consciente, mas também não é o sujeito determinado, mecanicamente submetido as condições objetivas. A ação do indivíduo pode ser entendida como parte de um esforço mais amplo com o objetivo de criar condições favoráveis à um avanço de sua posição no campo social (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

Nesse sentido, o *habitus* é concebido como um sistema de esquemas individuais, constituído por disposições estruturadas (social) e estruturantes (mente), adquirido por meio das condições sociais específicas, que orienta as percepções e ações cotidianas. Portanto, nesta seção busca-se analisar a posição da jogadora e a sua relação dinâmica com as condições do campo futebolístico. Na trajetória da jogadora de futebol, um *habitus* de luta foi interiorizado durante a fase de inserção no futebol; superada tal fase, acredita-se que as disposições de luta continuam sendo interiorizadas nas jogadoras, na medida que elas buscam a permanência no campo.

Essa fase se caracteriza pelo percurso que a jogadora começa a atravessar nas equipes de futebol feminino. Por meio das entrevistas, percebe-se as jogadoras perpassaram por diferentes equipes nacionais e internacionais. Cada uma possui um número de equipes, pelas quais atuaram, que depende muito do tamanho de sua trajetória nesse universo.

Destaca-se que, no Quadro 10, buscou-se trazer de forma sistematizada os times em que as jogadoras atuaram, sem modificar a forma com que elas citaram na entrevista. Foi descrito no quadro o nome da equipe ou do local que elas atuaram exatamente como as jogadoras denominaram em sua entrevista, como por exemplo, se citaram “Sport” ou “Sport Recife”, assim foi descrito no quadro, não sendo modificado pelo nome correto “Sport Clube do Recife”. Optou-se por descrever exatamente os nomes citados pelas jogadoras para não correr o risco de modificar alguma informação ou cometer algum erro ao corrigir o nome do time que realmente elas atuaram.

Quadro 10 – Clubes que as jogadoras do Clube A perpassaram (2019)

(continua)

Nome da atleta	Idade	Nº de times que atuou	Equipes de futebol de campo que atuou
J1	18	2	Imperial (PR) Clube A F.C (PR)

Quadro 10 – Clubes que as jogadoras do Clube A perpassaram (2019)

(continuação)

Nome da atleta	Idade	Nº de times que atuou	Equipes de futebol de campo que atuou
J 2	23	6	América de Pernambuco Vitória São José (SP) Sport Recife (PE) Kindermann (SC) Clube A F.C (PR)
J3	35 ³¹		
J4	17	2	Pelotas (RS) Clube A F.C (PR)
J5	19	5	Abelhas Rainhas (PI) Viana (MA) Bahia Lusaca (BA) Tiradentes (PI) Clube A F.C (PR)
J6	22	4	Portuguesa (SP) Centro Olímpico (SP) Sport Recife ((PE) Clube A F.C (PR)
J7	30	8	Tiradentes (PI) Viana (MA) Vitória de Santo Antão (PE) Audax (SP) Tiradentes de Fortaleza (CE) São Gonçalo do Amarante (CE) Caucaia (CE) Clube A F.C (PR)
J8	28	2	Sport Recife (PE) Clube A F.C (PR)
J9	21	3	Toledo (PR) Napoli (SC) Clube A F.C (PR)
J10	28	7	Rio Branco Futebol Feminino (SP) SAAD (SP) Desportiva Brasil/Jaguariúna (SP) XV de Piracicaba (SP) São Paulo (SP) Kindermann (SC) Clube AF.C (PR)
J11	22	4	Vitória de Santo Antão (PE) São Gonçalo do Amarante (CE) Ceará (CE) Clube AF.C (PR)
J12	17	2	Toledo (PR) Clube A F.C (PR)
J13	28	11	Esperança (RJ) Vassouras (RJ) Seleção Brasileira Sub17

³¹ Esta jogadora possui um longo percurso no campo futebolístico destacado em sua entrevista, perpassando por equipes nacionais e internacionais e pela seleção brasileira. Porém, a parte da narrativa em que ela destaca tais feitos desapareceu, devido a uma falha técnica do gravador que não houve possibilidade de recuperação. Diante disso, não foi colocado seu percurso no quadro 10.

Quadro 10 – Clubes que as jogadoras do Clube A perpassaram (2019)

(conclusão)

Nome da atleta	Idade	Nº de times que atuou	Equipes de futebol de campo que atuou
J13	28	11	Time da Alemanha Seleção brasileira sub20 Rio Preto (SP) Time do Cazaquistão Francana Inter (SP) Vasco da Gama (RJ) CREESPOM (DF) Clube A F.C (PR)
J14	25	9	Vitória de Santo Antão (PE) Time na Inglaterra Time na Suíça Seleção brasileira sub20 Bahia Pernambuco Alagoas Sport Recife (PE) Clube A F.C (PR)
J15	24	5	Mucurici (ES) Vitória (ES) Teresina (PI) Sport Recife (PE) Clube A F.C (PR)
J16	32	4	Sportivo Luqueño (Paraguai) Clube de Libertad (Paraguai) Universidade Autonoma de Assunção (Paraguai) Clube A F.C (PR)

Fonte: A autora.

As jogadoras entrevistadas relataram o percurso que elas tiveram no futebol até aquele momento de realização da pesquisa, em 2019. Ao questionar sobre o percurso no futebol brasileiro, especificamente na modalidade praticada no campo, elas passaram a citar as equipes e cidades em que atuaram até chegar no Clube A

Observou-se que a maioria das jogadoras perpassaram por várias equipes de futebol feminino, trazendo consigo uma vasta experiência por meio da vivência nas mais diversas localidades do Brasil e até mesmo fora dele. Portanto, mais importante do que mapear os times que essas jogadoras atuaram em seu percurso no futebol feminino é saber como foi o caminho nesse universo futebolístico. Durante a entrevista, as jogadoras relataram sobre os times nos quais elas atuaram, mostrando um pouco do processo até chegar na equipe Clube A, conforme apresenta o Quadro 11:

Quadro 11 - Percurso futebolístico de mulheres jogadoras da equipe Clube A (2019)

(continua)

UNIDADE DE REGISTRO (UR)	TRECHO DA UNIDADE DE CONTEXTO (UC)
Processo inicial	<p>- Na época eu estava no segundo ano do ensino médio. [...] Quase larguei minha escola, transferei, foi uma loucura assim, coisa de uma semana minha vida mudou completamente. [...] Eu sempre fui muito tímida e também lá eu sofri bastante com isso, com a questão da timidez assim (J10).</p> <p>- O mais complicado mesmo é com a família, a distancia, a saudade (J11).</p> <p>- Mas antes de ter topado essa possibilidade de ir, ééé minha mãe estava passando por uma situação de saúde não muito legal [...] Só que a única pessoa que ficava em casa com ela era eu. [...] Era uma responsabilidade. Eu fiquei dividida com as duas situações (J16).</p>
Processo de atuação nas equipes de futebol de mulheres	<p>- Então aqui no Brasil, como o futebol feminino ainda não é obrigatoriamente profissional alguns clubes dão. O Clube A tem um contrato se não me engano é de, faz um contrato de direito de imagem né e tudo. Não tem carteira assinada. Não tem, não tem. Aqui no Brasil eu não tive carteira assinada. Na Europa quando eu estive, por ser profissional, tinha um contrato profissional, mas nós tivemos, eu tive no Rio Preto que não tinha contrato profissional, mas eles te davam todos os direitos de décimo terceiro, férias e tudo (J3).</p> <p>- E também eu passei por uma situação muito complicada. 2017 passei por uma depressão, muito forte, eu estava fazendo o tratamento certinho lá no Sport. [...] Aí eu comecei a desisti de tudo [...] Hoje em dia não era para eu está nem aqui (J8).</p> <p>- Não, contrato não, eu só assinei um direito de imagem. Mas também não vale para nada. Porque assim, nosso contrato, a gente não tem costume de contrato. O que a gente faz, manda mensagem óóó vocês vão me dar o que? A passagem de ida? A passagem de volta? Quanto que é o salário? Tem plano de saúde? Como que é alimentação? O transporte? Pergunta tudo. Eu, particularmente, faço isso e tiro print, guardo as mensagens. Porque isso é uma prova (J10).</p> <p>- Tem equipes muito boas e tem equipes muito abaixo do nível, que isso também é um problema, tipo deficiência do futebol feminino com equipes muito qualificadas e outras muito abaixo jogando na mesma série do campeonato [...] Porque querendo ou não quando você vai para sua primeira equipe você vai pensando nossa eu estou tendo minha primeira oportunidade. Mas se ali você já tem uma frustração, se não, poxa, não to tendo aqui o meu sonho realizado, acho que, não vou dizer irresponsabilidade, mas falta de apoio e consideração pela atleta (J11).</p> <p>- Com dezessete anos eu fui para Alemanha. Aí joguei lá por sete meses e foi uma experiência bem legal. Eu era bem nova né, sofri com a distância, o frio, a adaptação assim, tive uma lesão também lá, muscular (J13).</p> <p>- O lugar assim que eu passei, que eu vi como um atleta era realmente tratado e formado foi no Sport, que lá tinha categoria de base. Foi onde eu assinei a carteira. Então a gente tinha um tratamento super profissional. Então era algo bem formal assim, que eu no futebol feminino em todos os lugares que eu passei nunca tinha visto. Esse treinamento de segunda, sábado e domingo se precisasse. Muita informação, é muita coisa que o futebol feminino ainda não, (pensando) eu não tinha passado assim. A alimentação com frutas, a gente tinha cinco alimentações por dia, café da manhã, almoço, lanche da tarde, janta e ceia (J14).</p> <p>- Quando eu infelizmente tive uma lesão muito séria no meu braço, meio que me deixou praticamente um ano e oito meses, parada, assim sem jogar e eu não sabia muito o que fazer. [...] Nos dois primeiros meses que eu comecei a treinar infelizmente eu tive a</p>

Quadro 11 - Percurso futebolístico de mulheres jogadoras da equipe Clube A (2019)

(conclusão)

UNIDADE DE REGISTRO (UR)	TRECHO DA UNIDADE DE CONTEXTO (UC)
Processo de atuação nas equipes de futebol de mulheres	fratura e eu meio que me desanimei assim, queria parar, porque demoraram muito para minha cirurgia e eu ficava em desespero e eu meio que desanimei. Tinha medo de estar entrando em depressão (J15).
Condições necessárias para atuar de forma profissional	<p>- Ser profissional no futebol seria é o profissionalismo no treinamento, precisamos de clube que nos faça crescer como atleta [...] Então, ter uma base boa. É o que falta muito no futebol feminino, porque eles querem muito atletas que já tem base, mas as grandes bases de futebol feminino são em São Paulo e Rio de Janeiro. Algumas cidades do nordeste e norte. O Sul aqui não tem, só agora que ali no Rio Grande do Sul, tem o Inter, tem o Grêmio, que estão abrindo esse espaço para a base, mas ainda é muito fraco. “Então, é muito difícil você começar a ser profissional no futebol feminino, se você não tem uma base boa” (J1).</p> <p>- É, lá no Cazaquistão é um País que o futebol já é profissional né. Lá na equipe a gente tinha a equipe principal, tinha equipe B e a equipe de base. As meninas de base, elas com cinco e seis anos elas saíam de casa para treinar. Ter equipe de base faz total diferença e isso nós não temos (J2).</p> <p>- Bom, ainda existe muito amadorismo na modalidade né. E, mas, eu acho assim que os clubes de São Paulo são os que estão dando mais visibilidade, mais moral e profissionalismo. Corinthians, São Paulo e Palmeiras, que são todos de carteira assinada, lá para o sudeste são os melhores, mas ainda tem aquele preconceito nordeste, até mesmo no Sul, que aqui no Sul é mais para o futsal. (J6).</p> <p>- Claro que tudo vai depender também da atleta, tem clubes que oferece condições para os cuidados que eu to te falando, mas se eu atleta eu to recebendo e eu não quero ou eu to recebendo e eu não to dando valor a isso, eu não vou colocar a culpa no clube que não ta me dando, quando sou eu o problema. É uma responsabilidade das duas partes ta me entendendo? Para ser profissional é uma via das duas partes tanto do clube como do atleta (J7).</p> <p>- Mas profissional eu acho que primeiro é o nível salarial, um salário digno [...] Hoje o Clube A da todo um sustento, mas um salário que talvez não seja o adequado, alimentação que também não seja o adequado para uma atleta. A gente tem que ser realista nisso, nossa alimentação não é adequada para um atleta, isso aí é fato né. A gente não tem e para tu cobrar de uma atleta tem que vir de cima “eu fulano de tal vou da o sustento para todo mundo [todas as jogadoras da equipe] ser profissional”. Para depois eu treinador, eu presidente consiga exigir da minha atleta profissionalismo, seja salário, alimentação, respeito e o próprio treino [...] O trato da parte de um clube para um atleta com respeito sem diferenças nenhuma que uma atleta seja aqui e a outra atleta seja lá. Tem que ter uma igualdade, não porque fulaninha é mais loira de olhos azuis, ela vai receber mais que eu que sou pretinha, não, igualdade (J16).</p>

Fonte: A autora.

No percurso das jogadoras nas equipes de futebol que elas perpassaram, emergiram três unidades de registros de suas narrativas (unidades de contextos): o processo inicial, em que elas saíram da casa de seus familiares para atuar em alguma equipe; o momento da atuação nas mais diferentes equipes, nas quais elas encontraram algumas dificuldades para seguir em frente; e, por fim, relatam sobre as condições necessárias e ideais para atuar nessas equipes de forma profissional.

No primeiro momento do percurso das jogadoras entrevistadas, nota-se que existe um processo árduo ao sair de casa para morar longe de sua família, pois muitas não precisaram mudar só de cidade, mas também de estado ou até mesmo para outro país. Diante disso, as jogadoras precisaram enfrentar a etapa de deixar sua rotina de vida em um local, bem como morar longe de seus familiares para iniciar a vida em um lugar novo, com pessoas totalmente distintas, enfrentando um processo de adaptação. Para algumas, infere-se que o processo envolve uma euforia, visto que significou dar um passo em direção ao objetivo de vida, embora elas reconheçam as dificuldades das etapas, tanto de organização como de adaptação à nova realidade. O caso da jogadora 10 exemplifica tal inferência, na medida que sua narrativa mostra a euforia dela para viver o novo, mas ao mesmo tempo as dificuldades de se organizar com a escola, visto que ainda estudava quando foi convocada para uma equipe pela primeira vez; assim como a dificuldade em se adaptar como a nova realidade, devido à timidez. Em outros casos, observa-se circunstâncias mais complexas para a jogadora sair de casa em busca de seu objetivo de vida. O caso da jogadora 16 mostrou que além de deixar seu país Paraguai para atuar no Clube A teve que deixar sua mãe, que estava passando por problemas de saúde.

Esses dois casos foram apontados no Quadro 13 para ilustrar que o percurso das futebolistas inicia quando elas precisam sair de casa para enfrentar uma nova realidade, longe dos seus familiares. Com os demais relatos, observa-se que a situação vivenciada pelas jogadoras desde esse momento inicial envolve uma série de conflitos, encontrados pela pouca idade que tinham quando precisaram deixar sua casa; a adaptação em ambientes novos; os estudos e a troca de escola; a euforia de viver algo novo e iniciar o sonho de jogar futebol por alguma equipe.

Compreende-se que esse processo inicial está envolvido por uma mudança de vida das jogadoras, que pode trazer algumas consequências se não observadas com cuidado, especialmente psicológicas. Modificar o meio em que uma atleta vive envolve um processo complexo, pois não implica somente na mudança do espaço geográfico, mas também na alteração de costumes, hábitos, rotinas (uma rotina maior de treinamentos). Enfatiza-se o processo inicial da jogadora 16, que teve que sair de seu país, o qual implicou deixar de cuidar da sua mãe que estava doente, bem como todo o processo de adaptação a uma nova língua e cultura.

Essas consequências podem ter implicações mais profundas se essas novas realidades que elas passaram a vivenciar forem repletas de dificuldades e sem subsídios financeiros, emocionais e psicológicos. A narrativa da jogadora 11 demonstra claramente a empolgação de

uma jogadora ao ser convocada pela primeira equipe de futebol, que é frustrada ao chegar na equipe e se deparar com situações precárias, devido à falta de apoio e valorização.

Ao estudar sobre a experiência de jogadores de futebol no início de suas carreiras, Salomão, Ottoni e Barreira (2014) ressaltam que nem só oportunidades de êxito existirão na trajetória de futebolistas, mas também situações de frustração. Os autores ressaltam que dentro da transição de carreira dos jogadores existirá um contexto específico em que os jovens terão como moradia os alojamentos. No futebol de mulheres, esse contexto específico de morar em alojamentos é contínuo, como exemplo da equipe principal do Clube A/Clube B, que as jogadoras já tinham um longo tempo na vida futebolística e mesmo disputando a série A1 do Campeonato Brasileiro, ainda moravam todas juntas em um alojamento na cidade destino.

Embora residam a maior parte do tempo de suas carreiras em alojamentos, as jogadoras também vivenciaram o momento específico de sair de suas casas e ter que se adaptar a uma nova realidade. Salomão, Ottoni e Barreira (2014) estudam essa transição de carreira do atleta a partir da psicologia do esporte, a qual implica várias etapas perpassadas pelo atleta durante seu desenvolvimento na modalidade. O momento inicial no processo do atleta é importante, pois influencia na construção das disposições do indivíduo (seu modo de pensar e agir dentro da carreira futebolística). Dentro dessa experiência, Salomão, Ottoni e Barreira (2014) citam duas condições importantes:

Essa experiência diz respeito à saída de casa dos atletas e à maneira como eles experimentam essa mudança na própria vida, pelo distanciamento do cotidiano familiar e doméstico. Nota-se que esse fenômeno ocorreu independentemente das várias diferenças entre os jogadores, por exemplo, a idade em que saem de casa [...] a configuração familiar e o círculo de amizade, status social e financeiro. Trata-se de uma dificuldade que se apresenta para todos e, apesar das particularidades existenciais, uns com sofrimento maior em relação à saudade, outros com a diversidade de cultura e de costumes encontrados no alojamento. [...] Processo de ambientação, como o próprio nome sugere, esse é um processo complexo vivido pelos atletas no momento em que chegam ao alojamento e precisam se ambientar com o novo, o que envolve o espaço físico, como acomodações, alimentação, colegas de quarto e time, profissionais do clube, confrontando ilusões, perspectivas, ideias, fantasias, julgamentos, diante de uma realidade que, invariavelmente, apresenta o inesperado e algum estranhamento. (SALOMÃO; OTTONI; BARREIRA, 2014, p. 447-448).

Desse modo, dentro da transição e para além da adaptação e distância familiar, é preciso pensar nas condições vivenciadas pelas jogadoras no processo de atuação como futebolistas.

Nesse processo, o primeiro ponto que se destaca por meio das narrativas das jogadoras 8, 13 e 15 é uma questão de saúde física e psicológica das atletas. Comumente, jogadoras de

futebol se lesionam durante seu percurso no esporte, especialmente se não tiverem os cuidados necessários para sua atuação no alto rendimento.

As jogadoras relatam que ao começar a atuar em uma equipe, iniciam um trabalho intenso para corresponder às expectativas do clube, mas, na sequência, se machucam e ficam um longo período longe das quatro linhas. A jogadora 6 afirmou: “Aí em 2017 eu disputei o brasileiro e fui muito bem e aí eu já me machuquei, foi meu joelho, fiz uma cirurgia LCA, joelho esquerdo. E fiquei um ano inteiro parada” (J6). Muitas vezes, a atleta pode demorar para se reabilitar após uma lesão e se ela não tiver apoio do clube em que atua, aumentam-se as dificuldades vivenciadas, como demonstrou a jogadora 15, no quadro 13. Todo esse processo evidencia a questão da saúde psicológica das jogadoras, pois, como relatou as jogadoras 8 e 15, foram acometidas pela depressão nos times em que atuaram.

Segundo Ritter e Marques (2011), o diagnóstico de lesão em atletas pode conferir outros problemas à vida do atleta em curto, médio ou longo prazo, tanto na vida particular e social como no rendimento de treinamento. Esses problemas dependem do nível da lesão, precisando de cuidados que envolvem não somente a parte física, mas também a psicológica do atleta.

Becker Junior (2000) compreende que os aspectos desportivos, físico e psicossocial do atleta podem se modificar após uma lesão. O autor destaca que ocorrem mudanças em relação ao bem-estar das jogadoras, que é prejudicado devido à lesão, a dor, o tratamento e a reabilitação, bem como as mudanças físicas permanentes. No bem-estar emocional é comum observar traumas psicológico, ansiedade, especialmente na reabilitação e depressão; no bem-estar social, o autor ressalta o sentimento de perda de controle e as ameaças de objetivos futuros, ao passo que o atleta se questiona sobre sua posição e sua capacidade de voltar a jogar.

Diante desses aspectos, que podem trazer sérios danos às jogadoras, entende-se a importância dos cuidados, não somente após a lesão, mas para a prevenção de lesões em jogadoras mulheres. Para tanto, enfatiza-se que em uma equipe de futebol que pretende trabalhar com o alto rendimento, é importante criar programas adequados à formação de atletas, tanto em sua parte física, nutricional e psicológica. Esses programas são possíveis com uma equipe especializada de médicos, nutricionistas, treinador, fisioterapeuta, massoterapeuta, realizando exames periódicos e atuando na individualidade de cada jogadora (SOUSA; SANTOS, 2020).

Nesse sentido, entende-se que mais importante do que encontrar uma equipe futebolística para atuar e seguir carreira, são as condições em que elas estão atuando nesses times femininos. Pelas narrativas das jogadoras, nota-se que no processo de atuação em equipes

de futebol nem sempre foram oferecidas as condições necessárias para que elas pudessem atuar como futebolistas. A jogadora 11 afirmou: “Foi uma trajetória que não foi fácil, porque assim, como o futebol feminino, independente para mim ou para qualquer outra pessoa, não é fácil, então eu tive que me desdobrar para conseguir alguma coisa” (J11).

Entretanto, o futebol feminino não é um campo homogêneo para a atuação das jogadoras, possui distinções entre as posições dos agentes pertencentes. Observam-se a distinção da posição entre as jogadoras de uma equipe, entre os dirigentes de uma equipe ou de entidades, bem como, especialmente com a medida obrigatória, nota-se a distinção da posição entre os clubes de futebol feminino. Portanto, jogar em uma equipe que está na série A1 do Campeonato Brasileiro é diferente de jogar em um time que está participando da série A2 ou de campeonatos de menores proporções. Além disso, destaca-se que esta lógica também se estabelece entre as próprias jogadoras e tal distinção será debatida com mais afinco na próxima seção, em que são analisados os projetos das jogadoras entrevistadas, pois suas projeções estão associadas à posição que elas ocupam dentro do campo esportivo, mais especificamente o futebolístico.

Foi destacado que durante o percurso das jogadoras, as condições necessárias para a atuação no futebol nem sempre foram fornecidas de forma satisfatória, contudo, na medida que elas transitam entre os clubes, essas condições também vão se modificando, conforme destacou a jogadora 11 no quadro 13. Segundo a jogadora, isso ocorre devido à diferença de investimento entre as equipes, pois existem times que se formam sem ter condições de se manterem, objetivando somente a inserção na disputa.

Diante das dificuldades encontradas nas condições de atuação futebolística das jogadoras observa-se a questão da estabilidade como algo importante dentre as narrativas. Segundo uma das entrevistadas “Quando minha mãe faleceu, eu tentei parar de jogar diversas vezes para ter uma estabilidade, porque querendo ou não no futebol feminino ele não tem aquela estabilidade” (J13). Ela ressaltou que a instabilidade surge devido à inexistência da carteira assinada ou de um contrato mais efetivo entre empregado e empregador: “Então não tem, se você parou de jogar, se você não renovar para o ano que vem com o clube. Chega dezembro, você para, se você não tem você não recebe. Ai até você arrumar um outro clube você fica sem receber” (J13).

Diante disso, destaca-se que nenhuma das jogadoras entrevistadas possuíam carteira assinada ou algum outro contrato trabalhista com o clube, conforme afirmou a jogadora 6: “Não, é amador, aqui é amador. É só contrato de imagem, só isso” (J6). Algumas delas mencionaram sobre um contrato de imagem assinado assim que iniciaram as atividades pelo Clube A. Dentre

as jogadoras, todas elas mencionaram sobre esse contrato de direito de imagem, que não obtinham nenhum outro tipo de contrato especial desportivo ou de trabalho com a equipe, algo difícil de acontecer no futebol feminino, de modo geral.

Uma das jogadoras mais velhas do time, a jogadora 3, que já havia perpassado por várias equipes, ressaltou que o futebol feminino, independentemente da idade da jogadora, não é obrigatoriamente profissional. No Brasil, a jogadora 3 não conseguiu obter contrato formalizado com nenhum clube, mas teve direitos trabalhistas providenciados por um deles. As jogadoras que perpassam por essa situação criam algumas estratégias para buscar uma certa estabilidade, que funciona como uma espécie de prova a favor delas se algo não sair como o planejado/combinado entre jogadora e clube, assim como destacou a jogadora 10, no Quadro 13, de que utilizava as mensagens de texto trocadas com o clube que ela passava a atuar.

A informalidade no acordo entre clube e atleta ocorre constantemente durante o percurso das jogadoras futebolistas, trazendo instabilidades de várias naturezas, financeira, profissional, de direitos, de aposentadoria, entre outras. Entretanto, algumas jogadoras tiveram a oportunidade de atuar com subsídios de um contrato desportivo/trabalhista formalizado, mesmo que sejam poucos os times que forneceram a carteira assinada, conforme afirmou a jogadora 2: “Então no Sport, como no ano passado elas eram vinculadas profissionais no Boletim Informativo Diário (BID) e tudo na CBF. Aí sim tinha carteira assinada, tinha um contrato real. A gente assinou o contrato sim” (J2). As jogadoras (cinco delas passaram por esta equipe) que citaram já ter possuído carteira assinada foram aquelas que atuaram no Sport Clube Recife.

A narrativa da jogadora 14, mencionada no Quadro 13 levou à reflexão sobre o conceito de profissional dentro do campo futebolístico de mulheres. Ao mesmo tempo que algumas ressaltam que não são profissionais, devido às condições recebidas pelos clubes, especialmente pelo Clube A, que não oferecem subsídios para que elas se tornem profissionais, também se nota que elas se denominam como profissionais. A jogadora 5 afirmou: “O time passa por dificuldades, é isso é uma coisa que não é do atleta aaaa ta acontecendo isso e isso, a vou embora. Não, a gente tem que ser profissional, independente do que está passando no clube. (J5).

Para além da narrativa supracitada, durante a leitura flutuante – primeira etapa da Análise de Conteúdo – percebe-se que em diversos momentos elas são denominadas como profissionais dentro do campo futebolístico, inclusive pelo próprio clube ao tratar do regulamento interno da equipe:

Regulamento Interno da Equipe Clube A FC

Somos profissionais do esporte e representamos o CLUBE A FC. Mesmo com a liberdade para que cada atleta dê o máximo de seu talento e criatividade, uma equipe esportiva profissional deve funcionar tal como uma empresa, onde sempre existem normas e regulamentos a serem seguidos, visando orientar o potencial de cada um para os objetivos comuns, alcançando assim as metas estabelecidas. Este documento pretende então colocar por escrito os pontos norteadores do nosso trabalho.

[...] 8. Manter o condicionamento físico e o peso considerado ideal, determinado pela comissão técnica. Ficará estabelecida uma multa para atletas fora dos índices dos critérios citados neste item (DC).

O regulamento caracteriza o clube como profissional e exige que a jogadora se comporte como atleta profissional, especialmente quando solicita que as jogadoras cuidem do seu corpo físico, sua ferramenta de trabalho. Embora as atletas se denominem como profissionais e o clube também, elas questionam tal atuação quando se referem a atividade realizada no cotidiano, indagando o conceito de profissional no futebol feminino.

Tendo em vista esse questionamento, buscou-se debater as relações legislativas existentes entre um jogador (profissional ou não-profissional) e um clube, para pensar a atuação dessas jogadoras entrevistadas, as quais se caracterizam como agentes relevantes no campo, pois, possuem o conhecimento específico sobre o espaço, na medida que vivenciam as mais diversas experiências decorrentes desse cotidiano de trabalho.

Tanto a legislação desportiva nacional como o regulamento da principal entidade futebolística do país, a CBF, não fornece subsídios para que os clubes se responsabilizem formalmente pelos direitos de uma atleta. As jogadoras que participam de competições pelo clube devem ser registradas no BID, podendo ser como Profissionais ou Não-profissionais. Vale lembrar novamente que a seção II do Cap. 1 do RNRTAF ressalta: “§2º - É vedado ao clube profissional o registro, na condição de não profissional, de **atleta masculino** de futebol de campo que possua 21 (vinte e um) anos de idade ou mais na data de início ou fim da vigência do vínculo (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, grifo nosso, 2019, p. 5). Assim sendo, o registro profissional que fornece um contrato formal de trabalho desportivo não está sendo uma obrigatoriedade para os clubes em relação à atleta mulher, mesmo tendo mais de 21 anos.

A Lei Pelé objetivou “[...] profissionalizar, moralizar e abarcar as mais diversas incidências esportivas, tornando-se um compilado único, basilar legislativo do desporto nacional” (MIRANDA, 2018, p. 1). Entretanto, questiona-se a efetividade da lei no que se refere às jogadoras mulheres de futebol, pois possuem um salário mensal, obrigações de trabalho em períodos estipulados pelo clube (manhã e tarde), bem como a participação obrigatória em campeonatos e treinos. Calegari (2016) ressalta que o artigo 28 da Lei 12.395 de 2011

compreende que: "A atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva" (BRASIL, 2011). Entretanto, ficou evidente que nenhuma das jogadoras possui contrato de trabalho e desportivo e ficam à mercê do clube empregador em relação aos seus direitos trabalhistas e esportivos.

Com base na teoria de Calegari (2016), entende-se que as jogadoras não se caracterizam como atletas profissionais, pois, mesmo que pratiquem o desporto de rendimento e sua função na modalidade, não possuem um contrato de trabalho desportivo formal. Assim, essas jogadoras estariam inclusas em atividades desportivas não-profissional,

O art. 3º da Lei Pelé compreende: "II - De modo não-profissional, identificado **pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho**, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio" (BRASIL, 1998, grifo nosso). O primeiro questionamento que se levanta é sobre a liberdade da prática das jogadoras, visto que elas cumprem horários de treinos e jogos de forma obrigatória pelo clube, inclusive o próprio regulamento do clube trouxe diferentes obrigações para as atletas quando estão atuando pela equipe.

A segunda questão foi elencada com base em Calegari (2016), pois o autor ressalta que não existe uma obrigatoriedade de um contrato de trabalho desportivo formal, pois, geralmente, os contratos de trabalho regidos pela CLT podem ser meramente consensuais, podendo ser efetuado até mesmo de maneira implícita. No entanto, o autor destaca que esta regra não poderia ser aplicada aos contratos de atleta profissional de futebol, conforme evidenciado nos artigos 28 e 30 da Lei nº 9.615/98, alterada pela Lei nº 12.395/11:

Art. 28. A atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva, no qual deverá constar, obrigatoriamente: I - cláusula indenizatória desportiva, devida exclusivamente à entidade de prática desportiva à qual está vinculado o atleta, [...] II - cláusula compensatória desportiva, devida pela entidade de prática desportiva ao atleta, [...] Art. 30. O contrato de trabalho do atleta profissional terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses nem superior a cinco anos. Parágrafo único. Não se aplica ao contrato especial de trabalho desportivo do atleta profissional o disposto nos arts. 445 e 451 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (BRASIL, 1998).

Diante disso, evidenciou-se que o contrato de trabalho desportivo, firmado entre atleta e entidade desportiva, mediante remuneração e prestação de serviço, deve obrigatoriamente ter um contrato registrado por escrito, não é permitido contrato tácito ou verbalizado (ZAINAGHI, 2015).

Para melhor compreender as relações normativas no campo futebolístico e mais especificamente referente às mulheres jogadoras, buscou-se trazer o caso judicial que foi publicado no site da UOL Esporte, pelo jornalista Gabriel Cocctrone, em 2021. O texto ressaltava a importante conquista adquirida pelo futebol feminino na 3ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu. Uma jogadora que atuou pela equipe do Clube A solicitou na justiça o reconhecimento e a declaração do vínculo de emprego com o clube, pois, atuou entre 1 de outubro de 2020 a 31 de janeiro de 2021 (COCCTRONE, 2021b).

O clube alegou ser não-profissional e não considerava a jogadora uma atleta profissional, sendo uma prestadora de serviços autônomos. Entretanto, o magistrado enfatizou a Lei Pelé (Lei 9.615/1998), especificamente o artigo 3º, inciso II: "[...] o desporto esportivo realizado de modo não profissional é identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio". Nesse sentido, a questão que emerge é a liberdade da prática da jogadora, dado que realmente difere um atleta profissional de um amador, segundo o magistrado que atuou no caso. Para Higor Maffei Bellini, advogado especializado em direito desportivo, essa é “[...] mais uma importante decisão da Justiça do Trabalho em relação a igualdade de tratamento envolvendo mulheres” (COCCTRONE, 2021b). Nesse sentido,

‘A sentença revela que o futebol feminino, deve ser tratado como sempre foi, como sendo gerador de vínculo trabalhista, já que as atletas recebem salários para jogar, em valores que são utilizados para pagar as suas contas e de suas famílias, sendo fontes de renda. O fato das equipes se apresentarem como sendo amadoras, não impedem o reconhecimento do vínculo trabalhista das atletas com os clubes, uma vez que, a CLT é quem estabelece os critérios no Brasil, para a existência de um vínculo de emprego’, avalia (COCCTRONE, 2021b).

Além disso, o advogado da jogadora ressaltou a perspectiva das entidades futebolísticas responsáveis pela modalidade no Brasil e no mundo, pois a CBF é afiliada à FIFA e caminha de acordo com os princípios estipulados por ela. O advogado lembra que as entidades consideram profissional todo atleta que ganha mais jogando futebol do que gasta para jogar. As jogadoras do Clube A ganhavam alimentação, moradia, sem gastos para atuação futebolística e todas elas eram remuneradas.

Com base nisso, o clube A seria obrigado a assinar o contrato na carteira de trabalho da jogadora, para que fosse reconhecida como empregada da equipe no período em que ocorreu sua atuação, ano de 2020. Portanto, a atleta obteve outros direitos, como o recebimento “[...] como parte da remuneração o valor do alojamento, reconhecido como salário in natura, para efeito de cálculo das verbas rescisórias, bem como do valor da indenização relativa ao seguro

obrigatório para casos de acidentes” (COCETRONE, 2021b). Dentro de um processo judicial o vínculo de emprego é considerado entre jogadora e clube, resultando na obtenção dos direitos trabalhistas previstos na CLT. Porém, questiona-se ainda os direitos especiais desportivos, o qual só é reconhecido perante a formalização do contrato, assinado pelo clube e pela jogadora.

Para além disso, entende-se que a atuação profissional de uma jogadora transcende o aspecto normativo, pois, para as jogadoras entrevistadas, as condições deveriam existir para sustentar uma atuação profissional. Dentre as principais condições, a jogadora 2, mencionada no Quadro 13, ressalta a necessidade de treinamentos de alto rendimento, não só nas equipes principais, mas que comece desde as equipes de base. Ainda, a jogadora 14 destaca: “Jogar profissionalmente para mim é estar em alto nível. [...] Olhar para a tabela do campeonato e vê o maior adversário, o mais forte que tem e você conseguiu jogar de igual para igual com ele. Eu acho que seria um futebol profissional, um futebol de alto nível, um futebol bonito” (J14). Por isso, ter base significa inserir as mulheres desde o início nos treinos de alto rendimento, pois proporciona a formação de atletas e, para isso, é preciso dedicação das jogadoras, bem como treinos e tratamentos específicos para um atleta.

Portanto, ser profissional para as jogadoras também está associado a formar atletas de forma efetiva, trabalhando desde a base. Vale lembrar que, muitas mulheres entrevistadas neste estudo, demonstraram ter começado a treinar de forma mais séria muito tarde (14, 15, 16 anos de idade), e, além de tudo, precisavam conciliar o treino com outras atividades, como estudo, estágio e trabalho.

O treinamento foi associado ao conceito de profissional pelas jogadoras entrevistadas não somente no período da base, mas quando elas atuam em uma equipe, ou seja, para ser profissional é necessário realizar um treinamento sério, aplicado por uma equipe técnica que também seja profissional. Para a jogadora 7, é preciso: “Ter uma comissão técnica que aja de uma forma profissional com você jogadora (J7). Além disso, a jogadora 1, destacou em sua fala, mencionada no Quadro 13, que o clube deve fornecer um treinamento de alto rendimento profissional para que elas possam atingir o nível de atletas.

Outro aspecto sobre o conceito de profissional no futebol de mulheres apontado pela jogadora 16 foi a valorização do trabalho e da atuação delas como atletas, pois necessitam de condições que sustentem sua atuação profissional, como, por exemplo, um salário adequado ao trabalho que elas exercem. Ao contrário, esses pontos caracterizam mais uma vez a relação de trabalho disfarçada, explicada por Souza Junior (2013), com base em Baltar, Krein e Leone (2009).

Além disso, a jogadora 16 também trouxe a importância de uma alimentação adequada, o plano de saúde e a moradia, os quais devem ser fornecidos para que possam ter condições mais favoráveis para se tornarem profissionais. Ainda, ressalta: “Alimentação adequada, um local, se for um alojamento, um alojamento adequado com a segurança necessária, continuar com os planos de saúde que para mim é o fundamental hoje” (J16). Para elas, os aspectos supracitados são necessários para se tornar profissional no futebol, mas não são fornecidos adequadamente pelo Clube A. Para a jogadora 16, devem ser disponibilizados para todas da equipe, sem distinção e com igualdade.

As jogadoras reconhecem que para serem profissionais no futebol, não dependem somente da ação dos clubes, mas também da própria jogadora de futebol, pois a dedicação aos treinos, os cuidados com o corpo, entre outros aspectos que são exigidos para a formação de uma atleta, depende também da jogadora em si. A jogadora 7 afirmou: “Atletas que levem o fato da profissionalização a sério, ser realmente uma profissão. Porque hoje você vê que tem muitas jogadoras, [...] mas poucas jogadoras que são profissionais à altura” (J7).

O contrato formalizado ou a carteira de trabalho assinada pelo clube são elementos que caracterizam o futebol profissional para as jogadoras, pois segundo elas: “aí você sabe que você vai receber seu FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço] certinho e todos os direitos trabalhistas que um profissional tem” (J11). Ao serem questionadas sobre a questão do contrato e da carteira de trabalho, elas evidenciaram que não possuíam um contrato formalizado de trabalho, ação que poderia ser realizada se a equipe fosse realmente profissional. Diante disso, ressaltam a informalidade no acordo entre clube e jogadora: “Mas a gente tem, a gente vem, a gente fecha, aaaa eu vou por tal período, para a tal campeonato. Então, não é um contrato tão formal, como numa equipe profissional” (J11). Nesse sentido, encontra-se a “relação de emprego disfarçada”, destacada por Souza Junior (2013), com base em Baltar, Krein e Leone (2009). A relação é compreendida devido às características de trabalho, que mesmo assalariada não contempla um contrato de prestação de serviço que garanta os direitos trabalhistas e previdenciários.

Como base nos aspectos supracitados, verifica-se que para as jogadoras se tornarem profissionais no futebol de mulheres envolve vários elementos, como, por exemplo, salários bons e regulares; alimentação adequada para a formação de uma atleta e moradia de qualidade; obtenção dos direitos trabalhistas e desportivos por meio de contratos formais e seguros; treinos de alto rendimento, tanto na base como aplicados à categoria adulta do time principal. Além disso, ser profissional no futebol de mulheres depende do conjunto de agentes envolvidos no campo, sobretudo, do clube contratante e da própria jogadora.

O conceito de profissional no futebol de mulheres perpassa por diferentes elementos que o constitui, lembrando ainda que a profissionalização no campo está em um processo de construção. Com base nos elementos elencados na entrevista das jogadoras do Clube A, buscase debatê-los à luz dos estudos realizados sobre a profissionalização no futebol de mulheres.

As jogadoras ressaltam as dificuldades vivenciadas por elas no percurso futebolístico, para adquirir condições, fornecidas pelos agentes dominantes no campo, para atuar de forma profissional. Damo (2007) mencionou que existe uma baixa probabilidade de atuar profissionalmente em times de primeira linha mesmo para meninos com talento no futebol. Porém, para as mulheres, atuar profissionalmente envolve as condições existentes para se tornar e se manter como atleta profissional.

A partir das jogadoras, entende-se que as condições para ser e se manter atuando como uma atleta profissional associa-se ao alto rendimento, portanto, necessita de uma alta carga de treinos. Além disso, está ligado ao contrato formal de trabalho, aos salários permanentes e maior que o gasto delas para jogar; entre outros elementos. Porém, para as jogadoras mulheres, a questão está na obtenção desses itens, que depende dos diferentes agentes que compõem o campo futebolístico, tanto das próprias jogadoras como do clube em que elas atuam.

Para Souza Junior (2013), ainda existe as entidades futebolísticas, dominantes no campo e, portanto, deveriam ser as maiores responsáveis por legitimar e exigir a profissionalização das mulheres jogadoras. A CBF e as federações precisam construir condições para que os clubes consigam manter as equipes femininas para atuar de forma profissional. Os times que possuem menor capital simbólico, especialmente aqueles situados fora da região Sudeste, muitas vezes não conseguem sobreviver diante das adversidades e da falta de patrocínio. Nesse sentido, os subsídios advindos das entidades futebolísticas poderiam colaborar no momento difícil pelo qual uma equipe estivesse perpassando. Segundo o TD do Clube A entrevistado, a equipe tem muitas dificuldades para sobreviver e acredita que sobreviver de forma profissional está mais longe ainda. Para ele, os valores do auxílio que a CBF passa ao futebol feminino não é suficiente para manter nem metade das despesas do time (alimentação, alojamento, cozinheira, roupeiro, traslado, treinos, equipe técnica, entre outras). Diante disso, TD ressalta a importância das parcerias e do apoio de patrocinadores:

Eu acredito que falte muito incentivo da federação paranaense para que o campeonato estadual seja muito maior [...] O que tanto se fala hoje o apoio ao futebol feminino, muito da boca para fora de muitas pessoas que dizem, porque de concreto até hoje, não tem nada. Inclusive, até a própria CBF não dá o apoio necessário. É uma vergonha o que a CBF faz pelo futebol feminino. Isso aí se vocês tiverem condição de ir mais fundo elas vão ver qual é a realidade [...] Eu sou uma pessoa dentro da CBF, vista

como uma pessoa, acho, que muito crítica porque tem muita coisa que acontece no futebol feminino que eu não aceito. Eu simplesmente engulo porque não tem como lutar contra eles. O que aconteceu com o Santos poderia ter acontecido conosco pela programação que existia da empresa que hoje faz essa parte estrutural de viagens pra CBF, que é a Pallas tur. Eles tinham nos dado um voo que a gente chegaria a 00:45 em São Paulo iríamos para, a principio para Guaratinguetá, chegaríamos lá por volta de 3:30, 4:00 horas da manhã e teríamos que ficar aguardando até o meio dia para poder se hospedar [...] Então vamos ver o que acontece, mas a CBF falha muito e peca muito ainda e o futebol feminino tem da CBF o que sobra (TD).

Além disso, o auxílio das entidades futebolísticas não deve ser focado somente no que se refere ao financeiro, pois, para legitimar/reconhecer a profissão das mulheres jogadoras, sugerida por Souza Junior (2013), seriam necessários diferentes tipos de capital – social, cultural, entre outros. O autor destaca que tal reconhecimento pode ser obtido por meio do “círculo virtuoso”, a “engrenagem sustentada por calendário de competições, clubes tradicionais, patrocinadores, cobertura midiática e público” (SOUZA JUNIOR, 2013, p. 218).

A profissionalização no percurso de uma jogadora de futebol perpassa os conceitos de reconhecimento e legitimação (SOUZA JUNIOR, 2013; ALMEIDA; PISANI 2015; SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016). Para as jogadoras, o reconhecimento advém por meio das lutas que elas travaram no decorrer de sua trajetória e nessas, compreende-se a mulher futebolista como protagonista e não como espectadora passiva dos acontecimentos.

Almeida e Pisani (2015) compreendem que a luta das jogadoras adquire um caráter de reconhecimento, na medida que elas estão lutando de forma progressiva para obter certos estágios: uma vida financeira estável, calendário anual, torcedores, sucesso público e apoio familiar. Para autores como Salvini e Marchi Junior (2016), o termo “luta” aparece de forma constante no percurso da jogadora de futebol que busca pelo reconhecimento, pois, sua participação no campo futebolístico está repleta de dificuldades e superações.

Segundo Salvini e Marchi Junior (2016), diante das adversidades que a mulher precisa enfrentar para se manter no campo futebolístico, lutar se constitui como um *habitus* das jogadoras brasileiras. Elas buscam tencionar o preconceito que traz questões dúbias sobre a sexualidade, a capacidade física e o gênero das futebolistas (SALVINI; MARCHI JUNIOR, 2016).

Pisani (2012), corrobora com a discussão, na medida que relata sobre o enfrentamento das jogadoras acerca do preconceito que elas enfrentam desde a infância. As narrativas das jogadoras associam o preconceito à comentários machistas e sexistas, cometidos pela família, vizinhos, meninos contra quem jogam e conhecidos, com o intuito de desestimular e desencorajar o prosseguimento das mulheres no percurso futebolístico. A análise de Pisani (2012) reafirma tal realidade quando se olha para a trajetória das jogadoras, visto que são muito

semelhantes as formas e as fontes do preconceito emergente: questionam a sexualidade das jogadoras, associando à masculinização delas por meio do futebol; e como consequente, emergem as questões de gênero, evidenciando, sobretudo, o cuidado com a aparência e a manutenção da feminilidade. Conforme afirma Pisani: “Ao mostrarem jogo, destreza e habilidade iguais e até superiores aos meninos, viravam atração, despertavam estranheza, indignação, desconforto e surpresa dos espectadores. Causavam, desde meninas, rupturas no modelo de gênero hegemônico” (PISANI, 2012, p. 138).

Nesse sentido, Haag (2018) ressalta que a discussão acerca da profissionalização da mulher jogadora de futebol perpassa pelas relações de sexo, pois os fatores biológicos sempre foram [e ainda são] acionados para identificar as mulheres como femininas, frágeis diante do futebol, impossibilitando sua atuação sem submeter-se a preconceitos. Embora tenha ocorrido resistência por parte das jogadoras, também existiram consequências “[...] na profissionalização do esporte, ou da sua ausência de profissionalização, custando caro às atletas e formalizando uma segregação ocupacional e barreiras de acesso formal ao trabalho dentro do campo esportivo” (HAAG, 2018, p. 158). Por isso, as discussões acerca das mulheres futebolistas devem estar embasadas teoricamente nos marcadores sociais da diferença de gênero, raça, sexualidade e classe (PISANI, 2018).

Atualmente, especialmente após a medida obrigatória da CONMEBOL, observa-se, por meio das entrevistas das jogadoras, que o processo de profissionalização não é homogêneo. Embora os elementos para que uma jogadora possa atuar de forma profissional no futebol sejam fornecidos de forma irregular e incompleta, isso não vai acontecer igualmente em todas as equipes de mulheres no Brasil.

Assim como a jogadora 6 mencionou no quadro 13 sobre a diferença entre as equipes de futebol feminino, as atletas que vivenciaram o futebol de mulheres em diferentes equipes no Brasil as relacionam, compreendendo que nem todos os clubes conseguem atualmente manter uma equipe profissional na modalidade, mesmo disputando a série A1 do Campeonato Brasileiro. A jogadora 7 ressaltou: “Então assim nós temos mais clubes disputando o campeonato brasileiro, mesmo na série A1. Só que são clubes que você conta nos dedos que hoje tem um departamento de futebol feminino, onde você pode dizer que o clube também é futebol feminino” (J7).

Essa diferença na profissionalização existente entre os clubes ocorre de acordo com a região do país, destacando a Sudeste como a que mais tem valorizado o futebol de mulheres, aproximando-se do que significa ser profissional para elas. A jogadora 1 destacou que o

treinamento de base, elemento essencial para se obter uma equipe profissional para as jogadoras, também está presente nos clubes da região Sudeste.

As narrativas das jogadoras vão ao encontro da justificativa deste estudo na escolha de uma equipe situada na região Sul do Brasil, que foi elaborada e contemplada no capítulo metodológico da tese. Do mesmo modo, Kessler (2015) optou por estudar equipes de Porto Alegre, na medida que existe a invisibilidade dessas equipes no cenário nacional se comparadas às equipes que estão situadas nos centros de profissionalização: a região Sudeste.

Entretanto, em 2013, Souza Junior elaborou um estudo sobre clubes da região Sudeste, verificando que a estrutura fornecida às jogadoras se distanciava de um modelo profissional. As jogadoras dos clubes paulistas ressaltavam que se consideravam profissionais por possuírem uma rotina trabalhista e pela dedicação às atividades desenvolvidas, mas que a atuação profissional era relativa se fosse olhar para os fatores que subsidiam a profissão de um atleta, pois havia a ausência de salários e precariedade na estrutura para atuação futebolística, bem como não possuíam respaldo na legislação, pois não eram firmados contratos formais de trabalho. Embora a região Sudeste venha apresentando um avanço no cenário futebolístico, inclusive após a medida obrigatória, com a criação de equipes femininas como o Palmeiras, Corinthians, Santos, entre outros, não se pode afirmar que existe uma condição favorável para atuação profissional fornecida por todos os clubes da região Sudeste.

Evidenciou-se que nesta fase – percurso futebolístico – em que a jogadora já está atuando como jogadora em alguma equipe, também está interiorizando disposições de luta. Durante o processo, a luta dessas jogadoras não se resume em se inserir ou permanecer no campo, mas também em tencionar a própria estrutura do campo social, na medida que reivindicam as condições necessárias para que elas possam chegar na atuação profissional do futebol.

Considerando isso, na próxima seção debate-se o projeto futebolístico das jogadoras, para perceber quais são as estratégias/tomadas de posição das jogadoras para chegar na atuação profissional.

5.2 ESTRATÉGIAS NO CAMPO FUTEBOLÍSTICO: BUSCANDO CONDIÇÕES FAVORÁVEIS PARA ATUAR COMO PROFISISONALMENTE

Durante a trajetória social de um agente ocorre o acúmulo histórico de experiências exitosas e malsucedidas. Com base nelas, o indivíduo constrói seu conhecimento prático, não completamente consciente, sobre as formas de agir em determinado campo. O senso do jogo

passa ser adquirido com base nesse percurso de experiências, ou seja, o que é possível de alcançar na realidade social e como fazer para alcançá-lo. Nesse sentido, a teoria bourdieusiana mostra que a posição, o volume e os tipos de capitais (econômico, social, cultural e simbólico) orientam a formação de estratégias de ação dentro do campo. Durante a trajetória vale destacar as condições (objetivas) do campo que se relacionam com a ação do indivíduo (subjetiva), pois suas estratégias variam (mais adequadas ou viáveis) de acordo com o *habitus* incorporado nesse processo.

Com base no percurso apresentado na seção anterior, evidenciou-se que as jogadoras do Clube A/Clube B possuem projetos dentro do campo futebolístico. Apresentam estratégias, embasadas no conhecimento prático adquirido, e as elaboram (nem sempre com plena consciência) para alcançar certos objetivos no campo futebolístico. Para compreender as estratégias das jogadoras do Clube A/Clube B foi categorizado, primeiramente, o projeto futebolístico dessas mulheres.

Para Salomão, Ottoni e Barreira (2014) essa categoria “projeto” pode ser compreendida como uma imagem positiva de si mesmo, situada no futuro, para o qual o indivíduo se direcionará. O projeto está articulado com toda a transição (percurso) e experiência do indivíduo (em que ele adquire o senso prático), pois as condições pelas quais ele perpassou resultará possivelmente na realização e concretização do projeto de profissionalização. Ou seja, para o autor, as condições existentes na transição (o processo de adaptação, o estar longe de casa, a instabilidade e a informalidade) estão preenchendo a distância a ser percorrida e a realização do projeto. Isso significa que para realizar o projeto de profissionalização exige empenho, a fim de se avizinhar dele, como “[...] resultado predominante dessa tensão uma espécie de alicerce do projeto de carreira esportiva ou de seu abandono” (SALOMÃO; OTTONI; BARREIRA, 2014, p. 446). Além disso, o autor destaca que o projeto de profissionalização no esporte para futebolistas seria o maior motivo para se viver um sacrifício e a materialização desse projeto consiste na realização de um sonho.

Nesta seção busca-se apresentar, por meio do Quadro 12, as UR e as UC que compõem tal categoria. Intenta-se compreender os projetos futebolísticos das entrevistadas, inferindo quais são as estratégias/tomadas de posição que elas possuem para permanecer atuando no futebol, e sobretudo, para obter melhores condições para uma atuação realmente profissional.

Quadro 12 - Projetos das jogadoras do Clube A no campo futebolístico (2019)

(continua)

Unidade de Registro (UR)	Unidade de Contexto (UC)
Jogar futebol fora do Brasil	<p>- Meu sonho é jogar em um clube ou da Europa ou dos EUA. [...] Que nem digamos que eu queria crescer profissionalmente através do futebol e olha chegar a jogar nos EUA e se Deus quiser nunca mais precisar voltar para o Brasil, porque aqui é uma luta diária todos os dias (J1).</p> <p>- Eu me vejo jogando na Europa sabe, me vejo num time grande, jogando assim (J2).</p> <p>- Eu hoje estou aqui no Clube A, mas minha pretensão é voltar para Europa para jogar a liga dos campeões (J3).</p> <p>- A, eu sonho jogar na Europa assim sabe. Eu quero ir jogar na Europa, levar meus pais morar comigo de preferência. [...] É que lá é mais valorizado o futebol feminino assim (J4).</p> <p>- O (risos). Isso aí, se caso Deus queira eu continue no alto rendimento eu pretendo ir para a Europa, lá no PSG, Real Madri ou Barcelona. Cara, a gente cresce né vendo os jogadores de interior assim, pobres, crescendo e sempre conquistando isso e eu também quero (risos) (J6).</p> <p>- Como eu comecei tarde, então hoje que eu vejo a ascensão no futebol. Então assim, eu ainda tenho planos de sair do Brasil (J7).</p> <p>- Na verdade, eu sempre quis, assim jogar com minha irmã, no mesmo time que ela. Sempre tive esse sonho né. A gente ta junta né? [A irmã joga fora do país] (J8).</p> <p>- Depois ir para fora do país. [...] A eu acho que os times de outros países, acho que é mais reconhecido tanto financeiramente quanto pela estrutura. (J9).</p> <p>- Eu quero jogar fora do Brasil. Pelo menos uma temporada. Aí eu penso, eu pensava voltar ao Brasil e encerrar ali, sabe. Jogar fora do brasil. Ver no que da. Não sei onde assim, qual clube. (J10).</p> <p>- Vou falar, pessoalmente, eu sonho éééé chegar em um grande clube, jogar fora do país, ter um salário digno (J11).</p> <p>- E quero sair do país também para conseguir conquistar meus objetivos sabe? Querer subir na vida. [...] É porque tem alguns países que investem mais no futebol feminino. Nos EUA, na Europa como é mais investido eu teria mais possibilidades. La eu vou ter uma vida melhor. Eu quero ganhar um salário bom também e poder ajudar minha família sabe (J12).</p> <p>- Como jogadora ainda pretendo voar mais alto. Ainda pretendo fazer meu nome fora do Brasil porque a gente sabe que querendo ou não aqui no brasil a gente sobrevive com nosso salário e jogando fora do brasil você vive né? Tem como você comprar seu apartamento, seu carro, fazer sua estabilidade (J14).</p>
Jogar na seleção brasileira de futebol	<p>- Ainda tenho o sonho da seleção brasileira que acho que é o sonho da maioria das meninas. Todas nós que jogamos futebol e a seleção brasileira hoje é um, seria um grande passo para mim, para minha carreira, para a visibilidade do meu futebol (J2).</p> <p>- Assim, meu sonho seria jogar uma Olimpíada né, como atleta [...] Eu joguei a Copa do mundo por Guiné, não foi pelo Brasil né. Eu sou naturalizada. Então minha pretensão é na próxima olimpíada tentar. Sonhar não custa nada né. Sonhar e trabalhar. Sonhar é o princípio (J3).</p>

Quadro 12 - Projetos das jogadoras do Clube A no campo futebolístico (2019)

(conclusão)

Unidade de Registro (UR)	Unidade de Contexto (UC)
Jogar na seleção brasileira de futebol	<p>- Eu quero chegar a vestir a camisa da seleção, meu objetivo principal, vestir a camisa da seleção (J5).</p> <p>- Bom, primeiro um dos meus sonhos e se Deus quiser é ir para a seleção brasileira antes de tudo (J9).</p> <p>- Primeiramente eu quero jogar na seleção, quero ter história né (J12).</p>
Atuar na formação de jogadoras (projetos, escolinhas de futebol, clubes futebolísticos)	<p>- Terminar a faculdade porque aí vou ter uma condição um pouco melhor e ter tranquilidade para dar assistência para as pessoas que trabalham lá nesse projeto³² (J3).</p> <p>- Meu sonho, mas se não der muito certo, é eu pretendo abrir uma escolinha, algo para poder já iniciar com meninas novas para no futuro ter uma oportunidade que talvez inicie na base (J6).</p> <p>- Eu penso que eu quero morrer aqui no meio. Porque eu quero respirar isso até os últimos segundos da minha vida, o quanto eu puder. Eu não sei se vai ser na área da preparação física. Eu não sei se vai ser como uma treinadora. Eu não sei se vai ser como uma psicóloga das atletas (J14).</p> <p>- Eu tenho, tenho um, já passei por várias seleções no Paraguai e quando eu aceitei de estudar o objetivo lá na frente, lá na frente em algum momento, perto de eu chegar no meu país formada, é ficar a frente de uma seleção. Não sei se vai ser categoria base, não sei se vai ser adulto. Tanto aqui no Clube A, trabalhar, se der para fazer parte da comissão técnica para iniciar com as meninas da categoria base para mim seria um passo muito importante (J16).</p>
Reconhecimento individual e coletivo no futebol de mulheres	<p>E também ser vista com a menina que saiu do interior e que conseguiu vencer batalha, que passou por obstáculos e conseguiu chegar a um clube grande. [...] Seja reconhecida pelo trabalho, tanto por clubes e quero fazer história no Brasil. Isso é o que eu mais quero. Fazer história (J5).</p> <p>- Mas assim, eu queria ser mais reconhecida. Sabe, ter um pouco mais de valor assim. Essa é uma coisa minha assim, é meu ego né. Mas esse é meu sonho (J10).</p> <p>- Espero que o futebol feminino ainda tenha um horário reservado às quartas feiras às 21h30min para passar um jogo com estádio lotado. [...] Tenham um jogo transmitido pela Globo, Band com milhões de pessoas assistindo. Que tenham salários valorizados, que tenham competições com apoio decente sabe. Que elas [jogadoras mais novas] possam um dia chegar e falar está aqui minha casa, está aqui meu carro que eu comprei com meu trabalho (J11).</p> <p>- Eu acho que não para mim, mas para o futebol feminino em geral que as condições para as meninas melhorar é, igual eu falei, não só nos clubes grandes, mas que todos os times que tem futebol feminino que são registrados, a confederação possa dar um suporte financeiro para que as atletas possam ter alojamento digno, uma comida digna. Porque nem todos os lugares são assim. [...] seria isso, mais investimento, mais estrutura, mais apoio [...] Nem todo lugar é um Santos, nem todo lugar é um Corinthians que paga um salário de 8, 9, 10 mil reais né? Nem todo lugar é um Flamengo. Tem meninas que nem recebem e tem que pagar casa e luz. Então assim, é muito para poucos e pouco para muitos (J13).</p>

Fonte: A autora.

³² A jogadora três possui um projeto na comunidade em que ela mora no Rio de Janeiro, que busca transformar vidas e trazer oportunidades para crianças e jovens por meio do futebol. Segundo a jogadora “Nós hoje temos garoto que tem hoje 19 anos, 20 anos né, que me permitiu usar o futebol para transformar algumas vidas ali [...] Hoje nós temos garotos que estão se formando. É, nós tínhamos quando nós começamos, nós chegamos a ter 118 crianças” (J3).

A categoria “Projeto das jogadoras do Clube A no campo futebolístico” foi estabelecida por meio de uma pergunta realizada às jogadoras durante a entrevista, buscando conhecer as aspirações e os planos futuros acerca de sua atuação no campo futebolístico. É importante retomar aqui que a medida obrigatória fomentada pelas entidades futebolísticas impactou positivamente o aumento de oportunidades para as mulheres no futebol. Contudo, não garantiu uma melhoria nas condições de atuação futebolística das jogadoras, especialmente para aquelas que atuam em equipes com baixo capital econômico, como o caso do Clube A/Clube B. As condições desfavoráveis para a atuação profissional das jogadoras influenciam no projeto futuro dessas mulheres e na medida que se compreende tais projetos, se observam também as estratégias/tomadas de posição das jogadoras neste universo.

Com base na categoria supracitada foram elencadas quatro Unidades de Registro: a) jogar futebol fora do Brasil (12); b) jogar futebol na seleção brasileira (5); c) atuar na formação de jogadoras de futebol (projetos, escolinhas de futebol, clubes futebolísticos) (4); d) reconhecimento individual e coletivo no futebol de mulheres (4). Em algumas UC emergiram mais de uma UR, pois, algumas jogadoras apresentaram dois ou três objetivos em seu projeto no campo futebolístico.

Para superar as condições desfavoráveis no futebol brasileiro, permanecer neste universo e atuar profissionalmente, percebe-se que a primeira tomada de posição das jogadoras dentro do campo foi começar a atuar fora do Brasil ou na seleção brasileira de futebol. Algumas também apresentam uma segunda estratégia (o plano B) que é atuar na formação de jogadoras de futebol, tanto na base como em times principais, colaborando para que mais mulheres possam ter a oportunidade de atuar no alto rendimento, que compõe o futebol profissional.

Para melhor compreender a categoria, descreve-se e debate-se especificamente cada UR, sintetizando as UC para melhor interpretá-las.

A UR denominada “Jogar futebol fora do Brasil” está relacionada com o deslocamento das jogadoras para fora do país para atuar futebolisticamente em outras regiões do mundo, sobretudo, na Europa e nos EUA. Durante a sistematização dos dados que constroem essa UR analisa-se que as UC trazem duas partes distintas, porém interdependentes: 1) os motivos que as levam a querer sair do Brasil; 2) os elementos que elas buscam em outros países.

Para as jogadoras, o fato de quererem deixar o Brasil se resume às adversidades existentes acerca das condições para atuação futebolística no país, que as levam a lutar diariamente para conseguir se manter no espaço. Muitas vezes, tais adversidades impedem que as jogadoras visualizem um projeto futuro na modalidade, pois, segundo elas, o futebol

feminino não é valorizado, especialmente no que se refere ao salário pago às jogadoras. Diante disso, na percepção das respondentes, a estratégia para adquirir um melhor ganho financeiro por meio do futebol seria jogar para um clube fora do país.

Observa-se que o capital econômico é um destaque nas narrativas das jogadoras, o qual elas podem alcançar por meio do seu capital corporal. O termo capital futebolístico foi proposto por Rial (2008), baseado nos conceitos bourdieusianos sobre os capitais. Para a autora, o termo se refere à soma de conhecimentos específicos do campo futebolístico, “[...] sejam eles conhecimentos corporais (saber como empregar o corpo nas performances futebolísticas), sociais (conhecer pessoas importantes para a ascensão no campo) ou econômicos (saber administrar contratos e inversões monetárias)” (RIAL, 2008, p. 24).

Alguns relatos demonstram que as jogadoras buscam pelo capital econômico por meio da prática futebolística, fato que só seria possível jogando em outros países. Frases como: “vejo a ascensão no futebol”; “subir na vida”; “voar mais alto”, entre outras, demonstram esse intento. Portanto, para essas mulheres, jogar em um clube da Europa ou dos EUA significa obter a chance de jogar profissionalmente e, portanto, a conquista de um salário digno e estabilidade financeira. Na visão das jogadoras a conversão do capital simbólico futebolístico em capital econômico proporcionaria a ascensão social, muito difundida no esporte espetáculo. Isso se evidencia na medida que as jogadoras ressaltam que queriam elevar ou melhorar a vida econômica da família, principalmente, comprar casa ou carro com o dinheiro que ganhariam ao atuar fora do Brasil.

Embora muitas jogadoras acreditem que atuar fora do país seja uma boa estratégia para conseguir um alto volume de capital econômico, isso não se evidenciou em jogadoras que já passaram por times da Europa e dos EUA. Observa-se, nos relatos de duas jogadoras que atuaram fora do Brasil (Europa e EUA), que não conseguiram mudar a vida de seus familiares. A jogadora 7 destacou “Eu não vou falar que consegui dar qualidade de vida para meus pais, porque no futebol feminino não tem como pensar assim” (J7).

Outros aspectos são evidenciados no futebol de mulheres da Europa e dos EUA, como o capital cultural. Segundo Kessler (2015), os EUA, espaço futebolístico que ela estudou, possui uma grande população migrante, na medida que a organização esportiva e o sistema educacional fornecidos às jogadoras são significativos, pois são considerados bem-sucedidos internacionalmente.

Além disso, nota-se que a estrutura futebolística nessas regiões pode fornecer às jogadoras de futebol possibilidades de uma real atuação profissional. Para Kessler: “Os EUA

aparecem como um sonho de realização profissional e como modelo de organização esportiva para diversas futebolistas brasileiras” (KESSLER, 2015, p. 19).

Diante das condições oferecidas pelos EUA, Balardin *et al.* (2018) ressaltam que deveria ocorrer no Brasil algo semelhante, pois o país precisa de maiores investimentos, tanto sociocultural como financeiro, no intuito de valorizar a mulher futebolista. O modelo dos EUA trazido por Balardin *et al.* (2018), resalta que o clube precisa ter um departamento responsável pelo futebol feminino, realizando trabalhos de *marketing* e de captação de recursos. O modelo dos EUA que atua de forma profissional preza por uma estrutura física de qualidade, atuando tanto no treinamento técnico como tático das atletas para o alto rendimento. Esses elementos foram trazidos nas perspectivas das jogadoras do Clube A para referenciar o futebol profissional. Além disso, o modelo também resalta a importância em refletir o “[...] desempenho das equipes em campeonatos nacionais e internacionais” (BALARDIN *et al.*, 2018, p. 108).

A UR denominada “Jogar futebol na seleção brasileira” evidenciou, sobretudo, a estratégia das jogadoras em converter o capital simbólico futebolístico em capital social. Atuar na seleção brasileira para as jogadoras entrevistadas significa obter um tipo de reconhecimento dentro do campo futebolístico. Obter uma ou mais passagens pela seleção brasileira seria subir um degrau em direção à visibilidade individual como jogadora, visto que adquirem a possibilidade de serem selecionadas pelos grandes clubes, especialmente aqueles pertencentes à região Sudeste ou do exterior.

A inferência supracitada pode ser vislumbrada por meio dos relatos de duas jogadoras que haviam passado pela seleção brasileira de futebol. Segundo a jogadora 13, que atuou na seleção brasileira (sub 17 e sub 20), suas maiores oportunidades foram alcançadas por meio desta atuação. A jogadora 13 ressaltou: “Aí depois eu dei um salto maiorzinho, porque eu tive a passagem pela seleção e recebi um convite para ir para a Alemanha. [...] Voltei, aí tive a convocação para a seleção sub-20. Aí depois eu tive um convite para jogar no Casaquistão para jogar a liga dos campeões” (J13). A jogadora supracitada conquistou um dos grandes objetivos da maioria, jogar para algum clube do exterior. Além disso, ela esclareceu que a oportunidade de jogar, tanto na Alemanha como no Cazaquistão, ocorreram na sequência de sua atuação na seleção brasileira.

A inserção da jogadora 13 na seleção brasileira de futebol teve influência de uma pessoa, a psicóloga da equipe em que ela atuava a indicou para o técnico da seleção na época, conforme relatou: “Ela era amigassa do treinador da seleção brasileira e ela sempre falava assim, ‘Olha para aquela menina com carinho, olha para aquela menina ali com carinho’, então

ela tem um dedinho assim, na minha primeira convocação sabe?” (J13). Por isso, ela compreende que a interferência da psicóloga foi de suma importância, pois a partir do momento em que ela atuou na seleção começou a surgir oportunidades significativas em seu percurso futebolístico, especialmente a chance de jogar em clubes de fora do Brasil. Ela salientou: “A história só começou a se escrever mesmo depois que eu cheguei na seleção, porque aí as coisas se abrem, porque aí as pessoas começam a te ver com outro olhar. Os clubes começam te ver com outro olhar” (J13).

Outro relato que evidencia a lógica existente neste campo esportivo foi concedido pela goleira da equipe, ao ressaltar que passar pela seleção é tão importante neste universo que ela perdeu uma oportunidade fora do Brasil por não ter conquistado ainda este feito. Segundo ela: “Países grandes tipo na França, na Espanha assim, eles vão querer só a Barbara só. Eles não querem saber de outras goleiras brasileiras. [...] Não querem saber de outra, porque ela tem destaques porque jogou na seleção” (J10).

A jogadora demonstra que surgiu a oportunidade de atuar fora do país, mas parece que não ter atuado pela seleção brasileira foi uma barreira, especialmente porque ela é goleira e, nesta posição, eles buscam pela Barbara Micheline, do Monte Barbosa, futebolista brasileira que atuou como goleira da seleção por diversas vezes.

Diante disso, atuar na seleção brasileira como futebolista é o objetivo de grande parte das jogadoras, porém, observa-se que esta conquista individual se restringe, muitas vezes, na dimensão de um sonho que eles possuem, como afirmou a jogadora 2: “Ainda tenho o sonho da seleção brasileira que acho que é o sonho da maioria das meninas” (J2). Contudo, este sonho de obter reconhecimento (capital social) por meio da seleção é algo limitado para muitas jogadoras, o que gera uma frustração diante das dificuldades, resultando na desistência de conseguir vivenciá-lo. Em sua entrevista, a jogadora 10 evidenciou: “Mas assim, eu não sonho mais com seleção brasileira assim. Lógico que lá no fundo a gente tem um ‘poxa meu eu podia estar lá’, mas eu sei como que é complicado” (J10).

Na categoria “projetos dentro do campo futebolístico” verificou-se a UR “atuar na formação de jogadoras de futebol”, que emergiu como uma tomada de posição de algumas jogadoras, tentando permanecer de alguma forma na atuação futebolística. Vale destacar que somente uma das jogadoras que foram incluídas nesta UR, obtêm tal estratégia como primeiro plano. No período da entrevista (2019), tal jogadora estava finalizando o curso de Educação Física e ressaltou que desde o primeiro ano do curso seu objetivo era parar de jogar e utilizar a formação para trabalhar com treinamento de alto rendimento no futebol feminino.

As outras jogadoras (três delas) possuem a estratégia de trabalhar na formação de atletas mulheres como um plano B. Elas mencionam que pretendem dedicar-se a escolinhas de futebol, projetos que envolvem o futebol feminino ou em clubes que possuem equipes de mulheres. Essa tomada de posição pode ser realizada desde a base até o time principal da equipe, pois, o importante para elas é continuarem vivendo dentro deste universo futebolístico, mesmo depois que pararem de atuar como jogadoras de futebol.

As entrevistadas buscaram utilizar o capital corporal adquirido como jogadora de futebol para se inserir em um curso de Educação Física, aumentando o volume de capital cultural institucionalizado. Compreendem que os dois capitais acumulados podem trazer possibilidades de atuação profissional, mas na área do treinamento de alto rendimento dentro do campo esportivo.

Por fim, por meio das entrevistas, tem-se a UR “Reconhecimento individual e coletivo no futebol de mulheres”, emergida das unidades de contexto que compõem a categoria “projetos dentro do campo futebolístico”. Observa-se que as jogadoras possuem a estratégia de obter um maior volume de capital simbólico futebolístico, que é a soma dos capitais em termos de reconhecimento, tanto individual como coletivo.

O capital simbólico futebolístico individual que as jogadoras almejam pode ser observado pela frase “Fazer história no futebol”, evidenciando a importância da obtenção de capital social, ou seja, ser reconhecida por meio das relações sociais estabelecidas no campo esportivo. Além disso, elas almejam conseguir converter o capital social em capital econômico, para obter melhores condições de vida, ajudando seus familiares e as pessoas que as apoiaram na carreira futebolística. Entretanto, segundo a teoria bourdieusiana a conversão para o capital econômico quase sempre é arriscada.

As jogadoras almejam o capital futebolístico na medida que sonham crescer profissionalmente, adquirindo capital social, econômico e cultural, como forma de modificar tanto sua própria vida como a de familiares, podendo assim ser valorizada e reconhecida dentro deste campo.

Evidenciou-se o capital social nesta UR, pois, fica claro que as jogadoras pensam o futebol como uma possibilidade de obtenção do estrelato (no sentido de obter glória e fama). Entretanto, esses elementos são produzidos pelo futebol espetáculo, servindo, muitas vezes, para iludir, visto que, chegar ao topo da carreira profissional futebolística é algo conquistado por poucos, especialmente no futebol de mulheres.

O capital futebolístico coletivo se refere às jogadoras com projetos que envolvem o futebol feminino de modo geral, ou seja, elas não olham de forma isolada para seus intentos e

objetivos, mas gostariam de ver uma melhora da modalidade, a qual traria benefícios para todas as futebolistas mulheres dentro do campo. Ou seja, significa uma melhora nas condições de atuação das jogadoras de futebol, não somente para aquelas que atuam em grandes clubes, mas as que jogam em times menores, fora da região Sudeste do Brasil. Essa melhora nas condições, a qual elas se referem, seria de subsídios financeiros e salários apropriados (capital econômico) para que todas as jogadoras tenham possibilidade de seguir carreira no futebol. Além disso, elas destacam a importância de uma estrutura adequada para o treinamento de alto rendimento das atletas de futebol feminino (obtenção do capital corporal), como treinos realizados por equipes competentes; alojamento e comida adequada a um atleta; competições organizadas por patrocinadores que façam a diferença.

Nota-se que para as entrevistadas é importante ver o futebol feminino seguindo a lógica do futebol espetáculo. Isso se evidencia nos relatos: “Espero que o futebol feminino ainda tenha um horário reservado às quartas feiras às 21h. 30 min. para passar um jogo com estádio lotado. [...] Tenham um jogo transmitido pela Globo, Band com milhões de pessoas assistindo (J11). Segundo Gastaldo (2009), os meios de comunicação transcendem a função de realizar somente a cobertura jornalística acerca dos megaeventos futebolísticos ou informar sobre campeonatos, jogadores e clubes. Para além disso, os meios de comunicação buscam conquistar o olhar do público, transformando os jogos em espetáculos assistidos por milhares de pessoas, bem como tornam jogadores em ídolos e celebridades.

Embora o futebol espetáculo seja um modelo, no qual as jogadoras almejam chegar devido aos elementos que compõem este campo e seja referência para elas, é preciso refletir sobre tal participação. A matriz espetacular futebolística conquistou um mercado e pode oferecer oportunidade financeira bastante atrativa, servindo como entretenimento para muitos, mas que pode ser exercida como profissão por poucos. Esta matriz espetacular é atrativa para muitos meninos e meninas e possui uma estrutura composta por diversos profissionais que sonham com a participação nos estádios/arenas de futebol, ídolos que recebem altos salários e aparecem frequentemente nos meios de comunicação (KESSLER, 2015).

Segundo Kessler (2015), o futebol de mulheres não faz parte da matriz espetacular conceituada por Damo (2006), na medida que não adota a gramática universal de disposições da prática e não possui de forma clara a divisão social do trabalho. A gramática que compõe o futebol de espetáculo é incorporada em forma de disposições para a prática de uma linguagem universal. A divisão social do trabalho que caracteriza o futebol espetáculo dentro e fora do campo é caracterizada por Damo (2006). Com base em Toledo (2002), o autor ressalta que o campo do futebol espetáculo possui alguns principais segmentos de agentes: primeiramente, os

profissionais, aqueles que influenciam no jogo, tanto dentro do campo como na performance dos jogadores, viabilizando a competição como espetáculo (jogadores, técnicos, dirigentes, juízes, preparadores físicos, médicos, entre outros); os especialistas (cronistas esportivos), construindo uma narrativa universalista a partir de técnicas de cada meio de comunicação, que mediam o processo ritual e o interesse geral (torcedores); os torcedores, aqueles que mediados pela circularidade das emoções partilham dos rituais do universo futebolístico; por fim, existem os dirigentes, que possuem o domínio político e econômico do futebol espetáculo, exercendo cargos eletivos, como presidentes de clubes, federações e confederações.

No Brasil, o futebol está associado à uma masculinidade hegemônica, tradicional e idealizada, ligado à performance de espetáculo; para fazer parte, é preciso seguir algumas ações que servem para padronizar e produzir algo que seja vendido (KESSLER, 2015). Para a autora, esse produto mercadológico necessita de um mercado, e como conseqüente, de um público significativo. Nesse sentido, por não estar padronizado em tal lógica, o futebol de mulheres também possui dificuldades para sua espetacularização, especialmente porque possui um mercado ainda limitado (KESSLER, 2015). A matriz espetacularizada, definida por Damo (2006), exclui mulheres e homens que não se adequam à imposição das performances de gênero e sexualidade hegemônica.

O futebol no modelo espetacularizado utiliza como fundamento o valor monetário, promovendo desigualdades para homens e mulheres, pois é uma pequena “elite” que participa desta matriz. Os padrões idealizados e impostos pela matriz espetacularizada estão atravessados pela masculinidade e feminilidade hegemônica, mas que se diferenciam da realidade observada em diferentes lugares, pois são milhares de jogadores/jogadoras que possuem baixos salários e sonham com o reconhecimento (KESSLER, 2015).

Nos EUA, o público que assiste o futebol universitário de mulheres é maior do que no Brasil, mas em comparação a outros esportes considerados pequenos ao ponto de não fazer parte da espetacularização, como um jogo de hockey, por exemplo. Todavia, “[...] possuía um padrão de qualidade e organização que no Brasil poderia ser considerado como profissional” (KESSLER, 2015, p. 54). Esta relação significa que ainda que as jogadoras possuam estruturas exemplares, ao ser comparadas à matriz espetacularizada de outros esportes, não chegam ao reconhecimento esportivo desejado.

O futebol de mulheres no Brasil, mais especificamente em algumas regiões do país, como no Sul, precisa refletir sobre as condições existentes para que elas consigam atuar de forma profissional. O jogador homem adquire disposições práticas futebolísticas, com intento de ser selecionado em uma equipe, tendo ideia de onde ir para encontrar práticas profissionais.

As mulheres possuem dificuldades de encontrar equipes para atuar, sobretudo, que ofereçam condições de qualidade para uma possível atuação profissional. Assim, as futebolistas precisam lidar com vários obstáculos para se inserirem e permanecerem no campo futebolístico, os quais foram debatidos na seção anterior.

Kessler (2015) sugere a necessidade de desvincular o futebol de mulheres ao modelo esportivo espetacular, construindo uma visão mais ampla, de que também é um futebol de devir – que está em constante transformação.

Nesse sentido, ao refletir sobre essa desvinculação, se observa os objetos de disputa criados dentro do campo futebolístico de mulheres, pois continua sendo um campo de luta, em busca da visibilidade e de prestígio. Lembra-se que, mesmo tendo a matriz espetacular como referência, o futebol de mulheres está situado fora dessa lógica, mas isso não significa que as jogadoras não possuam interesses, trajetórias construídas e projetos esportivos/profissionais.

Nesse campo, os objetos de disputa das jogadoras adquirem outros contornos, como: a conquista de atuar na seleção para adquirir visibilidade; jogar fora do país; condições para atuação realmente profissional oferecida por um clube; o gol marcado que levou a um convite ou a uma indicação para um clube melhor, entre outros objetos que são elementos que provêm do campo futebolístico espetacularizado, mas que nem sempre estão associados ao retorno financeiro.

Inferese que é preciso refletir sobre os efeitos que a matriz espetacularizada traz ao campo esportivo e futebolístico, na medida que exclui várias atletas (homens e mulheres), porém, se caracteriza como um espaço que mais recebe investimento em nível global. Essa reflexão se faz necessária na medida que se observa uma diversidade de mulheres que atuam no futebol de mulheres, com objetivos e projetos. Dentre elas, aquelas que ao mirar o futebol espetáculo, constroem outros valores, como a jogadora 15 ressaltou: “Eu tinha um sonho de ir para a seleção, eu tinha um sonho de viajar o brasil inteiro, de sair do país, tinha sonho como qualquer outra atleta hoje que começa a jogar futebol” (J15).

Tal cenário, no qual a matriz espetacularizada é o modelo, é vivenciado por uma minoria de jogadores que buscam a carreira profissional, isso reduz ainda mais quando se fala mulher jogadora. Como consequência das barreiras em se inserir no campo do futebol espetáculo existem jogadoras que modificam seus objetivos. Dentre as jogadoras entrevistadas, encontra-se uma com um discurso um pouco diferente das demais, pois seu objetivo era viver o momento, com um tom de desistência em relação aos sonhos. Entende-se, assim como Kessler (2015), que o futebol de mulheres transcende o modelo comercial e do espetáculo, trazendo uma diversidade de maneiras de participação, especialmente aquelas que vivenciam uma luta

na busca pela concretização de projetos que, muitas vezes, são inviabilizados no percurso futebolístico.

É necessário resgatar a problemática deste estudo, embasada em dois pontos que se relacionam entre si: o futebol de mulheres e o futebol como profissão. Entende-se que as mulheres não possuem um modelo profissional regulamentado e institucionalizado para que possam ascender. Além disso, destaca-se a problematização que a temática traz com relação às desigualdades de gênero que perpassam pelo campo futebolístico.

As condições deste campo, as quais influenciam na posição da mulher nele, são desfavoráveis no que se refere ao aspecto econômico, estrutural, e mesmo o legislativo. Diante disso, tendo em vista as políticas de igualdade de gênero presentes na pauta das entidades futebolísticas, que possibilitaram ações para o avanço profissional no futebol de mulheres, buscou-se analisar a posição das mulheres jogadoras da equipe “Clube A– Clube B” no campo futebolístico profissional.

A posição da mulher jogadora da equipe Clube A/Clube B é de protagonista na luta dentro do campo futebolístico. O objeto dessas jogadoras envolve a inserção e a permanência, especialmente no que se refere ao campo profissional de futebol, pois, neste espaço, sua posição de luta foi necessária para obter melhores condições de atuação. As condições para a mulher jogadora atuar profissionalmente estão envolvidas pelos baixos salários, precarização dos direitos trabalhistas e desportivos, pouca estrutura para realização de treinos e campeonatos, além de alimentação e moradia inadequadas.

Primeiramente, esta tese está centrada no argumento de que a mulher futebolista sempre esteve à frente, de forma ativa, de sua luta para se inserir e permanecer no futebol, se apresentando como protagonista da sua trajetória na modalidade. Nas trajetórias analisadas, observou-se que um *habitus* de luta foi sendo interiorizado nas jogadoras desde a fase em que elas estavam se inserindo na prática futebolística, visto que desde crianças precisaram contestar o preconceito cultural de gênero para subverter o simbólico social e se inserirem no campo futebolístico.

Superada a fase de inserção, percebe-se que dentro da trajetória da jogadora, tais disposições de luta continuam sendo interiorizadas, pois, neste segundo momento, a luta começa a ser travada pela busca da permanência neste campo. O *habitus* interiorizado nas jogadoras durante sua trajetória no campo futebolístico orienta suas formas de observar, pensar e agir, trazendo disposições combativas, que as levam à criação de estratégias (de forma consciente ou inconsciente), para tencionar as relações de poder existentes no campo futebolístico.

As estratégias são construídas com base no plano de vida dessas jogadoras, pautado na busca por melhores condições/estruturas para atuar profissionalmente em equipes de futebol feminino. Dentre as estratégias encontra-se: 1) jogar futebol fora do país, especialmente em regiões da Europa e do EUA; 2) jogar na seleção brasileira; 3) atuar na formação de atletas e 4) buscar o reconhecimento no futebol de mulheres de modo geral.

Outro argumento importante, pautado na questão legislativa do futebol profissional, é que, ao mesmo tempo que as jogadoras de futebol se denominam como profissionais na prática, especialmente por conta da rotina de treinamento e os deveres que possuem como atletas diante do clube, elas também questionam tal posição na medida que não possuem as condições necessárias para uma atuação profissional. As jogadoras elencaram alguns elementos que faltam, desde a falta do alto rendimento nos treinos até a ausência de respaldo legislativo, que evidencia a inexistência de contratos especiais desportivos que subsidiem os direitos específicos de uma jogadora de futebol profissional. Algumas jogadoras precisam entrar com ações judiciais para garantir seus direitos trabalhistas, conquistando-os quando os magistrados entendem, com base na CLT, que existe uma relação de emprego entre jogadora e clube. Porém, nota-se que elas não conseguem obter os aspectos materiais que caracterizam a natureza especial do contrato de trabalho do atleta profissional de futebol. Nesse sentido, as demandas específicas que um atleta necessita para sua atuação restam à mercê dos clubes empregadores e não são garantidas nem mesmo com uma ação judicial após elas encerrarem sua atividade pelo clube.

As jogadoras perpassam por um processo de profissionalização no futebol, que envolve a obtenção das condições necessárias, as quais irão subsidiar a busca pelo capital simbólico no campo futebolístico. Esse processo pode ocorrer de forma consciente ou inconsciente, quando as jogadoras buscam pelo capital futebolístico dentro deste campo, trazendo a possibilidade de uma atuação profissional.

Nesse cenário, foi importante elencar as ações fomentadas pelas entidades futebolísticas, como a medida da CONMEBOL e da CBF, que obrigou os clubes a obterem times de mulheres. Tal medida impactou positivamente em oportunidades para a atuação de mais mulheres no campo futebolístico, mas não garantiu melhorias nas condições de suas atuações profissionais. Assim, não remete à profissionalização do futebol de mulheres, especialmente para equipes com baixo capital simbólico, que estão situadas fora dos grandes centros futebolísticos (região Sudeste). Nesse sentido, compreende-se que as ações desenvolvidas pelas entidades futebolísticas de igualdade de gênero precisam transcender iniciativas individuais, pois se tornam insuficientes para desenvolver um projeto a longo prazo,

com uma pauta que envolva, seriamente, todos os agentes pertencentes ao campo profissional futebolístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A posição da mulher no futebol perpassa por interferências sociais, históricas e culturais no papel da mulher na sociedade, no campo esportivo, e mais especificamente, no futebol.

A sociedade construída com base em aspectos patriarcais trouxe uma série de restrições para a mulher, dentre elas estava a proibição de realizar práticas esportivas que não condiziam com as normas sociais estabelecidas para o corpo da mulher. As razões de características machistas e subsidiadas em princípios biológicos associados à “natureza feminina”, restringiram a prática futebolística de mulheres. Mesmo após a legalização da modalidade, continuaram associando a mulher jogadora a aspectos preconceituosos e machistas, ora suspeitando da sexualidade das praticantes, ora enfatizando as características do corpo da mulher.

A discussão sobre a condição da jogadora no campo futebolístico perpassa por essas questões que perduraram até os dias de hoje e refletem na realidade das jogadoras, trazendo dificuldades e barreiras durante a trajetória das futebolistas, fato que desestabiliza e desvaloriza a mulher no campo profissional de futebol.

As jogadoras de futebol se encontram em um processo de busca pela profissionalização, o qual está envolvido pelo conceito de “reconhecimento”. Neste estudo, foram denominados de capitais (social, econômico, cultural e simbólico), com base na teoria bourdieusiana, pois esse reconhecimento buscado pelas jogadoras envolve: sucesso financeiro; visibilidade do público; reconhecimento da família; conhecer novos países adquirindo conhecimento e ascensão social. Esses elementos, muito presentes no futebol espetacularizado, também são aspirados pelas jogadoras, mas para elas é difícil o acesso, pois o percurso futebolístico de mulheres possui diferentes obstáculos, devido ao campo que ainda não tem consolidação e está constantemente em construção (fazendo-se e refazendo-se).

Durante a pesquisa, compreende-se que não existe futebol espetáculo sem futebol profissional, mas nem sempre o espetáculo faz parte da realidade de pessoas que tentam ou são profissionais no esporte. Este espaço, consolidado, abrange poucos homens, visto que os elementos como mercado rentável, esporte espetáculo, entre outros, são incipientes no futebol de mulheres.

Durante as conversas com as jogadoras, notou-se que, ao mesmo tempo que elas se denominam atletas profissionais, também questionam ou são questionadas em relação a esta posição, visto que, muitas vezes, não possuem condições favoráveis para atuar com

profissionais. Assim, observa-se que elas sempre estão buscando atuar em clubes (nacionais e internacionais) que proporcionem tais condições. Para as jogadoras, o processo de profissionalização está envolvido por diferentes elementos, como: a) obtenção de capitais (social, econômico, cultural e simbólico); b) treinamento de alto nível com equipes de profissionais competentes; c) responsabilidade da própria jogadora para atuar profissionalmente; d) condições favoráveis para atuar de forma profissional como: moradia, alimentação e espaço de treinos adequados; e) subsídios normativos para obtenção de salários dignos e sem atraso, bem como dos direitos trabalhistas garantidos por meio de um contrato formal de trabalho.

Para a obtenção de condições profissionais para a atuação da mulher no futebol, existe uma luta travada pelas mulheres. Neste ponto, é importante frisar o protagonismo da mulher, pois, em toda a história do futebol feminino, a própria foi agente ativa, reivindicando por direitos, sejam eles de participação ou de melhorias para a modalidade. As mulheres jogadoras de futebol foram resistentes à proibição da modalidade, na década de 1940, e atualmente resistem aos efeitos repercutidos no início de sua trajetória futebolística, quando são desencorajadas a jogar pela família ou por agentes que acreditam que o lugar da mulher não é no futebol. Além disso, superada a fase de inserção na modalidade, em seu percurso futebolístico observa-se que as mulheres passam por dificuldades nas equipes em que atuam, nacionais ou internacionais, ainda assim criam estratégias para seguir treinando e participando do campo futebolístico a duras penas.

As transformações que têm ocorrido e as ocorrerão no futebol de mulheres profissional para uma melhor consolidação do campo, depende muito do protagonismo da mulher, pois, historicamente, observa-se que a mulher tem criado estratégias para se inserir e permanecer neste processo de construção do campo profissional de futebol. Por isso, é agente protagonista e não agente passiva, mera expectadora dos acontecimentos.

Diante dessas condições desfavoráveis para a atuação da mulher no futebol profissional, observou-se a existência de um movimento influenciador que objetiva aumentar a participação da mulher de forma global, nos diversos campos. A FIFA, entidade máxima no campo esportivo, a partir da década de 1990, mais especificamente, por ser também política, começou a disseminar a ideia para suas afiliadas.

Nesse sentido, além da posição de luta e de protagonismo da mulher futebolista nesse processo, não se pode deixar de lado o contexto atual, em que têm sido desenvolvidas ações positivas pelas entidades máximas deste campo. Entretanto, as medidas tomadas e colocadas em prática devem ocorrer com comprometimento coletivo dos agentes envolvidos com o

futebol de mulheres. Se as medidas ocorrem de forma isolada, sejam obrigatórias ou não, serão somente regulamentos sem efetividade, e, portanto, um mero cumprimento de protocolo. Como resultado disso, o futebol de mulheres se tornará mais deficitário no que se refere às condições de atuação para a prática profissional da modalidade.

A título de exemplo, pode-se mencionar para a ação apresentada neste estudo, a medida obrigatória proposta em 2016 pelas entidades CONMEBOL e CBF, que obrigou os clubes que participaram do campeonato brasileiro masculino - série A, a montarem uma equipe feminina. Nota-se que os efeitos da ação são positivos, possibilitando mais oportunidades às mulheres, porém, não garantiu condições favoráveis para as mulheres futebolistas avançarem no que se refere à uma atuação profissional.

A medida obrigatória aumentou o número de mulheres e de equipes em alguns campeonatos, mas não colaborou para o avanço profissional de times como o Clube A, que são mantidos por poucos patrocinadores, ajuda de apoiadores e pela verba repassada pela CBF. Além disso, as jogadoras frisaram que os times que estão fora da região Sudeste são menos prestigiados, inclusive por falta de capital econômico e social. As equipes com alto volume dos capitais supracitados, além de criar os times com um elenco de alto nível, conseguiram se manter nos campeonatos.

Em contrapartida, as equipes que fizeram parcerias, como a do Clube A com o Clube B, não tiveram subsídios significativos que favorecessem um avanço futebolístico para as jogadoras, até porque essa parceria foi rompida no ano subsequente, no qual a equipe caiu para a série A2 do Campeonato Brasileiro. Algo que parece simples, mas que para elas seria importante, era jogar no campo do Clube B, assim como foi prometido pelo clube logo no início da parceria. Entretanto, além de não acontecer, outras situações que fortaleceriam o vínculo entre Clube A e Clube B também não aconteceram. Dessa forma, acredita-se que a medida obrigatória para as jogadoras da equipe Clube A foi uma frustração sem muito retorno.

Nesse sentido, as jogadoras destacaram que a associação dos times ocorreu somente porque é algo obrigatório, um cumprimento de protocolo, resultando em um trabalho ineficaz e sem efetividade. Portanto, compreende-se que mesmo que as ações das entidades sejam positivas, na medida que buscam desenvolver o futebol de mulheres no país, da forma que foi aplicada, não sanou uma demanda do futebol de mulheres como um todo, pois fragilizou os times com menor capital e engrandeceu ainda mais as equipes dominantes.

Diante disso, as condições desfavoráveis para a atuação profissional da mulher futebolista que joga em times com menor capital econômico e social permaneceram. Em tal contexto, de times de regiões marginalizadas no futebol, as mulheres tomam posições de luta e

protagonismo, buscando sobreviver em uma realidade difícil: baixos salários, precarização dos direitos trabalhistas, pouca estrutura para a realização dos treinos e campeonatos, entre outros aspectos que colocam a mulher em condições mínimas para a atuação profissional no futebol.

Com base nesta tese, compreende-se que é necessário transcender ações individuais, mas construir um projeto de longo prazo, que envolva de modo comprometido todos os agentes envolvidos com o campo futebolístico. Trazer ações como medidas obrigatórias pode ter alguns efeitos positivos, como o aumento das mulheres no futebol e a criação de times femininos por clubes tradicionais. Contudo, é preciso refletir se, com a retirada dessa medida obrigatória em algum momento, esses times continuariam a existir.

Ainda, com base na criação da medida obrigatória, para se obter um time feminino como uma iniciativa isolada, também seria preciso refletir sobre a fiscalização dos critérios sob os quais as equipes femininas estão funcionando, pois, somente dar o direito de jogar em um clube, não acarreta mudanças significativas. Acredita-se que para ocorrer um avanço no futebol de mulheres no campo profissional é preciso atentar para as condições: estruturais (treinos de alto rendimento, alimentação e moradia adequada, equipe de base, equipe técnica especializada, entre outros); econômicas (salários e subsídios financeiros para o clube se manter na disputa); e legislativas (fazer cumprir a legislação prevendo vínculos por meio de contratos de trabalho desportivo).

As ações desenvolvidas pelas entidades futebolísticas para a igualdade de gênero precisam transcender iniciativas individuais, insuficientes para desenvolver um projeto a longo prazo com uma pauta que envolva, de forma comprometida, todos os agentes pertencentes ao campo profissional futebolístico.

REFERÊNCIAS

- ABAL, F. C. O contrato de trabalho do atleta profissional de futebol frente aos direitos fundamentais trabalhistas. **Espaço Jurídico**. Joaçaba, v. 12, n.2, p. 325-336, 2012.
- ALMEIDA, C. S. O Estatuto da FIFA e a igualdade de gênero no futebol: histórias e contextos do Futebol Feminino no Brasil. **FuLiA / UFMG**, v. 4, n. 1, jan.-abr., 2019.
- ALMEIDA, C. PISANI, M. Carreiras e profissionalismo de futebolistas brasileiras após a regulamentação do Futebol Feminino no Brasil. **Labrys, estudos feministas**, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys28/sport/caroline.htm>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- ALVES, C. Montar time feminino é exigência para equipes da Série A. **Globoesporte.com**, p. 1, 4 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/montar-time-feminino-e-exigencia-para-equipes-da-serie-a-2019-veja-situacao-dos-clubes.ghtml>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- AMBRA, J. C.; AGUIAR, M. S. Presença de jogadoras negras no campo não se reflete na administração do futebol. **AGE MT – Jornalismo Puc-SP**, 14 de setembro de 2020. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/presenca-de-jogadoras-negras-no-campo-nao-se-reflete-na-administracao-do-futebol>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- ANDRADE, N. Craques no campo e fora dele: atletas se dedicam aos estudos. **Coluna do Jornalista**, 25 de setembro de 2019. Disponível em: <https://deusmedibre.com.br/jornalista/jornalista/craques-no-campo-e-fora-dele-atletas-se-dedicam-aos-estudos/>. Acesso em: 07 jun. 2020
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARAÚJO, J. G. **Mulher no futebol: Que medidas protetivas?** Monografia (Graduação em Direito). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- AVELAR, I. Desigualdade salarial no futebol: mulheres ganham menos apenas por serem mulheres? **Futebolporelas**, 27 de junho de 2020. Disponível em: <https://futebolporelas.wixsite.com/futebolporelas/post/desigualdade-salarial-no-futebol-mulheres-ganham-menos-apenas-por-serem-mulheres>. Acesso em: 07 jun. 2021.
- BALARDIN, G. F. *et al.* O futebol feminino no Brasil e nos Estados Unidos: semelhanças e diferenças no esporte. **Revista Brasileira de futsal e futebol**, São Paulo. v. 10. n. 36, p. 101-109, abr. 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARLEM, C. Conmebol diz que regra de times femininos será cumprida; clubes buscam regularização junto à CBF. **Dona do Campinho**, 2018. Disponível em: <https://ge.globo.com/blogs/dona-do-campinho/post/2018/08/15/conmebol-diz-que-regra-de-times-femininos-sera-cumprida-clubes-buscam-regularizacao-junto-a-cbf.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2019.

- BARLEM, C. Técnica do Clube A faz vaquinha online por sequência da temporada e presença na A2 do Brasileiro. **Ge.Globo.com**, 2020. Disponível em: <https://ge.globo.com/blogs/dona-do-campinho/post/2020/04/23/tecnica-do-foz-cataratas-faz-vaquinha-online-por-sequencia-da-temporada-e-presenca-na-a2-do-brasileiro.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2020.
- BARROS, S. C. V., MOURÃO, L. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 30, p. 1-11, 2018.
- BELMONTE, A. A. Direito Desportivo, Justiça Desportiva e principais aspectos jurídico-trabalhistas da relação de trabalho do atleta profissional. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 47. p. 77-97. 2010.
- BECKER JUNIOR, B. **Manual de Psicologia do Esporte e Exercício**, Porto Alegre: Nova Prova, 2000.
- BERTOLINI, L. B. A. **Relações entre o trabalho da mulher e a dinâmica familiar**. São Paulo: Vetor, 2002.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 1996.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOURDIEU, P. **Os Usos Sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- BOTELHO, V. **Leaving the core? Emigration of Scandinavian Female footballers in Sport as a global labour market; female football migration**. University of Copenhagen, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 05 out. 1988.
- BRASIL. Lei nº. 3199 do Conselho Nacional de Desportos e Conselhos Regionais de Desportos. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1941.
- BRASIL. Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 10 dez. 2019.
- BRASIL. Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 de

setembro de 1976. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6354.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.354%2C%20DE%202%20DE%20SETEMBRO%20DE%201976.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20rela%C3%A7%C3%B5es%20de,futebol%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de abril de 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8028-12-abril-1990-372178-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 6 de julho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8672.htm. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. Lei no. 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 mar. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm. Acesso em: 21 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000. Altera dispositivos da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de jul. de 2000.

BRASIL. Lei nº 12.395 de 16 de março de 2011. Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de março de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12395.htm. Acesso em: 02 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol [...]. **Diário Oficial da União**, 4 de agosto de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13155.htm. Acesso em: 25 ago. 2021.

CACIOLI, R. Mesmo obrigados, clubes da Série A ignoram futebol feminino. **Estadão**. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,mesmo-obrigados-clubes-da-serie-a-ignoram-futebol-feminino,70002273870>. Acesso em: 27 nov. 2018.

CALEGARI, L. F. **O contrato de trabalho do atleta profissional de futebol e a lei 12.395 de 2011**: Uma análise da aplicação das cláusulas compensatória desportiva e indenizatória desportiva. Monografia (Graduado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CAPRARO, A. M.; CHAVES A. S. O futebol feminino: uma história de luta pelo reconhecimento social. **Efdeportes.com Revista digital**, Ano 12, n. 111, p. 1/1, 2007.

CASTELLANI, R. M. **O futebol profissional e o processo de formação de grupo**. 2017. Tese (Psicologia Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

CATVE. Futebol: Clube A realizou seletiva no Conjunto Libra. **Catve**, 29 de janeiro de 2013. Disponível em: <https://catve.com/noticia/3/51255/futebol-foz-cataratas-realizou-seletiva-no-conjunto-libra>. Acesso em: 04 mai. 2021.

CEDRO, M. Bourdieu entra em “campo”: O futebol como espaço autônomo de interações, disputas, posições e consagrações. *Tempos Gerais - Revista de Ciências Sociais e História, UFSJ*, São João Del’Rey, n. 6, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/temposgerais/article/view/1695>. Acesso em: 21 jan. 2020.

CLUBE A. Página oficial no Facebook. **Facebook**, 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/fozcataratasfutebolfeminino/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CLUBE B. Clube B fecha parceria no futebol feminino com o Clube A. **Clube B**, 17 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://athletico.com.br/noticia/athletico-paranaense-fecha-parceria-no-futebol-feminino-com-o-foz-cataratas/>. Acesso em: 06 jan. 2019.

COCETRONE, G. Decisão que garante direitos no futebol feminino pode ser histórica. **Uolesporte**, 2 de julho de 2021a. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/lei-em-campo/2021/07/02/justica-reconhece-mulher-como-profissional-do-futebol-decisao-e-importante.htm>. Acesso em: 23 dez. 2021.

COCETRONE, G. Justiça reconhece vínculo trabalhista de jogadora com Foz Cataratasmador. **Uolesporte**, 10 de junho de 2021b. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/lei-em-campo/2021/10/06/justica-reconhece-vinculo-trabalhista-de-jogadora-clube-com-clube-amador.htm#:~:text=O%20juiz%20Daniel%20Correa%20Polak,31%20de%20janeiro%20de%202021>. Acesso em: 01 dez. 2021.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino – 2013. **Confederação Brasileira de Futebol**, 2013. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/competicoes/campeonato-brasileiro-feminino/2013?phase=929>. Acesso em: 24 mai. 2021.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino A1 – 2019a. **Confederação Brasileira de Futebol**, 2019. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/competicoes/campeonato-brasileiro-feminino-a1/2019?phase=1282>. Acesso em: 09 abr. 2020.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Diretoria de Registro, Transferência e Licenciamento. **Regulamento Nacional de Registro e Transferência de Atletas de Futebol**, 2019. Disponível em: https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201901/20190103201936_881.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Foz Cataratas e Coritiba oficializam parceria. 2017. **Confederação Brasileira de Futebol**, 23 de janeiro de 2017a. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/campeonato-brasileiro-feminino/foz-cataratas-e-coritiba-oficializam-parceria>. Acesso em: 17 abr. 2021.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Regulamento de Licença de Clubes. **Confederação Brasileira de Futebol**, 2017b. Disponível em: https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201702/20170208174032_0.pdf. Acesso em: 14 jul. 2018.

CONMEBOL. **Regulamento de Licença de Clubes**. 2016. Disponível em: <https://www.conmebol.com/wp-content/uploads/documents/reglamento-de-licencia-de-clubes-portugues.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

CONSENZO, L.; CARDOSO, R.; AQUINO, A. Clubes brasileiros não obedecem regra da Conmebol sobre futebol feminino. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1, 23 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/12/clubes-brasileiros-nao-obedecem-regra-da-conmebol-sobre-futebol-feminino.shtml>. Acesso em: 16 abr. 2019.

CONSENZO, L.; CARDOSO, R.; AQUINO, A. “Só minoria no Brasileiro feminino tem atletas com carteira assinada”. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/03/so-minoria-no-brasileiro-feminino-tem-atletas-com-carteira-assinada.shtml>. Acesso em: 23 fev. 2020.

CORITIBA. Dia importante para o futebol feminino: Couto recebeu meninas do Foz Cataratas/Coritiba pela primeira vez em preliminar deste domingo. **Coritiba**, 11 de março de 2018. Disponível em: https://www.coritiba.com.br/artigo/32623/dia_historico. Acesso em: 17 jun. 2021.

COSTA, M. G. B. Perspectivas para o futebol feminino: um estudo a partir do Pelotas/Phoenix. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, Edição Especial: Pedagogia do Esporte, São Paulo. v. 8, n 31, p. 379-386. jan./dez., 2016.

COSTA, M. G. B. Um olhar sobre o campeonato gaúcho de futebol feminino adulto através das reportagens da gaúcha ZH. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, São Paulo, v. 10, n. 37, p. 228-234, mai./ago. 2018.

DAMATTA, R. Antropologia do óbvio: Notas em torno do significado social do futebol brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 22, p.10-17, 1994.

DAMO, A. S. **Do dom à profissão**: Uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

DAMO, A. S. **Do dom à profissão**: a formação de futebolistas no Brasil e na França. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed. ANPOCS, 2007.

DELUCA, G.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; CHIESA, C. D. Projeto e Metamorfose: Contribuições de Gilberto Velho para os Estudos sobre Carreiras. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, pp. 458-476, 2016.

ESPN. Jogadora do Santos, Sochor desabafa sobre condições do futebol feminino e recebe apoio: 'Cansada de viver na sombra'. **ESPN**, 16 de julho de 2019. Disponível em: https://www.espn.com.br/espnw/artigo/_/id/5843153/jogadora-do-santos-sochor-desabafa-sobre-condicoes-do-futebol-feminino-e-recebe-apoio-cansada-de-viver-na-sombra. Acesso em: 02 dez. 2019.

FAVERO, P. M. **Os donos do campo e os donos da bola:** alguns aspectos da globalização do futebol. Dissertação (Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL ASSOCIADO. **Women's Football Strategy.** Disponível em: <https://resources.fifa.com/image/upload/women-s-football-strategy.pdf?cloudid=z7w21ghir8jb9tguvbcq>. Acesso em: 20 mar. 2019

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL ASSOCIADO. Desenvolvimento do Futebol. **O jogo feminino: programa de desenvolvimento. 2012.** Disponível em: <http://pt.fifa.com/aboutfifa/footballdevelopment/technicalsupport/women/programmes.html>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. CBF põe mulheres à frente do futebol feminino e iguala diária entre seleções. **Folha de São Paulo**, 2 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2020/09/cbf-anuncia-duas-mulheres-para-o-comando-do-futebol-feminino.shtml#:~:text=Duda%20Luizelli%2C%2049%2C%20que%20era,da%20Confedera%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira%20de%20Futebol>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo.** Brasília: Liber Editora, 2008.

FRANZINI, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 1-15, dez. 2005.

FREITAS JR, M. A. de. **Operário Ferroviário Esporte Clube:** um estudo das causas do fracasso de uma equipe de futebol profissional do interior do Estado do Paraná. 148 2000, 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2000.

FUTEBOLL FEMININO. FIFA sobre o futebol feminino – Missão e Objetivos. **Futeboll Feminino**, 11 de outubro de 2013. Disponível em: <https://futeboll-feminino-fjs5.webnode.com/news/fifa-sobre-o-futebol-feminino-miss%C3%A3o-e-objetivos/>. Acesso em: 09 jun. 2019.

GABRIEL, B. J. **A influência do gênero na participação da prática futebolística nas aulas de educação física:** uma análise da prática discursiva das meninas do ensino médio do Colégio Estadual General Osório. 2012. Monografia (Graduado em Educação Física - Licenciatura) - Universidade Estadual Ponta Grossa - UEPG. Ponta Grossa.

GABRIEL, B. J. **A cobertura acerca da seleção brasileira de futebol feminino realizada pelo caderno de esporte do jornal Folha de S. Paulo (1991-2011).** 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

GASTALDO, É. “O país do futebol” mediatizado: mídia e Copa do Mundo no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 22, jul/dez. 2009, p. 352-369.

GIGLIO, S. S.; RUBIO K. Futebol profissional: o mercado e as práticas de liberdade. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 387-400, jul. 2013.

GLOBOESPORTE.COM. De olho na Libertadores, Athletico fecha parceria com o Foz Cataratas para time feminino. **Ge.globo.com**, 17 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://ge.globo.com/pr/futebol/times/athletico-pr/noticia/de-olho-na-libertadores-athletico-encaminha-parceria-com-o-foz-cataratas-para-time-feminino.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2020.

GOELLNER, S. V. Pode a mulher praticar o futebol? In: CARRANO, P.C. **Futebol, paixão e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p.79-94.

GOELLNER, S. V. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. **Revista Tempo**, v. 19, n. 34, Rio Grande do Sul, 2013.

GOELLNER, S. V. Na pátria das chuteiras as mulheres não têm vez. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 1-6, set. 2006.

GONÇALVES, J. C. S. CARVALHO, C. A. A mercantilização do futebol brasileiro: instrumentos, avanços e resistências. **Cadernos EBAFE. BR**, v.4, n. 2, p. 1-27, jun. 2006.

GEERTZ, C. Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galo Balinesa. In: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HAAG, F. R. O Futebol pode não ter sido profissional comigo, mas eu fui com ele": trabalho e relações sociais de sexo no futebol feminino. **Mosaico**, v. 9, n. 14, p. 141 - 160, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: esporte: 2016** /Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

ISTOÉ. ‘O futebol feminino não pode viver de amor e carinho’, diz Aline Pellegrino. **Isto é**, 17 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/o-futebol-feminino-nao-pode-viver-de-amor-e-carinho-diz-aline-pellegrino/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

ITAIPU BINACIONAL. Foz Futebol feminino retoma os trabalhos no campo da Itaipu Binacional. **Itaipu Binacional**, 25 de janeiro de 2013. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/foz-futebol-feminino-retoma-os-trabalhos-no-campo-da-itaipu-binacional>. Acesso em: 22 jun. 2022.

JUSTEN, G. PROFUT - A salvação do futebol brasileiro? **Andersenballão**, 2020. Disponível em: <http://www.andersenballao.com.br/pt/artigos-e-publicacoes/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

KESSLER, C. S. **Mais que barbies e ogras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos**. Tese (Doutorado em Antropologia social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

KNIJNIK, J. D. **Gênero e Esporte: masculinidades e feminilidade**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

LAURINDO, A. Análise dos impactos jurídicos por trás do tema da profissionalização do futebol feminino. **Lei em Campo**, 2019. Disponível em: <https://leiemcampo.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Alice-Laurindo-Profissionalizac%CC%A7a%CC%83o-do-Futebol-Feminino.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

LIMA, N. C. SOUSA, M. G. B. (In)visibilidade das mulheres nos campos de futebol: quebra de tabus e ampliação de sua presença no espaço público mediante a prática do esporte profissional. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, Sergipe, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2016.

LOPES, J. S. L. Considerações em torno das transformações do profissionalismo no futebol a partir da observação da Copa de 1998. **Estudos históricos**, v. 13, n.23, p.175-191, 1999.

Louro, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MACHADO, F. **Marta, futebol de mulheres e outras pitadas a mais...** Ludopédio, 2019. Disponível em: <https://www.ludopedio.com.br/arquibancada/marta-futebol-de-mulheres-e-outras-pitadas-a-mais/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

MÁQUINA DO ESPORTE. NetBet amplia patrocínio ao Fortaleza para o time feminino. **Máquina do Esporte**, 18 de setembro de 2019. Disponível em: <https://maquinadoesporte.com.br/artigo/netbet-amplia-patrocínio-ao-fortaleza-para-o-time-feminino/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MAQUIAVELI, G. *et al.* O desafio da dupla carreira: Análise sobre os graus acadêmicos de atletas de elite do futsal feminino brasileiro. **Revista da Journal of ALESDE**, v.13, n.1, Curitiba, 2021.

MARTINS, M. **Aperfeiçoando o imperfeito**: A ação sindical dos jogadores de futebol no período pós Lei Pelé. 2016. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

MELO, L. Foz Cataratas futebol feminino faz vaquinha para arrecadar dinheiro e se manter na temporada 2020. **Clickfoz**, 24 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.clickfozdoiguacu.com.br/foz-cataratas-feminino-faz-vaquinha-para-arrecadar-dinheiro-e-se-manter-na-temporada-2020/>. Acesso em: 07 out. 2021.

MENDONÇA, R. Jogadoras desabafam sobre ‘bagunça’ do Brasileiro feminino. **Dibradoras**, 2019. Disponível em: <https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2019/07/17/jogadoras-desabafam-sobre-bagunca-do-brasileiro-feminino/>. Acesso em: 29 nov. 2019.

MIRANDA, M. N. O art. 483 da CLT e a rescisão indireta do contrato de trabalho do atleta profissional de futebol. *In*: FILHO, F. M. S.; ZAINAGHI, L. G. K. **Relações de trabalho no Desporto**: estudos em homenagem ao prof. Domingos Sávio Zainaghi. São Paulo: LTr, 2018. p. 162-170.

MONÇÃO, A. A. D. O Direito de imagem do atleta profissional de futebol sob a perspectiva da legislação luso-brasileira. **JUS.COM.BR**, 2015. Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/45145/o-direito-de-imagem-do-atleta-profissional-de-futebol-sob-a-perspectiva-da-legislacao-luso-brasileira>. Acesso em: 29 jan. 2020.

NASCIMENTO, R. A. **O uso do contrato de licença de imagem, como forma de burlar o contrato de trabalho do jogador de futebol profissional**. Monografia (Graduado em Direito). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

NEVES, A. B.; AZAMBUJA, B. Libertadores, Profut, política e CTs: futebol feminino se prepara para futuro. **Globo.com**, 12 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://ge.globo.com/rs/futebol/noticia/2017/01/libertadores-profut-politica-e-cts-futebol-feminino-se-prepara-para-futuro.html>. Acesso em: 26 set. 2021.

NOGUEIRA, C. M. M., NOGUEIRA, M. N. A sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 78, 2022.

NORONHA, D. P., FERREIRA, S. M. S.P. Revisões de Literatura. *In*: CENDON, B.V; KREMER, J.M.; CAMPELLO, B.S. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

OBEID, C; SILVA JUNIOR, G. Salário da mulher no futebol é o mesmo do homem das Séries C e D. **O Estado de São Paulo**. 27 de julho de 2019. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,salario-da-mulher-no-futebol-e-o-mesmo-do-homem-das-series-c-e-d,70002942049>. Acesso em: 28 fev. 2020.

OBSERVATÓRIO. Meninas rompem preconceito e se destacam no futebol feminino em Assis. **Observatório da discriminação racial no futebol**, 14 de novembro de 2018. Disponível em: <https://observatorioracialfutebol.com.br/meninas-rompem-preconceito-e-se-destacam-no-futebol-feminino-em-assis/>. Acesso em: 07 jun. 2020.

OLIVEIRA. A. F., VESPA, T. O peso da camisa: Como regra da CBF que obriga times grandes a manter equipes femininas impactou o Campeonato Brasileiro. **Uolesportes**, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/reportagens-especiais/pequenos-do-feminino-lutam-para-sobreviver-ao-brasileirao-das-camisas/#cover>. Acesso em: 16 jan. 2022.

PEREIRA, M. C. **Às Margens de uma revista esportiva: A seleção Brasileira de futebol feminina nas páginas da Placar (1991 - 2015)**. 2018. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, UEPG, 2018.

PEREIRA, C. A.; GARBOGGIN, L. S. B. A obrigação explica o desenvolvimento: clubes cariocas e o futebol feminino em 2019. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43, 2020, Belém. **Anais [...]**. Belém: INTERCOM, 2020.

PISANI, M. **Poderosas do Foz: trajetórias, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol**. 2012. Dissertação (Mestre em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

PISANI, M. **Sou feita de chuva, sol e barro: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PIRAUDEAU, B. Migração internacional de futebolistas: uma perspectiva geográfica. **Staps**, v. 2, n. 116, p. 75-99, 2017. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-staps-2017-2-page-75.htm>). Acesso em: 14 mar. 2019.

PIZARRO, J. O. RIAL, C. S. M. Governança global: visões teóricas e pluralidade de atores. **Relaciones Internacionales**, n. 54, 2018.

POLI, R.; RAVENEL, L.; BESSON, R. Women's football analysis: a comparison of five major leagues. **CIES Football Observatory Monthly Report**, n° 26, jun., 2017. Disponível em: <http://www.football-observatory.com/IMG/sites/mr/mr26/en/>. Acesso em: 14 fev. de 2019.

RAMOS, P. O. **Por que a Fifa funciona?** – Uma análise da organização internacional que controla o futebol no mundo. Especialização (Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

REDAÇÃO DO GE. Após idas e vindas, Campeonato Paranaense feminino 2020 é confirmado com dois clubes. **ge.globo.com**, 2021. Disponível em: <https://ge.globo.com/pr/futebol/noticia/apos-idas-e-vindas-campeonato-paranaense-feminino-2020-e-confirmado-com-dois-clubes.ghtml>. Acesso em: 06 mai. 2021.

REDAÇÃO 1. Futebol feminino de Foz já conta com nova treinadora. **GDia**, 2020. Disponível em: <https://gdia.com.br/noticia/futebol-feminino-de-foz-ja-conta-com-nova-treinadora>. Acesso em: 07 out. 2021.

RIAL, C. Rodar: A Circulação dos Jogadores de Futebol Brasileiro no Exterior. **Horizontes Antropológicos**, v. 14, n.30, 2008.

RITTER, P. S., MARQUES, M. G. Estados emocionais dos atletas lesionados em tratamento fisioterápico. **Efdeportes.com, Revista Digital**, ano 16, n. 161, Buenos Aires, 2011.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALVINI, L.; SOUZA, J.; MARCHI JUNIOR, W. A violência simbólica e a dominação masculina no campo esportivo: algumas notas e digressões teóricas. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.26, n.3, p. 401-410, jul. /set, 2012.

SALVINI, L., MARCHI JUNIOR. W Registros do futebol feminino na revista Placar: 30 anos de história. **Motrivivência**, Santa Catarina, v.28, n. 49, p. 99-113, dez. 2016.

SALVINI, L., MARCHI JUNIOR, W. Formação de um habitus futebolístico em mulheres no Brasil: um relato a partir das vivências de infância e vida adulta. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, v. 35, n.2, p. 263-271, 2021.

SALOMÃO, R. L., OTTONI, G. P., BARREIRA, C. R. A. Atletas de base de futebol: a experiência de viver em alojamento. **Psico-USF [online]**, v. 19, n. 3, 2014.

SANTOS, I. A.; OLIVEIRA, A. F.; WICHI, R. B. As formas de preconceito no futebol feminino. **Efdeportes.com, Revista Digital**, Ano 18, n. 180, p. 1/1, 2013.

SARDENBERG, C. M. B.; MACEDO M. S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. *In*: COSTA, A. A. A.; RODRIGUES, A. T.; VANIN, I. M (orgs.). **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: NEIM/UFBA, 2011. p. 33-48.

SAVIANI, R. Paranaense Feminino não cresce e terá apenas quatro times na edição de 2019. **ge.globo.com**, 2019. Disponível em: <https://ge.globo.com/pr/futebol/noticia/paranaense-feminino-nao-cresce-e-tera-apenas-quatro-times-na-edicao-de-2019.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SCHUNEMANN, C. M. Aspectos especiais dos contratos de trabalho dos atletas profissionais do futebol. **Migalhas**, 2009. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI81093,11049-Aspectos+especiais+dos+contratos+de+trabalho+dos+atletas>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SILVA, G. C. **Mulheres impedidas**: A proibição do futebol feminino na imprensa de São Paulo. Rio de Janeiro: Drible de Letra, 2017.

SIMÕES, A.; KNIJNIK, J. D. **O mundo psicossocial da mulher no esporte**: comportamento, gênero, desempenho. São Paulo: Aleph, 2004.

SOCHOR, P. Nos pedem para ser profissionais. **Instagram**, 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Bz-vhu1BFwh/?utm_source=ig_embed. Acesso em: 15 nov. 2020.

SOUSA, A. K. M. SANTOS, F. L. **Fatores que predispõem as lesões em jogadoras profissionais do futebol feminino**. Revisão integrativa (Graduação em Fisioterapia). Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, Brasília, 2020.

SOUZA, M. T. O.; CAPRARO, A. M. Atletas mulheres relembrando do futebol na infância - A transposição de fronteiras de gênero. **J. Phys. Educ.** Curitiba, v. 28x, e2856, p. 1-8, 2017.

SOUZA JUNIOR, O. M. **Futebol como projeto profissional de mulheres**: interpretações da busca pela legitimidade. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2013.

STROPPIA, G. P. **Estudo comparativo de cláusulas Especiais do Contrato de Trabalho Desportivo do Praticante Profissional de Futebol sob a luz do Direito Português e do Direito Brasileiro**. Especialização (Direito do trabalho). Instituto de Direito do Trabalho da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2014.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

TIESLER, N. C. Three types of transnational players: differing women's football mobility projects in core and developing countries. **Rev. Bras. Ciênc Esporte**, v.2, n. 38, p. 201 - 210, 2016.

TORGA, M.; SANTOS, F. P.; MOURÃO, L. N. Gênero e futebol: as mulheres na gestão do futebol brasileiro. *In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE*, 7, 2018, Porto Alegre. **Anais [...]** Rio Grande, 2018, p. 1-8.

VEIGA, M. F. C.; SOUSA, F. T. **A Evolução do Futebol e das Normas que o Regulamentam: Aspectos Trabalhista-Desportivos**. São Paulo: Ltr, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAINAGHI, D. S. **Os atletas profissionais de futebol no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2015.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA AS JOGADORAS DE FUTEBOL

1. Perfil do sujeito (Idade, local de nascimento, nível de escolaridade)

Eixo 1: Futebol e gênero:

1. Como você começou a jogar futebol?
2. Qual o papel da sua família em sua trajetória no futebol?
3. Quem foi a pessoa que mais te incentivou a jogar futebol?
4. Como foi sua trajetória no futebol?
5. Você já sofreu preconceito por jogar futebol?
6. O que você tem como prioridade em seu projeto de vida?
7. O que significa jogar futebol para você?

Eixo 2: Relações com a equipe

8. Como é sua relação com a equipe técnica?
9. Como é sua relação com as outras jogadoras da equipe?

Eixo 3: Futebol e profissionalização

10. Você atuou em outros Clubes de futebol? Quais foram eles?
11. Você possui algum tipo de contrato com o Clube A/Clube B F.C.? Qual?
12. Você já teve Carteira de Trabalho registrada como jogadora de futebol? Em quais Clubes isso aconteceu?
13. Você recebe um salário para jogar futebol? Se importaria de falar o valor?
14. Já recebeu salário em outros Clubes que atuou? Em quais?
15. Você possui outros benefícios para jogar futebol? Quais?
16. Você sobrevive somente da prática futebolística? Caso não sobreviva, quais seriam as outras fontes de recursos para isso?
17. Quanto tempo que você dedica ao futebol e ao Clube?
18. Como você vê o interesse das entidades (FIFA, COMENBOL, CBF e federação paranaense) responsáveis pela modalidade em relação ao futebol feminino?
19. Como você vê o interesse do seu Clube em relação ao futebol feminino?
20. Como você vê a nova medida das entidades (COMENBOL e CBF) que o obriga os clubes da série A do Campeonato Brasileiro ter um time feminino? Após essa medida você consegue ver alguma mudança ocorrida em seu time?
21. Você se considera uma jogadora profissional de futebol feminino?
22. O futebol para você é um trabalho?
23. Onde você sonha, planeja ou projeta chegar em seu percurso no futebol feminino?

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA O TÉCNICO

1. Perfil do técnico (idade, formação, profissão e local de nascimento)
2. Quanto tempo você dedica ao futebol feminino?
3. Quanto tempo você dedica ao time do Clube A/Clube B F.C?
4. O que te levou a ser técnico de um time feminino de futebol?
5. Quanto tempo você atua como técnico de times femininos de futebol?
6. Quais foram outros times femininos que você atuou como técnico?
7. Você possui outro trabalho/emprego para além da sua atuação como técnico?
8. Você entende como trabalho ou profissão a atuação das jogadoras de futebol neste Clube? Caso a resposta seja não, quais são as possibilidades dessa atuação se caracterizar como um trabalho ou uma profissão?
9. Como você vê o interesse/papel das entidades (FIFA, COMENBOL, CBF, federação paranaense) em relação ao futebol feminino brasileiro?
10. Como você vê o interesse/papel do Clube A e do Clube B em relação a equipe feminina?
- 11.** Como você vê a medida das entidades (COMENBOL e CBF) que obriga os clubes da série A do Campeonato Brasileiro a obter um time feminino de futebol? Você identificou algumas mudanças? Quais?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS GESTORES

1. Perfil do gestor (idade, formação, profissão e local de nascimento)
2. Qual sua posição na gestão do Clube e em qual Conselho você atua? (Administrativo, Deliberativo e Fiscal)
3. Quanto tempo você dedica ao futebol feminino?
4. Quanto tempo você dedica ao Clube A/Clube B F.C?
5. Você possui outro trabalho/emprego para além da sua atuação como dirigente do Clube?
6. Você entende como trabalho ou profissão a atuação das jogadoras de futebol neste Clube? Caso a resposta seja não, quais são as possibilidades dessa atuação se caracterizar como um trabalho ou uma profissão?
7. Como você vê o interesse/papel das entidades (FIFA, COMENBOL, CBF, federação paranaense) em relação ao futebol feminino brasileiro?
8. Como você vê a medida das entidades (COMENBOL e CBF) que obriga os clubes da série A do Campeonato Brasileiro a obter um time feminino de futebol? Quais mudanças ocorreram no Clube A após esta medida?
9. Como surgiu o futebol feminino Clube A/Clube B F.C.?

APÊNDICE D - ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO

- 1) Observar a rotina de treinamentos durante a semana (tempo dedicado aos treinos diariamente, a prática de treinos, a infraestrutura dos locais e materiais para treinos, alimentação, entre outros aspectos inerentes ao treino);
- 2) Caracterização da equipe técnica; a relação entre as jogadoras com a equipe e entre elas mesmas e o perfil).
- 3) Observar a rotina nos dias de jogos (como ocorre a concentração, o tempo dedicado a preparação para o jogo, o preparo técnico, psicológico e emocional das jogadoras);
- 4) Os momentos da observação serão fotografados e gravados pela pesquisadora, quando necessário.

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da tese de doutorado denominada “A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS JOGADORAS DE FUTEBOL: ESTUDO DE CASO COM TIMES DO CAMPEONATO BRASILEIRO SÉRIE A1 SITUADOS NA REGIÃO SUL DO BRASIL (2018 – 2021)” desenvolvida pela Professora Mestre Marcela Caroline Pereira no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. O objetivo é analisar o projeto de profissionalização das jogadoras de futebol da região Sul do Brasil. Solicitamos a sua colaboração realizando uma entrevista sobre sua vivência no futebol e permitindo fotografias de sua rotina como atleta. Sua participação implica em algum risco, na medida que emitirá informações que podem causar descontentamento ou desagradar os dirigentes do clube estudado ou as instituições responsáveis pelo futebol feminino. Desta forma, para sua proteção e a de seus depoimentos, salientamos que sua identificação será mantida em sigilo e que as informações repassadas serão utilizadas exclusivamente para fins científicos. Esta pesquisa traz benefícios, pois reconhece a importância do debate do processo de profissionalização das atletas frente as transformações que ocorrem no futebol feminino atualmente. Sua colaboração na pesquisa será de forma voluntária, podendo deixar de participar a qualquer momento sem prejuízos com a pesquisadora ou instituição. Se o (a) participante necessitar de maiores informações e esclarecimentos sobre a tese poderá entrar em contato em qualquer etapa da pesquisa através dos endereços abaixo:

Doutoranda Marcela Caroline Pereira

Tel.: (42) 99903-7112, **Endereço:** Rua Padre Roberto Bonk, nº 720, Bairro C. Dona Luiza, CEP: 84046-546, Ponta Grossa/Paraná. **E-mail:** marcela.91perira@gmail.com

Orientadora Edina Schimanski

Tel.: (42)8404-3972, **Endereço:** Rua Herculano de Freitas, nº 159, Bairro Orfãs, CEP: 84043-560, Ponta Grossa/Paraná. **E-mail:** edinaschi@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UEPG

Fone: (42) 3220-3108, **Endereço:** Av. Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas Bloco M - Sala 116-B, CEP: 84030-900 - Ponta Grossa/PR. **E-mail:** propesp-cep@uepg.br

Considerando todas as informações deste estudo, declaro o meu consentimento em participar do mesmo, estando ciente que receberei uma via deste documento.

Cidade destino, ____ de _____ de

Assinatura do (a) participante

APÊNDICE F - TERMO DE ASSENTIMENTO

TERMO DE ASSENTIMENTO

O clube A está sendo convidado como voluntário a participar da pesquisa “A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS JOGADORAS DE FUTEBOL: ESTUDO DE CASO COM TIMES DO CAMPEONATO BRASILEIRO SÉRIE A1 SITUADOS NA REGIÃO SUL DO BRASIL (2018 – 2021)”. Neste estudo pretendemos analisar o projeto de profissionalização das jogadoras de futebol da região Sul do Brasil. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é a importância do debate sobre o processo de profissionalização das atletas frente as transformações que ocorrem no futebol feminino atualmente. Para realização desta tese adotaremos os seguintes procedimentos: entrevista com cada uma das atletas, com o técnico do time e presidente do Clube, as quais serão transcritas e analisadas com base na metodologia denominada Análise de Conteúdo. Para realização deste estudo, o Clube responsável deverá autorizar e assinar este termo de assentimento. Destaca-se que o mesmo não terá nenhum custo e nem receberá algum valor financeiro. Bem como, este clube será esclarecido pela pesquisadora em quaisquer dúvidas que emergir e pode escolher participar ou recusar-se a qualquer momento da realização. O responsável pelo Clube poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação em qualquer momento de realização da pesquisa. A participação implica em algum risco, pois os entrevistados podem emitir informações que causem descontentamento aos dirigentes do clube ou as instituições responsáveis pelo futebol feminino. Desta forma, para a proteção deste Clube e dos entrevistados, salienta-se que a identificação dos mesmos será mantida em sigilo e que os depoimentos serão utilizados exclusivamente para fins científicos. Este termo de assentimento encontra-se em duas vias, sendo uma cópia arquivada pela pesquisadora e a outra fornecida ao Clube.

Em caso de dúvidas em relação aos procedimentos desta tese, você poderá entrar em contato nos endereços abaixo:

Doutoranda Marcela Caroline Pereira

Tel.: (42) 99903-7112, **Endereço:** Rua Padre Roberto Bonk, nº 720, Bairro C. Dona Luiza, CEP: 84046-546, Ponta Grossa/Paraná. **E-mail:** marcela.91perira@gmail.com

Orientadora Edina Schimanski

Tel.: (42)8404-3972, **Endereço:** Rua Herculano de Freitas, nº 159, Bairro Órfãs, CEP: 84043-560, Ponta Grossa/Paraná. **E-mail:** edinaschi@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UEPG

Fone: (42) 3220-3108, **Endereço:** Av. Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas Bloco M - Sala 116-B, CEP: 84030-900 - Ponta Grossa/PR. **E-mail:** propesp-cep@uepg.br

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____, responsável pelo Clube A fui informado dos objetivos do

presente estudo e declaro que o Clube A, com CNPJ _____, concorda em participar dessa tese.

Cidade, ____ de _____ de 20 ____ .

Assinatura do responsável pelo Clube